Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 22
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 25
1.5 Principais clientes 49
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 50
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 56
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 57
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 58
1.10 Informações de sociedade de economia mista 65
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 66
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 68
1.13 Acordos de acionistas 69
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 70
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 71
1.16 Outras informações relevantes 72
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 80
2.2 Resultados operacional e financeiro 89
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 93
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 94
2.5 Medições não contábeis 96
2.6 Eventos subsequentes as DFs 102
2.7 Destinação de resultados 103
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 104
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 105
2.10 Planos de negócios 106
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 110
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 111
3.2 Acompanhamento das projeções 112

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 114
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 140
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 141
4.4 Processos não sigilosos relevantes 144
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 152
4.6 Processos sigilosos relevantes 153
4.7 Outras contingências relevantes 154
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 155
5.2 Descrição dos controles internos 162
5.3 Programa de integridade 166
5.4 Alterações significativas 174
5.5 Outras informações relevantes 175
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 176
6.3 Distribuição de capital 179
6.4 Participação em sociedades 180
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 181
6.6 Outras informações relevantes 182
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 183
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 189
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 190
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 192
7.4 Composição dos comitês 207
7.5 Relações familiares 215
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 216
7.7 Acordos/seguros de administradores 222
7.8 Outras informações relevantes 223
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 234

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 251
8.3 Remuneração variável 255
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 257
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 274
8.6 Outorga de opções de compra de ações 275
8.7 Opções em aberto 276
8.8 Opções exercidas e ações entregues 277
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 278
8.10 Outorga de ações 279
8.11 Ações entregues 282
8.12 Precificação das ações/opções 283
8.13 Participações detidas por órgão 285
8.14 Planos de previdência 286
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 287
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 289
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 290
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 291
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 292
8.20 Outras informações relevantes 293
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 306
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 307
9.4 Outras informações relevantes 309
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 311
10.1 Descrição dos recursos humanos 313
10.2 Alterações relevantes 316
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 317
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 320
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 321
10.5 Outras informações relevantes 322
11. Transações com partes relacionadas

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas 323

11.2 Transações com partes relacionadas 326

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 343

11.3 Outras informações relevantes 350

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 351

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 352

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 353

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 356

12.5 Mercados de negociação no Brasil 357

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 358

12.7 Títulos emitidos no exterior 359

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 360

12.9 Outras informações relevantes 363

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 368

13.1 Declaração do diretor presidente 369

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 370

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 371

1.1 Histórico do emissor

TOTVS | Formulário de Referência 2026

1.1 Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Companhia teve sua origem em 1983, sob a denominação social "Microsiga Software S.A.", a partir da união dos sócios, Sr. Ernesto Mário Haberkorn e Laércio Cosentino, ex-CEO da Companhia, com o objetivo de desenvolver *softwares* para computadores pessoais e, posteriormente, passou a atuar no mercado de *softwares* de gestão empresarial integrada, acessíveis a empresas de pequeno e médio porte.

A partir dos anos 1990, decisões estratégicas foram tomadas visando estruturar a Companhia para um crescimento sustentável, com a criação de um ambiente necessário para assumir a liderança de mercado que a Companhia conquistaria no final. Algumas decisões e eventos que merecem destaque são:

1983: Laércio Cosentino, fundador da TOTVS, e Ernesto Haberkorn fundam a Microsiga Software – Assessoria, Software e Comércio de Computadores S.A.

1990: Início do sistema pioneiro de franquias exclusivas para distribuição das soluções de gestão da TOTVS.

1997: Início das operações internacionais com a abertura de uma filial na Argentina.

1999: Lançamento do ADVPL, linguagem de programação própria.

2005: É alterada a razão social para TOTVS S.A. (palavra que vem do latim e significa tudo, todos, totalidade); e, a Companhia é admitida pelo BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe e se torna sócia da Companhia.

2006: Abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), atualmente denominada B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Novo Mercado (nível mais alto de Governança Corporativa); aquisição da RM Sistemas S.A.; e constituição das atividades de consultoria empresarial da Companhia.

2008: Aquisição da Datasul e consolidação do mercado brasileiro de sistemas de gestão.

2011: Criação de ofertas de *softwares* especializadas por segmentos da economia.

2014: Início das operações da TOTVS *Cloud*.

2015: Lançamento do modelo comercial de subscrição TOTVS Intera para pequenas, médias e grandes empresas.

2018: Consolidação do plano de sucessão da Companhia e o anúncio da chegada de Dennis Herszkowicz em substituição ao fundador da Companhia, Laércio Cosentino, que por sua vez, foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

2019: Aquisição da Supplier e estabelecimento da **Techfin**, seguida pelo lançamento do novo plano estratégico baseado em um Ecossistema estruturado em três segmentos operacionais para ampliação do mercado endereçável (TAM), continuidade do crescimento acelerado da Companhia e ampliar nossa proposta de valor, nos consolidando como Trusted Advisor para nossos clientes. Destaca-se, ainda, a oferta de ações (*Follow-on*), que captou um total de R$1,066 bilhão, destinada a operações de fusões e aquisições.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.1 Histórico do emissor

TOTVS | Formulário de Referência 2026

2020: As ações da Companhia passaram a integrar a carteira IBrX 50, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro e, na mesma linha, as ações da Companhia entraram na composição da categoria middle cap dos índices MSCI Brazil, MSCI Latin America e MSCI Emerging Markets.

2021: Aquisição da **RD Station**, que consolidou o segmento operacional, além da realização de oferta subsequente de ações (*Follow-on*), que captou R$1,443 bilhão. Outro destaque foi a celebração de sociedade com a B3 para a criação da Dimensa S.A., empresa com foco em soluções de gestão para o mercado financeiro, fintechs e ampliação de portfólio com os lançamentos de novos produtos em **Techfin**. Por fim, as ações da Companhia passaram a integrar a carteira do índice *Great Place to Work* da B3, reforçando o foco da Companhia em práticas ESG e de seu esforço em promover as melhores práticas no mercado de trabalho.

2022: Criação de uma Joint Venture com o Itaú Unibanco S.A., com o objetivo de operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, por meio da integração de uma gama completa de serviços financeiros.

2023: Incorporação da Lexos e a Exact Sales na **RD Station**, Franquia TOTVS TRS, Franquia IP e AHGORA em **TOTVS Gestão**, além da conclusão do fechamento da Joint Venture com o Itaú na **Techfin**. Inserção no iDIVERSA B3, evolução de *score* no MSCI de “A” para “AA” e obtenção do selo "Empresa Pró Ética".

2024: Conclusão da aquisição da totalidade do capital social das empresas IP São Paulo Sistemas de Gestão Empresarial Ltda., AHGORA e VarejOnline Tecnologia e Informática S.A., e aquisição das ações remanescentes da **RD Station** pela TOTVS S.A., além da aquisição da Quiver Desenvolvimento e Tecnologia Ltda. pela controlada Dimensa S.A. No mesmo ano, a agência Fitch Ratings reafirmou o rating de crédito de longo prazo da Companhia em “AA+(bra)” e revisou a perspectiva de estável para positiva.

2025: Aquisição da Linx Participações S.A., Suri e TBDC Desenvolvimento de Software Ltda. No mesmo ano, a agência Fitch Ratings elevou o rating de crédito de longo prazo da Companhia e de sua 5ª emissão de debêntures de “AA+(bra)” para “AAA(bra)”.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Visão Geral

A TOTVS consolida-se como a maior expoente de tecnologia e *software* do Brasil e uma das lideranças consolidadas na América Latina, posição reiterada pelo estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2025*", publicado pela Gartner em abril de 2026. Com trajetória institucional que ultrapassa quatro décadas, a Companhia ultrapassou o escopo tradicional dos sistemas de gestão para construir um ecossistema tecnológico pioneiro, focado na digitalização e na ampliação da produtividade do setor empresarial *Business-to-Business* (B2B) brasileiro.

A estratégia da Companhia está baseada nos segmentos **TOTVS Gestão**, **RD Station** e **Techfin ERP Finance**. Enquanto o pilar de **TOTVS Gestão** provê a espinha dorsal operacional por meio de soluções de ERP e verticais especialistas, a **RD Station** alavanca a competitividade através de ferramentas de marketing digital, inteligência de dados e customer experience. De forma integrada, a **Techfin** democratiza o acesso a serviços financeiros, utilizando o fluxo de dados dos sistemas de gestão para ofertar crédito, soluções de pagamento e gestão de caixa de maneira nativa e desburocratizada.

Atualmente, a TOTVS detém uma base de aproximadamente 70 mil clientes, com mais de um terço das companhias listadas na B3 (considerando ações ordinárias e/ou preferenciais ativas). Esta capilaridade traduziu-se, ao final do exercício de 2025, em uma Receita Recorrente Anualizada (ARR) superior a R$6 bilhões, o que mostra a resiliência e a previsibilidade do modelo de negócios baseado em nuvem e subscrição.

A vantagem competitiva da Companhia é amplificada por seu modelo de distribuição singular, que harmoniza escala global com capilaridade local. No território nacional, a estrutura compreende 6 filiais regionais estrategicamente distribuídas (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Interior Paulista), além de unidades comerciais especializadas em Large Enterprise, Setor Público e Saúde. Essa força de vendas é potencializada por uma rede de franquias que assegura presença em todos os quadrantes do Brasil. No âmbito internacional, a Companhia expande sua influência com operações diretas na Argentina, Chile, Colômbia, México e Estados Unidos, além de manter centros de desenvolvimento de alta performance, incluindo a unidade em Querétaro (México), que somam forças aos núcleos de inovação brasileiros. Mais do que uma provedora de *software*, a TOTVS posiciona-se como uma parceira estratégica essencial para o crescimento sustentável de empresas de todos os portes, atuando como o principal motor tecnológico por trás da eficiência e do desenvolvimento econômico das regiões onde opera.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

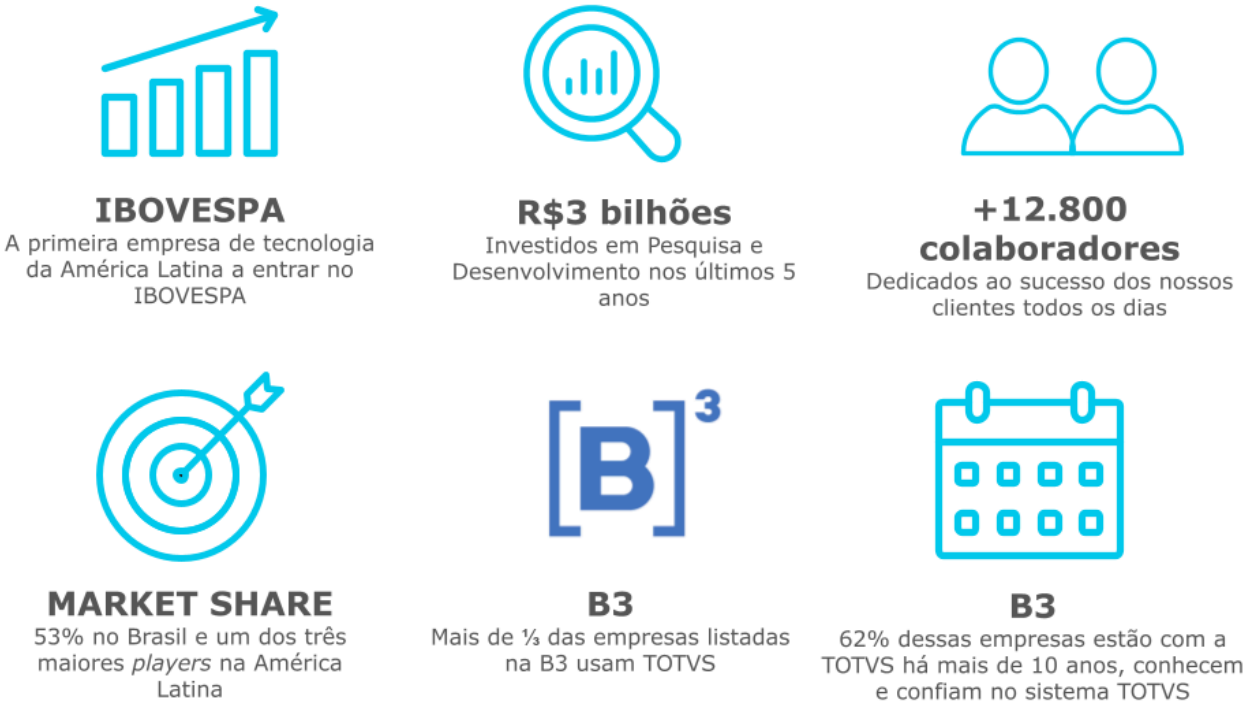
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026



Com o propósito de melhorar o resultado das empresas por meio da tecnologia a TOTVS provê um ecossistema sinérgico que integra sistemas de gestão, serviços financeiros e soluções voltadas para potencializar as vendas. Em **TOTVS Gestão**, o portfólio abrange soluções de ERP, sistemas para a área de recursos humanos, que contemplam desde a operacionalização de folha de pagamento até a gestão estratégica de capital humano, e plataformas verticais desenvolvidas para segmentos específicos. A TOTVS detém a liderança consolidada neste mercado no Brasil, provendo a robustez técnica necessária para sustentar a infraestrutura digital e a evolução operacional de sua base de clientes.

A **RD Station**, consolidando-se como a plataforma líder em automação de marketing e vendas. Operando sob o modelo de *software* como serviço (SaaS), a RD oferece um ecossistema digital integrado que abrange desde a atração de leads até a gestão de relacionamento com clientes (CRM) e soluções de marketing conversacional. Estrategicamente, a **RD Station** atua como um motor de crescimento para seus clientes ao digitalizar o funil de vendas. Ao integrar-se ao ecossistema da TOTVS, a **RD Station** não apenas expande o mercado endereçável para além do ERP tradicional, mas também cria uma poderosa porta de entrada para novos clientes.

A **Techfin ERP Finance** é a divisão de serviços financeiros da TOTVS que visa simplificar e democratizar o acesso de médias e pequenas empresas (SMB) a produtos financeiros. Operando por meio de uma *joint venture* com o Itaú BBA, a **Techfin** utiliza inteligência de dados e automação integrada aos sistemas de gestão para reduzir riscos de crédito e aprimorar a tomada de decisão. Seu portfólio abrange soluções de crédito B2B, como antecipação de recebíveis e capital de giro, além de serviços de pagamento e fee, apresentando um modelo de negócio autossustentável e de baixo risco regulatório.

A convergência de **TOTVS Gestão**, **RD Station** e **Techfin** materializa-se na solidez dos indicadores operacionais e financeiros da Companhia, refletindo uma execução estratégica disciplinada e a captura de sinergias. A expansão contínua da Receita Recorrente Anualizada (ARR), impulsionada pela resiliência do modelo SaaS e pela baixa taxa de cancelamento (*churn*), demonstra a essencialidade das soluções TOTVS no

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©
USO PÚBLICO

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

cotidiano operacional de seus clientes. Adicionalmente, a escalabilidade das operações da **Techfin** e o crescimento da **RD Station** contribuem para a diversificação das fontes de receita.

A tabela abaixo apresenta, para os períodos apontados, os principais indicadores financeiros e operacionais consolidados da Companhia:

Em milhões de reais (exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2025	**2024**
Receita Líquida	5.751,9	4.903,3
Receita Recorrente	5.206,6	4.340,6
Lucro Bruto Ajustado	4.205,3	3.588,4
EBITDA Ajustado[1]	1.504,8	1.230,2
ARR Consolidada[2]	6.097,7	5.179,1

[1] O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia ajustado pelo resultado da operação descontinuada, pelos gastos com transações de M&A, ajustes de M&A à valor justo, pela Perda (Ganho) na Baixa de Ativos e pelo crédito tributário, que, na nossa visão, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do nosso desempenho. Para mais detalhes sobre o EBITDA Ajustado ver item 2 deste Formulário de Referência.
[2] A receita recorrente anualizada (ARR) corresponde à receita líquida anualizada da somatória dos contratos vigentes no período, desconsiderando os efeitos de carências temporárias.

LYNN - O *foundation* de IA da TOTVS

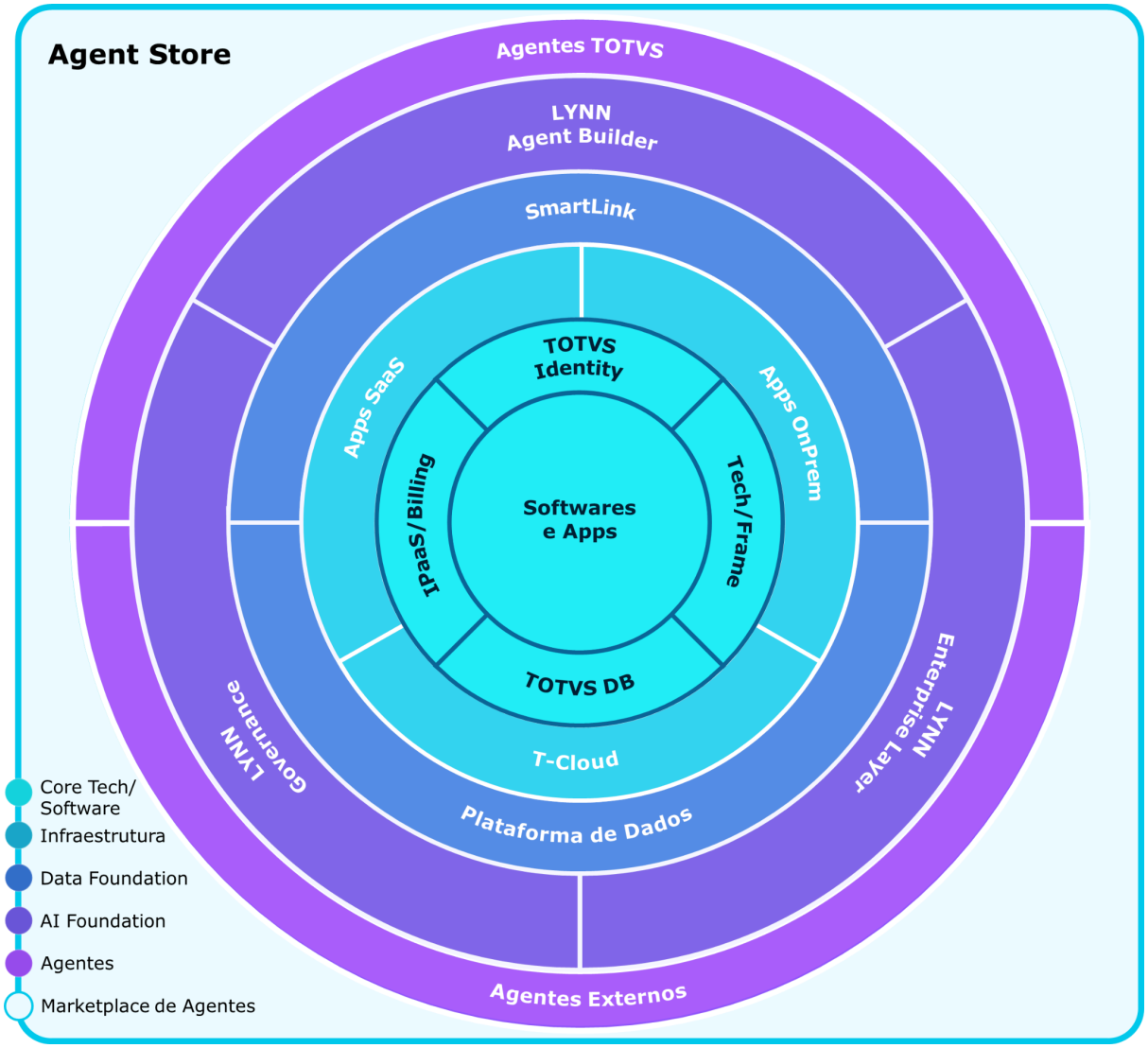
Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

O LYNN é o *foundation* de inteligência artificial da TOTVS, desenvolvido como uma infraestrutura estratégica pioneira no Brasil voltada exclusivamente para o mercado B2B. Diferente de modelos genéricos, ele se baseia em Inteligência Artificial Especializada (ANI - *Artificial Narrow Intelligence*), o que garante maior precisão e segurança ao lidar com o contexto complexo e sensível dos sistemas de gestão. Sua arquitetura funciona como uma base tecnológica que permite à TOTVS e a seus parceiros criar, orquestrar e gerenciar agentes inteligentes com total soberania de custos e governança nativa, integrando a IA diretamente ao fluxo de trabalho operacional das empresas de forma escalável.



Na prática, o LYNN organiza-se em três camadas fundamentais: o Agent Builder para a construção de agentes, a *Enterprise Layer* para o monitoramento de performance e a camada de Governança para garantir a proteção de dados e o compliance. Essa estrutura impulsiona o conceito de *Task as a Service* (TaaS). Com o uso de um mecanismo de aprendizado contínuo conhecido como *data flywheel*, o sistema torna-se mais inteligente e assertivo à medida que processa dados, transformando a inteligência artificial em um motor de eficiência que automatiza rotinas e apoia decisões estratégicas.

Oportunidades de Mercado

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Mercado de *Software* no Brasil (**TOTVS Gestão** e **RD Station**)

Segundo o estudo Market DataBook, da Gartner, publicado em março de 2026, frente aos dados de 2026, o Brasil se encontra entre os 12 maiores mercados de TI no mundo, apresentando gastos em torno de 75,7 bilhões de dólares, dos quais 14,4 bilhões de dólares representam investimentos em *software*. Entretanto, o investimento em TI e *software* no Brasil ainda é relativamente menor do que os países mais desenvolvidos e da maioria dos principais mercados de TI. Com base em informações do Banco Mundial, o Brasil concentrava aproximadamente 3% da força de trabalho global e 2,4% do PIB global, no entanto os dispêndios com software representam em torno de 1,3% dos gastos globais, evidenciando que o mercado brasileiro de software ainda não está maduro e ainda tem muito espaço para crescimento. Os gráficos abaixo mostram essa diferença em relação a outros países e à média de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE):

Fonte: Banco Mundial, OCDE, TOTVS

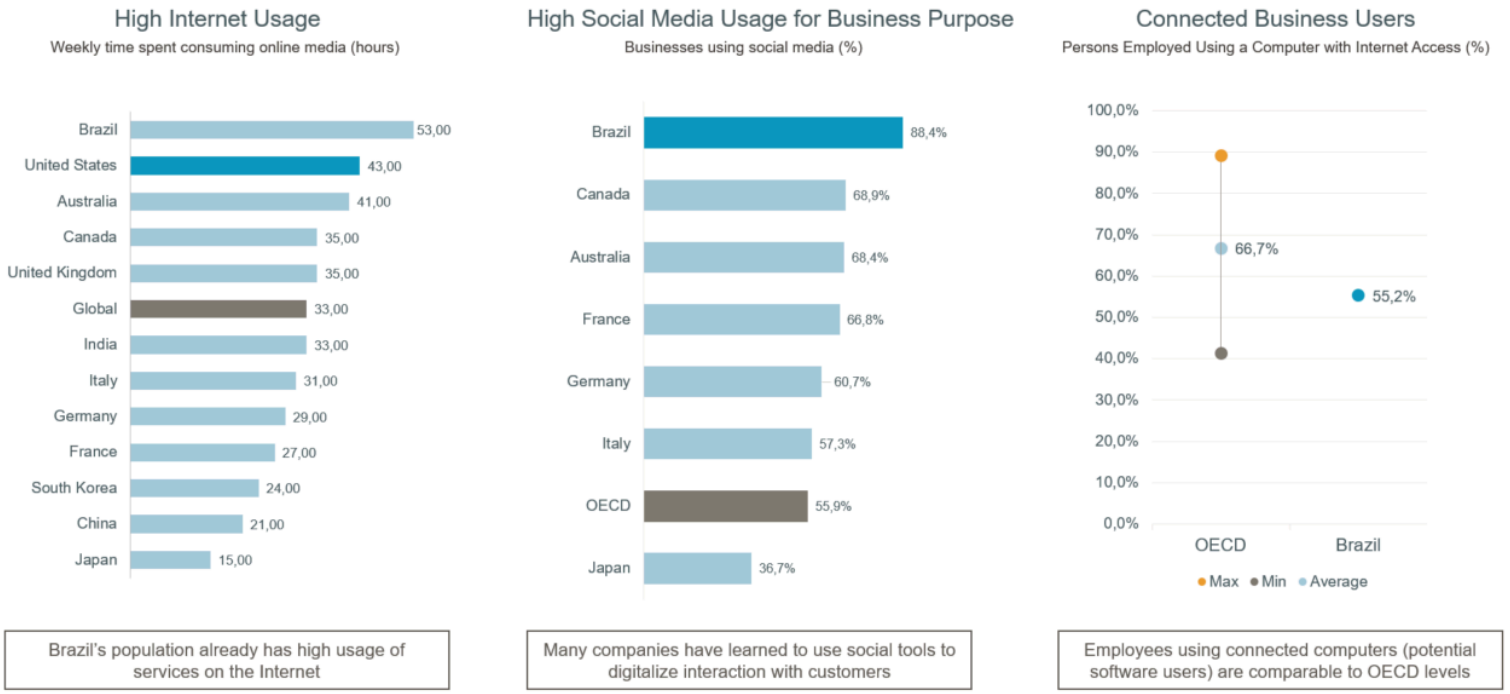
Apesar do uso de TI e *software* ser relativamente baixo em comparação a países mais desenvolvidos, o Brasil já apresenta elementos que indicam boas perspectivas para o crescimento do investimento em TI no futuro.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Segundo pesquisa da Digital 2026: *Global Overview Report* e dados de 2024 da OCDE, a população do Brasil apresenta altos níveis de consumo de serviços pela internet e de uso de mídias sociais com propósito de negócios ficando no topo do *ranking* entre países desenvolvidos, da média mundial e da média dos países da OCDE, conforme os gráficos a seguir:



Fonte: Global Overview Report, OCDE

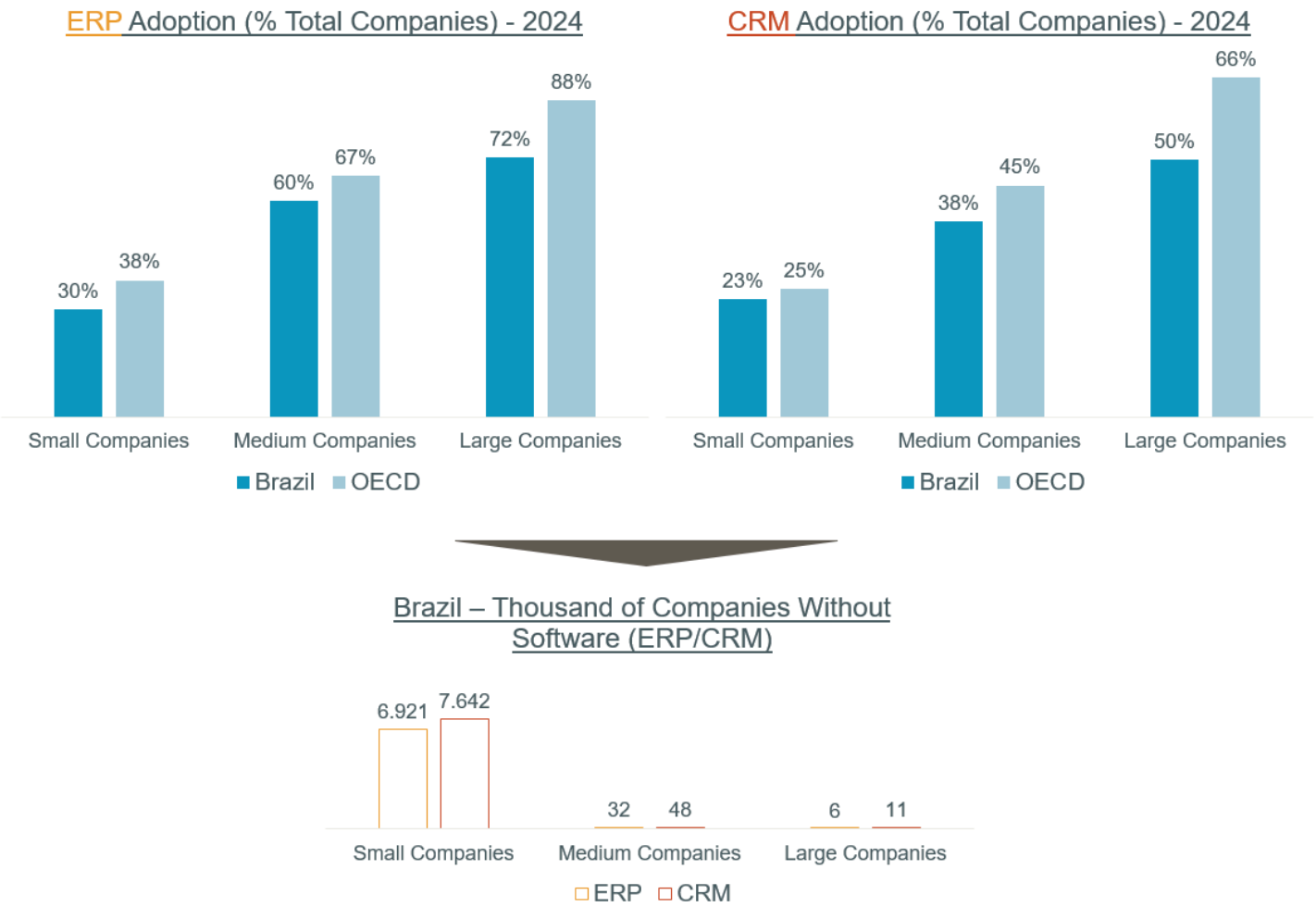
A Companhia acredita que existam 3 principais drivers de crescimento do mercado de software no Brasil. O primeiro driver é a baixa penetração de mercado. Estatísticas da OCDE sobre o nível de utilização de ERP e

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

CRM no Brasil e no mundo mostram que o mercado brasileiro, de uma forma geral, possui menor penetração do que países da OCDE. Os dados de penetração no Brasil combinados com dados do IBGE indicam uma estimativa do volume de empresas (mais de 7 milhões) que ainda não adotam software (ERP/CRM) em suas operações.



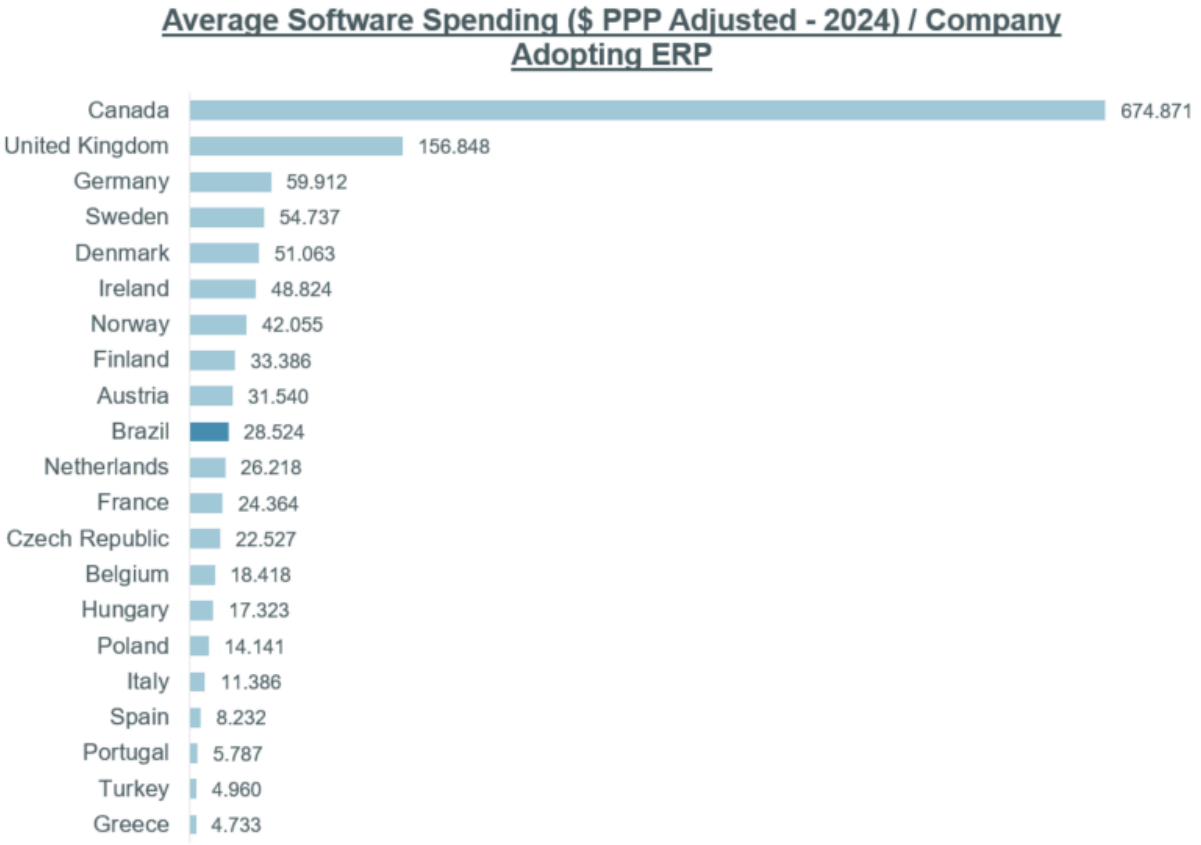
Fonte: IBGE, 2023, Estatísticas da OCDE 2024

O segundo driver é o maior potencial de uso em mercado já penetrado. Mesmo as empresas que já utilizam ERP no Brasil, gastam menos em *software* do que a média das empresas de muitos países da OCDE.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026



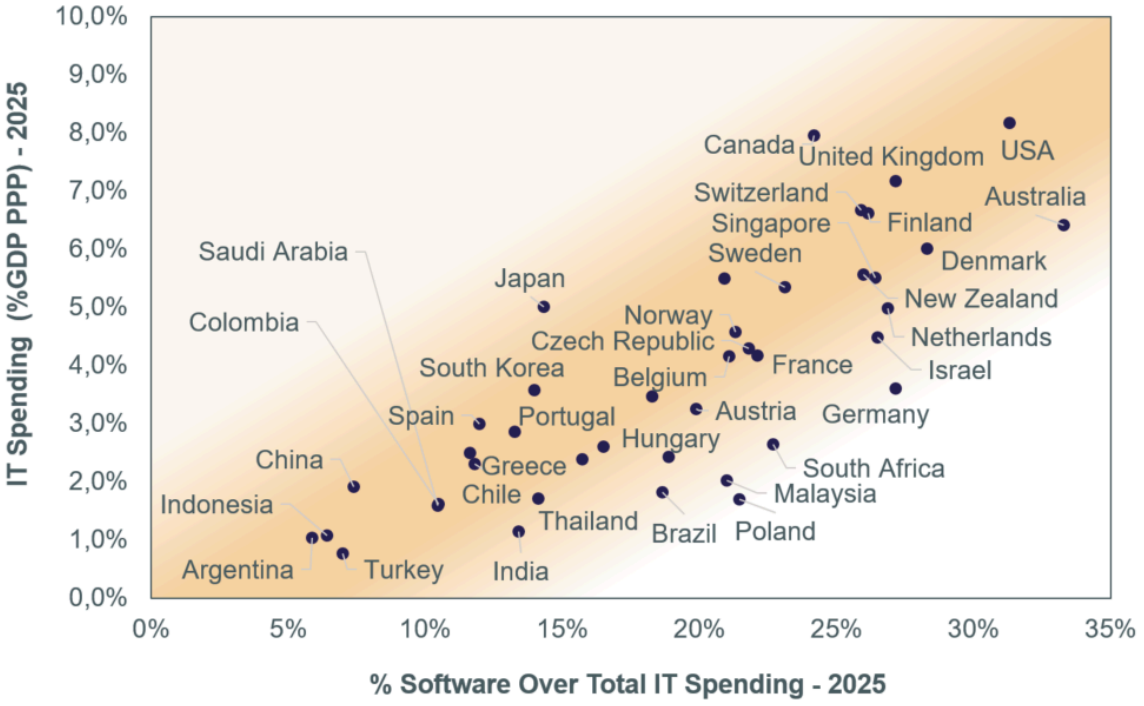
Fonte: Banco Mundial, Estatísticas da OCDE, Análises TOTVS

O terceiro driver é o potencial de participação de *software* no gasto com TI. Dados mostram uma correlação positiva entre o gasto com TI e a relevância de software sobre o Gasto Total com TI em cada país, ou seja,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

conforme os países amadurecem e passam a investir mais em TI, consequentemente o investimento em software se torna mais representativo dentro do total de gastos em TI.



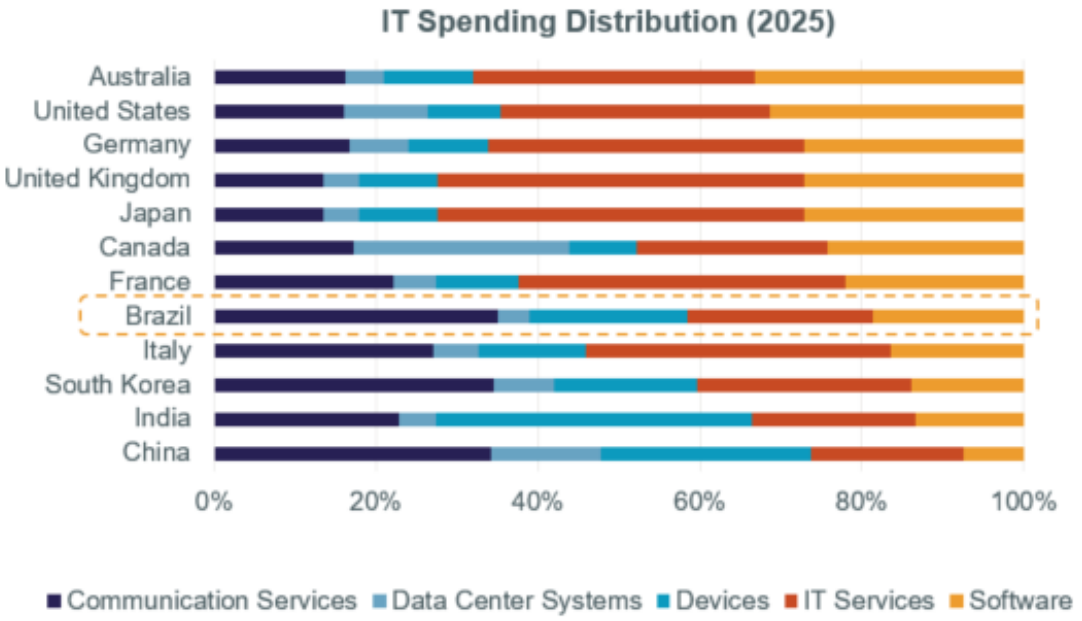
Fonte: Banco Mundial, Análise TOTVS

No Brasil, observa-se uma baixa participação no gasto com software em relação ao Gasto total de TI em comparação com outros mercados líderes de TI, o que evidencia um alto potencial para expansão de investimentos em software no Brasil.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

TOTVS | Formulário de Referência 2026



Fonte: Gartner, 2025

Mercado de **Techfin** no Brasil

O mercado brasileiro de crédito pessoa jurídica (PJ), apesar de ainda ser um mercado bastante concentrado nos principais bancos (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Santander), que atualmente são responsáveis por 61% de toda a carteira de crédito PJ de 2023, vêm ano a ano observando uma queda importante nessa concentração.

Mudanças regulatórias para aumentar a competição nesse mercado, o surgimento e crescimento de novas tecnologias, dentre outros fatores, vêm abrindo espaço para a atuação e crescimento de novos *players* explorando nichos de mercado nos quais os *players* tradicionais não conseguem explorar com qualidade e/ou possuem altos custos.

Esse panorama cria uma oportunidade para a Companhia atuar no segmento **Techfin**, sem esquecer de nosso DNA de tecnologia, como uma empresa de software. A Companhia se posiciona como **Techfin** em vez de FinTech, para oferecer soluções para simplificar, aumentar o acesso e diminuir o custo de produtos financeiros, incluindo soluções de meios de pagamentos e crédito para seus clientes. O nosso segmento de **Techfin** pode se alavancar: (i) da nossa expertise e *know-how* de soluções digitais e tecnológicas; (ii) da nossa habilidade de coletar e analisar o alto volume de dados; (iii) da nossa capacidade de lançar novos produtos para se adaptar às necessidades do usuário; (iv) da nossa plataforma de distribuição robusta em todas as regiões no Brasil; (v) do nosso acesso a uma ampla base de clientes recorrentes ao longo da cadeia produtiva; e (vi) da nossa marca bem estabelecida. Essas soluções podem ser, inclusive, oferecidas em parcerias com *players* do setor financeiro, sejam eles consolidados ou novos entrantes, que possuem conhecimentos complementares como expertise do produto, conhecimento do ambiente regulatório e análise de risco dos clientes.

Além disso, o acesso a uma ampla base de clientes em que suas operações são intermediadas e suportadas pelos sistemas da Companhia, aliada a uma tendência de digitalização das empresas e pressão por ganhos de eficiência e aumento de resultado, cria uma oportunidade para que a Companhia desenvolve soluções

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

para aumentar a performance de seus clientes a partir da análise de seus dados, incluindo, por exemplo, medidas para aumentar vendas em determinadas situações ou gerenciar melhor os recursos da empresa.

As oportunidades aqui evidenciadas somadas à positiva trajetória do setor de TI, que tem apresentado histórico de crescimento acima da média da economia brasileira, reforçam a nossa visão de que o mercado brasileiro é uma importante fonte de crescimento e oportunidade para a Companhia. Além disso, o tamanho dos novos mercados e seu potencial de crescimento demonstram que a Companhia não necessita ser dominante neles para que o crescimento proveniente dos novos segmentos seja relevante.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Posição de liderança e marca

Somos uma Companhia multinacional brasileira líder no mercado de ERP no Brasil, com 53% de *market share*, de acordo com o estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwid*e, 2025" da Gartner. Estimamos que a receita agregada dos nossos clientes representa, aproximadamente, R$2,7 trilhões.

Nossa posição de liderança nos permite amplo acesso a diversos segmentos do mercado em que atuamos e viabiliza a oferta de diversos produtos de forma verticalizada para novos e atuais clientes de todos os tamanhos, incluindo oportunidades de *cross-selling*. Acreditamos, ainda, que a nossa forte reputação tem a capacidade de agregar profissionais de excelência, parceiros e clientes ao nosso redor, em um ecossistema aberto, capaz de acompanhar e integrar as evoluções das demandas atuais e antecipar as tendências do futuro.

Além disso, a TOTVS vem aprimorando de forma contínua sua agenda de Sustentabilidade, com foco na resiliência e perenidade dos negócios. Em 2025, a Companhia aprofundou a análise sobre suas interações com o ambiente regulatório, a sociedade, o contexto econômico e as mudanças climáticas, considerando potenciais riscos e impactos associados às suas atividades e aos setores em que atua.

Esse processo contribuiu para o fortalecimento da capacidade de antecipação e resposta a cenários adversos, incluindo aqueles relacionados a aspectos ambientais e de mudanças climáticas, e para a incorporação desses fatores de forma mais estruturada na gestão do negócio.

As iniciativas desenvolvidas em diversos setores ao longo do período resultaram em reconhecimentos de diferentes instituições e *ratings*, refletidos nos prêmios e reconhecimentos listados a seguir.

Prêmios e reconhecimentos:

- **Forbes Brasil**: Estamos entre as 10 empresas mais inovadoras do país, em razão da integração da IA aos nossos sistemas e processos de gestão.

- **Ranking 100 Open Startups**: A TOTVS foi reconhecida pelo *ranking* 100 Open Startups, o principal prêmio do ecossistema brasileiro de inovação aberta, como a corporação na categoria de Software e Plataformas Digitais da década que mais faz inovação aberta.

- **Ranking GPTW**: Pelo 6º ano consecutivo, a TOTVS conquistou o selo GPTW, ocupando a 17ª posição em empresas de tecnologia da categoria grande porte. Em 2025, pela primeira vez, a

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

pesquisa foi realizada de forma integrada, contemplando o time corporativo e os segmentos de Gestão e RD Station, sob a marca TOTVS.

- **3º Prêmio Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores**: Promovido pelas plataformas Melhor RH, Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (CECOM), fomos destaque nas categorias Campanha (3ª posição com Encontro Educação Cidadã e 5º lugar com In Data We Trust) e Veículo Corporativo (3ª posição com a TV TOTVS).

- **Best Internship Experiences (BIE), da FirstJob**: A TOTVS ficou na 2° posição do ranking das Melhores Empresas para Estagiários no Brasil, entre 55 empresas participantes.

- **Selo Igualdade Racial**: Em 2025, a TOTVS foi reconhecida pelo segundo ano consecutivo com o Selo Igualdade Racial, iniciativa que destaca empresas que possuem em seu quadro de profissionais, pelo menos, 20% de pessoas negras, distribuídas em diferentes hierarquias e funções, renovando seu compromisso com a igualdade racial.

- **Pesquisa Ethos/Época de Diversidade, Equidade e Inclusão**: fomos reconhecidos, pelo segundo ano consecutivo, com o 1º lugar no setor de Tecnologia na Pesquisa.

- **Selo Empresa Pró Ética**: TOTVS obteve o selo "Empresa Pró-Ética 2022-2024", uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU), para reconhecer as empresas privadas que, comprovadamente, adotam medidas voltadas à prevenção, detecção e remediação à atos de corrupção, fraude e suborno, em linha com as melhores práticas de mercado.

- **Elite InfoMoney:** A TOTVS seguiu integrando a lista Elite InfoMoney, Dennis Herszkowicz foi reconhecido entre os CEOs de companhias brasileiras de capital aberto com maior crescimento, e Gilsomar Maia figurou no ranking de CFOs das empresas que mais crescem, ambos elaborados pela InfoMoney.

- **Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (ABQV)**: A TOTVS ganhou o prêmio que reconhece as práticas mais eficazes e consistentes na promoção da saúde e do bem-estar em organizações modernas e de alta performance em todo o país pelo 4º ano consecutivo.

- **Melhores do ESG da Exame**: A TOTVS apareceu como destaque na categoria "Telecomunicações, Tecnologia e Mídia" do Anuário Melhores do ESG, da revista Exame.

Índices e Ratings nacionais e globais

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- **Novo Mercado (B3)**: Nível Mais Alto de Governança Corporativa da B3 - Novo Mercado (desde 2006).
- **ICO2 (B3)**: Pelo 4º ano consecutivo, a TOTVS integra a carteira do Índice de Carbono Eficiente, consolidando-se entre as 75% empresas com os menores coeficientes de emissão/receita (0,00086).
- **IGPTW (B3)**: A TOTVS integra, desde 2022, a carteira do índice IGPTW B3, que acompanha o desempenho médio das cotações das companhias listadas na B3 certificadas pelo Great Place to Work (GPTW). O índice tem como objetivo refletir práticas relacionadas ao ambiente de trabalho e à gestão de pessoas adotadas pelas empresas participantes.
- **IBRx-50 (B3)**: TOTVS integra a carteira do IBrX50 desde 2021, índice da B3 formado pelas 50 ações com maior negociabilidade do mercado acionário brasileiro.
- **IDIVERSA (B3)**: Ingresso da TOTVS na carteira do índice IDIVERSA, criado pela B3 em 2023.
- **MSCI (global)**: Em 2023 evoluímos a nota da TOTVS de A para AA, e desde então seguimos no quadrante de liderança em gestão de riscos e oportunidades na MSCI.
- **ISS (global)**: Na avaliação da ISS ESG, a TOTVS obteve a melhor classificação (*score* 1) nos pilares de Governança e Social e *score* 4 no pilar Ambiental, de acordo com a metodologia da instituição, na qual notas mais baixas indicam menor nível de risco. O desempenho nos pilares de Governança e Social reflete a robustez das estruturas de governança corporativa, a consistência dos controles internos e o avanço das práticas relacionadas à gestão de pessoas, diversidade, integridade e transparência.
- **CDP (global)**: Em 2025, o relatório anual da TOTVS submetido ao CDP obteve pontuação C no tema Clima no ciclo mais recente, representando um upgrade em relação ao período anterior, após a implementação de ações voltadas ao atendimento dos requisitos introduzidos com a atualização do questionário para alinhamento às normas IFRS S2. No mesmo ciclo, a Companhia também obteve pontuação C no tema de Segurança Hídrica.
- **Fitch (global)**: Em 2025, a Fitch Ratings elevou o rating da TOTVS de AA+(bra) para AAA(bra), o nível máximo, com perspectiva estável.

Plataforma de distribuição

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia mantém presença em todo o território brasileiro e em mais de 40 países, viabilizada por uma estratégia de capilaridade fundamentada em filiais, canais e franquias exclusivas. Este modelo de distribuição, iniciado na década de 1990, estabelece uma vantagem competitiva pautada na proximidade geográfica e no profundo conhecimento das particularidades regionais e setoriais de cada cliente. A plataforma de distribuição da Companhia é estruturada de forma híbrida, integrando presença local e canais digitais para atender empresas de todos os portes.

Segmentação e Canais de Distribuição

Em **TOTVS Gestão**, a estratégia de *go-to-market* é segmentada conforme o perfil e o porte do cliente:

Large Enterprise: O atendimento a grandes corporações é realizado por divisões especializadas, compostas por profissionais com expertise em indústrias específicas, provendo consultoria de alto valor agregado e suporte técnico customizado.

Pequenas e Médias Empresas (SMB): A cobertura deste segmento ocorre por meio de 6 unidades próprias e 38 territórios franqueados. O modelo de franquias exclusivas é um diferencial estratégico, cujos parceiros são remunerados não apenas pelas vendas iniciais, mas também pela manutenção das Receitas Líquidas de *Software* Recorrentes, assegurando o alinhamento de interesses e o foco na retenção de longo prazo da base de clientes.

Microempresas: A penetração neste mercado é garantida por um sistema de múltiplos canais, incluindo parceiros e revendedores, o que permite escala e abrangência nos principais centros econômicos do país.

Na **RD Station**, a distribuição é impulsionada por um ecossistema de agências de marketing parceiras e por estratégias de *Product Led Growth* (PLG), nas quais o próprio uso do *software* identifica oportunidades de *up-selling*. Adicionalmente, equipes especializadas operam de forma integrada aos times de **TOTVS Gestão** para potencializar o *cross-selling* das soluções de marketing e vendas.

Na **Techfin**, a Companhia utiliza equipes dedicadas ao *cross-selling* de soluções financeiras integradas ao ERP. No caso específico das soluções de crédito da Supplier, o modelo baseia-se em "afiliados" (clientes da Companhia), que utilizam o cartão de crédito digital como facilitador para impulsionar vendas em suas próprias cadeias produtivas.

Portfólio de Soluções e Atuação Setorial

O portfólio da Companhia é caracterizado pela amplitude e modularidade, integrando os três segmentos do ecossistema:

- **TOTVS Gestão**: Sistemas de ERP, RH, soluções verticais e plataformas de inovação.
- **RD Station**: Inteligência de dados, *digital commerce*, *conversational commerce*, marketing digital e CRM.
- **Techfin**: Serviços financeiros de crédito, gestão de caixa e meios de pagamento.

A Companhia atende empresas de todos os portes, com soluções disponibilizadas em modelos cloud ou *on-premises*. Sua arquitetura tecnológica permite atender a 12 segmentos da economia: Agroindústria;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Construção e Projetos; Distribuição, Educacional; Serviços Financeiros; Hospitalidade e Turismo; Jurídico; Logística; Manufatura; Saúde; Prestadores de Serviços; e Varejo. Essa versatilidade possibilita que as ferramentas sejam configuradas de acordo com as especificidades de cada setor, garantindo uma integração consistente e escalável.

Modelo de negócios com histórico de crescimento e rentabilidade

O modelo de negócios da TOTVS fundamenta-se na oferta de um ecossistema sinérgico que combina a confiabilidade dos sistemas de gestão com a potência de alavancagem de vendas (**RD Station**) e a democratização de serviços financeiros (**Techfin**). Em **TOTVS Gestão**, o foco reside no desenvolvimento de sistemas de ERP eficientes e seguros, essenciais para o processamento de informações corporativas críticas. Complementarmente, as soluções da **RD Station** permitem que os clientes ampliem sua competitividade e desempenho de receita, enquanto a **Techfin** utiliza a inteligência de dados integrada ao ERP para ofertar serviços financeiros mais acessíveis e simplificados.

Concomitantemente as estratégias de **TOTVS Gestão**, **RD Station** e **Techfin**, a TOTVS lançou o LYNN, o primeiro foundation de Inteligência Artificial do Brasil focado no mercado B2B, diferenciando-se de modelos genéricos por utilizar Inteligência Artificial Especializada (ANI), garantindo precisão e segurança no tratamento de dados empresariais sensíveis. Sua arquitetura é composta pelo *Agent Builder*, pela *Enterprise Layer* e por Governança nativa, o que possibilita o conceito de *Task as a Service* (TaaS), transformando o ERP em uma plataforma capaz de executar tarefas de forma autônoma.

A abordagem da TOTVS é centrada no cliente, sustentada por um amplo portfólio, equipes especializadas em *cross-sell* e *up-sell*, e modelos de implementação centralizados. A flexibilidade comercial adotada permite que a TOTVS atue como um *Trusted Advisor*, adaptando-se aos diferentes estágios de maturidade digital de sua base. Esse posicionamento reflete-se na perenidade das relações de longo prazo e na solidez dos indicadores financeiros: ao final de 2025, a Companhia atingiu uma Receita Recorrente Anualizada (ARR) superior a R$6 bilhões, crescimento de 18% em relação ao exercício anterior, enquanto a produção de crédito ultrapassou R$ 13 bilhões.

A combinação entre a resiliência da receita recorrente e a disciplina de gestão de custos consolidou um perfil de negócio com alta previsibilidade e rentabilidade. Por meio da integração da Inteligência Artificial em seu ecossistema, a TOTVS assegura a manutenção de sua liderança de mercado e a capacidade contínua de gerar valor sustentável para seus clientes e acionistas.

Aceleração por Aquisição

Acreditamos que as aquisições são uma poderosa alavanca para a execução da estratégia de fortalecimento do nosso posicionamento em **TOTVS Gestão** e na expansão para novos mercados (**Techfin** e **RD Station**) e, para isso, avaliamos constantemente possíveis aquisições estratégicas baseadas em 3 grandes pilares:

1. Reforçar e defender o core business - reforçar e defender nosso negócio de **TOTVS Gestão** com a adição de soluções horizontais, verticais e base de clientes que alavancam nossa capacidade de *cross selling*;
2. Aprofundar atuação nos segmentos - aprofundar nossa atuação buscando a liderança em segmentos de negócio; e
3. Novos mercados - aumentar nosso mercado potencialmente acessível (**Techfin** e **RD Station**). O nosso pipeline de potenciais alvos de aquisição é constantemente atualizado, tendo em vista o dinamismo do mercado de tecnologia da informação. Os alvos são avaliados conforme o encaixe em

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

ao menos um dos quatro pilares do pipeline, disponibilidade do ativo para negociação e estimativa de valor condizente com os patamares praticados pelo mercado.

Histórico de Aquisições

Acreditamos que a Companhia possui capacidade de execução e histórico sólidos na identificação, prospecção, negociação e integração após dezenas de aquisições que, ao longo de mais de 20 anos, geraram valor para a Companhia, sendo uma poderosa alavanca para a execução da nossa estratégia de fortalecimento do core business e de expansão para novos mercados, além da criação de sinergias significativas.

Desde 2005, nós adquirimos diretamente mais de 50 Companhias que reforçaram desde o nosso segmento operacional principal (**TOTVS Gestão**) até a entrada em novos segmentos de atuação (**Techfin** e **RD Station**). Nossos executivos possuem experiência tanto no processo de aquisição quanto no de integração das novas empresas, o que alavanca o potencial das sinergias a serem extraídas, com foco no aumento do *cross* e *up-selling*, redução de *churn*, aumento dos serviços e soluções ofertadas, redução de custos, melhora da governança e expansão das vendas com o uso da marca TOTVS. São exemplos significativos da nossa capacidade de integração, as aquisições da RM, Datasul, Consinco, etc, todas transformacionais para a Companhia devido ao tamanho no momento da aquisição.

Também realizamos transações que ampliaram nossos mercados de atuação, como as aquisições da Supplier e da **RD Station**, que marcaram um passo decisivo para o estabelecimento da **Techfin** e **RD Station**. Essas aquisições se mostraram fundamentais para a construção de um ecossistema com três frentes de tecnologia B2B, voltado à ampliação do addressable market, o aumento de share of wallet e à fidelização de clientes. Outro exemplo relevante foi a criação da *Joint Venture* entre a **Techfin** e o Banco Itaú, iniciativa estratégica que uniu, de forma inédita, a maior empresa de tecnologia e o maior conglomerado financeiro do país. O objetivo: ampliar, simplificar e democratizar o acesso a uma ampla gama de produtos financeiros no mercado B2B. Essa aliança tem potencial para beneficiar pequenas e médias empresas, assim como toda a cadeia produtiva do país, ao combinar a expertise da TOTVS em sistemas de gestão - ambientes nos quais as empresas gerem suas informações transacionais - à expertise financeira única e capacidade de funding do Banco Itaú.

As principais operações de fusões, aquisições e alienações da Companhia ocorridas, ao longo de 2025, em ordem cronológica.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

DATA	ASSUNTO
19/12/2025	A TOTVS S.A. comunica que sua subsidiária, Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., celebrou, nesta data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição das quotas que representam a totalidade do capital social da **TBDC Desenvolvimento de Software Ltda.**, pelo montante de R$80 milhões.
27/11/2025	A TOTVS S.A. informa que sua subsidiária, TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. celebrou, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição da totalidade do capital social da **Chatbot Maker Tecnologia da Informação S.A. ("Suri")**, pelo montante de R$28 milhões.
22/07/2025	A TOTVS S.A. informa que celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a **Linx S.A.**, que deverá ser a titular, no fechamento da transação, de parte do segmento de negócio de *software* da Linx, pelo montante total de R$3.050.000.000,00. O fechamento da Transação está sujeito à aprovação do CADE e dos acionistas em assembleia geral.
09/06/2025	A TOTVS S.A. informa que sua controlada, Dimensa S.A., celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da **Agger S.A.** pelo montante total de R$260 milhões.

Observação: As datas mencionadas acima referem-se à assinatura dos contratos de compra e venda e divulgação das transações previamente ao Fechamento das transações (quando aplicável). Todas as aquisições tiveram seus fechamentos entre 2025 e início de 2026.

Sustentabilidade na TOTVS, uma visão de futuro

A sustentabilidade é tratada de forma intrínseca à estratégia de negócios da Companhia, orientando as decisões relativas à inovação, à gestão de riscos e à perenidade institucional. Em 2025, a TOTVS aprimorou sua abordagem estratégica ao aprofundar a análise das interações com seu ecossistema, considerando de forma integrada o ambiente regulatório, a sociedade, o contexto de negócios e as variáveis climáticas como fatores de influência mútua em suas atividades operacionais.

A evolução da agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*) permitiu o fortalecimento de pilares fundamentais, enquanto se intensificou a avaliação do nível de prontidão da Companhia frente a desafios emergentes. Destacam-se, nesse cenário, a adaptação às mudanças regulatórias, o acompanhamento de tendências sociais e a necessidade de uma postura resiliente diante das mudanças climáticas, que impactam setores críticos do portfólio da Companhia, como Agroindústria e Manufatura.

A partir dessa análise, a Companhia revisitou a conexão entre seus temas materiais e os riscos operacionais, consolidando uma visão integrada entre estratégia e gestão de riscos. A adoção das normativas IFRS S1 (Divulgações Gerais de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade) e IFRS S2 (Divulgações

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Relacionadas ao Clima) atuou como diretriz central para o amadurecimento dos controles internos e das interdependências estratégicas, assegurando a geração de valor compartilhado.

A Companhia mantém uma gestão rigorosa de suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). No exercício de 2025, correspondente à quarta edição do Inventário de Carbono (ano-base 2024), a TOTVS publicou, de forma inédita, um documento exclusivo para o tema, submetido à asseguração externa por auditoria independente. Tais iniciativas conferem maior credibilidade ao reporte e subsidiam o planejamento de eficiência energética, especialmente no que tange à operação de data centers e infraestrutura de nuvem.

No pilar social, a estratégia foca na formação profissional, empregabilidade e gestão de pessoas. A Companhia mantém políticas estruturadas de diversidade e inclusão, além de programas de capacitação técnica. Destaca-se a parceria histórica com o Instituto da Oportunidade Social (IOS), que promove a formação de jovens em situação de vulnerabilidade para o mercado de tecnologia, servindo como um vetor de impacto social e fomento ao ecossistema de talentos.

A governança corporativa permanece como o alicerce para a execução da estratégia de crescimento. A Companhia mantém estruturas robustas de ética, integridade e conformidade, avançando continuamente na transparência e na confiabilidade das informações divulgadas. O compromisso institucional é reforçado pela adesão a iniciativas voluntárias de relevância global, como o Pacto Global da ONU e o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção (Instituto Ethos).

A integração da agenda de sustentabilidade envolve atualmente mais de 50 áreas da Companhia, consolidando um modelo de atuação transversal. Essa estrutura reflete o fortalecimento da governança e o engajamento organizacional na construção de um modelo de negócio responsável, capaz de mitigar riscos e capturar as oportunidades decorrentes da economia de baixo carbono e da transformação social.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. Produtos e serviços comercializados

A Companhia entrega produtividade por meio da digitalização dos negócios, com ofertas de *softwares* de gestão, serviços financeiros, soluções de *business performance*, plataformas tecnológicas, além de serviços de consultoria para empresas de todos os portes, com venda direta aos clientes ou por meio de uma rede exclusiva de franquias.

Desta forma, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou seus resultados financeiros e operacionais. Abaixo, temos um breve descritivo de seus segmentos: **TOTVS Gestão**, **RD Station** e **Techfin ERP Finance**:

- **TOTVS Gestão**: Viabiliza os demais segmentos por concentrar a geração de dados e integrações. Conta com um portfólio de soluções focado na eficiência das operações de *back* e *middle office* dos clientes por soluções de ERP/RH, soluções verticais especializadas em 12 segmentos da economia e soluções direcionadas aos micro e pequenos negócios.

- **RD Station**: Visa alavancar os resultados, performance e relacionamento das diferentes áreas de negócios de nossos clientes. Consolida a plataforma de marketing digital e as soluções de apoio a vendas, compostas pela suíte de *e-commerce* e *conversational commerce*. A aquisição da RD Station consolidou o surgimento do segmento operacional e foi um passo definitivo na construção de um ecossistema de tecnologias *business to business* (B2B), que vai além do ERP. Essa estratégia tem como objetivo ampliar o *addressable market*, o *take rate* e, por fim, aumentar a fidelização de clientes, por meio do avanço nas cadeias de valor, liderando uma jornada de digitalização que visa exponencializar as operações da Companhia.

- **Techfin ERP Finance**: Divisão de serviços financeiros da TOTVS que opera sob o conceito de ERP *Finance*, integrando soluções de crédito e pagamentos diretamente aos sistemas de gestão. Através de uma *Joint Venture (JV)* com o Itaú Unibanco, a **Techfin** utiliza a inteligência de dados do ERP para oferecer produtos como antecipação de recebíveis e capital de giro com menor risco e maior eficiência para o segmento de médias e pequenas empresas (SMB). Nesse contexto, o objetivo estratégico é expandir o mercado endereçável da Companhia, transformando o *software* em um habilitador de serviços financeiros rentáveis.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O compromisso de criação de uma *Joint Venture* com o Itaú atende aos critérios de ativos mantidos para venda, de acordo com o CPC-31/IFRS-5 e, dessa forma, as informações financeiras trimestrais revisadas ("GAAP") apresentam o resultado da operação de **Techfin** consolidado na linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Techfin". Visando a preservação da análise de receitas e margens EBITDA dos três segmentos operacionais, o padrão de apresentação anterior foi mantido, o qual denominamos como padrão "Non-GAAP", isto é, sem a reclassificação das linhas de receitas, de custos e de despesas da Techfin para a linha "Lucro (Prejuízo) Líquido da Techfin". Adicionalmente, foi mantida a utilização do conceito de Receita Líquida de *Funding* da Techfin à 50%, inclusive na consolidação da Receita Líquida (Non-GAAP) da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2024 e 2025, os segmentos operacionais obtiveram a seguinte representatividade da receita líquida consolidada:

Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de			
(em milhares de reais, exceto %)	**2025**	**2024**	**Δ (%)**
TOTVS Gestão	5.118.400	4.355.954	17,5%
RD Station	653.467	558.793	16,9%
Techfin a 50%[1]	135.508	111.636	21,4%
Receita Líquida	**5.907.375**	**5.026.383**	**17,5%**

[1]Incorpora o conceito de Receita de Techfin a 50%, Líquida do Custo de Funding na consolidação das receitas da Companhia.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O Lucro Líquido do exercício de 2025 totalizou R$921 milhões, um crescimento de 25% a/a na comparação com os R$735 milhões apurados em 2024.

Para a apuração do Lucro Líquido Ajustado, foram considerados os efeitos de ajustes não recorrentes. Entre os principais itens de reconciliação, destacam-se a amortização de intangíveis adquiridos, que somou R$52 milhões (+18% a/a), e o impacto de R$79 milhões referente ao Resultado da Operação Descontinuada. Adicionalmente, o cálculo considerou a dedução de R$42 milhões relativos aos Dividendos Preferenciais de Techfin.

Após esses ajustes, o Lucro Líquido Ajustado encerrou o ano em R$881 milhões, o que representa uma expansão de 25% frente aos R$707 milhões registrados no exercício anterior. A Margem Líquida Ajustada atingiu 16%, crescimento de 90pb versus 2024.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Em R$ milhões	2025	2024	Δ a/a
Lucro Líquido	**920,7**	**735,4**	**25,2%**
Lucro dos não Controladores - Dimensa	(29,0)	(17,9)	61,7%
Dividendos preferenciais Techfin	(42,3)	-	-
Resultado da Operação Descontinuada	(79,0)	(49,5)	59,6%
Itens Extraordinários Líquidos de IR	34,4	(45,5)	(175,6%)
AVP Opção de Compra Líq. de IR	24,1	21,2	13,5%
Amort. de Intang. de Aquisições Líq. de IR	52,0	63,1	(17,7%)
Lucro Líquido Ajustado	**880,8**	**706,7**	***24,6%***
% Margem Líquida Ajustada	*15,3%*	*14,4%*	*90 pb*

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. Características do processo de produção

Produtos oferecidos pela Companhia

1. PORTFÓLIO **TOTVS GESTÃO**

Nosso portfólio de *software* inclui a oferta em 5 camadas: (i) a solução de ERP para operações de backoffice, que contempla os processos gerais da operação de um negócio como contratos, atividades administrativas e financeiras, entre outros, e a solução de RH; (ii) as soluções de *software* especializadas na vertical de negócios do cliente, portanto totalmente direcionada aos desafios de diversos segmentos de atuação da Companhia; (iii) as plataformas de inovação, que representam evoluções do sistema de gestão, com arquitetura mais aberta, integráveis as aplicações e desenhadas com premissas de produtividade, colaboração, gestão e relacionamento, e robusta inteligência e capacidade de análise de dados; (iv) soluções para micro e pequenos negócios com soluções sob medida para microempresas; e (v) portfólio de prestação de serviços que compõem nossos serviços de implementação de *software*, *cloud*, educação empresarial e consultoria.

1.1. Soluções ERP

O sistema de gestão empresarial (ERP, ou *Enterprise Resource Planning*) é a base de todas as operações de um negócio, que permite acesso fácil e confiável aos dados de uma empresa em tempo real, a qualquer hora e em qualquer lugar, integrando e facilitando a comunicação entre diferentes departamentos, como vendas, finanças, estoque e recursos humanos, e viabilizando maior controle e gerenciamento dos processos de uma organização. A partir dos dados levantados por um ERP e sua respectiva análise, é possível fazer diagnósticos aprofundados, o que pode contribuir para o gestor tomar decisões mais adequadas para maior eficiência e produtividade, redução de custos, crescimento, rentabilidade e aumento da competitividade da empresa.

Os ERPs TOTVS estão em constante evolução tecnológica para oferecer cada vez mais funcionalidades e benefícios para os negócios, acompanhando a dinâmica e mudanças aceleradas do mercado, garantindo a observância das regras de negócios, fiscais e a segurança das informações.

Os ERPs TOTVS compreendem os processos essenciais e complementares para a gestão, integrando soluções orientadas de acordo com a especialidade atendida, em uma plataforma de produtividade e colaboração. Este núcleo compreende desde o back office administrativo e financeiro, com atendimento integral da legislação, até os módulos fundamentais para colocar em operação qualquer tipo de indústria, serviços, armazenamento, distribuição e logística.

A legislação tributária brasileira é uma das maiores e mais complexas do mundo, o que sujeita as empresas à necessidade de acompanhar esse cenário que sofre atualizações constantes. A dificuldade para manter a gestão estratégica dos riscos fiscais é potencializada diariamente com mudanças legislativas e um calendário repleto de obrigações e prazos distintos para cumpri-las em todo o território nacional, além da necessidade

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

de investimento em profissionais, *software*, armazenagem de dados, consultoria, terceirização, advogados e despesas judiciais.

O calendário de vencimento das obrigações sofre constantes alterações, muitas vezes impulsionadas, inclusive, por eventos naturais adversos ou outras questões definidas como calamidade pública. Nesse sentido, possuímos um site denominado Espaço Legislação que apoia nossos clientes com informações e possui, entre outros, um serviço de calendário onde mantemos as informações atualizadas com todas as datas e vencimentos para auxiliar nossos clientes em suas operações.

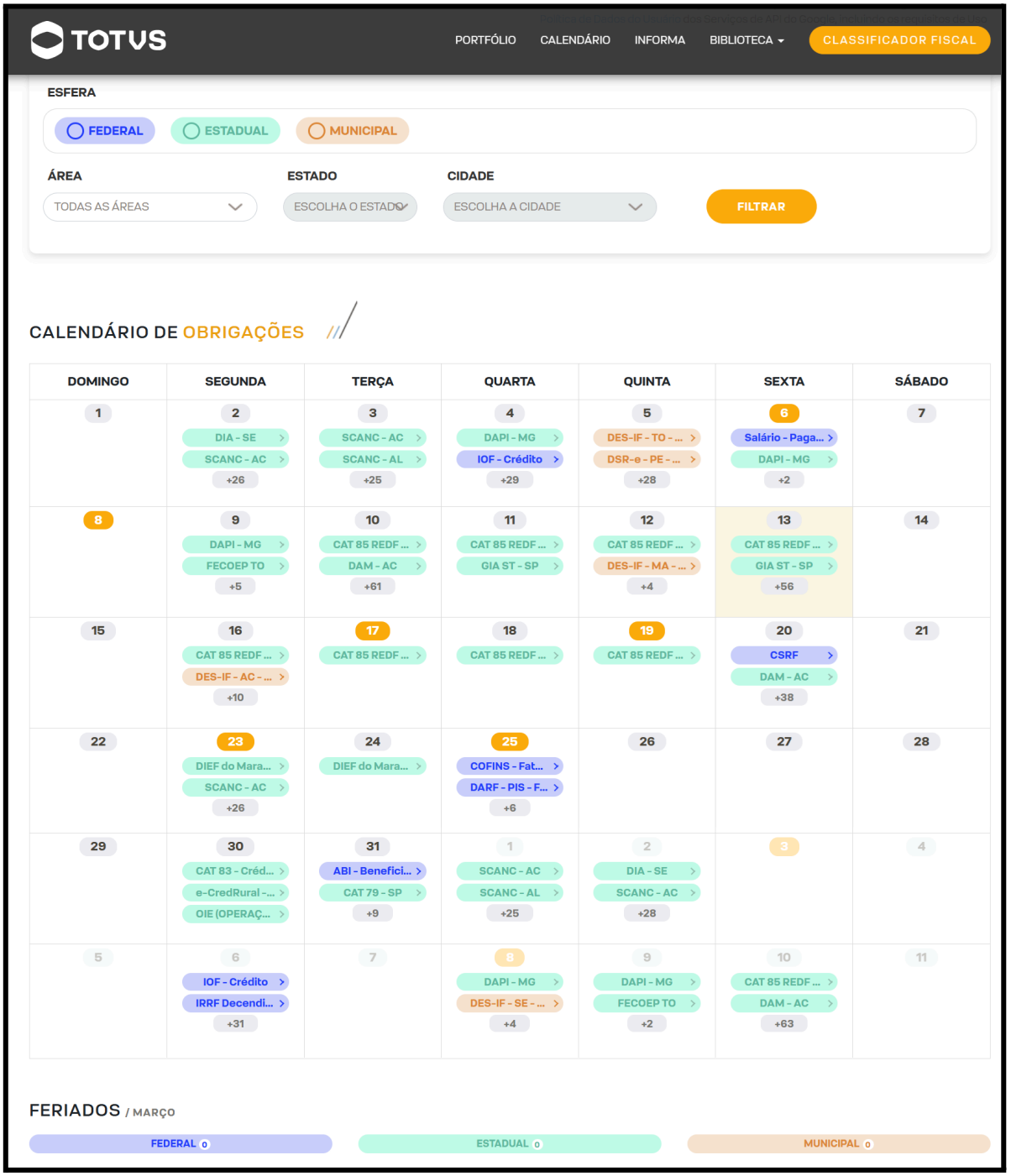


Figura: Calendário no Espaço Legislação

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Os meios do Fisco para garantir a observância das normas fiscais ganham robustez a cada ano. Todo o histórico e processo operacional praticado pelo contribuinte está sob os olhares atentos das autoridades fiscais. De posse de documentos eletrônicos, escriturações mensais e escriturações anuais o Fisco utiliza sua expertise tributária para os mais diversos fins com o objetivo de controlar, monitorar e fiscalizar as informações tributárias, contábeis, trabalhistas e previdenciárias.

As obrigações fiscais fazem parte do dia a dia de todas as empresas, independentemente do porte e do segmento de atuação. Compreender o cenário tributário brasileiro é uma tarefa extremamente complexa, que exige tempo, conhecimento e atualização constante.

A Reforma Tributária no Brasil é um tema de grande importância e urgência, amplamente debatido por empresas, economistas e especialistas fiscais. Surge em um cenário em que nosso país tem um dos sistemas tributários mais complexos do mundo. Passaremos por um longo período de transição para implantarmos o IVA Dual que será complementado pelo Imposto Seletivo e juntos visam substituir o PIS/COFINS pelo CBS- Contribuição Sobre Bens e Serviços, assim como ICMS/ISS pelo IBS- Imposto sobre Bens e Serviços.

TOTVS RH: A Companhia tem soluções completas para atender os processos que compõem a suíte de Recursos Humanos, proporcionando às empresas uma gestão e desenvolvimento do capital humano de forma simples e ágil em todos os processos, como: suporte às exigências legais e processamento de folhas de pagamento, gestão de benefícios, controle da jornada de trabalho dos colaboradores, planejamento da força de trabalho, atração e retenção de talentos, gestão de treinamentos, gestão por competências e acompanhamento de resultados por meio de indicadores e planos de ação e o estabelecimento de metas estratégicas.

1.1 Soluções Verticalizadas

A Tecnologia da Informação (TI) é um setor de altíssimo valor agregado e tem potencial para contribuir decisivamente para a sustentação de novos ciclos de desenvolvimento no País, impactando positivamente – e de modo abrangente – todas as cadeias produtivas. Neste sentido, a Companhia definiu focar a sua atuação em 12 segmentos econômicos, estratégia que lhe permitiu incorporar as melhores competências ao seu portfólio, tornar os seus produtos mais especializados e também integrar cada vez mais a cadeia produtiva de seus clientes de ponta a ponta, como, por exemplo, o *Supply Chain* que agrupa os segmentos Agroindústria, Manufatura e Logística.

A Companhia estrutura suas equipes com profissionais especializados para cada um dos 12 segmentos de negócio dos seus clientes, maximizando assim os benefícios da especialização. Desta forma, passamos a oferecer soluções ainda mais específicas, não apenas para os nossos clientes, mas para os clientes dos nossos clientes. Isso quer dizer que, por exemplo, quando desenvolvemos uma ferramenta para uma universidade, procuramos entender as necessidades não somente dos profissionais dessa instituição de ensino, mas também dos seus clientes, ou seja, dos estudantes.

Integrada aos sistemas de *back-office*, a estruturação dos *softwares* verticalizados em cada setor responde aos desafios do core business do cliente e objetiva a consolidação das soluções e processos de negócios por setor de atuação da economia, otimizando o desenvolvimento, a atualização e a inovação das soluções. Isso permite que as soluções ofertadas pela Companhia atendam desde as necessidades básicas das empresas, relacionadas às operações rotineiras de back-office, tais como processos de contas a pagar, contas a receber,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

fiscais e relações humanas, até as necessidades relacionadas ao core business das empresas, tais como controle de alunos em uma universidade, controle de estoques em uma manufatura ou gestão de obras em uma construtora.

Neste sentido, o portfólio da Companhia está organizado em soluções de negócios especializadas para os seguintes 12 segmentos da economia:

- **Agroindústria**: a Companhia tem soluções especializadas para o segmento agroindústria que abrangem a cadeia de valor dos seguintes subsegmentos: Beneficiamento e Comercialização de Commodities Agrícolas, Produção de Cultivos e Bioenergia. Nosso objetivo é viabilizar maior rastreabilidade da produção, melhor gestão econômica-financeira e total planejamento e controle dentro de processos característicos do agronegócio, que vão desde o planejamento agrícola até a colheita e industrialização, considerando melhores práticas de manejo em agricultura de precisão e identificação granular onde estão os gargalos de custo e rendimentos operacionais que podem contribuir com melhor performance.

- **Manufatura**: no cenário atual de transformação digital, nossa proposta de valor é viabilizar uma manufatura leve através da simplificação e digitalização de processos. Investimos em soluções de mobilidade e automação para garantir maior velocidade e acuracidade nos registros do chão de fábrica, aumentar a eficiência, melhorar a produtividade e reduzir custos. Possuímos uma moderna solução de planejamento avançado da produção, para apoiar a sincronização e sequenciamento da cadeia de suprimentos. Disponibilizamos uma poderosa Plataforma IoT, especialmente desenvolvida para criação de soluções conectadas e ecossistemas colaborativos. Altamente escalável, a plataforma conta com avançados recursos para coleta, agregação e visualização de dados, possibilitando o melhor entendimento da grande quantidade de dados provenientes dos dispositivos de chão de fábrica como sensores, motores, atuadores, drives, controladores, etc. Aliamos uma aplicação de Inteligência Artificial que provê soluções de otimização industrial focada em trazer os conceitos mais avançados de industrial analytics, um dos pilares da indústria 4.0. Nossas soluções atendem, dentre outras, especialmente a oito grandes especialidades: Metal-Mecânico e Plásticos, Bens Duráveis, Bens de Consumo, Química e Reciclagem, Extrativismo e Beneficiamento, Papel e Celulose, Têxtil e Vestuário e Bens de Capital, viabilizando uma manufatura cada vez mais sustentável com inovação tecnológica e desenvolvimento de produtos aliados à preservação ambiental.

- **Logística**: a Companhia oferece soluções especializadas para a Logística, que atende aos desafios dos mais variados segmentos, entre eles, transportadoras, operadores logísticos, portos e recintos alfandegados, manufatura, distribuidores, varejo, etc. Nestes segmentos, objetivamos garantir uma Logística altamente produtiva e eficiente com a adoção das nossas soluções. Permitindo a total gestão da Cadeia de Armazenagem, desde o Planejamento e Recebimentos das Docas, Gestão de Pátios e Portaria, Inspeção na Entrada e Saída dos veículos (check-list), Pesagem através de balanças rodoviárias e Gestão de Armazenagem. Atendemos também a Cadeia de Transporte com soluções que permitem fazer todo o controle operacional e a gestão sobre transporte, controlando o Frete a Receber e a Pagar, Integração com Meios de Pagamento, Otimização Logística com uso de AI, Gestão de Frotas, Coleta/Entrega e o Market Place Logístico. Por fim, atendemos o pilar de visibilidade onde entregamos soluções de Insights Logísticos e Portal Logístico. O uso das soluções eleva o nível de serviço das empresas, permitindo eficiência operacional, redução de custos, estoques balanceados, redução do tempo de ciclo do processamento das demandas (pedidos, nf, cte, etc), fluxo de informações precisas e confiáveis para gestão da Logística de *Inbound* e

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Outbound.

- **Varejo**: no varejo, são atendidos os seguintes subsegmentos: Gestão de Concessionárias de Veículos, Redes de Franquias, Supermercados, Moda, Food Service e Alimentação, Supermercados, Magazines e Lojas de Departamentos e Materiais de Construção. Nossas soluções se propõem a oferecer a gestão completa para um varejista, desde a automação dos processos administrativos até a finalização da venda no PDV – Ponto de Venda (*checkout*, *selfcheckout* e PDV móvel), inclusive nas atividades de gestão de loja, gestão de crédito, mobilidade, e-commerce, gestão de estoques, precificação, RFID, gestão de grade e sortimento, com segurança nas informações e soluções integradas.

- **Distribuição**: soluções que atendem diversos tipos de operação, desde a distribuição de insumos primários até o atacadista distribuidor dos mais diversos tipos de produtos, como mercearia, frios, cosméticos, higiene e limpeza, material de construção, farmacêutico, química e autopeças. Nossas soluções são pensadas de acordo com as etapas da cadeia produtiva, e visam a automatizar desde a compra de mercadorias, o recebimento e a armazenagem dos produtos, passando pela venda, separação, expedição, faturamento, acerto de carga, tesouraria, financeiro até as operações fiscais e contábeis da empresa.

- **Prestadores de Serviços**: a Companhia oferece soluções específicas para os seguintes subsegmentos: Terceirização de mão de obra, Locação de Equipamentos (rental), Field Service Management (assistência técnica), Transporte de passageiros na linha de fretamento rodoviário, contínuo, eventual e urbano. Visamos contribuir para que nossos clientes possam garantir o controle das operações com otimização da alocação de recursos e consequente aumento de sua produtividade, gerar valor de maneira sustentável aos seus clientes com oferta de serviços de qualidade para a perenidade de seus relacionamentos, e oferta de mão de obra qualificada para a prestação dos seus serviços.

- **Construção**: a Companhia oferece soluções específicas para os subsegmentos de Construtoras e Gestão Imobiliária. Com nossa expertise em toda a cadeia da construção, gestão de imóveis para incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers, nossas soluções são adaptadas para atender às necessidades específicas de cada setor. Nossa proposta de valor para construtoras é fornecer soluções integradas para a gestão eficiente do canteiro de obras, planejamento estratégico, orçamentação precisa, acompanhamento rigoroso de contratos e fornecimento de materiais. Com nossas soluções, as construtoras podem obter maior eficiência operacional, economia de tempo e maximizar seus lucros. Por sua vez, nossa proposta de valor para os subsegmentos de incorporação, aluguel e gestão de condomínios comerciais e shopping centers é oferecer soluções que garantem uma gestão eficiente e transparente de imóveis, com foco em rentabilidade e satisfação dos clientes. Com nossas soluções, os clientes podem obter uma visão completa do desempenho dos imóveis e maximizar seus retornos financeiros.

- **Educacional**: a Companhia oferece soluções especializadas para os subsegmentos de Educação Básica, Educação Superior e Educação Continuada. Nosso objetivo é permitir que a instituição de ensino possa digitalizar e otimizar todos os seus processos de gestão educacional como captação de novos alunos, matrículas, gestão de avaliações e frequência, gestão do acervo acadêmico, gestão de recebíveis, relacionamento com a comunidade acadêmica, certificação e diplomação. Além disso, queremos ajudar as instituições a obter maior retenção e satisfação de alunos e familiares em relação a prestação de serviços

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

educacionais.

- **Hotelaria**: a Companhia oferece soluções específicas para o setor de Hospitalidade, incluindo hotéis, pousadas e resorts, com o objetivo de facilitar a gestão hoteleira. Com nossas soluções integradas é possível acessar facilmente operações como *check-in*, *check-out*, governança e gestão de reservas, bem como obter ampla visão dos principais indicadores de gestão, como taxa de ocupação, diária média, REVPAR e receita em tempo real. Além disso, nossa solução conta com integração com os principais players de distribuição, garantindo a distribuição de reservas em diferentes canais de venda, tudo isto suportado por uma solução de *back-office* completo para processos financeiros, fiscais e contábeis, permitindo visibilidade dos indicadores de gestão hoteleira. Nossas soluções proporcionam uma gestão mais eficiente, melhor experiência para os hóspedes e maior lucratividade para o estabelecimento.

- **Jurídico**: a Companhia compreende a realidade da cadeia de serviços jurídicos e contribui para que, escritórios de advocacia e departamentos jurídicos de empresas tenham mais flexibilidade e rapidez, e se mantenham constantemente atualizados, por meio de soluções escaláveis e especializadas que controlam operações, reduzem custos, melhoram o relacionamento com o cliente e contribuem para a conquista de novas demandas. A proposta para este segmento é permitir aos responsáveis pelos departamentos jurídicos gestão completa da atividade processual e administrativa; gestão acessível e com mobilidade para relacionamento de qualidade com escritórios parceiros; e para escritórios jurídicos a gestão definitiva para a sustentação da operação com back-office especializado, e facilidade na operação e escalabilidade.

- **Saúde**: a Companhia desenvolve soluções específicas para o segmento de saúde, atendendo clínicas, centros clínicos, hospitais, cooperativas médicas, operadoras de planos de saúde e autogestões. Buscamos oferecer a gestão da instituição de saúde com a melhoria da performance clínica (prontuário eletrônico completo, gestão de medicamentos, etc.), garantia do compliance e geração de resultados financeiros sustentáveis, suportando seu negócio com dados e informações confiáveis e interoperáveis para tomadas de decisões corretas, desde a processos de autorização de procedimento e cobranças, o repasse adequado de recurso aos prestadores, passando pelo controle de glosas, até o atendimento às regulamentações do setor, garantindo agilidade e qualidade no atendimento ao paciente.

- **Financial Services**: a Companhia oferece soluções especializadas para todos os tipos de instituição financeira como bancos e financeiras, cooperativas de crédito, fundos de investimento, previdência complementar, corretoras e seguradoras, englobando as suas áreas de investimentos, crédito, cartões e *core banking*, desde o ambiente de negócios até a contabilidade e área operacional, passando pelos controles gerenciais e de compliance e de mercado. O nosso propósito é permitir ao cliente a confiabilidade das operações financeiras, precisão nos cálculos financeiros, eficiência nos processos de concessão de crédito com a redução de risco e envio de informações necessárias aos órgãos legais.

1.2 Soluções de Plataformas de Inovação

Para a Companhia, o ERP é o seu principal negócio e, assim como o mundo, ele está em transformação constante: evoluindo de sistemas para plataformas abertas, conectadas e personalizáveis. Hoje, a Companhia oferece plataformas de inovação aos clientes, que se integram ao portfólio de gestão, potencializando as soluções de backoffice e os *softwares* especializados em segmentos do cliente, agregando assim maior valor às suas operações. São elas:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **TOTVS Fluig**: é a solução que potencializa a produtividade da empresa. Elimina a complexidade, integra processos, oferece agilidade, aumenta a produtividade e reduz custos. Tudo em uma única plataforma. Lançada em 2013, mais de 5.000 empresas já escolheram o TOTVS Fluig para a criação e a viabilização dos projetos de inovação das empresas, seja qual for o sistema que ela adota, desde o legado ao ERP, as aplicações da solução são inúmeras. No RH, aumentando a colaboração, disseminação de informações e mais velocidade nos processos de BackOffice. No Financeiro, apoiando na orquestração de centro de serviços compartilhados, aumentando a eficiência operacional e uma gestão mais digital, o que permite um melhor gerenciamento e acompanhamento da saúde financeira da empresa. Em compras, reduz gargalos e erros manuais, adicionando mais agilidade e fluidez na comunicação com o fornecedor. Para viabilizar esses projetos as empresas podem criar elas mesmas os processos, por meio de desenhadores e recursos LOW-CODE, a plataforma possui a STORE, uma loja virtual com soluções prontas para a empresa utilizar rapidamente. Como uma solução CROSS o TOTVS Fluig possui cases nos mais diversos segmentos: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação.

- **TOTVS Collab**: solução para resolver os principais desafios de colaboração, produtividade e comunicação entre as áreas da empresa. Com ele, o cliente digitaliza a gestão de equipes e projetos e dá aos profissionais de negócios mais autonomia para administrar suas rotinas e otimizar o gerenciamento, sem depender do suporte de TI. O TOTVS Collab é simples, com uma interface intuitiva para facilitar a rotina. O sistema tem boa capacidade de escala, configuração flexível e roda em nuvem, por isso não depende de uma grande infraestrutura de tecnologia. Além disso, a contratação é feita por assinatura, de acordo com o número de usuários. Com isso, há uma melhor relação entre custo e benefício. O TOTVS Collab também proporciona mais mobilidade à gestão das empresas. O acesso é via web, para facilitar o gerenciamento das equipes e projetos em qualquer lugar e a qualquer hora, pelo tablet ou pelo celular.

- **TOTVS Analytics**: Solução de *business analytics* que apresenta dados de forma estruturada, consolidando as informações da empresa em dashboards dinâmicos e intuitivos que permitem uma gestão de indicadores e resultados muito ágil proporcionando uma tomada de decisão segura. A ferramenta está disponível 100% na nuvem, o que dispensa gastos com infraestrutura. Oferece indicadores e relatórios em um único local, de maneira prática e ágil, sem necessidade de acessar várias fontes diferentes, já sendo integrada ao ERP TOTVS, com mais de 300 relatórios e indicadores prontos e disponíveis.

- **TOTVS Identity**: Solução completa de Identity Management (IDM) que oferece uma gama de recursos para proteger seus dados confidenciais, simplificar o acesso a recursos e garantir a conformidade com as regulamentações. Através de permissões detalhadas para cada usuário ou grupo, é possível controlar quem pode acessar quais sistemas, dados e funcionalidades. Utilize métodos de autenticação multifator, para garantir que apenas os usuários autorizados acessem seus sistemas. Centralize o gerenciamento de identidades e acessos em um único sistema, reduzindo a complexidade e eliminando a necessidade de gerenciar senhas e acessos individualmente em cada aplicativo.

- **TOTVS iPaaS**: O TOTVS iPaaS é uma plataforma *low code*, com o objetivo de facilitar a construção e manutenção de integrações, para perfis de usuários com baixo aprofundamento técnico a usuários com grande experiência em desenvolvimento. O produto proporciona integrações simples ou complexas de forma segura, otimizando o aproveitamento de suas ferramentas tecnológicas. Na prática, o sistema se posiciona como ponte de orquestração entre dois ou mais sistemas e você nem se lembra que a integração existe. Desse modo, suas integrações não precisam mais ser sinônimo de problema e dor de cabeça. O resultado é

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

um processo de integração com o melhor custo benefício. Com o TOTVS iPaaS, você controla as entregas de mensagens entre um sistema e outro, e cria códigos "De:Para" compatíveis para permitir a comunicação entre as soluções integradas. E ainda conta com dashboards dinâmicos e total rastreabilidade que permitem acompanhar a comunicação entre os sistemas interligados pelo TOTVS iPaaS em tempo real, permitindo identificar qualquer problema facilmente. O TOTVS iPaaS é contratado por assinatura, roda em plataforma cloud, e atende todos os segmentos como: Serviços, Manufatura, Varejo, Logística, Agronegócio, Construção e Projetos, Saúde e Educação.

Além disso, a ferramenta possui alta capacidade de escala, e pode acompanhar facilmente o crescimento das operações da sua empresa.

A plataforma TOTVS CRM possui duas soluções distintas para gestão de relacionamento comercial.

O TOTVS CRM Gestão de Clientes é um sistema completo de gestão de vendas B2B. Trata-se de uma solução robusta 100% SAAS, com uma interface simples e intuitiva, fácil de operar. Conta com uma visão 360 graus para gerir o relacionamento dos times comerciais com seus leads e clientes, com possibilidade de integração à ERPs e ferramentas digitais via APIs ou *Marketplace* dentro da própria plataforma. A Plataforma facilita a tomada de decisões estratégicas e facilita a visão dos diferentes clientes em cada estágio do funil de vendas. O TOTVS CRM Gestão de Clientes também ajuda a derrubar barreiras de informação, integrando em uma só plataforma dados analíticos da área comercial e marketing, potencializando a sinergia entre as diferentes equipes. Além disso, a solução conta com uma série de ferramentas para automação de processos como controle de agenda do time de vendas e prospecção, *workflows* e gestão de *pipeline*, além de possibilitar automação de propostas com preenchimento automático através de um dicionário de TAGs, entre outras, que facilitam a gestão de vendas, sem perder tempo com tarefas mecânicas e burocráticas.

O TOTVS CRM Automação da Força de Vendas – SFA é um sistema robusto e flexível de automação de força de vendas, capaz de atender desde empresas de pequeno e médio porte até grandes empresas, permitindo a integração com uma ampla gama de ERPs. A contratação é por assinatura, e o sistema pode ser hospedado em servidores on premises ou em plataforma cloud. Conta com uma interface intuitiva, fácil de operar, e que proporciona uma excelente experiência de uso. Possui regras flexíveis, que permitem configuração da plataforma de acordo com as regras de negócio e particularidades das operações. Permite o gerenciamento da carteira de clientes e equipes de vendas com uma visão 360 graus; controlar agendas, rotas de visitas, atendimentos e visitas aos clientes, entre outros processos fundamentais para sua atividade comercial. A Plataforma inclui visão analítica de dados para acompanhamento dos indicadores de vendas, emissão de pedidos de vendas, faturamento entre outros. Além disso, a solução conta com um módulo voltado para o segmento do agronegócio, que auxilia no planejamento, acompanhamento e medição de resultados da lavoura, facilitando a análise e tomada de decisões.

· Inteligência de Dados: Soluções que tem como objetivo otimizar os resultados das empresas em marketing digital e Inteligência de dados, com soluções como CDP (*Costumer Data Plataform*) para gestão dos dados dos consumidores, DMP (*Data Management Plataform*) para ativação de audiência em mídias digitais e CMP (*Consent Management Plataform*) para obter consentimento na coleta de *cookies* nos sites das empresas. Além de soluções prontas que utilizam esses *softwares* para mercados específicos como o Tail Shoppers para o mercado de bens de Consumo e Varejo.

1.3 Portfólio de Prestação de Serviços

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

- **Implementação e customização de *Software***: o time de implementação da Companhia realiza a implementação apenas das soluções que são comercializadas pela empresa por meio da metodologia de implementação TOTVS, que dá as diretrizes, métodos, padrões e etapas a serem seguidos desde o início dos serviços até os controles de qualidade pós-implementação. As unidades próprias e as franquias da Companhia seguem a metodologia de implementação em todos os locais, utilizando as mesmas técnicas de execução das tarefas e as mesmas ferramentas para realizar as tarefas relacionadas à implementação das soluções de *software* TOTVS.

- ***Cloud Computing***: oferta da TOTVS que oferece um portfólio completo de serviços de nuvem, tais como: infraestrutura, serviços de monitoramento, backup, banco de dados e segurança, assim como a gestão de *softwares* da TOTVS. A oferta está disponível no modelo PaaS ou SaaS para os *softwares* TOTVS e IaaS para *softwares* de terceiros, e é disponibilizada através do T-Cloud, uma plataforma vocacionada para inovar integrar e estender aplicações TOTVS na nuvem, através da qual as empresas obtêm mais segurança, simplicidade e autonomia para gerenciar seus recursos e administrar o seu produto TOTVS na nuvem.

- **Universidade TOTVS *Business***: soluções educacionais desenvolvidas em diferentes modalidades, com aulas gravadas (*e-learning*) ou ao vivo, que oferecem ambientes para prática de exercícios, conteúdos e infraestrutura para a capacitação profissional nos produtos TOTVS. São destinadas à empresas, instituições e/ou pessoas físicas que necessitam ou desejam alavancar conhecimento e/ou certificação nos conteúdos TOTVS, de forma centralizada ou dispersa geograficamente.

2. PORTFÓLIO TECHFIN ERP FINANCE

Nosso portfólio da Techfin ERP Finance contempla tecnologia e inovação para ampliar, simplificar e baratear o acesso das empresas aos serviços financeiros. Oferecemos serviços financeiros inteligentes e personalizados, de acordo com o perfil de cada empresa e as necessidades da jornada financeira dos negócios dos clientes, ampliando as opções para comprar insumos e melhores condições para pagar despesas. Do outro lado do ciclo, as empresas podem vender de forma mais simples e integrada, e receber de forma mais rápida e eficiente.

Nossas ofertas estão estruturadas de forma a maximizar a vantagem da tecnologia, que transforma processos complexos e burocráticos em ações simples viabilizando fácil acesso a serviços financeiros. Elas se dividem em três categorias: (i) Crédito, ofertas de soluções simples, acessíveis e personalizadas, que facilitam o acesso a crédito para empresas e seus funcionários; (ii) Pagamentos, soluções integradas ao PDV e PIX (Pagamento Instantâneo); além de soluções para instituições de ensino para pagamentos online que simplificam e geram eficiência para facilitar as operações de pagamento, (iii) Gestão de Caixa, oferta de plataforma de gestão financeira que permite, de forma automática e integrada ao ERP, o acesso a indicadores financeiros e de fluxo de caixa.

Crédito - Techfin:

- **Antecipa**: Solução que oferece liquidez imediata por meio da antecipação de recebíveis, totalmente integrado ao ERP TOTVS, de forma fácil e rápida.

- **+Vendas**: Solução de crédito B2B que permite às empresas oferecer uma linha de crédito adicional aos seus clientes e mais prazo para pagar, gerando a liberação de capital de giro, sem risco de crédito.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

- **+Prazo**: Solução versátil que permite à sua empresa contratar para alongar ou parcelar boletos de seus fornecedores com opção de integração com seu ERP TOTVS ou ofertar aos seus clientes como uma solução inovadora de alongamento de prazos, fácil e rápido.
- **+Giro**: Linha de crédito desenvolvida para apoiar empresas nas necessidades de capital de giro, seja no curto ou no longo prazo. Ele oferece recursos para financiar as atividades essenciais do dia a dia — como compra de estoques, pagamento de fornecedores e cobertura de despesas operacionais.

Pagamentos

- **TOTVS Pagamento Instantâneo**: Trata-se de uma solução completa para o recebimento de pagamento via PIX, novo meio de pagamento do Banco Central. O produto permite que as empresas recebam PIX de maneira rápida, simples e econômica ao oferecer taxas menores que as dos meios de pagamento tradicionais. O recebimento acontece na conta que a empresa já possui, sem a necessidade de negociar com instituições financeiras. A empresa conta ainda com conciliação de vendas automática.
- **eduCONNECT Pay**: Uma nova forma de receber pagamentos para as instituições de ensino. Uma solução que permite receber pagamentos de mensalidades e outros serviços via cartão de crédito, permitindo negociações digitais e possibilidade de ativação de pagamento recorrente. Tudo 100% integrado ao ERP com conciliação automática, antifraude e recorrência. Mais comodidade para pais e alunos e menos inadimplência para as escolas e universidades.
- **TOTVS Pagamento Digital**: Solução criada para permitir que as empresas ofereçam novos meios de pagamentos digitais aos seus clientes, como PIX e carteiras digitais, sem necessidade de aderir a diversos sistemas e maquininhas. Com ele, é possível realizar uma gestão unificada das carteiras, reduzir custos com taxas de administração e receber o dinheiro na hora, na conta da empresa, sem precisar esperar a compensação ou liquidação.
- **TOTVS PIX Cobrança**: Produto criado para permitir que as empresas recebam seus pagamentos através do QrCode ou PIX Copia Cola, facilitando o processo de geração e identificação de pagamento de forma integrada ao ERP, simples, ágil e sem burocracia.

3. PORTFÓLIO DE RD STATION

Por meio da **RD Station**, oferecemos um amplo portfólio de soluções focadas no aumento de vendas, competitividade e desempenho dos clientes, por meio de soluções de Marketing, Vendas e *E-commerce*.

- ***E-Commerce***: Serviço de soluções integradas com foco em vendas, com as opções de (i) Plataforma de comércio completa (em parceria com a Shopify): Criar e personalizar uma loja virtual, vender em vários lugares, como na web, em dispositivos móveis, nas redes sociais e em lojas físicas e gerenciar produtos, estoques, pagamentos e fretes; e (ii) integrador de *marketplaces*: gestão de produtos e pedidos em um único lugar.
- **Marketing digital e Vendas**: RD Station Marketing é a ferramenta de automação que reúne todos os recursos necessários para uma operação de Marketing Digital. Com ele, é possível fazer campanhas, criar anúncios, nutrir leads, qualificar oportunidades para o comercial, analisar indicadores precisamente e alcançar mais resultados com Marketing Digital. O RD Station CRM é a ferramenta para organizar e automatizar os processos comerciais da sua equipe. Com ele, você organiza e automatiza processos de vendas consultivas. Foca nas oportunidades certas e aumenta a produtividade da equipe comercial.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- **Marketing Conversacional**: RD Station Conversas é a ferramenta que integra diferentes canais em um só lugar e combina atendimento humano e chatbot, para que times comerciais aumentem seus indicadores com um atendimento digital mais eficiente. Com a ferramenta, a empresa agiliza seu atendimento, melhora sua conversão de Leads por WhatsApp e outros canais, organiza seu processo comercial e acompanha facilmente seus indicadores de performance.

Pesquisa e Desenvolvimento

A Companhia busca atender a demanda do mercado por *software* e serviços, o que se reflete no contínuo esforço do seu departamento de pesquisa e desenvolvimento em desenvolver soluções (*softwares* e serviços) de ponta.

Os principais objetivos das áreas de Tecnologia e Desenvolvimento são:

- Aprimoramento do fundamento técnico de seus *softwares*, permitindo maior eficiência no desenvolvimento de soluções;
- Adoção de novas tecnologias e avaliação de seu impacto;
- Implementação de alternativas tecnológicas que mantenham a operação de seus produtos resguardada e protegida;
- Constante aprimoramento de conceitos, funcionalidade, acessibilidade e usabilidade dos produtos de *software*;
- Desenvolvimento de produtos especiais para clientes;
- Constante busca de novas metodologias de desenvolvimento, buscando agilidade e qualidade nos *softwares*;
- Integração de ferramentas de terceiros; e
- Constante avaliação de novos modelos organizacionais e sua aplicabilidade.

A Companhia investe também no desenvolvimento de novos produtos, visando a acessar novos mercados. Para identificar quais produtos devem ser desenvolvidos, a Companhia realiza constantes pesquisas mercadológicas, visando a identificar segmentos de negócios que necessitem soluções específicas e, por consequência, o desenvolvimento de soluções orientadas a tais segmentos. A pesquisa visa também a analisar, em conjunto com os canais de vendas, quais seriam os segmentos potenciais que viabilizaram a ampliação do volume de negócios.

A modularização também tem sido fundamental nas estratégias de crescimento da Companhia para estimular o desenvolvimento de aplicativos que executam suas principais soluções por desenvolvedores internos e externos (pequenos *softwares*, desenvolvedores de aplicativos e *startups* de tecnologia).

Atualmente, as estruturas da Companhia focadas nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação são:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

CENTROS DE P&D

Especializados nos 12 segmentos estratégicos de atuação da Companhia, os centros contam com especialistas que compreendem as necessidades e os desafios específicos de cada segmento, traduzindo-as em soluções inovadoras e alinhadas ao core do negócio dos nossos clientes. Cada centro está estruturado com times especializados em produto e desenvolvimento, suporte, atendimento e relacionamento, serviços (implantação entre outros).

Desenvolvimento Ágil

Conectada às principais tendências globais em desenvolvimento de *software*, a Companhia utiliza e evolui constantemente processos e ferramentas ágeis, utilizando o processo de desenvolvimento ágil de *software* em todos os segmentos da Companhia nas equipes de desenvolvimento de *software* (Inovação, Manutenção e Testes) dos produtos da Companhia.

As metodologias ágeis foram uma relevante ruptura no processo de desenvolvimento de *software*, pois transformou radicalmente a forma como pensamos e desenvolvemos nossos produtos, gerando importantes reflexões não somente sobre nossos processos, ferramentas e tecnologias, mas também sobre as pessoas envolvidas e seus respectivos papéis, que passaram a estar mais integrados e serem mais decisivos na qualidade do produto final, independentemente do nível hierárquico ou atividade que estes exerçam durante o processo criativo. É a partir deste princípio que integramos de ponta a ponta todos os profissionais das equipes de Inovação, Manutenção e Testes.

No modelo ágil, com a integração dos times, construímos um processo altamente colaborativo de profissionais com visão interdisciplinar que se dedicam a desenvolver a melhor solução, com uma maior liberdade de criação. Também, passamos a planejar mais o que será desenvolvido, o que permite que os objetivos do produto sejam melhor absorvidos com o desdobramento para as squads, gerando um processo mais consistente, mitigação da chance de erros e retrabalho nos produtos e entregas de maior qualidade e valor agregado ao cliente final.

A Companhia consolidou, ao longo dos anos, sua posição de liderança no mercado de *software* ERP nos segmentos de empresas de médio e pequeno porte. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento nos segmentos de Plataformas tecnológicas utilizadas e **RD Station**, que somaram R$2,5 bilhões nos últimos 3 anos, até o período findo em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado na tabela abaixo, foram essenciais para que a Companhia se destacasse da concorrência, ao trazer soluções inovadoras, em tecnologia proprietária, e prestar serviços agregados.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Exercícios social encerrado em 31 de dezembro de			
(em R$ milhões, exceto %)	**2025**	**2024**	**2023**
Receita Líquida de *Software*	5.751,9	4.903,3	4.440,4
Despesa com pesquisa e desenvolvimento	(951,7)	(825,8)	(797,3)
% Receita Líquida de *Software*	16,55%	16,84%	17,95%

Nota: Os valores correspondem ao somatório de TOTVS Gestão e RD Station.

Componentes utilizados na composição das ofertas de *software* de gestão integrada

As soluções de *software* de gestão integrada descritas no item 1.3 são formadas a partir da integração de componentes oriundos das linhas de produtos de diferentes plataformas tecnológicas e que foram incorporadas ao seu portfólio.

Plataformas Tecnológicas Utilizadas

A TOTVS Platform é a plataforma tecnológica da Companhia que suporta o desenvolvimento das soluções de *software* TOTVS, bem como de soluções associadas com a gestão, negócios e colaboração.

Historicamente a Companhia vem desenvolvendo a TOTVS Platform para garantir sua independência tecnológica, oferecendo linguagens de desenvolvimento e ambientes de execução próprios, que suportam os desenvolvedores atuais do *software* e oferecem novas funcionalidades e facilidades para as soluções de *software*. Isso inclui desde opções de plataformas e sistemas operacionais, até a escolha de bancos de dados e modelos de processamento e distribuição de carga entre ambientes de execução. Essa estratégia permitiu a Companhia tornar-se uma das poucas empresas de *software* no mundo que detém esse tipo de tecnologia.

Atualmente, a Companhia atende os diversos requerimentos de infraestrutura para aplicações, tanto em modelo "*on premises*" como na nuvem gerenciada.

A TOTVS Platform é dividida em Plataforma para **TOTVS Gestão**, onde encontram-se atualmente nossos principais *softwares* de gestão, e Plataforma TOTVS Apps, onde encontram-se nossos *softwares* Cloud Native. A Companhia utiliza diversas linguagens de programação, arquiteturas, padrões de desenvolvimento e ferramentas para o desenvolvimento de suas soluções.

A Companhia acredita ser a única empresa latino-americana que desenvolveu um *middleware*. Este *middleware* também é utilizado por empresas associadas. O *middleware* utilizado pela Companhia lhe garante independência de (i) interface; (ii) plataforma tecnológica; (iii) topologia (instalação física e de comunicação dos computadores adotados pela empresa); (iv) conexão (comunicação entre os computadores) e (v) base de dados, preservando seus clientes de quaisquer conflitos com as plataformas

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

operacionais por eles utilizadas. Além disso, o domínio do *middleware* permite à Companhia e seus clientes comporem o conjunto de *hardware*, sistema operacional, sistema de rede e sistema de banco de dados mais adequado às suas preferências, necessidades técnicas e capacidade de investimento.

O TOTVS Apps é um ecossistema projetado para manter os aplicativos *cloud-native* da TOTVS, por meio de entrega de serviços essenciais e de valor, com segurança e escalabilidade, através de uma plataforma de *software*.

A plataforma atua em quatro frentes principais:

1. Arquiteturas: Utilizar e promover conceitos de arquitetura *cloud native* e devops e definir características de aplicação para trazer velocidade ao negócio.

2. Convenções: Convencionar práticas e definir padrões de desenvolvimento, observabilidade, persistência, integração, segurança, computação, implantação, publicação e ambientes.

3. Operação: Definir responsabilidades, modelos de compartilhamento de custos, suporte, processos e relatórios e dashboards de informações operacionais.

4. Serviços: Organizar e convergir os serviços de *software* que proveem suporte e a infraestrutura para os produtos de negócio.

A plataforma TOTVS Apps utiliza uma ampla variedade de tecnologias, incluindo orquestradores de *container*, ferramentas de CI/CD, serviços de provedores de nuvem e diversas linguagens de programação, sempre priorizando *lock-in* com protocolos e tecnologias ao invés de produtos específicos de fornecedores. Para mais informações relacionadas aos riscos inerentes à atividade da Companhia e seus segmentos operacionais, acesse o item 4.1 “Fatores de Risco” deste Formulário de Referência.

b. Características do processo de distribuição

A Companhia também utiliza estratégia diferentes em cada segmento operacional para a distribuição das soluções, além de uma estratégia conjunta de marketing e de alianças e parcerias, que serão abordadas a seguir:

1. Distribuição de **TOTVS Gestão**

A forte distribuição da Companhia em **TOTVS Gestão** tem sido suportada pelo seu modelo nacional de franqueado, tornando possível a implementação de um sistema amplo e personalizado para a venda de soluções para pequenas e médias empresas.

1.1 Estratégia para Clientes de Grande Porte

A Companhia conta com estrutura própria para atendimento e relacionamento com o cliente de grande porte e em processos de expansão e digitalização ou mudanças de modelo de negócio. Nossa estrutura oferece um atendimento consultivo por meio de uma equipe de profissionais especializada em diferentes segmentos de negócio e capacitada para viabilizar a sua jornada digital.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O atendimento conta com profissionais especializados e é feito sob medida, que vai desde a prospecção, elaboração de propostas, desenho das ofertas e produtos, até a metodologia de implantação e estrutura de atendimento pós-implantação.

1.2 Estratégia para Clientes de Pequeno e Médio Porte

A Companhia licencia e subscreve seus *softwares* por meio da combinação de vendas via canais diretos (unidades próprias, controladas ou filiais) e indiretos (franquias, representações, revendas autorizadas e agentes de negócio), sendo a franquia o principal canal indireto. O relacionamento com canais de vendas indiretos aumenta a penetração de mercado da Companhia, seja no mercado nacional ou no internacional.

De forma consolidada, a Companhia dispõe dos seguintes canais para atendimento e relacionamento com os seus clientes:

● Unidades próprias: A Companhia conta com 6 filiais regionais (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Interior Paulista), 3 unidades focadas (*Large Enterprise*, Setor Público e Saúde) e no mercado internacional conta com operações na Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos da América e México.

● Franquias: a Companhia conta com 38 territórios franqueados no Brasil atendidos por 11 unidades consolidadoras que, somadas às unidades próprias, cobrem todo o território nacional e atendem a demandas específicas de cada empresa em diferentes regiões do país. A companhia conta também com diversos canais na América Latina.

As franquias são canais exclusivos de distribuição e estão baseadas no STF - Sistema TOTVS de Franquia. O STF define regiões geográficas de atuação para cada franquia, nas quais a exclusividade se dá por setor de atividade econômica (segmento). Nas regiões em que atuam, as franquias desenvolvem a prospecção de venda das soluções, a demonstração das soluções (pré-venda, venda e pós-venda) e a negociação das condições de venda (dentro de limites pré-definidos pela Companhia), além da prestação de serviços de treinamento, implantação e adaptação às necessidades do cliente (customizações), tendo em vista sua presença local e proximidade do cliente.

As franquias recebem um percentual de comissionamento pelas receitas de licenças, havendo um comissionamento diferenciado para as franquias que também recebem comissões sobre a receita de subscrição e manutenção gerada pelos clientes baseados nos territórios onde atuam, além de faturarem diretamente o próprio serviço realizado.

As unidades próprias da Companhia são referência para as atividades operacionais, comerciais e técnicas dos franqueados. A Companhia mantém um departamento de controle, acompanhamento e coordenação das franquias, que presta assessoria às franquias e acompanha suas atividades operacionais, desenvolvimento das estratégias comerciais, administrativas e de marketing. As atividades das franquias também são controladas por pesquisas de satisfação realizadas com os clientes atendidos por todos os agentes comerciais da Companhia.

1.3 Estratégia para Micro e Pequenos Negócios

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Vendas diretas ou por intermédio de Revendedores: a Companhia conta com uma estratégia de multicanais dedicados principalmente às vendas para o mercado de microempresas na parte de *software*.

2. Distribuição de **RD Station**

Na **RD Station**, as soluções de marketing digital, Conversational e CRM contam com um amplo ecossistema de empresas de marketing e vendas parceiras que visa entregar sucesso aos clientes através de nossas soluções, ganhando produtividade, geração de leads e relacionamento com os clientes. Outra estratégia relacionada a estas soluções é o up-sell por meio do Product Led Growth (PLG) no qual os clientes começam testando as soluções de forma gratuita ou versões simplificadas por preços atrativos e, conforme eles vão avançando nas funcionalidades e uso dos produtos eles podem fazer um upgrade de versões pela própria ferramenta, sem a necessidade de uma interação comercial.

Adicionalmente, o *cross-selling* com os clientes de **TOTVS Gestão** também é um importante foco da Companhia, por meio de equipes especializadas, totalmente integradas aos times atuais de vendas (franquias e filiais), nas ferramentas de digital commerce, CRM e marketing digital.

3. Distribuição de Techfin

A Techfin é a divisão de serviços financeiros da TOTVS que visa simplificar e democratizar o acesso de médias e pequenas empresas (SMB) a produtos financeiros. Operando por meio de uma *joint venture* (**Techfin**) com o Itaú BBA — na qual cada sócio detém 50% de participação —, a unidade utiliza inteligência de dados e automação integrada aos sistemas de gestão para reduzir riscos de crédito e aprimorar a tomada de decisão. Seu portfólio abrange soluções de crédito B2B, como antecipação de recebíveis e capital de giro, além de serviços de pagamento e fee, apresentando um modelo de negócio autossustentável e de baixo risco regulatório. Ao transformar o System of Record em um habilitador de serviços financeiros, a Techfin expande significativamente o mercado endereçável da companhia, consolidando-se como um segmento de rentabilidade crescente e estratégica para a fidelização da base de clientes.

4. Marketing

Em 2025, os esforços da área de Marketing se mantiveram voltados ao posicionamento em inovação, tecnologia e soluções completas para nossos mais de 70 mil clientes, além da geração de oportunidades de venda de *software*.

● Projeto de revisão da arquitetura de marcas e rebranding

No ano de 2025, a companhia também passou por um marco importante em sua história e posicionamento com o anúncio de sua evolução de marca, resultado de um projeto conduzido pela área de Marketing que incluiu revisão da arquitetura de marcas e rebranding. O projeto considerou todas as mudanças que a companhia passou nos últimos anos, incluindo aquisições e expansão do portfólio. O movimento veio ao encontro da estratégia de negócio da TOTVS, incluindo a integração total da **RD Station**, como uma destas unidades.

O projeto incluiu a evolução da *master brand* **TOTVS**, e criação das marcas **TOTVS Gestão** e **RD Station**. O projeto, conduzido em parceria com a Futurebrand, empresa global especialista em estratégia e design de marca, incluiu a revisão de qualidades da marca, propósito, brand idea, universo verbal e visual.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

● Universo TOTVS

Em 2025, tivemos mais uma edição do Universo TOTVS, principal evento anual da companhia, que aconteceu nos dias 17 e 18 de junho no Expo Center Norte, em São Paulo, e reuniu mais de 20.000 pessoas nos dois dias.

Foram mais de 300 conteúdos incluindo masterclasses e painéis com palestrantes nacionais e internacionais, como Neil Redding, Near Futurist e arquiteto de inovação; Sharon Gai, especialista em IA e inovação e ex-head de Global Key Accounts no Alibaba; e Fernando Fakri de Assis, o Sorocaba da dupla Fernando e Sorocaba, que compartilhou sua trajetória empreendedora e destacou o uso da tecnologia no agronegócio e na música.

O Universo TOTVS 2025 ainda contou com dezenas de tracks segmentadas conduzidas por especialistas e executivos da companhia que apresentaram tendências, novidades e lançamentos do portfólio; e classes, com workshops e conteúdos sobre carreira. A programação do evento ainda contou com atividades voltadas para o público tech de desenvolvedores e profissionais de tecnologia: o espaço Code No Code, comandado por experts da TOTVS que ministraram aulas teóricas e práticas mostrando as tecnologias e aplicações por trás das soluções da companhia; a Arena Developers, onde a comunidade de desenvolvedores se reuniu para debates e bate-papos sobre o mundo dev, com apresentação de André Noel, criador do "The Developer's Life; o Palco Dados e IA, um espaço integralmente dedicado ao tema com uma programação exclusiva com que abordou cultura data driven, governança de dados, IA Generativa, questões éticas, privacidade e segurança no desenvolvimento da Inteligência Artificial; o Palco Fiscal, que reuniu grandes nomes e especialistas para esclarecer os principais impactos da Reforma Tributária para empresas de todos os setores e como a tecnologia apoia esse momento de transição, e mais.

● Prêmio TOTVS Brasil que FAZ 2025

Em 2025, tivemos a 4ª edição do Prêmio TOTVS Brasil que faz, que reconheceu clientes de todo o país e diferentes segmentos que desenvolveram projetos de tecnologia com soluções TOTVS que impactaram positivamente a produtividade e rentabilidade dos negócios, potencializando o crescimento dessas empresas.

As 15 empresas vencedoras foram anunciadas e premiadas no palco do Universo TOTVS 2025.

● Lançamento de estudos ao mercado

Em 2025, lançamos ao mercado dois estudos sobre temas relevantes e estratégicos, realizados em parceria com a H2R insights e trends:

· O **Panorama de IA nas empresas brasileiras**, estudo inédito no Brasil, teve como objetivo de entender qual é o nível de adoção atual da inteligência artificial pelas empresas brasileiras e qual é a familiaridade com o conceito de agentes de inteligência artificial, bem como seu uso nas rotinas de trabalho. A pesquisa foi lançada em coletiva de imprensa no Universo TOTVS, em 17 de junho, com a presença de Dennis Herszkowicz, CEO da TOTVS, e Cristiano Nobrega, CDAIO da companhia. Até o final de 2025, o estudo acumulou mais de 1.800 downloads e mais de 280 publicações na imprensa com menção à pesquisa.

5. Alianças e Parcerias

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

TOTVS | Formulário de Referência 2026

A Companhia investe fortemente em alianças e parcerias estratégicas com as principais e mais renomadas empresas mundiais do setor de tecnologia, e de outros setores inerentes aos negócios e mercados de atuação da TOTVS. A estratégia é ampliar a capacidade da Companhia de desenvolver novos mercados e ofertas por meio da inovação externa e conexão com outras empresas, com foco em entregar aos clientes tecnologia e soluções de negócios que melhorem os resultados das empresas, fortalecendo cada vez mais o papel de *trusted advisor* da TOTVS junto aos clientes.

A estratégia de formar alianças e parcerias estratégicas tem por objetivo: (i) desenvolver novas capabilities para a TOTVS levar cada vez mais inovação e competitividade ao mercado; (ii) ampliar o portfólio de ofertas, soluções e negócios; (iii) acelerar o time to market ao lançar ofertas inovadoras e diferenciadas de forma rápida; (iv) aproveitar a sinergia existente entre as soluções e marcas da Companhia e de seus parceiros; (v) desenvolver ações conjuntas de marketing, divulgação e geração de negócios; (vi) expandir o uso da tecnologia da Companhia para demais empresas, parceiras ou clientes; (vii) entrar em novos mercados; (viii) aumentar o alcance e fortalecer o relacionamento com novas personas; e (ix) acelerar a consolidação e a integração dos segmentos operacionais da TOTVS (**TOTVS Gestão**, **Techfin** e **RD Station**).

As alianças estratégicas da Companhia têm como natureza do negócio as soluções de tecnologia e são representadas, principalmente, por empresas globais como Microsoft, Progress e Oracle, entre outras. Além das alianças estratégicas, a Companhia adota também o modelo de parcerias como forma de alavancagem de negócios, redução do ciclo de desenvolvimento do produto e aceleração do Go to Market, se relacionando com empresas de diversos segmentos, portes e nacionalidades.

As principais parcerias são empresas que: (1) detém uma solução de negócio que fortalece a proposta de valor da Companhia em seu mercado de atuação, preferencialmente sendo integrada às soluções TOTVS; (2) desenvolvem soluções de negócios em tecnologia TOTVS utilizando a linguagem ADVPL e a tecnologia fluig; (3) se integram tecnicamente aos *softwares* TOTVS ou (4) possuem amplo alcance aos mercados-target da TOTVS.

Essas parcerias são constituídas com empresas atuantes em setores de mercado que, direta ou indiretamente, estão conectados à estratégia de crescimento TOTVS e podem trazer benefícios à Companhia, seja por meio da difusão de seus produtos e serviços, pela simples indicação das marcas da Companhia aos seus clientes ou pelo fato de que os produtos e serviços oferecidos por tais empresas gerarem valor aos produtos e serviços da Companhia, nos segmentos em que não competem. Vale ressaltar que há ofertas e negócios que se originaram no próprio ecossistema da TOTVS e que hoje se configuram como parcerias de negócios. Movimento este que fortalece cada vez mais o desenvolvimento de negócios entre as próprias empresas que formam e participam do ecossistema TOTVS de algum modo.

Além de potencializar as parcerias atuais do ecossistema, a Companhia firmou novas parcerias estratégicas como a DeepESG, startup brasileira investida pelo CVC iDEXO, que acelera a jornada de adoção de ESG nas empresas ao entregar uma plataforma que mensura os impactos sociais e ambientais da operação e gera insights a partir dos dados coletados dos ERPs para gestão integrada da sustentabilidade do cliente.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

c. Características dos mercados de atuação

O Mercado de *Software*
Mundo

A tecnologia da informação vem sendo aplicada na otimização de processos empresariais, trazendo amplos benefícios para empresas de todos os portes, em praticamente todos os setores e ao redor do mundo. A automação de processos empresariais, principalmente com o uso de equipamentos e programas de informática, vem reduzindo ineficiência e aumentando produtividade em todos os segmentos econômicos globalizados. Diversas categorias de aplicativos de *software* foram desenvolvidas para otimizar a eficiência de determinados aspectos empresariais de um negócio, recorrendo à automação de segmentos de vendas, comercialização, fabricação, distribuição, suporte a clientes, contabilidade, gestão financeira, recursos humanos e outras tarefas até então relegadas a processamento manual. Por exemplo, os *softwares* para gestão de recursos humanos são atualmente utilizados na armazenagem e manutenção de registros de empregados, facilitando a administração da folha de pagamento e benefícios, bem como a emissão de relatórios e demonstrativos de impostos, além de tarefas que, embora rotineiras e exaustivas, são essenciais às empresas. Ao longo do tempo, essas categorias distintas de aplicativos de *software* passaram a ser integradas em "sistemas integrados" (suítes), visando facilitar ainda mais as operações comerciais, mediante o compartilhamento de informações dentre as várias funcionalidades. As duas principais classes de sistemas integrados de *software* de gestão empresarial integrada são o ERP e o CRM. Via de regra, os sistemas integrados ERP estão direcionados a funções administrativas ou de back-office, tais como a gestão de recursos humanos e financeiros, ao passo que os sistemas integrados CRM estão voltados para funções envolvendo relacionamento direto com o cliente, ou front-office, tais como vendas, comercialização e suporte ao cliente.

De acordo com IDC, em 2025, o mercado mundial de TI atingiu US$4,2 trilhões de dólares, sendo que o segmento de *software* representou 32% desse mercado. No mesmo ano, o Brasil era o 10º país com maior mercado de TI com um tamanho total de US$67,8 bilhões, representando cerca de 1,3% do mercado mundial.

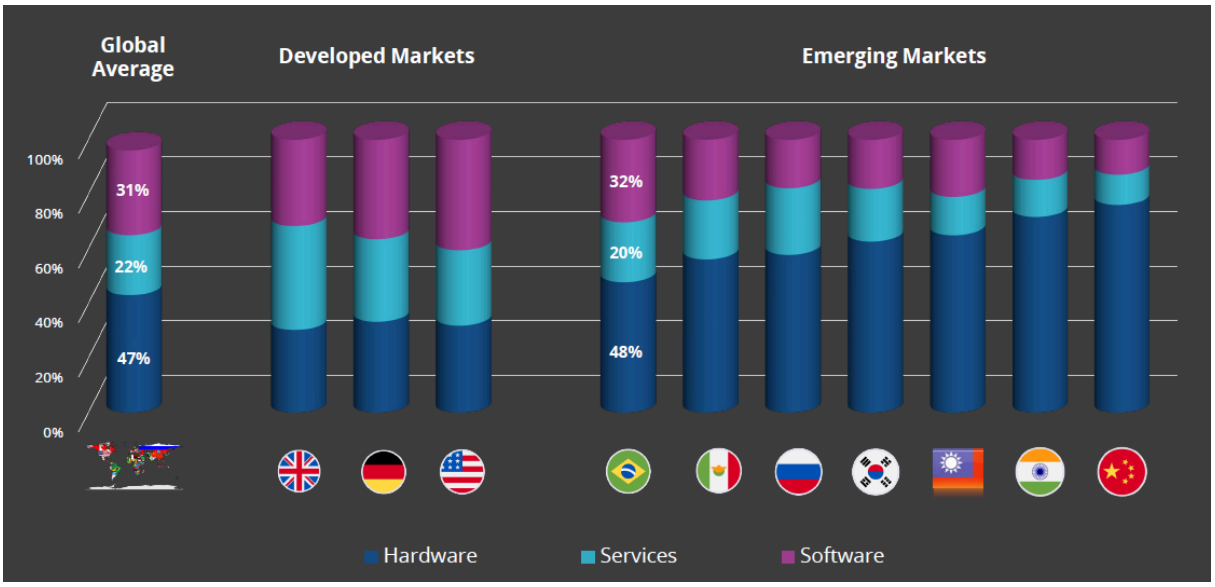
A distribuição observada no mercado global é uma maior representatividade de *software* e serviços no total do mercado de TI em países desenvolvidos versus países emergentes. Dentre os países emergentes, o Brasil é o país que apresenta uma realidade mais próxima dos países desenvolvidos e da média global.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Distribuição do Mercado de TI no Mundo



Fonte: ABES, 2026.

A produção mundial de TI apresentou, em 2025, um crescimento de 14,1%, enquanto no Brasil o crescimento chegou a 18,5% atingindo US$67,8 bilhões (excluindo exportações).

As empresas estão investindo cada vez mais em tecnologia para aumentar eficiência, produtividade, qualidade do relacionamento com o cliente e a capacidade de inovação e a Companhia captura esse movimento como oportunidade para alavancar a sua posição única como o maior player de ERP do Brasil.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia lançou plataformas complementares ao ERP: Fluig (Gestão, Produtividade e Colaboração), TOTVS Analytics (Business Intelligence) e TOTVS CRM, todas desenvolvidas com uma abordagem agnóstica - ou seja, pronta para integrar as soluções TOTVS com outras de mercado, expandindo o mercado endereçável para além da base de clientes da Companhia. A Companhia também vem evoluindo na construção de um ecossistema de soluções além do segmento de (i) **TOTVS Gestão** – com o portfólio de soluções e plataformas abertas, conectadas e personalizáveis de ERP, RH e Verticais; que engloba também (ii) **RD Station**, com soluções de vendas e performance; e (iii) **Techfin**, com produtos de crédito, pagamentos e serviços.

Com esse ecossistema, o mercado endereçável atual da Companhia é estimado em R$249,0 bilhões, sendo dividido em: (1) R$55,4 bilhões do mercado de **TOTVS Gestão**, (2) R$89,7 bilhões do mercado de **RD**; e (3) R$103,8 bilhões do mercado de Techfin.

América Latina

De acordo com o IDC, o mercado de TI na América Latina atingiu US$176,6 bilhões em 2025, tendo o Brasil como protagonista com uma parcela de 38,4%, enquanto o segundo maior mercado é o México com 24,2%. A grande diferença de tamanho e maturidade do mercado de TI no Brasil comparado aos demais países da América Latina tem sido um dos impulsores para a expansão nesse mercado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Brasil

O mercado brasileiro de tecnologia da informação cresceu de forma acelerada nos últimos anos. De acordo com o IDC, o mercado de TI no Brasil atingiu US$67,8 bilhões em 2025 (excluindo exportações). O setor de *software* foi responsável por US$21,7 bilhões, representando 32,1% do total de TI.

O mercado brasileiro de *software* possui maior concentração na região sudeste do país. De acordo com o IDC, no mesmo ano, a região representava 60,8% desse mercado, seguida da região sul com 13,9%, centro-oeste com 11,8%, nordeste com 9,5% e norte com 4,0%.

Os *softwares* de gestão empresarial integrada, conhecidos como ERP, vêm se afirmando como ferramentas indispensáveis à administração das empresas. Mais especificamente o modelo SaaS vem ganhando espaço de forma significativa no mercado quando comparado ao modelo tradicional de compra de licença.

Histórico do Setor de *Software* no Brasil

Durante a década de 80 e início dos anos 90, o Brasil adotou uma legislação de reserva de mercado, que estabelecia regras diferenciadas para hardwares e *softwares* criados/fabricados por empresas nacionais e estrangeiras, na tentativa de criar uma indústria nacional de informática. A reserva de mercado, em realidade, mostrou-se danosa ao desenvolvimento de equipamentos de informática no Brasil, pois o hardware produzido no Brasil era limitado e tecnologicamente defasado, além de muito caro em relação ao hardware produzido em outros países. Já no caso do *software*, a reserva de mercado não foi prejudicial, favorecendo a competição entre produtos nacionais e estrangeiros. A evolução da indústria de *software* nacional deu-se por meio de parcerias tecnológicas com os provedores de *softwares* básicos, sistemas operacionais, sistemas de rede e bancos de dados, de forma a se preparar para o fim da reserva de mercado. O resultado é que, seja pela capacidade criativa, seja pela facilidade de assimilação de novas tecnologias pelo público brasileiro, o *software* brasileiro tornou-se referência internacional em algumas áreas, como as de automação bancária e de utilização da Internet para os mais diversos tipos de relacionamento e, atualmente, o país tem independência tecnológica em diversas áreas de desenvolvimento de *softwares*.

Em 1993, uma medida importante foi tomada pelo governo brasileiro com relação à indústria de *software* a implementação do programa SOFTEX 2000-Programa Nacional de *Software* para Exportação, que tinha como objetivo facilitar a entrada de empresas brasileiras no mercado internacional de *software*, por meio do estímulo às exportações. O Programa era coordenado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com a participação e representação das empresas brasileiras de *software*, sendo financiado pelo governo e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Programa alcançou, no período 1993 a 2001, entre outros, os seguintes resultados:

- Implantação de Sistemas de Qualidade nas empresas, introdução de Métodos de Avaliação de produtos, indução da adoção de normas internacionais de qualidade de *software*; mais de 100 empresas nacionais de *software* com sistemas de gestão da qualidade ISO 9000 implantadas;
- Criação de linhas de financiamento específicas para *software* - mais de R$ 74 milhões em 52 empresas;
- Criação de rede com 32 agentes materializando 23 Pólos de Desenvolvimento de *Software* no País;
- Implantação de rede com 19 Incubadoras ligadas às principais instituições acadêmicas do País;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Contribuição para criação de 73 mil empregos diretos qualificados.

A Associação para Promoção da Excelência do *Software* Brasileiro (Softex) evoluiu e se tornou uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) que executa as políticas públicas do Governo Federal para o setor de TI. As ações desenvolvidas pela entidade visam a promover a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira de *Software* e Serviços de TI (IBSS) e a qualificação de recursos humanos. Desde 1996 a Softex é gestora do Programa da Excelência do *Software* Brasileiro, do Ministério da Ciência, Tecnologia,

Inovação e Comunicações

O Sistema Softex atualmente beneficia aproximadamente 6 mil empresas em todos os estados do Brasil por meio da sua rede de 21 agentes regionais que agem em conjunto com a iniciativa privada, esfera pública e instituições acadêmicas de fomento da tecnologia. A Softex lista como suas diretrizes:

- Implantação das melhores práticas em desenvolvimento de *software*
- Capacitação de recursos humanos para o setor
- Alavancagem de recursos financeiros junto e a fontes públicas e privadas
- Produção e disseminação de informações qualificadas sobre a Indústria Brasileira de *Software* e Serviços de TI
- Empreendedorismo e inovação
- Formulação de políticas de interesse do setor tanto no Brasil como no exterior
- Criação e desenvolvimento de oportunidades de negócios tanto no Brasil como no exterior

Histórico do Setor de Techfin no Brasil

Os serviços financeiros são um setor com altas barreiras de entrada e tradicionalmente destinados a grandes players. Historicamente, a inércia do consumidor ajudou instituições financeiras maiores, mais especificamente bancos, a reter seus clientes com pouca preocupação pela concorrência. Com o advento da tecnologia, diversas barreiras de entrada foram derrubadas.

As Fintechs desempenharam um papel de disrupção fundamental em toda a cadeia: os clientes que estavam acostumados à distribuição física, à escrita de cheques ou à assinatura de contas bancárias para efetuar pagamentos, passaram a poder realizar transações em questão de segundos. O *cashback* e ofertas lucrativas que surgiram, adicionam outra camada de fator a toda a experiência do cliente revolucionando o mercado.

No Brasil, as primeiras Fintechs surgiram no país em 2013, já trazendo modelos inovadores, de baixo custo e com distribuição digital, totalmente focadas em reformular a experiência do cliente. Com o surgimento dessas startups, focadas no mercado financeiro, criou-se também a ABFintechs, uma associação criada para atender às demandas dessas empresas, sendo responsável por representar os interesses das Fintechs, atuando como interlocutora junto a órgãos governamentais e reguladores e, principalmente, gerando negócios para que os associados se fortaleçam e possam prosperar em suas atividades.

O crescimento foi rápido e altamente influenciado por novas regulamentações. Somente entre 2014 e 2018 surgiram mais de 670 e, atualmente, já existem mais de 1.592 Fintechs atuando no Brasil, segundo dados do estudo *Fintech Report* 2024, da consultoria de inovação aberta Distrito, disponível a partir do endereço.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Mais recentemente, uma nova vertente surgiu para movimentar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros. As Techfins são o próximo passo de uma evolução iniciada alguns anos atrás pelas Fintechs. Enquanto as Fintechs utilizam o sistema financeiro original e melhoram sua tecnologia, as Techfins buscam reconstruir o sistema com tecnologia. O movimento das Techfins surgiu como empresas de tecnologias que dão um passo além para o mundo das finanças criando financeiros inovadores e modernizados, com foco em tecnologia, dados e na sua base de clientes.

O termo Techfin foi utilizado pela primeira vez pelo fundador do grupo Alibaba, para se referir à Ant Financial (iniciativa financeira do Alibaba que operacionaliza o sistema de pagamentos Alipay) em um evento em 2016. O termo refere-se a empresas de tecnologia que encontraram uma melhor maneira de fornecer produtos financeiros, após entender o que realmente os seus clientes precisam.

No Brasil, a Companhia, que desde 2019 já vinha no caminho para ofertar produtos financeiros, tornou-se a primeira Techfin brasileira. Aproveitando sua expertise com dados e sua ampla plataforma tecnológica, a companhia começou a oferecer serviços financeiros que poderiam ser agregados à sua família de produtos de gestão de empresas.

i. Participação em cada um dos mercados

A Companhia detém no Brasil 53% de *market share* no mercado de ERP, de acordo com o estudo "*Market Share: All Software Markets, Worldwide, 2025*", publicado pela Gartner em abril de 2026, e na América Latina é o maior player da região com 34% de participação de mercado. No mesmo período, o 2º player no Brasil detinha 16% de participação. Na metodologia da Gartner, calcula-se a participação de mercado sob a ótica da representatividade da receita e o *market share* é calculado em dólar.

Em **TOTVS Gestão**, que inclui soluções de *back-office* ERP, verticais, RH dentre outras, a Companhia possui um *market share* de 12,9% no Brasil em 2024, de acordo com dados do IDC do relatório *Software Tracker* 2024H2, publicado em maio de 2025, considerando o mercado endereçável de R$55,4 bilhões.

Já no segmento de RD, que inclui soluções de vendas, marketing, dentre outras, o *market share* da Companhia é de 6,4% e o mercado endereçável atual de R$89,7 bilhões, conforme relatório IDC *Semiannual Software Tracker* 2024H2.

Por fim, no segmento de Techfin, a Companhia possui 0,4% de *market share* e o tamanho total de mercado endereçável atual é de R$103,8 bilhões. Os números representam a receita financeira proveniente das operações de crédito B2B, com dados obtidos através das análises TOTVS. Esses segmentos de negócios possuem grande poder de crescimento à medida que passam a se tornar prioridade de investimento da Companhia, tanto por meio do investimento em segmentos já estabelecidos quanto em novas tecnologias.

ii. Condições de competição nos mercados

À medida em que o mercado se transforma e a Companhia expande seus mercados de atuação, ela passa a competir com novos *players* que antes não faziam parte do seu campo de batalha tradicional.

Cada vez mais se observa empresas de segmentos diferentes como por exemplo Fintechs, marketplaces, bancos, fornecedores de *software*, dentre outros, expandindo seus mercados de atuação, avançando na

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

cadeia de valor e entrando nos mercados uns dos outros para construírem seus próprios ecossistemas oferecendo mais serviços aos seus clientes.

Outro fator importante no cenário competitivo é o avanço do consumo de *software* na modalidade como serviço (SaaS). A assinatura de *software* ajudou a democratizar o uso desse tipo de solução por empresas de menor porte que antes não usavam *software*. Esse movimento vem abrindo espaço para o surgimento de novos fornecedores "SaaS Native" com soluções mais simples voltadas para atender esse tipo de público.

Os mercados de *software* de aplicação empresarial e Techfin possuem como clientes empresas de grande, médio e pequeno porte. Cada um destes segmentos pode apresentar diferentes necessidades e estágios de maturidade e consequentemente produzem diferentes características quanto às condições competitivas. A Companhia oferece soluções para todos os portes de empresas.

d. Eventual sazonalidade

A indústria de tecnologia da informação, especialmente *software*, não apresenta uma sazonalidade relevante.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada em sua equipe própria de profissionais. No entanto, possuímos fornecedores e parceiros de desenvolvimento de alguns *softwares* que comercializamos, além dos fornecedores de banco de dados, que são revendidos aos clientes e provedores de plataforma tecnológica, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros para desenvolvimento de parte de seus componentes de *software* e tecnologia, em especial aqueles da linha de produto RM e Datasul que estão baseados na plataforma da Microsoft e Progress, respectivamente. Para mais informações, consulte o texto "Plataformas tecnológicas utilizadas", neste item 1.4.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Historicamente, os preços dos *softwares* e serviços da Companhia não têm apresentado volatilidade relevante.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.5 Principais clientes

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que, individualmente, representem mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As Secretarias da Fazenda de diversos estados brasileiros exigem que a Companhia obtenha aprovações governamentais para comercializar determinados produtos de *software* (aplicativos fiscais e a Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica), conforme atos e convênios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda por meio do COTEPE – Conselho Técnico Permanente do Ministério da Fazenda. Os equipamentos fiscais são homologados segundo essas regras, e os aplicativos fiscais são certificados por institutos cadastrados. Também existem decretos e portarias estaduais que regulam as atuações nos Estados.

Situações análogas à descrita no parágrafo acima também ocorrem na introdução de outras tecnologias, por exemplo o Ato DIAT nº 56/2024 determina um cronograma de obrigatoriedade de implantação em SC ao longo de 2025 para Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica , e do Bilhete de Passagem Eletrônico Já no PR a NPF - Norma de Procedimento Fiscal nº 62/2023 obriga a implantação de identificação do CSRT- Código de Segurança do Responsável Técnico, que tem como objetivo identificar o desenvolvedor responsável tecnicamente pelo sistema de emissão de NFe ou NFCe. Em MG a mesma implementação relacionada ao CSRT, foi determinada pela Portaria nº 277/2025 que estabeleceu a obrigatoriedade de credenciamento das empresas desenvolvedoras de *software* utilizados para emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) e Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A Reforma Tributaria do Consumo (RTC) aprovada pela EC 132/2023 e institucionalizado pela Lei Complementar nº 214/2025, vem sendo regulamentada. Enquanto a Constituição e a lei complementar estabelecem regras gerais, aguardamos a publicação do regulamento comum para CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), que definirá procedimentos práticos, operacionais e administrativos. O regulamento do IBS e da CBS deverá transformar as regras gerais da reforma em procedimentos concretos para empresas, entes tributantes e sistemas eletrônicos, detalhando apuração, crédito, arrecadação, fiscalização e obrigações acessórias.

A fim de consolidarmos a participação da TOTVS junto ao Governo Federal como uma das Empresas Piloto selecionadas, renovamos nosso Protocolo de Cooperação junto a União, por intermédio da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, bem como efetivamos o registro do Termo de Adesão ao Piloto da Reforma Tributária do Consumo, referente à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) com objetivo da realização de testes, a validação e o aprimoramento das soluções tecnológicas desenvolvidas para a Contribuição sobre Bens e Serviços no âmbito do Piloto RTC – CBS.

<u>Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais</u>

Embora normas e leis setoriais já disciplinassem questões pertinentes à privacidade e proteção de dados no Brasil, em agosto de 2018, com a promulgação da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais passaram a ser reguladas de forma unificada, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, tanto no meio físico quando no meio digital, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os dados pessoais objeto do tratamento tenham sido coletados no Brasil.

A LGPD estabeleceu a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, exercendo as funções de (i) fiscalização e investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção e privacidade de dados e medidas de segurança da informação no país.

Além da ANPD, outros órgãos do Poder Público, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor, já possuem histórico de atuação no tema, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo a função de fiscalização baseada na LGPD, sendo competentes para aplicar, todavia, apenas as penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet.

Apesar de a LGPD ter entrado em vigor no dia 18 de setembro de 2020, as suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54), de competência exclusiva da ANPD, tiveram sua aplicação a partir de 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020.

A aplicação de sanções administrativas foi regulamentada pela Resolução da ANPD nº 1 de 28 de outubro de 2021 – que dispõe sobre o Processo de Fiscalização e o Processo Administrativo Sancionador e pela Resolução nº 4 de 24 de fevereiro de 2023 – que dispões sobre a Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas. A partir desta, as sanções passaram a ter efetividade prática.

Todavia, além das sanções administrativas da LGPD, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos do Poder Público, como de defesa do consumidor.

Em relação às sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, estará sujeita à (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (iii) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa diária ou simples, limitadas a até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (vi) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (vii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, a Companhia deve observar as disposições previstas na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou uso não autorizado de dados pessoais já que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em outras sanções, indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

A partir deste cenário regulatório de proteção de dados, a Companhia está adequada às novas disposições e obrigações da LGPD e já nomeou seu Encarregado/DPO (Data Protection Officer), elaborou Políticas de Privacidade para fins de garantir transparência aos titulares dos dados tratados, estruturou canal de atendimento aos titulares dos dados, entre outras medidas de adequação à LGPD.

Em 2023 a TOTVS implementou ferramentas de gestão de privacidade, realizando em ferramenta única e de forma centralizada: o mapeamento de processos de tratamento de dados pessoais; a elaboração de Relatórios de Impacto ao Tratamento de Dados pessoais; a homologação de fornecedores e parceiros; avaliação de produtos e funcionalidades por meio da abordagem "Privacy by Design"; a gestão de banners de *cookies* de seus produtos; e o registro e documentação de incidentes entre outros.

Ao fim de 2023 a Companhia anunciou a estruturação da área de Governança de Dados e Inteligência Artificial, que estendeu o escopo de trabalho da área de privacidade de dados para gestão ampla de todos os tipos de dados, com o objetivo de aplicar diretrizes de proteção e de governança a todos os dados tratados pelo Grupo TOTVS e, desta forma, aumentar o nível de confiabilidade e segurança não apenas de seus produtos e serviços, mas também das decisões estratégicas que toma.

b. Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais do emissor

A TOTVS possui histórico consolidado de divulgação voluntária de informações relacionadas à Sustentabilidade, incluindo a publicação do Relato Integrado há mais de uma década, como parte de sua estratégia de transparência com o mercado. Esse histórico contribuiu para a construção de uma base de processos, governança e integração de informações, que passou a ser aprofundada a partir da publicação das Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS S1 e IFRS S2, emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e que estabelecem pela primeira vez requisitos obrigatórios para a divulgação de informações de sustentabilidade conectadas às demonstrações financeiras.

No Brasil, a adoção das normas IFRS S1 e S2 ocorre por meio dos pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02, cuja aplicação foi estabelecida e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A obrigatoriedade decorre da Resolução CVM nº 193/2023, posteriormente atualizada pela Resolução CVM nº 227/2025, bem como das Resoluções CVM nº 217/2024 e nº 218/2024, que aprovaram, respectivamente, o CBPS 01 e o CBPS 02. Esse arcabouço regulatório consolida a incorporação dos padrões internacionais ao contexto brasileiro, conferindo segurança jurídica e alinhamento às práticas de divulgação exigidas das companhias abertas.

Nesse contexto, a Companhia iniciou, de forma antecipada, o processo de adaptação às novas normas, considerando sua aplicação obrigatória às companhias abertas a partir de 2027, com divulgação das informações referentes ao exercício de 2026. As IFRS S1 e S2 passaram a atuar como referências centrais para o fortalecimento da governança, dos controles e da estratégia, especialmente no que se refere à identificação, avaliação e monitoramento de riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade.

Como parte desse processo, em 2025 a TOTVS revisou sua Matriz de Riscos Corporativos e aprofundou a conexão entre os temas materiais e os riscos operacionais e de negócio. Esse trabalho resultou no mapeamento e na aprovação, pelo Conselho de Administração, do primeiro risco ambiental corporativo da

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Companhia, relacionado à insuficiência energética, fortalecendo a integração entre a agenda climática, a governança e a gestão de riscos.

A adaptação às normas IFRS também impulsionou avanços em processos relacionados à governança climática, transparência e qualidade das informações reportadas, incluindo a ampliação do uso de diagnósticos, estudos e planos de ação voltados à resiliência e à capacidade de resposta a cenários adversos, considerando a exposição da Companhia e de seus clientes a riscos regulatórios, climáticos e operacionais.

Adicionalmente, a TOTVS mantém a conformidade com a legislação ambiental e social aplicável às suas atividades, incluindo, entre outras, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Lei de Igualdade Salarial, bem como com normas relacionadas à privacidade e proteção de dados, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A Política de Privacidade, vigente desde 2021, é mandatória para todas as áreas e terceiros que tratam dados em nome da Companhia, sendo complementada por políticas e diretrizes específicas sobre o uso de dados e de Inteligência Artificial.

Esse conjunto de iniciativas e adaptações reflete o preparo da TOTVS para atender às novas exigências regulatórias relacionadas à sustentabilidade, em especial às normas IFRS S1 e S2, assegurando maior consistência, comparabilidade e integração das informações divulgadas ao mercado.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia utiliza tecnologia de terceiros no desenvolvimento de determinados componentes, como mencionado no item 1.4.e.ii.

Softwares: O direito autoral de determinado *software* nasce com a sua criação, independentemente de ser levado a registro junto às autoridades competentes, conforme disposições, conforme os termos da Lei de *Software* (Lei 9609/98) e da Lei de Direito Autoral (Lei 9610/98). Nesse sentido, é relevante destacar que o órgão responsável por, atualmente, realizar o registro de *softwares* é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o Decreto n° 2558/98.

Como mencionado anteriormente, o registro do *software*, ainda que não seja obrigatório, acaba funcionando como uma ferramenta importante para comprovação da autoria de seu desenvolvimento perante o Poder Judiciário, podendo ser muito útil como prova de autoria em casos de processos relativos à concorrência desleal, cópias não autorizadas, pirataria, etc.

Ainda, para que se possa garantir a exclusividade na produção, uso e comercialização de um *software*, o interessado deverá comprovar a autoria deste, sendo, portanto, revestido de grande importância o seu registro no INPI. A tutela dos direitos relativos ao programa de computador é assegurada, nos termos da Lei de *Software*, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 1º. de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação.

Por fim, é relevante destacar que o departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de *software* no INPI. Para tanto, a área interna TOTVS, que pretende o registro de *software*, aciona o departamento jurídico. Este faz a coleta de todas as informações e intermedia o processo de registro junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

Marcas: Apesar da proteção legislativa baseada no uso, depósito ou notoriedade da marca, o registro de marca assegura o direito de propriedade e uso exclusivo da marca em todo o território nacional. Sua

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

concessão se dá mediante pedido depositado junto ao INPI. A proteção não incide sobre a marca propriamente dita, mas sobre o seu uso para identificar um determinado produto ou serviço, com o objetivo de coibir o risco de confusão ou associação indevida, a tutela concernente ao registro da marca se estende também (i) a qualquer outra marca que a imite ou reproduza, de forma parcial ou com acréscimo e (ii) a qualquer outro produto ou serviço semelhante ou afim.

O departamento Jurídico da Companhia é responsável pelo registro de marcas no INPI, considerando que este é acionado pela área interna da TOTVS que pretende efetuar o registro. Ainda, é importante apontar que o Jurídico realiza o acompanhamento de eventual apresentação de oposição ao registro de marca de terceiro que enseja algum tipo de risco às marcas registradas TOTVS e de pedidos de oposição apresentados quanto às marcas TOTVS, junto à área de Marketing TOTVS. Em todas as ocasiões, o mencionado departamento faz a coleta de todas as informações e intermedia o devido processo junto ao INPI, utilizando os serviços de terceiros especializados.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. Em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

A TOTVS não faz contribuições financeiras para ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

ii. Em favor de partidos políticos

A TOTVS não faz contribuições financeiras aos partidos políticos.

iii. Para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Em 2025, a TOTVS realizou contribuições associativas no total de R$703.679,43, sendo este valor referente à anuidades e mensalidades das entidades associativas empresariais nas quais a área de Relações Institucionais e Governamentais, Relações com Investidores e Compliance exercem representação institucional e/ou governamental. A TOTVS acredita no diálogo propositivo e colaborativo entre sociedade e setor público com o objetivo de contribuir com a construção de políticas públicas mais sólidas e sustentáveis. Por isso, nos dedicamos a estabelecer relacionamento para levar a nossa visão e contribuir para a construção de conhecimento que impulsione a inovação, a transformação digital, o crescimento econômico nacional, a inclusão digital e a criação de políticas públicas eficazes que beneficiem o Brasil, toda a sociedade e o desenvolvimento do mercado de tecnologia.

Nos engajamos ativamente com governos e entidades de representação setorial. Nossas ações de relacionamento se concretizam por meio dos seguintes canais:

- Grupos temáticos de trabalho associativos que discutem os impactos de ações institucionais e governamentais e constroem posicionamento setorial técnico para as agendas trabalhadas;
- Rodadas e reuniões para discussões setoriais entre empresas, associações e governos;
- Participação em consultas e audiências públicas organizadas pelo Poder Público e terceiro setor;
- Visitas técnicas e institucionais;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Reuniões individuais (liderança TOTVS) e setoriais (com associações) com representantes do governo e outras entidades;
- Patrocínio em eventos de mercado que pautem e reforcem a importância da tecnologia, transformação digital e inovação no país;
- Debates e desenho de propostas setoriais;
- Desenvolvimento de projetos de interesse público e apoio institucional.

É importante reforçar que nossas interações comerciais e institucionais seguem processos estruturados de acordo com a nossa Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos, que é atualizada periodicamente. Todos os contatos são obrigatoriamente registrados, sejam eles presenciais ou à distância, por meio de uma ferramenta eletrônica, visando à transparência nessa relação. São proibidas as interações individuais com entes públicos, os encontros devem acontecer, necessariamente, na presença de 02 ou mais pessoas. Esperamos e estimulamos que terceiros, subcontratados, representantes, consultores, fornecedores e prestadores de serviços também pautem suas ações no que está disposto na referida política quando estiverem se relacionando com a empresa ou nos representando.

A TOTVS não realiza contribuições financeiras diretamente pela Companhia ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos e veda a realização de doações e/ou patrocínios para partidos e/ou candidatos políticos, agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuição para campanha eleitoral em nome de qualquer empresa da TOTVS.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que é vedada, pelo seu Código de Ética e Conduta, a prática de doações direta ou indiretamente, para financiamento de campanhas eleitorais, inclusive partidos políticos e coligações ou comitês financeiros, inclusive para agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuições para campanhas eleitorais. Complementarmente, a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios da Companhia veda qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário ou não em favor de agentes públicos ou pessoas a eles relacionadas, bem como para partidos políticos ou para campanhas eleitorais.

O Código de Ética e Conduta e a Política de Contribuições, Doações e Patrocínios podem ser encontrados na íntegra no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi auferido o montante de R$5.644.429 mil, proveniente dos clientes atribuídos no Brasil (país sede do emissor), o que representava 97,8% da receita líquida da Companhia.

b. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi auferido o montante de R$127.438 mil, proveniente das empresas auferidas fora do Brasil, o que representava 2,2% da receita líquida da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Dado que a receita líquida auferida fora do Brasil representava 2,2% da receita líquida no período findo em 31 de dezembro de 2025, como mencionado no item 1.7, a Companhia entende que não há impactos relevantes em seus negócios decorrentes da regulação estrangeira.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. Se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Desde 2016, a TOTVS divulga seu Relatório Anual de Sustentabilidade ("Relato Integrado"), consolidando de forma estratégica, informações financeiras e não financeiras que refletem a geração de valor da Companhia no curto, médio e longo prazo. O documento conecta desempenho econômico, estratégia, governança, riscos e impactos socioambientais.

Atualmente, o Relato Integrado é construído a partir da colaboração de mais de 50 áreas e cerca de 100 colaboradores da TOTVS, por meio de um processo estruturado de coleta de dados. Essa etapa é orientada pelos standards da *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB), complementados por indicadores próprios desenvolvidos internamente, alinhados às especificidades do modelo de negócios da TOTVS. A partir de 2024, a Companhia fortaleceu ainda mais a governança das informações reportadas com a implementação de um processo formal de validação junto às lideranças das áreas envolvidas, ampliando a consistência, a rastreabilidade e a confiabilidade dos dados divulgados.

A TOTVS vem aprimorando continuamente seus processos de reporte, com foco no fortalecimento da transparência, da previsibilidade e da utilidade das informações para seus públicos de interesse. Nesse contexto, a Companhia tem trabalhado na antecipação das publicações de sustentabilidade ao mercado. Em 2025, o Relato Integrado foi publicado em 30 de maio, representando uma antecipação de 19 dias em relação a 2024 e de 69 dias em comparação a 2023, reforçando o compromisso da TOTVS com a qualidade, a integridade e a evolução contínua de suas práticas de divulgação.

Além disso, desde 2014, a Companhia publica anualmente a Comunicação de Progresso (COP) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), reforçando seu compromisso com os dez princípios relacionados a direitos humanos, diversidade e inclusão, práticas trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção. Esse reporte integra e valida, em âmbito internacional, as diretrizes e práticas já incorporadas à gestão corporativa da TOTVS.

Em linha com o compromisso contínuo com a transparência e a evolução regulatória, em 2024 a Companhia passou a divulgar informações sobre diferenças salariais por gênero, em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 14.611/2023, Decreto nº 11.795/2023 e Portaria nº 3.714/2023), ampliando a clareza e a rastreabilidade das informações sociais disponibilizadas ao mercado.

A partir de 2025, como parte do amadurecimento da estratégia de divulgação e do cuidado com a qualidade e a integridade das informações, a TOTVS passou a divulgar seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de forma apartada do Relato Integrado. Essa decisão estratégica permitiu maior aprofundamento técnico, padronização metodológica e agilidade no ciclo de publicação, além de facilitar o consumo das informações por investidores, analistas e demais públicos especializados. O inventário contempla os escopos 1, 2 e 3 e mantém alinhamento com as demais publicações corporativas, servindo como base para reportes externos e análises estratégicas relacionadas a riscos e oportunidades climáticas.

Como pilar estruturante dessa agenda, em dezembro de 2020 a Companhia instituiu sua Política de Sustentabilidade, que estabelece diretrizes claras para a integração entre negócios, pessoas e tecnologia. Em 2023, a política foi revisada e ampliada, refletindo a evolução da maturidade da TOTVS no tema de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

sustentabilidade e reforçando a conexão entre desempenho econômico, gestão de riscos, impactos socioambientais e governança corporativa.

A governança da Sustentabilidade é conduzida pelo Comitê de Governança e Indicação (CGI), com acompanhamento do Conselho de Administração (CA), assegurando que os temas sejam tratados de forma estratégica, com controles, responsabilidades definidas e alinhamento às demais instâncias decisórias da Companhia. Esse modelo fortalece a integridade dos dados divulgados, a consistência entre diferentes relatórios e a confiabilidade das informações disponibilizadas ao mercado.

b. A metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relato Integrado da Companhia é elaborado em alinhamento à Estrutura Conceitual do Relato Integrado, atualmente sob gestão da IFRS Foundation, que incorporou o framework, os princípios e o legado desenvolvidos pelo International Integrated Reporting Council (IIRC). A elaboração do relatório considera as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), os SASB Standards (Sustainability Accounting Standards Board) e a Orientação Técnica CPC 09 – Relato Integrado, aprovada pela Resolução CVM nº 14. Adicionalmente, o Relato Integrado é submetido à asseguração externa independente, conduzida com base na NBC TO 3000, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), equivalente à norma internacional ISAE 3000.

Além disso, o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, é elaborado em conformidade com os conceitos, princípios e diretrizes do *The Greenhouse Gas Protocol – A Corporate Accounting and Reporting Standard*, conforme o Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O inventário contempla as emissões diretas e indiretas dos escopos 1, 2 e 3 da TOTVS S.A. e de suas empresas adquiridas, reforçando a confiabilidade, a consistência e a transparência das informações divulgadas ao mercado.

c. Se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Em 2025, o Relato Integrado foi submetido à asseguração externa pelo quarto ano consecutivo. Conduzida pela KPMG, a verificação teve como objetivo avaliar a aderência às orientações da GRI, aos SASB Standards e à Orientação CPC 09 – Relato Integrado, em consonância com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, elaborada pelo IIRC. As informações financeiras incluídas no documento contemplam as operações consolidadas da Companhia e foram objeto de auditoria externa, também realizada pela KPMG.

A partir de 2025, o Inventário de Emissões passou a ser divulgado de forma independente do Relato Integrado, como parte da estratégia da Companhia de aprimorar a qualidade, a clareza e a acessibilidade das informações climáticas para seus *stakeholders*, além de passar pela primeira asseguração externa, conduzida pela BDO Brazil. A publicação em formato apartado permite uma leitura mais objetiva e comparável dos dados, facilitando a análise de desempenho ambiental, a avaliação de riscos e oportunidades climáticas e a incorporação dessas informações nos processos de tomada de decisão do mercado. O documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

d. A página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As versões do Relato Integrado da TOTVS, referentes ao ano-base 2025 e aos exercícios anteriores, encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no site de Relações com

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/). As publicações da Comunicação de Progresso (COP) do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) podem ser acessadas no portal oficial da Organização.

e. Se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A TOTVS adota a Matriz de Materialidade como instrumento estratégico para a identificação e priorização dos temas mais relevantes para a Companhia, considerando seu modelo de negócios, setor de atuação e direcionadores estratégicos. A matriz orienta a gestão dos temas de sustentabilidade de forma transversal e integrada, não sendo elaborada com a finalidade exclusiva de reporte, mas como parte do processo de tomada de decisão e de gestão de riscos e oportunidades da Companhia. Esse exercício é revisado a cada dois anos.

Em 2024, foi concluída a revisão da matriz de materialidade para o ciclo 2024–2025, resultando na definição dos seguintes temas prioritários:

1. Atração, Retenção e Desenvolvimento de Pessoas: A TOTVS atrai e retém profissionais alinhados à sua cultura, investindo em marca empregadora, remuneração competitiva e desenvolvimento contínuo. A Companhia também atua na formação de novos talentos para o setor de tecnologia, ampliando o acesso à qualificação profissional.

2. Crescimento Sustentável: O crescimento sustentável orienta as decisões estratégicas da Companhia, equilibrando expansão econômica, inovação e resiliência. Seu modelo de negócio, focado no cliente B2B e B2C, fortalece relações de longo prazo e garante geração contínua de valor.

3. Diversidade, Inclusão e Combate à Discriminação: A Companhia diversidade e inclusão por meio de programas estruturados e do uso da tecnologia como ferramenta de inclusão social. Iniciativas educacionais ampliam oportunidades, reduzem desigualdades e incentivam a cidadania ativa.

4. Gestão de Impactos Ambientais e Mudanças Climáticas: A Companhia reconhece sua responsabilidade na redução da pegada ambiental e na mitigação das mudanças climáticas. A adoção de práticas sustentáveis fortalece a cultura organizacional, impulsiona a inovação e aumenta a resiliência diante dos desafios ambientais globais.

5. Governança Ética e Responsável: A TOTVS mantém uma governança robusta baseada em ética, transparência e responsabilidade. Sua estrutura de gestão de riscos permite antecipar, avaliar e mitigar impactos, assegurando decisões estratégicas alinhadas aos valores e às expectativas dos stakeholders.

6. Saúde e Bem-estar das Pessoas: O cuidado com a saúde física, mental e emocional dos profissionais é central para a estratégia da Companhia. Modelos de trabalho flexíveis e programas de apoio fortalecem o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, promovendo engajamento e produtividade.

7. Segurança da Informação, Proteção e Privacidade de Dados: A TOTVS prioriza a segurança e a confidencialidade das informações, protegendo dados de clientes e das operações. A melhoria contínua de processos, políticas e controles garante conformidade legal e fortalece a confiança e a credibilidade da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

8. Transformação e Inovação em Modelo de Negócio: A Companhia investe continuamente em pesquisa, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias em múltiplos setores da economia. A inovação no modelo de negócio impulsiona competitividade e posiciona a tecnologia como solução para desafios socioambientais contemporâneos.

Nesta última revisão da Matriz, a TOTVS adotou, pela primeira vez, a metodologia de Dupla Materialidade, possibilitando uma análise mais abrangente e integrada dos riscos e oportunidades associados tanto aos impactos financeiros quanto aos impactos não financeiros da Companhia. O processo também contou com um avanço relevante no engajamento de partes interessadas, com aumento aproximado de 56% no número de stakeholders participantes em relação ao ciclo anterior. A descrição completa da metodologia e dos temas materiais pode ser consultada através do Relato Integrado, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

Atualmente, a Companhia encontra-se em processo de revisão de sua matriz de materialidade para o ciclo 2026–2027, reforçando o caráter contínuo e estratégico desse instrumento na gestão da sustentabilidade e na integração com a estratégia de negócios.

Como desdobramento desse processo, o Relato Integrado apresenta os indicadores-chave de desempenho associados a cada tema material. As descrições completas dos temas e de seus respectivos indicadores estão disponíveis no Anexo I do documento, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

f. Se o relatório ou documento leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

A Companhia reconhece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas como uma agenda global de referência. No entanto, a definição de seus temas prioritários é orientada por sua estratégia de negócios, pelo contexto do setor de tecnologia e pelos riscos e oportunidades materiais identificados para a Companhia, não havendo a classificação de ODS materiais específicos para o negócio.

g. Se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente, a Companhia não adota formalmente as normas da T*ask Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD). No entanto, a TOTVS vem avançando de forma consistente na estruturação e no aprimoramento de suas divulgações climáticas, com base em referenciais amplamente reconhecidos pelo mercado e alinhados às expectativas dos stakeholders, como o TCFD.

As informações relacionadas a riscos, impactos e oportunidades associados às mudanças climáticas são divulgadas por meio do Relato Integrado e do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, ambos disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/). Esses documentos contemplam aspectos centrais das recomendações da TCFD, como governança, estratégia, gestão de riscos e métricas, ainda que não organizados formalmente sob essa estrutura.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Adicionalmente, a TOTVS realiza o reporte anual ao Carbon Disclosure Project (CDP), iniciativa internacionalmente reconhecida que possui elevada convergência com as recomendações da TCFD e com os requisitos do IFRS S2. Esse reporte contribui para o aprofundamento das análises sobre riscos e oportunidades climáticas, bem como para a transparência, comparabilidade e consistência das informações divulgadas ao mercado.

A Companhia também considera indicadores setoriais do Sustainability Accounting Standards Board (SASB) como referência para a divulgação de informações relevantes ao seu modelo de negócios, especialmente no que se refere a riscos regulatórios, eficiência operacional, gestão de recursos e impactos indiretos associados ao uso de tecnologia. Esses indicadores apoiam a materialidade financeira dos temas climáticos e fortalecem a conexão entre sustentabilidade e desempenho econômico.

Nesse contexto, a TOTVS vem construindo, de forma gradual e estruturada, uma trajetória de alinhamento às melhores práticas internacionais de divulgação climática, com o objetivo de evoluir continuamente suas publicações rumo a um formato cada vez mais aderente às recomendações da TCFD e aos padrões do ISSB, considerando a maturidade da agenda, a relevância para o negócio e o ambiente regulatório.

h. Se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Desde 2022, a TOTVS divulga ao mercado suas emissões de carbono, através do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, elaborado em conformidade com os conceitos, princípios e diretrizes do The Greenhouse Gas Protocol – A Corporate Accounting and Reporting Standard, conforme o Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHGP). O inventário contempla as emissões diretas e indiretas dos escopos 1, 2 e 3 da TOTVS S.A. e de suas empresas adquiridas, reforçando a confiabilidade, a consistência e a transparência das informações divulgadas ao mercado.

A partir de 2025, o Inventário de Emissões passou a ser divulgado de forma independente do Relato Integrado, como parte da estratégia da Companhia de aprimorar a qualidade, a clareza e a acessibilidade das informações climáticas para seus *stakeholders*, além de passar pela primeira asseguração externa.

A publicação teve como objetivo facilitar a compreensão dos dados ambientais da Companhia, trazendo maior contexto sobre empresas e unidades consideradas nos cálculos, categorias do GHG contempladas e fontes das emissões. Além disso, o relatório foi publicado em português e inglês, visando ampliar o acesso aos *stakeholders*, especialmente acionistas e investidores, que são em sua maioria estrangeiros. O documento está disponível nas duas línguas no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

Além da divulgação dos dados absolutos de emissões, o Inventário contempla indicadores de eficiência, como o coeficiente de emissão por receita. Esse indicador expressa a razão entre a quantidade total de emissões de GEE (em toneladas de CO_2 equivalente) e a receita bruta anual da companhia, permitindo uma análise da intensidade de carbono em relação ao desempenho econômico da organização. Esse coeficiente é definido pela razão entre a quantidade total de emissões de GEE e a receita bruta anual (RSMM – Receita de Serviços, Mercadorias e Materiais).

As informações consolidadas do Inventário também são refletidas no Relato Integrado da Companhia e servem de base para o reporte anual ao Carbon Disclosure Project (CDP), assegurando coerência,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

consistência e alinhamento entre os diferentes instrumentos de transparência e reporte utilizados pela TOTVS.

i. Explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) A não divulgação de informações ASG

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.a deste Formulário de Referência, a Companhia divulga informações ASG.

(ii) A não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota uma matriz de materialidade com temas materiais específicos.

(iii) A não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.e deste Formulário de Referência, a Companhia adota indicadores-chave de desempenho.

(iv) A não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.c deste Formulário de Referência, tanto o Relato Integrado quanto o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa da Companhia são submetidos à asseguração externa independente por empresa especializada. Ambos os relatórios estão disponíveis e as cartas de asseguração estão anexadas aos documentos (https://ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

(v) A não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Estamos começando a introduzir as recomendações da TCFD como forma de preparo para as primeiras publicações do CBPS 02 (IFRS S2) de Divulgações Relacionadas ao Clima, onde é orientada a implementação das recomendações do Relatório da TCFD.

Além disso, divulgamos nosso impacto ambiental através de nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa, em nosso Relato Integrado e de forma mais detalhada através do reporte do no CDP (Carbon Disclosure Project). Desde 2022, o Inventário de Gases de Efeito Estufa, é elaborado com base nos conceitos, princípios e diretrizes da metodologia The Greenhouse Gas Protocol – A *Corporate Accounting and Reporting Standard* (*GHG Protocol*), conforme estabelecido pelo Programa Brasileiro *GHG Protocol* (PBGHGP). O documento contempla as emissões diretas e indiretas relacionadas aos escopos 1, 2 e 3, e está disponível no site de Relações com Investidores (ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(vi) A não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável. Conforme informado no item 1.9.h deste Formulário de Referência, a Companhia realiza anualmente, desde 2022, a divulgação de seu Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa para as suas operações, disponível no site de Relações com Investidores (ri.totvs.com/esg/relatorios-anuais/relatorio-de-sustentabilidade/).

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.10 Informações de sociedade de economia mista

a. Interesse público que justificou sua criação

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

b. Atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

c. Processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Agger

A TOTVS S.A. (B3: TOTS3) ("TOTVS" ou "Companhia") comunica que sua controlada, Dimensa S.A. ("Dimensa"), celebrou, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças ("Contrato") para aquisição da totalidade do capital social da Agger S.A. ("Agger") pelo montante total de R$260 milhões ("Operação"), sujeito a ajustes conforme cláusulas usuais de mercado, sem previsão de pagamento de preço complementar. A Agger é uma das principais plataformas no mercado de software para o segmento de seguros, oferecendo soluções focadas em corretores, que incluem funcionalidades como multicálculo e gestão de apólices. A Agger conta com cerca de 150 colaboradores e registrou receita recorrente anualizada bruta (Gross ARR) de aproximadamente R$60 milhões no primeiro trimestre de 2025, após apresentar taxa anual de crescimento composta (CAGR) de 38% entre 2020 e 2024. Para a Dimensa, a Operação representará um movimento estratégico alinhado à sua tese de crescimento orgânico, combinado com expansão via M&A (fusões e aquisições). Adicionalmente, a operação da Agger é complementar à atuação da Quiver, o que poderá gerar potenciais sinergias estratégicas. Juntas, elas ampliarão a presença da Dimensa no segmento de seguros e se beneficiarão da complementaridade de perfis de clientes e funcionalidades, potencializando mais um segmento de tecnologias para instituições financeiras.

Suri

A TOTVS S.A. (B3: TOTS3) ("Companhia" ou "TOTVS") informa que sua subsidiária, TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. celebrou, nesta data, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") para a aquisição da totalidade do capital social da CHATBOT MAKER TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. ("Suri"), pelo montante de R$28 milhões ("Transação"). Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar (earn-out), sujeito ao cumprimento de determinadas condições. A Suri é especializada em soluções de conversational commerce, automatizando e humanizando as interações de WhatsApp, Facebook, Instagram e Webchat em única interface, com roteamento e categorização automáticos para viabilizar todo o processo digital de venda e pós venda de produtos e serviços. Com foco no varejo, seu portfólio inclui o "Suri Shop", solução que aprimora a jornada de vendas e atendimento ao cliente com o uso de Inteligência Artificial ("IA"), permitindo ciclos completos diretamente no WhatsApp — desde a visualização do catálogo, passando pelo pagamento até a entrega. Fundada em 2008, a Suri possui hoje mais de 1.000 clientes e tem Receita Líquida (já deduzida dos custos com parceiros de mensageria) esperada de aproximadamente R$14 milhões para 2025. Esta aquisição reforçará a estratégia de especialização por setor da economia e expansão da RD Station, uma vez que fortalecerá sua atuação no conversational commerce e acelerará a aplicação de IA na jornada de vendas e atendimento, especialmente para clientes do varejo. A complementaridade das soluções da Suri ao portfólio do RD Conversas permitirá uma integração ágil ao ecossistema das unidades de Gestão e RD, com produtos já maduros e integrados nativamente aos ERPs de Gestão, o que poderá acelerar o go-to-market via canais de distribuição da TOTVS.

TBDC

A TOTVS S.A. (B3: TOTS3) ("Companhia" ou "TOTVS") comunica que sua subsidiária, Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., celebrou, nesta data, o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") para a aquisição das quotas que representam a totalidade do capital social da TBDC Desenvolvimento de Software Ltda. ("TBDC"), pelo montante de R$80 milhões ("Transação"). Adicionalmente, o Contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar (earn-out), sujeito ao

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

cumprimento de determinadas condições. Fundada em 2018, a TBDC é especializada em soluções para o agronegócio, abrangendo toda a cadeia produtiva, desde fabricantes de insumos até produtores rurais e consultorias. O portfólio diversificado contempla desde a gestão comercial e geração de demanda até o monitoramento agronômico e a rentabilidade da fazenda, com destaque para o "TBDC CRM", uma solução com especificações únicas, totalmente adaptada à realidade do agronegócio, que se diferencia de outros players do mercado por sua capacidade de integração profunda nas rotinas operacionais dos clientes. Com elevados índices de retenção de clientes e cobrindo cerca de 15% da área plantada do Brasil, a TBDC espera atingir uma Receita Recorrente Anualizada (ARR) líquida de aproximadamente R$24 milhões em 2025. Para a TOTVS, a aquisição fortalece o posicionamento no agronegócio, complementando o portfólio com uma solução de CRM desenvolvido especialmente para a realidade deste setor, reduzindo complexidade e elevando a aderência especialmente para os subsegmentos de revendas, distribuidores e cooperativas agrícolas. Esta Transação reafirma o papel da TOTVS como trusted advisor e parceiro tecnológico para a digitalização e eficiência da cadeia produtiva do campo.

Linx

A TOTVS S.A. (B3: TOTS3) (“Companhia” ou “TOTVS”) informa que, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato”) com a Linx S.A. (controlada da StoneCo Ltd.), tendo por objeto a aquisição da totalidade das ações da Linx Participações S.A. (“Linx”), que deverá ser a titular, no fechamento da transação, de parte do segmento de negócio de software da Linx, pelo montante total de R$3.050.000.000,00 (três bilhões e cinquenta milhões de reais) (“Transação”), sujeito a ajuste com base na posição de Caixa/Dívida Líquida no fechamento da Transação e sem previsão de pagamento de preço complementar. A Transação será financiada com o Caixa da TOTVS e com instrumentos de dívida em condições propícias de mercado, ainda a serem contratados. A Linx é reconhecida como um dos principais players de soluções voltadas à gestão do Varejo, com histórico de altas taxas de retenção de clientes, tendo encerrado o exercício de 2024 com receita total de R$1.145 milhões (+0,6% vs 2023), sendo R$1.048 milhões recorrente (+3,3% vs 2023), e EBITDA ajustado de R$239 milhões (+12% vs 2023). A Transação é um movimento que está alinhado à estratégia de aumentar a relevância dentro dos clientes e ao posicionamento da TOTVS como trusted advisor de seus clientes do varejo, com a proposta de valor de melhorar o desempenho das empresas. Esta Transação tem significativa complementaridade e fortalecerá o posicionamento da TOTVS no segmento de varejo, equiparando a atual relevância já alcançada em outros segmentos da economia. Adicionalmente, a cobertura geográfica da distribuição da TOTVS poderá ser benéfica aos varejistas, na medida em que o varejo é um segmento com muita capilaridade.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Em 9 de junho de 2025, a Companhia comunicou que sua controlada, Dimensa S.A., celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças para aquisição da totalidade do capital social da **AGGER S.A.** pelo montante total de R$260 milhões.

Em 22 de julho de 2025, a Companhia comunicou que celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a **LINX S.A.** (controlada da StoneCo Ltd.), tendo por objeto a aquisição da totalidade das ações da Linx Participações S.A. ("Linx"), que deverá ser a titular, no fechamento da transação, de parte do segmento de negócio de software da Linx, pelo montante total de R$3,05 bilhões.

Em 27 de novembro de 2025, a Companhia comunicou que sua subsidiária, TOTVS LARGE ENTERPRISE TECNOLOGIA S.A. celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição da totalidade do capital social da **CHATBOT MAKER TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. ("SURI")**, pelo montante de R$28 milhões.

Em 19 de dezembro de 2025, a Companhia comunicou que sua subsidiária, Soluções em Software e Serviços TTS Ltda., celebrou o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para a aquisição das quotas que representam a totalidade do capital social da **TBDC DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA.**, pelo montante de R$80 milhões.

Para mais informações, acesse os Comunicados ao Mercado e Fatos Relevantes disponíveis na CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/comunicacao-com-o-mercado/).

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não há acordos de acionistas da Companhia que estejam arquivados em sua sede.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não há alterações significativas na condução dos negócios da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos relevantes celebrados pela Companhia e/ou suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.16 Outras informações relevantes

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em complemento às informações divulgadas nessa seção 1, cumpre notar que a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento, seja ele orgânico, por meio de aquisição ou por parcerias estratégicas de negócios, dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações ou parcerias de negócios que agreguem valor aos seus acionistas.

Ainda, em complemento ao item 1.9:

Outras iniciativas

Investimento Social Privado: Instituto da Oportunidade Social ("IOS")

Fundado em 1998 como iniciativa de funcionários da então Microsiga, hoje TOTVS, o Instituto da Oportunidade Social (IOS) nasceu com o propósito de proporcionar acesso à tecnologia para jovens em vulnerabilidade social e pessoas com deficiência por meio de programas de formação profissional tendo como principal foco empregar os jovens qualificados em posições de entrada nas empresas.

O IOS é uma organização sem fins lucrativos que oferece formação profissional gratuita em administração e tecnologia da informação, com extensão em Educação Digital, Cidadania, Sustentabilidade, Matemática, Comunicação e Expressão, Habilidades Socioemocionais, além de acompanhamento com equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos). O público-alvo do Instituto é composto por jovens em vulnerabilidade social de 15 a 29 anos e Pessoas com Deficiência a partir dos 16 anos.

Ao longo de 2025, completando 27 anos de existência, o IOS esteve presente nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo, onde fica a sede do Instituto. Neste período, passaram pelo Instituto mais de 48 mil alunos. Anualmente, em média, mais de mil e oitocentos jovens são formados e mais de mil e duzentos empregados, por empresas parceiras de diversos segmentos e pela Companhia, gerando um forte impacto social.

No último ano, o IOS formou 1831 alunas e alunos, e apoiou a empregabilidade de 1.530 jovens formados a conseguirem um emprego formal, através de esforços do Instituto junto às empresas parceiras, o que inclui a TOTVS. De acordo com estudos feitos pelo Instituto, em 2025 houve um aumento médio de 59% na renda das famílias quando um aluno formado começa a trabalhar, percentual que reflete um protagonismo do jovem cada vez maior em sua família, bem como reforça o impacto social gerado pelo Instituto.

Das pessoas formadas no IOS, 89% foram estudantes da rede pública de ensino, 54% mulheres, 56% negros e 4% de pessoas com deficiência, ampliando a inclusão social para populações minorizadas.

Em 2025, a parceria entre a TOTVS e o Instituto da Oportunidade Social (IOS) foi fortalecida por meio de um conjunto de ações estratégicas de mobilização de recursos, engajamento institucional e promoção da empregabilidade juvenil. Entre os destaques, realizou-se o 1º Jantar Beneficente do IOS, marco institucional que mobilizou lideranças empresariais, parceiros e apoiadores, resultando em um impacto financeiro total de R$ 528.547,42, destinados à ampliação das ações educacionais, fortalecimento de operações regionais e apoio à permanência dos alunos. Além disso, a atuação da Loja IOS no contexto das ações realizadas em parceria com a TOTVS alcançou faturamento líquido de R$263.082,72,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

1.16 Outras informações relevantes

crescimento de 63% em relação a 2024, reforçando o engajamento do público com a causa social. As ações foram complementadas pela realização do evento CriaTech e do programa START <TECH>, fortalecendo a formação profissional, o protagonismo juvenil e a aproximação entre educação e mercado de trabalho.

A Companhia centraliza seu investimento social estratégico no IOS e hoje é a principal mantenedora do Instituto, que conta também com o apoio de outras empresas parceiras. O IOS dispõe de toda a estrutura e suporte para preparar os alunos e encaminhá-los para o mercado de trabalho, além de apoiar no cumprimento da Lei da Aprendizagem e da Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência, desenvolvendo os talentos do presente na economia do futuro.

O Instituto da Oportunidade Social é auditado anualmente pela KPMG, reporta anualmente utilizando-se do padrão GRI (Global Reporting Institute), e, como a TOTVS, também é signatária da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. O IOS possui reconhecimento internacional no ranking da TheDotGood como uma das 200 melhores organizações sociais do mundo, a 12ª do Brasil, e já recebeu o Selo de Diversidade e Direitos Humanos, da Prefeitura de São Paulo.

Por fim, vale destacar que, em maio de 2026, ocorreu o lançamento da nova marca, oficializando a transição do IOS para Instituto Percorre. O reposicionamento foi conduzido de forma cuidadosa, respeitando a trajetória e a força da marca IOS, e teve como objetivo modernizar a identidade institucional, fortalecer o posicionamento estratégico e acompanhar a evolução da organização e de seu impacto social. A nova marca reflete uma fase de amadurecimento, inovação e maior conexão com os públicos atendidos e parceiros institucionais.

Mais informações do IOS estão disponíveis no site do Instituto: https://ios.org.br/.

Diversidade e Inclusão

Entendemos nosso papel como a maior empresa de tecnologia do Brasil e estamos comprometidos com o desenvolvimento de uma agenda diversa, equitativa e inclusiva, que reflete o propósito e a visão da TOTVS sobre a forma como seus negócios podem influenciar e impactar positivamente a sociedade, enquanto empregadora e agente social.

Acreditamos no poder transformador da tecnologia, na sua capacidade de contribuir para a construção de um ecossistema cada vez mais diverso, inclusivo, respeitoso e acolhedor.

A atuação em diversidade na TOTVS é suportada por uma política, comissão e área de Diversidade e Inclusão, que atua em conjunto com Grupos de Afinidade, Código de Ética e Conduta e políticas organizacionais que prezam pela transparência, ética e integridade nas relações estabelecidas entre a TOTVS e seus públicos.

Na TOTVS acreditamos que todas as pessoas são iguais na sua essência e, as diferenças culturais, biológicas, sociais, econômicas, dentre outras, fazem de cada indivíduo um ser único, que contribui e enriquece as relações, trocas e construções no ambiente corporativo e na sociedade. A partir desta crença, fomentamos os seguintes princípios norteadores:

- Cultura Inclusiva
- Liderança inclusiva

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

- Linguagem e comunicação inclusiva
- Promoção de processos inclusivos e intencionais
- Acessibilidade
- Representatividade
- Linguagem clara e sem barreiras

Além do Treinamento Obrigatório, contamos com a Política de Diversidade e Inclusão, Comissão de Diversidade e Inclusão (agenda estratégica com a alta liderança), os Grupos de Afinidade (espaço para acolhimento e construção de ações coletivas), o Código de Ética e Conduta e as demais políticas organizacionais para sustentar o Programa de D&I. Também fortalecemos nossos grupos de afinidade com a promoção de encontros e eventos para a conexão das pessoas participantes e construções conjuntas.

Para que as novas pessoas da TOTVS já entrem alinhadas com o programa, na integração é apresentado o posicionamento da empresa e o programa de diversidade e inclusão. Esse momento é bem importante para ensinar conceitos básicos de D&I para colaboradores recém-ingressados.

O Programa de Diversidade e Inclusão tem como objetivo valorizar gente boa que é boa gente e garantir que o nosso ambiente de trabalho seja livre de discriminação e preconceito, em que cada pessoa possa ser quem realmente é.

O programa possui 5 frentes voltadas para públicos minorizados: mulheres - #ELASNATOTVS, pessoas com deficiência - #INCLUSÃONATOTVS, étnico-racial - #PERTENCIMENTONATOTVS, LGBTQIAP+ - #CORESNATOTVS e Pessoas 50+ - #MATURIDADENATOTVS.

Sustentabilidade na TOTVS: tecnologia e governança para um crescimento responsável

Na TOTVS, a Sustentabilidade está integrada ao modelo de negócios e orienta a forma como a Companhia identifica riscos, captura oportunidades e gera valor no curto, médio e longo prazo. Essa atuação parte de uma leitura estruturada de seus temas materiais, que refletem tanto os impactos relevantes da operação quanto às expectativas dos públicos de interesse e os fatores críticos para a perenidade do negócio. Para o ciclo 2024-2025, a Companhia possui oito temas prioritários, sendo eles:

1. Atração, retenção e desenvolvimento de pessoas
2. Crescimento sustentável
3. Diversidade, inclusão e combate à discriminação
4. Gestão de impactos ambientais e mudanças climáticas
5. Governança e ética responsável
6. Saúde e bem-estar das pessoas
7. Segurança da informação, proteção e privacidade de dados
8. Transformação e inovação em modelo de negócio

O tema **Atração, Retenção e Desenvolvimento de Pessoas** orientam iniciativas voltadas à construção de um ambiente de trabalho diverso, estimulante e alinhado aos desafios de um negócio intensivo em conhecimento, reconhecendo o capital humano como um ativo estratégico para a inovação, a

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

competitividade e a geração de valor no longo prazo. Em 2025, a TOTVS evoluiu de forma consistente sua arquitetura cultural, consolidando cinco novos direcionadores que passam a orientar comportamentos, decisões e prioridades dos mais de 12 mil colaboradores da Companhia, são eles: **Gente é tudo, Cliente é pra vida, Inovar juntos, Inteligência Humana + Inteligência Artificial e Resultado Responsável**. Esses valores reforçam a conexão entre cultura, estratégia e negócios, sustentando um ambiente que estimula o desenvolvimento contínuo, a colaboração e a inovação responsável.

A agenda de **Diversidade, Inclusão e Combate à Discriminação** está diretamente conectada aos valores da Companhia e à busca por diversidade de perspectivas na tomada de decisão. Esse compromisso se reflete tanto nas práticas internas quanto na governança, incluindo o acompanhamento de indicadores de diversidade, a supervisão da Matriz de Competências do Conselho e o fortalecimento de processos que promovem um ambiente ético, inclusivo e respeitoso. Reconhecendo os desafios e as oportunidades de melhoria quanto à questão da diversidade e inclusão na TOTVS, 5 grupos são trabalhados como prioridade: étnico-racial, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ e Gerações.

O tema de **Saúde e Bem-estar das Pessoas** está direcionado à promoção de condições de trabalho seguras, saudáveis e equilibradas, reconhecendo seu impacto direto na produtividade, no engajamento e na sustentabilidade do negócio. O compromisso da TOTVS com o bem-estar das pessoas se materializa em um conjunto de ações voltadas para a saúde física, mental e financeira de todos os colaboradores, por meio do Programa +Saudáveis. Alinhado com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa se divide em seis pilares: **+VidaAtiva, +Cuidado, +Equilíbrio, +Leve, +Vantagens e +Conexão**.

Em termos de **Governança Ética e Responsável**, listada no **Novo Mercado da B3**, a TOTVS adota os mais elevados padrões de governança corporativa do mercado brasileiro e segue as diretrizes do **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)**, reforçando seu compromisso com ética, transparência, equidade e responsabilidade corporativa. Desde a abertura de capital, em 2006, a Companhia construiu uma trajetória reconhecida pela consistência de suas práticas de governança e pelo pioneirismo no setor de tecnologia, sustentada por órgãos colegiados atuantes, processos formais de tomada de decisão e um Programa de Integridade estruturado, com políticas, controles e monitoramento contínuo, cujo desempenho é periodicamente reportado ao **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e ao Conselho de Administração (CA)**, assegurando alinhamento entre estratégia, gestão de riscos e geração de valor no longo prazo.

A **Segurança da Informação, a Proteção e a Privacidade de Dados** são temas estratégicos para a TOTVS, considerando a centralidade da tecnologia em seu modelo de negócios e a responsabilidade associada ao tratamento de dados de clientes, parceiros e colaboradores. A Companhia mantém uma **abordagem estruturada para a gestão desses temas, baseada em políticas corporativas, controles técnicos e instâncias formais de governança, integradas à Matriz de Riscos Corporativos**, permitindo a identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados a cibersegurança, conformidade regulatória e proteção de dados pessoais. Como resultado da estrutura robusta, em 2025 não tivemos nenhum incidente ou vazamento de dados. Além disso, dado a relevância do tema, o letramento se torna extremamente estratégico, sendo incorporado desde o onboarding de novos colaboradores até trilhas específicas que temos, como a Trilha de Dados e IA, disponível na Universidade TOTVS.

No eixo ambiental, o tema **Gestão de Impactos Ambientais e Mudanças Climáticas** ganhou relevância crescente em 2025, com o fortalecimento da integração entre a Matriz de Materialidade, a Matriz de Riscos Corporativos e o planejamento estratégico. Esse avanço permitiu a **identificação e**

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

incorporação formal de um fator de risco ambiental relacionado à insuficiência energética na estrutura corporativa de Gestão de Riscos, ampliando a capacidade da Companhia de antecipar impactos climáticos, estruturar respostas e fortalecer sua resiliência operacional.

Os temas **Crescimento Sustentável e Transformação e Inovação em Modelo de Negócio** refletem a forma como a TOTVS conecta sustentabilidade e estratégia. Como maior empresa brasileira de tecnologia, a Companhia atua no desenvolvimento de soluções que apoiam a digitalização de processos, a eficiência operacional, a melhoria da gestão empresarial e a tomada de decisão baseada em dados. Essas soluções contribuem para modelos de negócio mais eficientes e responsáveis, especialmente em setores relevantes para a economia e sensíveis a riscos climáticos e regulatórios, como agronegócio, alimentos, manufatura e serviços.

A governança dessa agenda é assegurada por estruturas formais e integradas à governança corporativa, com diretrizes definidas no âmbito do Comitê de Estratégia (CE), liderança do Comitê de Governança e Indicação (CGI) e acompanhamento pelo Conselho de Administração (CA). Essa estrutura garante que os temas materiais sejam tratados de forma transversal, conectando riscos, oportunidades, cultura, inovação e estratégia, e consolidando a sustentabilidade como um direcionador da perenidade do negócio e da criação consistente de valor em um ambiente de negócios cada vez mais dinâmico, regulado e interdependente.

Compromissos Públicos

Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)

A Companhia aderiu em 2014 à Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), que é uma iniciativa planejada para empresas comprometidas em alinhar suas operações e estratégias com os dez princípios, universalmente aceitos, nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. É a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo, com mais de 21 mil participantes, entre empresas e organizações, com abrangência e engajamento em 162 países.

Como parte desse compromisso, a TOTVS responde anualmente à Comunicação de Progresso (COP) do Pacto Global da ONU, por meio da qual reporta, de forma estruturada e transparente, a evolução de suas práticas, políticas e resultados relacionados aos dez princípios, reforçando a integridade das informações divulgadas e o alinhamento entre estratégia, governança e desempenho socioambiental.

Em 2024, a TOTVS se tornou signatária do Movimento Educa2030, do Pacto Global da ONU, reforçando o nosso real compromisso com a educação. Essa iniciativa tem como objetivo engajar as empresas a se comprometerem com metas ambiciosas em prol do aumento da escolaridade da população, a inclusão produtiva de jovens e o aumento de mulheres em carreiras STEM . A TOTVS também assinou em 2014 os WEP's que são os princípios de empoderamento feminino da ONU**.**

Ainda em 2024, a TOTVS também passou a integrar o Movimento Mente em Foco, iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global da ONU voltada à promoção da saúde mental e do bem-estar no ambiente de trabalho. A adesão ao movimento reforça o compromisso da Companhia com a criação de ambientes organizacionais mais saudáveis, por meio da adoção de práticas estruturadas de prevenção, acolhimento e gestão do bem-estar emocional. Os compromissos assumidos no âmbito do Mente em Foco estão alinhados a iniciativas já implementadas pela TOTVS, como programas de apoio psicológico, orientação para manejo de crises, ações de combate ao estigma e capacitação de lideranças, consolidadas no programa

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

corporativo de bem-estar +Saudáveis, em seu pilar +Equilíbrio, fortalecendo a agenda de saúde integral das pessoas e a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

A Companhia participa de Grupos de trabalho do Pacto Global da ONU, incluindo afirmação dos dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

Pacto Empresarial pela integridade e Contra a Corrupção

Ainda em 2014, a TOTVS aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos, que tem a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma sustentável e socialmente responsável. Este pacto apresenta um conjunto de diretrizes e procedimentos que obedecem às políticas adotadas em relação a sistemas de integridade e combate à corrupção.

No âmbito desse compromisso, a Companhia participa do Grupo de Trabalho de Integridade do Instituto Ethos, espaço dedicado à troca de experiências e ao debate sobre políticas, controles e ações relacionadas à ética, à integridade e ao combate à corrupção no ambiente empresarial. Adicionalmente, a TOTVS responde anualmente aos Indicadores Ethos, ferramenta de autodiagnóstico e gestão que permite avaliar o nível de maturidade da organização, identificar prioridades e monitorar a evolução das práticas ao longo do tempo.

Em 2025, a Companhia respondeu, pela primeira vez, ao conjunto completo dos Indicadores Ethos ASG, ampliando o escopo da avaliação para as dimensões Ambiental, Social e de Governança. Esse avanço contribuiu para uma visão mais estruturada e comparável da maturidade da Companhia, apoiando o planejamento de ações, o fortalecimento da governança e a transparência perante diferentes públicos de interesse.

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

- **CDESS:** Em 2025, a TOTVS seguiu representada no Conselho, por meio da participação de Laércio Cosentino, mantendo a coordenação da Comissão de Tecnologia, Inovação e Transformação Digital e a participação nas Plenárias. A atuação teve foco na discussão de iniciativas relacionadas à transformação digital no Brasil, considerando também os pilares do plano Brasil Digital 30+.
- **B20:** O B20 é o fórum empresarial do G20 (Grupo dos Vinte), principal fórum de cooperação econômica internacional, reunindo as maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo para discutir desafios globais, visando promover a estabilidade econômica e o crescimento mundial. No Brasil, a CNI coordenou a participação de representantes de empresas e a construção de propostas em vários temas, sendo um deles a pauta de transformação digital, que participamos como ouvintes.
- **CEBRICS:** O Conselho Empresarial dos BRICS (CEBRICS), coordenado pela CNI no Brasil, propõe melhorias no ambiente de negócios e investimentos entre os países integrantes. Acompanhamos principalmente as discussões sobre qualificação profissional, em que participamos como ouvintes.

- **Trilha de Educação Cidadã:** A Trilha foi criada pela TOTVS em 2024 com o objetivo de facilitar o entendimento de conceitos de teoria política. Em 2025, demos continuidade ao projeto, com a

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

disponibilização da segunda temporada na Universidade TOTVS, abordando conceitos relacionados à organização política estadual.

AGENDA DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL:

- **Data center**: O Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center no Brasil, o Redata, atualmente em debate no Congresso, objetiva a instalação, ampliação e modernização da infraestrutura digital do país, que é crítica para o desenvolvimento de tecnologias como IA. A TOTVS participa ativamente das discussões na Brasscom, contribuindo para construção de uma política pública favorável ao desenvolvimento do país. Essa atuação irá continuar em 2026 com os desdobramentos da MP 1318/2025 no Congresso.

- **Marco Legal de IA**: Contribuímos coletivamente por meio da Brasscom, ABES, MBC e ANPEI nos debates sobre o marco regulatório para o desenvolvimento e uso de sistemas de inteligência artificial (IA) no Brasil (PL 2338/2023). Atuamos individualmente e com liderança no tema defendendo o posicionamento da companhia com stakeholders prioritários. Um dos desdobramentos dessa atuação foi o convite para a TOTVS participar da Audiência Pública na Comissão Especial de IA sobre "Infraestrutura para IA, fomento e sandbox regulatório". Essa atuação terá continuidade no ano de 2026 durante as etapas finais na Câmara e o eventual retorno ao Senado Federal, tendo em vista a importância e o impacto desse tema para as atividades e produtos da TOTVS.

- **Fomento à Inovação:** A TOTVS identificou oportunidades de programas de fomento nos estados de Minas Gerais e São Paulo para ampliação dos investimentos inovativos. Foram identificados programas que disponibilizam recursos para empresas desenvolverem projetos inovativos na FAPESP e FAPEMIG.

- **Conselho Consultivo do Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDIGITAL):** em 2025, Laércio Cosentino foi indicado como representante no Comitê. O conselheiro tem como papel principal assessorar, orientar e fornecer sugestões para a implementação de ações estratégicas de digitalização no Brasil, sem ter poder deliberativo (decisório) direto, mas contribuindo com as políticas avaliadas e apresentadas no Comitê. O fórum é responsável pela avaliação da E-Digital - Estratégia Brasileira para Transformação Digital e o PBIA - Plano Brasileiro de Inteligência Artificial.

AGENDA DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS

- **Reforma Tributária:** A segunda fase da Reforma Tributária (PLP 108/2024) foi finalizada no Congresso e a TOTVS atuou de forma coletiva com as associações Brasscom, ABES e MBC com objetivo de apresentar propostas de aperfeiçoamento. Frente a relevância da matéria, a TOTVS seguirá acompanhando o tema até a conclusão da regulamentação.
- **Revisão de Benefícios Fiscais:** A TOTVS fomentou o debate na Brasscom e participou ativamente das discussões na ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e ANPEI (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras) sobre revisão de benefícios fiscais (PLP 128/2025) buscando aprimoramento do tema e a mitigação de insegurança jurídica, além de promover um ambiente de negócios mais atrativo. O projeto foi convertido na Lei Complementar 224/2025, e as regulamentações foram publicadas ainda em 2025.

AGENDA DE AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

1.16 Outras informações relevantes

- **Mercados Digitais:** A TOTVS atuou de forma coletiva com a Brasscom no tema para entendimento dos impactos do projeto (PL 4675/2025) para setor, especialmente com relação à definição do conceito de agentes econômicos de relevância sistêmica e o papel do CADE na regulação de mercados digitais. As reuniões foram promovidas para traçar estratégias considerando a tramitação em 2026.

AGENDA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

- **Proteção de dados:** A TOTVS manteve a atuação nos temas da Agenda Regulatória da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que regulamentam a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), por meio de consultas públicas e tomadas de subsídios . Os principais temas com participação da Companhia ao longo de 2025 foram: Dados biométricos sensíveis e Uso compartilhado de dados pelo Poder Público.

AGENDA DE GENTE

- **Licença paternidade:** A TOTVS é favorável a ampliação da licença paternidade (PL 3935/2008) e tem atuado de forma individual e coletiva para sensibilizar parlamentares sobre a importância da aprovação do tema, que trará benefícios para a sociedade como um todo.

- **Estatuto do Aprendiz:** O estatuto do aprendiz (PL 6461/2019) está em processo de revisão e a atuação da TOTVS foi de promover o debate nas entidades associativas, analisando os impactos das mudanças propostas e sugerindo melhorias.

ATUAÇÃO REGIONAL

- **Programa Bolsa Estágio Ensino Médio - BEEM:** O programa Bolsa Estágio Ensino Médio (BEEM), criado pela Lei Estadual 18.028/2024, oferece oportunidades de estágio para estudantes do Ensino Médio Técnico matriculados nas escolas da rede pública de SP. As empresas oferecem vagas para os estagiários, com remuneração feita pela Secretaria de Educação, a Companhia complementa os recursos com vale transporte e alimentação. RIG atuou com o RH da TOTVS na compreensão do programa, realizou reuniões com os interlocutores governamentais e participou de eventos do governo paulista.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTVS | Formulário de Referência 2026

2.1. Condições financeiras/patrimoniais gerais

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 2.1, informações que visam permitir aos investidores e ao mercado em geral, uma análise da situação da Companhia pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, compromissos ou eventos importantes que impactam ou poderiam impactar as condições financeiras e patrimoniais da Companhia. As análises foram constituídas com base nas demonstrações financeiras da Companhia, que são de responsabilidade da Administração da Companhia, e estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a nossa estrutura financeira e patrimonial nas datas abaixo indicadas:

	Em 31 de dezembro de	
(em milhares de Reais)	**2025**	**2024**
Patrimônio líquido	5.443.457	4.987.121
Ativo circulante	3.875.770	2.763.558
Dívida Líquida (Caixa Líquido) [1]	(195.639)	(265.942)

[1] A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamentos), debêntures, obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante, deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida (Caixa Líquido) de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Em 2025, a Companhia encerrou o ano em uma posição de Caixa Líquido, tendo como principais destaques a geração de caixa operacional, que foi parcialmente compensada pelas obrigações por aquisição de investimentos ao longo do ano.

b. Estrutura de capital

A Companhia financia suas operações por meio de capital próprio e de recursos de terceiros. A Companhia emite exclusivamente ações ordinárias, não havendo, portanto, ações resgatáveis.

Apresentamos, no decorrer do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente com as nossas atividades, na visão da Administração, na proporção apresentada na tabela a seguir:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Passivo Circulante e não Circulante (capital de terceiros)	4.008.714	3.544.600
Patrimônio Líquido (capital próprio)	5.443.457	4.987.121
Capital de Terceiros [1]	42,41%	41,55%
Capital Próprio [2]	57,59%	58,45%

[1] O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

[2] Capital próprio refere-se ao Patrimônio Líquido da Companhia dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia era de R$1.764.837, dos quais R$128.715, ou 7,3%, estão no passivo circulante e R$1.636.122 ou 92,7% no passivo não circulante.

A Companhia e suas controladas têm apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

A maior parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da venda e prestação de serviços de *software*, que são prestados nos países onde são comercializados.

A Companhia e suas controladas mantêm um perfil conservador de investimento financeiro e atualmente não possui operações em mercados de risco e/ou derivativos.

A tabela abaixo demonstra os principais indicadores financeiros relacionados à nossa capacidade de pagamento:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Dívida Bruta [1]	1.764.837	1.879.039
Dívida Líquida (Caixa Líquido) [2]	(195.639)	(265.942)
Índice de Endividamento [3]	0,2	0,2
Índice de liquidez corrente [4]	2,0	2,4
Índice de liquidez geral [5]		

[1] A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamentos), debêntures e obrigações por aquisição de investimentos. A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

[2] A Dívida Líquida (Caixa Líquido) corresponde à Dívida Bruta deduzida dos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa e aplicações financeiras, garantias de investimentos, circulante e não circulante. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular este indicador de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(3) O índice de endividamento corresponde ao quociente da divisão da Dívida Bruta ao fim do exercício pelo Ativo Total.

(4) O índice de liquidez corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

(5) O índice de liquidez geral corresponde ao quociente da divisão: (i) do resultado da soma do ativo circulante e do ativo não circulante (exceto investimento, imobilizado e intangível); pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento se manteve em 0,2, o índice de liquidez corrente foi de 2,0 e o índice de liquidez geral foi de 1,2, demonstrando a capacidade da Companhia e de suas controladas de cumprirem com seus compromissos de curto e de longo prazos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendem utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria entende que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez. Caso exista a necessidade de buscar fontes de financiamento para capital de giro ou ativos não circulantes, a Companhia poderá: (i) buscar linhas de empréstimos e financiamentos com bancos privados; e/ou (ii) emitir títulos de dívida, como por exemplo debêntures.

Vale ressaltar também que, apesar de a Diretoria entender que a Companhia e suas controladas não possuem deficiências de liquidez, entende que possuem linhas pré-aprovadas com bancos privados que podem ser acessadas no curtíssimo prazo.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os arrendamentos obtidos pela Companhia, bem como o saldo ao final de cada exercício, estão demonstrados na tabela a seguir:

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Encargos financeiros	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Arrendamentos	(i)	258.933	126.418
Empréstimos e arrendamentos		**258.933**	**126.418**
Passivo Circulante		42.493	58.133
Passivo Não Circulante		216.440	68.285

(i) A taxa de juros nominal média ponderada para os arrendamentos de direito de uso de imóveis é de 13,58% a.a. (10,09% a.a. em 31 de dezembro de 2024), 14,36% a.a. para arrendamento de direito de uso de equipamentos eletrônicos (13,59% a.a. em 31 de dezembro de 2024) e 15,35% a.a. para arrendamento de licenças de *software*.

Arrendamentos: a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de arrendamento financeiro com prazo contratado entre 2 e 8 anos referentes a locação de equipamentos eletrônicos, *softwares* e instalações de suas unidades.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTVS | Formulário de Referência 2026

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				Em 31 de dezembro de	
Emissão	**Debêntures**	**Encargos Financeiros Anuais**	**Preço unitário em Reais**	**2025**	**2024**
[5ª] Emissão de debêntures - Série única	1.500.000	100% do CDI + Spread 0,95% a.a.	1	1.577.349	1.535.131
Debêntures				**1.577.349**	**1.535.131**
Passivo circulante				100.079	62.845
Passivo não circulante				1.477.270	1.472.286

Os montantes de arrendamentos e debêntures registrados no passivo não circulante ao final de cada exercício apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	**2025**	**2024**
2026	-	46.069
2027	49.734	11.317
2028	405.617	364.001
2029	408.699	372.778
2030	397.828	374.137
2031 em diante	431.832	372.269
Arrendamentos e debêntures (Passivo não circulante)	**1.693.710**	**1.540.571**

Debêntures: no dia 19 de julho de 2024, a Companhia aprovou a 5º emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, destinada exclusivamente a investidores profissionais, no montante total de R$1.500.000 (um bilhão e quinhentos mil Reais), sendo o valor nominal unitário de R$1.000 (mil Reais). Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros de um dia) "over extra-grupo", acrescida de *spread* equivalente a 0,95% ao ano, base 252 dias úteis. As debêntures terão vencimento final em 19 de julho de 2031.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia e suas controladas não mantêm outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 2.1.f.i, assim como descrito no item 2.6.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas da Companhia e de suas controladas são quirografárias, portanto, não há grau de subordinação entre elas.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Debêntures: as debêntures possuem cláusulas de vencimento antecipado ("*covenants*") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros. O índice financeiro aplicado a esta escritura decorre do coeficiente da divisão da Dívida Líquida/Caixa Líquido (com base nos critérios acordados com o agente fiduciário) pelo EBITDA Ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 4 vezes. Este indicador não considera para a dívida e EBITDA, os efeitos decorrentes do IFRS 16, bem como não estão sendo considerados os passivos, EBITDA e disponibilidades da Techfin e suas subsidiárias.

	Em 31 de dezembro de	
DÍVIDA LÍQUIDA (CAIXA LÍQUIDO) / EBITDA	**2025**	**2024**
(+) Dívida Bruta Consolidado	1.764.837	1.879.039
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.785.703)	(1.942.162)
(-) Garantias de investimentos	(174.773)	(202.819)
(=) Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(195.639)	(265.942)
EBITDA Ajustado TOTVS Gestão + RD Station	1.504.754	1.230.174
Indicador de Alavancagem	**-0,13**	**-0,22**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os *covenants* estipulados em seus referidos contratos de debêntures.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data de apresentação das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2025 existiam linhas de financiamento contratadas e não utilizadas, relacionadas à 6ª emissão de debêntures.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTVS | Formulário de Referência 2026

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO CONSOLIDADO

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		Análise Vertical		Análise Horizontal
	2025	(i) 2024 (Reclassificado)	2025	2024	25 v. 24
Receita Líquida	**5.771.867**	**4.914.747**	***100,0%***	***100,0%***	***17,4%***
Custo de *software*	(1.716.326)	(1.458.672)	*-29,7%*	*-29,7%*	*17,7%*
Lucro bruto	**4.055.541**	**3.456.075**	***70,3%***	***70,3%***	***17,3%***
Receitas (despesas) operacionais					
Pesquisa e desenvolvimento	(1.005.236)	(877.330)	*-17,4%*	*-17,9%*	*14,6%*
Despesas comerciais e marketing	(1.300.048)	(1.114.656)	*-22,5%*	*-22,7%*	*16,6%*
Provisão para perda esperada	(59.622)	(54.669)	*-1,0%*	*-1,1%*	*9,1%*
Despesas gerais e administrativas	(584.717)	(537.922)	*-10,1%*	*-10,9%*	*8,7%*
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.387	(17.944)	*0,1%*	*-0,4%*	*-130,0%*
Lucro operacional antes dos efeitos financeiros e equivalência patrimonial	**1.111.305**	**853.554**	***19,3%***	***17,4%***	***30,2%***
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	270.087	218.221	*4,7%*	*4,4%*	*23,8%*
Despesas financeiras	(350.837)	(310.771)	*-6,1%*	*-6,3%*	*12,9%*
Resultado da equivalência patrimonial	11.423	(1.571)	*0,2%*	*0,0%*	*-827,1%*
Lucro antes tributação imp. renda e contrib. social	**1.041.978**	**759.433**	***18,1%***	***15,5%***	***37,2%***
Imposto de renda e contribuição social	(200.256)	(73.506)	*-3,5%*	*-1,5%*	*172,4%*
Lucro líquido da operação continuada	**841.722**	**685.927**	***14,6%***	***14,0%***	***22,7%***
Lucro líquido da operação descontinuada(ii)	**79.020**	**49.516**	***N/A***	***N/A***	***59,6%***
Lucro líquido do exercício	**920.742**	**735.443**	***16,0%***	***15,0%***	***25,2%***

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia controladora	**891.741**	**717.513**	***14,6%***	***15,0%***	***24,3%***
Lucro líquido da operação continuada	841.722	736.528	*14,6%*	*15,0%*	*14,3%*
Lucro líquido da operação descontinuada	50.019	31.586	*N/A*	*N/A*	*58,4%*
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	**29.001**	**17.930**	***N/A***	***N/A***	***61,7%***
Lucro líquido da operação descontinuada	29.001	17.930	*N/A*	*N/A*	*61,7%*

(i) Os saldos referente à 2024 foram reclassificados como mantidos para venda para melhor comparabilidade, conforme detalhado mais adiante no tópico "Lucro líquido da operação descontinuada".

(ii) A análise vertical das linhas "Lucro líquido da operação descontinuada", incluindo ao atribuído aos acionistas da Companhia controladora e não controladores, não são aplicáveis, uma vez que a receita líquida é referente às operações continuadas.

Receita Líquida

A Receita Líquida consolidada de 2025 cresceu 17,4%, quando comparada ao ano anterior. A performance foi impulsionada principalmente pelo crescimento de 20% ano contra ano das Receitas Recorrentes de TOTVS Gestão e RD Station, sustentado pela contínua expansão da Receita SaaS, que juntas, representam 90,5% da Receita Líquida, um crescimento de 200 pontos base contra o ano de 2024. Esse resultado reflete a intensa atividade comercial, com elevado volume de vendas, tanto na base, quanto na captura de novos clientes.

Outro destaque de 2025 é o resultado da Receita Recorrente Anualizada (ARR), que encerrou o ano em R$6,1 bilhões, com Adição Total consolidada de R$905 milhões. Este resultado é fruto do foco da Companhia em Receitas Recorrentes, que traz resiliência e previsibilidade, e estabelece a base para a Receita Recorrente do ano de 2026.

A Receita de Serviços não Recorrentes fechou 2025 com uma queda de 3,1% em relação ao resultado de 2024, alinhada à estratégia de priorização da Receita Recorrente.

Lucro Bruto

Os custos de *software* fecharam 2025 com um crescimento de 17,7% comparados ao ano anterior, resultando em margem bruta de 29,7%, refletindo o foco da Companhia em Receitas Recorrentes e redução do TCO (*Total Cost of Ownership*) como forma de aumentar a sua competitividade.

A monetização do TaaS (*Task as a Service*) impulsiona novas fontes de receita e impacta a Margem Bruta devido à redução da relevância da Receita de Licenças, que são mais rentáveis no curto prazo e à redução da Receita de Serviços Não Recorrentes (normalmente associados aos projetos de implantação e customização em novas vendas). Em TOTVS Gestão, os 3 habilitadores do TaaS já entregam receitas recorrentes relevantes e com a taxa de crescimento em aceleração: (i) universalização do *T-Cloud*; (ii) domínio das aplicações e APIs; e (iii) apoio aos clientes na organização das bases de dados e atualização dos sistemas.

Despesas

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- **Pesquisa e Desenvolvimento -** em 2025 e 2024, as despesas com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) representaram aproximadamente 17% da Receita Líquida, uma variação de 14,6% ano contra ano, que reflete a alocação estratégica de recursos voltadas à inovação.

- **Despesas Comerciais e de Marketing -** na comparação anual, estas apresentaram aumento de 16,6% em relação a 2024, representando 22,5% sobre a Receita Líquida em 2025, frente a 22,7% de 2024, refletindo maior eficiência operacional. Em 2025, tivemos dois grandes eventos: (i) Universo TOTVS - investimento de aproximadamente R$14 milhões, reunindo mais de 20 mil participantes entre clientes, parceiros especialistas e líderes de diversos setores; e (ii) RD Summit - investimento de aproximadamente R$12 milhões com aproximadamente 18 mil participantes em dois dias de evento.

- **Despesas Gerais e Administrativas e Provisão para Contingências -** a representatividade desse grupo de despesa em 2025 foi de 10,1% da Receita Líquida, em linha com 2024 que foi de 10,9%. Esta ligeira variação está relacionada à rigorosa disciplina na gestão de despesas.

- **Outras Receitas (Despesas) Operacionais -** em 2025, apresentou resultado líquido positivo da rubrica Outras Receitas (Despesas) operacionais, impactado principalmente pelo valor justo do investimento em GoodData, que gerou receita de R$2.527, e receita de venda de ativos imobilizados, em contrapartida pelo complemento de opção de compra e/ou *earn-out* das subsidiárias Feedz e Exact, em decorrência do atingimento de performance registradas em 2024.

- **Resultado Financeiro -** o avanço de R$11.800 do Resultado Financeiro em 2025 é resultado do equilíbrio entre o aumento das receitas financeiras, em decorrência da distribuição de dividendos preferenciais pela subsidiária indireta Supplier e o aumento das despesas financeiras, devido ao aumento dos juros incorridos sobre as debêntures, por conta do aumento da taxa Selic no período.

- **Resultado da equivalência patrimonial -** representa a proporção de 50% do resultado da Techfin, *Joint Venture (JV)* com Itaú Unibanco S.A. focada em serviços financeiros via integração com os *softwares* de gestão.

- **Imposto de Renda e Contribuição Social -** no acumulado de 2025, o aumento de 172,4% reflete a constituição de IR Diferido ativo da controlada RD Station no montante de R$90.908 em 2024.

Lucro líquido da operação continuada

O Lucro líquido da operação continuada relativo a 2025 totalizou R$841.722, aumento de 14,3% em relação a 2024, que reflete a forte alavancagem operacional do modelo de negócios da TOTVS, baseado em receita recorrente, traduzindo o crescimento da Receita em valor real para o acionista.

Lucro líquido da operação descontinuada

Compreende os resultados da operação descontinuada referente à 2025 e 2024 da RJ Participações e Dimensa, que de acordo com o CPC 31/ IFRS 5 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. Em 2024, contempla, ainda, o prejuízo líquido da Techfin proveniente do ajuste de preço na transação para criação da *joint venture* com o Itaú Unibanco S.A., que contribuiu para a variação de 59,6% entre 2025 e 2024.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

TOTVS | Formulário de Referência 2026

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de 2025	Em 31 de dezembro de 2024 (Reclassificado)	*Análise Horizontal* *25 v. 24*	*Variação* *25 v. 24*
Caixa bruto gerado nas atividades operacionais	**1.551.411**	**1.358.672**	***14,2%***	***192.739***
Juros pagos	(198.614)	(177.828)	*11,7%*	*-20.786*
Imposto de renda e contribuição social pagos	(149.614)	(147.859)	*1,2%*	*-1.755*
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.203.183**	**1.032.985**	***16,5%***	***170.198***
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado e intangível, líquidos das vendas de ativos	(246.376)	(223.476)	*10,2%*	*-22.900*
Obrigações com investimentos, líquido de caixa e de recebimento por venda	(105.185)	(919.813)	*-88,6%*	*814.628*
Fundo CVC	(60.325)	(47.025)	*100,0%*	*-13.300*
Mútuo com franquias	15.883	(589)	*-2796,6%*	*16.472*
Caixa (utilizado)/ proveniente da RJ Participações e Dimensa	(578.823)	(62.570)	*825,1%*	*-516.253*
Demais atividades de investimentos	35.493	-	-	*35.493*
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(939.333)**	**(1.253.473)**	***-25,1%***	***314.140***
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(62.526)	(129.792)	*-51,8%*	*67.266*
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(357.783)	(265.352)	*34,8%*	*-92.431*
Ações em tesouraria, líquidas e crédito com empresas ligadas	-	(571.368)	*100,0%*	*571.368*
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(420.309)**	**(966.512)**	***-56,5%***	***546.203***
(Redução) Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**(156.459)**	**(1.187.000)**	***-86,8%***	***1.030.541***

O aumento de 16,5% no Caixa líquido gerado nas atividades operacionais do exercício de 2025 em relação a 2024 está principalmente relacionado ao aumento no Lucro líquido da Operação Continuada e à manutenção do patamar de pagamento de imposto de renda e contribuição social.

A significativa redução do caixa aplicado nas atividades de investimento está principalmente relacionada ao menor volume de pagamentos de obrigações por aquisição de investimentos em comparação a 2024, bem como às aquisições da Aghora, IP e VarejOnline, que foram pagas também em 2024.

A redução de 56,5% no caixa aplicado nas atividades de financiamento se deu principalmente pelo programa de recompra de ações em 2024.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita
Os critérios de reconhecimento de receita de *software* não sofreram alterações significativas que pudessem comprometer a sua comparabilidade no ano de 2025.

As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos descontos e custos com parceiros quando aplicável. A Companhia e suas controladas separam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma:

A receita de *software* recorrente compreende: (i) assinatura de *software*, na qual os clientes têm acesso ao *software* em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. A receita de *software* recorrente é reconhecida mensalmente ao longo do tempo no resultado, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e *software* são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. A Companhia e suas controladas ativam os gastos de remuneração variável dos vendedores para obtenção de contratos pagos na venda de subscrição de *software* e amortizam este custo com base no tempo médio de permanência dos clientes.

A receita de *software* não recorrente compreende: (i) taxas de licenciamento, que transferem ao cliente o direito de uso do *software* por tempo indeterminado; e (ii) serviços de implementação e customização de *softwares*, serviços de consultoria e treinamento. A taxa de licenciamento é reconhecida em determinado momento, quando todos os riscos e benefícios inerentes à licença são transferidos ao comprador mediante a disponibilização do *software* e o valor pode ser mensurado de forma confiável, bem como é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas. As receitas de serviços de implementação e customização representam obrigação de desempenho distinta dos outros serviços e são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo, de acordo com o método de insumo, isto é, à medida que os custos são incorridos em relação ao total de custos esperados, conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento pelo serviço prestado. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber. As receitas de serviços de consultoria e treinamento são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais
Os principais fatores que impactaram os resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram:

a) Dinâmica de Inflação em Gestão: os reajustes de receita recorrentes de Gestão possuem uma dinâmica diferente dos reajustes de salários (dissídio e/ou acordo coletivo), devido aos formatos, aniversários e, principalmente, aos índices terem comportamentos divergentes em alguns momentos. Em 2024, destacamos que a superação do descasamento inflacionário permitia acelerar sua alavancagem operacional. Desde então, Gestão acumulou expansão em sua margem EBITDA, gerando um impacto positivo de 80 pontos base em 2025.

b) Foco em receitas recorrentes e redução do TCO: a Companhia possui maior foco na geração de Receitas Recorrentes, que são as mais rentáveis e perenes, bem como na redução de TCO (*Total Cost of Ownership*),

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©
USO PÚBLICO

que torna as soluções mais acessíveis. Como reflexo, a Margem Bruta Ajustada de 2025 ficou em 72,8% no ano, demonstrando estabilidade frente a 2024.

c) Ganho de escala na RD Station: a contínua expansão da receita associada ao andamento do processo de integração das empresas adquiridas mais recentes fizeram a Margem EBITDA Ajustada da RD Station crescer 240 pontos base sobre 2024 e atingir 12,1% em 2025.

d) Reoneração da folha de pagamentos: os resultados da Companhia contemplam o impacto da reoneração parcial da folha de pagamento, conforme Lei nº 14.973/2024, prevendo a transição gradual entre 2025 e 2027, com redução gradativa da CPRB, até sua completa extinção em 2028. A reoneração da folha de pagamento reintroduz o pagamento da contribuição previdenciária por parte das empresas de 17 setores que, a partir de janeiro de 2025, passam a pagar 5% sobre a folha de pagamento, passando para 10% a partir em janeiro de 2026, 15% a partir de janeiro de 2027 e chegando a 20% em janeiro de 2028. Em contrapartida, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), que no nosso setor era de 4,5% até dezembro de 2024, passa para 3,6% a partir de 2026, decrescendo no início dos próximos 3 anos até atingir 0% em janeiro de 2028.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volume e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Em consonância com a estratégia da Companhia, a RD Station e Techfin são novos negócios e motores de crescimento.

Na RD Station, o crescimento e grandes ganhos de margem demonstram a potência desse segmento operacional, que se tornou multi-produto, multi-canal, multi-interlocutor, multi-cliente, dentre outras propriedades. Em Techfin, entramos na inflexão ascendente da curva J que mencionamos na criação da *joint venture* com o Itaú, acelerando para criar o primeiro ERP Finance do Brasil.

Neste fechamento de 2025, trazemos uma visão sobre o impacto direto de AI, onde a monetização do TaaS (*Transaction as a Service*) impulsiona novas fontes de receita. Em Gestão, os 3 habilitadores do TaaS já entregam receitas recorrentes relevantes e com a taxa de crescimento em aceleração: (i) universalização do T-*Cloud*; (ii) domínio das aplicações e APIs; e (iii) apoio aos clientes na organização das bases de dados e atualização dos sistemas. Em 2025, tais receitas representaram mais de 17% do total de Gestão, registrando crescimento de 37% sobre 2024. Excluindo a receita de universalização de *cloud*, a expansão dos itens (ii) e (iii) atingiu 72% no período.

A Companhia ajusta periodicamente os preços de seus produtos e serviços, visando a sustentabilidade do negócio e o acompanhamento das variações do mercado, sendo que os valores são reajustados de acordo com a inflação acumulada dos últimos 12 meses, apurada no aniversário do contrato. Os índices de inflação mais utilizados para esses reajustes são o IGP-M e o IPCA, sendo que os novos contratos, por padrão, são vinculados ao IPCA, fazendo com que este índice venha a aumentar a sua representatividade ao longo do tempo.

A Companhia possui subsidiárias na Argentina, país com economia hiperinflacionária e conforme IAS 29/CPC 42 - Contabilidade em economia hiperinflacionária, os ativos e passivos não monetários, os itens do patrimônio líquido e a demonstração do resultado das controladas na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino, estão sendo corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do mercado local.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.2 Resultados operacional e financeiro

Para fins de conversão de moeda estrangeira para economia não hiperinflacionária como o Real, os montantes comparativos são apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações financeiras do ano anterior. Os impactos de hiperinflação resultantes das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2025 e de 2024 foram reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. O efeito resultou em um prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de R$4.018 (sendo que, para fins de comparação, o prejuízo líquido em 31 de dezembro de 2024 foi de R$8.717).

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou um crescimento estimado de 2,3% em 2025, impulsionado pela indústria e pela recuperação no setor de serviços e pelo desempenho positivo da agropecuária no primeiro semestre. No cenário global, a volatilidade foi intensificada pelas novas políticas tarifárias dos EUA, que implementaram o maior aumento na tarifa média efetiva em mais de um século. Esse protecionismo gerou instabilidade nas bolsas, juros e moedas globais, forçando mercados emergentes a lidar com fluxos de capital instáveis e incertezas sobre o comércio internacional.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), encerrou o ano em 4,26%, situando-se dentro do intervalo de tolerância da meta. Para conter pressões residuais e ancorar as expectativas para 2026, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em patamares elevados, encerrando o período em 15% ao ano. Esse cenário de juros altos continuou a desafiar o mercado de crédito, embora a melhora nos índices de desemprego, que atingiram 5,1% em 2025, tenha sustentado a massa salarial e o consumo das famílias.

O ano de 2025 foi marcado por uma reviravolta significativa no mercado de câmbio brasileiro. Após o dólar flertar com o patamar de R$6,30 no início de janeiro, a moeda americana encerrou o ano com uma desvalorização acumulada de aproximadamente 11,18%, sendo cotada a R$5,48 no último pregão de dezembro.

No âmbito regulatório, o país avançou na regulamentação da Reforma Tributária, preparando o terreno para o início do modelo de transição em 2026. A gestão das contas públicas permanece como o ponto de maior atenção, com o governo enfrentando o desafio de assegurar a sustentabilidade do arcabouço fiscal diante de metas de superávit e pressões de gastos estruturais. O biênio 2026-2027 será marcado por um severo desafio fiscal, com o retorno dos gastos com precatórios para a meta e a necessidade de reformas que evitem a paralisia de serviços essenciais, somado às incertezas naturais do ciclo das eleições presidenciais de 2026.

Já no resultado financeiro, as debêntures emitidas em 2024 são atreladas à variação do CDI. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os juros incorridos relacionados à debêntures representaram 64,9% da despesa financeira.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.2 Resultados operacional e financeiro

A dívida da Companhia está exposta aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	Indicadores
Debêntures	CDI	100% do CDI + Spread 0,95% a.a.

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do CDI. A receita financeira dessas aplicações, que estão atreladas à taxa de juros, representou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 75,53% da receita financeira da Companhia.

Adicionalmente, as receitas de algumas controladas que atuam internacionalmente estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar Americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP). A Companhia e suas controladas atuam para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. Em 31 de dezembro de 2025, as receitas das controladas do mercado internacional representaram 2,2% (2,5% em 31 de dezembro de 2024) da receita consolidada da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houveram mudanças de práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os auditores independentes emitiram relatório do auditor sem opiniões modificativas ou ênfases nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional para o ano de 2025.

Com o objetivo de contribuir com o atingimento dos objetivos estratégicos, a Companhia avalia constantemente oportunidades de investimento e desinvestimento. As principais operações realizadas pela Companhia podem ser identificadas no item (b) desta seção.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição da Linx
Em 22 de julho de 2025, a TOTVS celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade das ações da Linx Participações S.A., pelo montante de R$3.050.000, sujeito a ajuste com base na posição de caixa/dívida líquida no fechamento da transação e sem previsão de pagamento de preço complementar.

A Linx é reconhecida como um dos principais *players* de soluções voltadas à gestão do varejo. A transação é um movimento que está alinhado à estratégia de aumentar a relevância dentro dos clientes e ao posicionamento da TOTVS como *trusted advisor* de seus clientes de varejo, com a proposta de valor de melhorar o desempenho das empresas.

O fechamento da transação ocorreu em 27 de fevereiro de 2026, após a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e diante do cumprimento de outros requisitos regulatórios e condições precedentes. O valor de R$90 milhões foi depositado em uma conta *escrow* para fazer frente às obrigações de indenizar da vendedora.

Aquisição da Chatbot Maker (Suri)
Em 27 de novembro de 2025, a subsidiária TOTVS Large celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da totalidade do capital social da Chatbot Maker Tecnologia da Informação S.A. (Suri). A transação foi concluída no dia 27 de fevereiro de 2026, após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da verificação de outras condições precedentes. O valor pago à vista foi de aproximadamente R$18 milhões, incluindo o valor retido de R$7 milhões para eventuais indenizações. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições.

A Suri é especializada em soluções de *conversational commerce*, automatizando e humanizando as interações de Whatsapp, Facebook, Instagram e Webchat em única interface com roteamento e categorização automáticos para viabilizar todo processo digital de venda e pós venda de produtos e serviços.

Aquisição da TBDC
Em 19 de dezembro de 2025, a subsidiária TTS celebrou o Contrato de Compra e Venda para aquisição da TBDC Desenvolvimento de Software Ltda. (TBDC). A transação foi concluída no dia 05 de janeiro de 2026, após a verificação das condições precedentes aplicáveis. O valor pago à vista foi de R$54 milhões, incluindo o valor retido de R$15 milhões para eventuais indenizações. Adicionalmente, o contrato prevê o pagamento de preço de compra complementar sujeito ao cumprimento de determinadas condições.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A TBDC é especializada em soluções para o agronegócio, abrangendo toda a cadeia produtiva, desde fabricantes de insumos até produtores rurais e consultorias.

Alienação da Dimensa
Considerando o contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2026 entre TOTVS S.A. e Evertec Brasil Informática S.A. para alienação do total das ações da subsidiária Dimensa, os ativos e passivos foram classificados como mantidos para venda. A transação foi concluída no dia 30 de abril de 2026, após a verificação das condições precedentes aplicáveis.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais para o ano de 2025.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou LAJIR (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA (*Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos de renda da pessoa jurídica, contribuição social sobre o lucro líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil calculada pela Companhia.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Resolução da CVM n° 156, de 24 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156/22"), conciliada com suas demonstrações financeiras, sendo que o EBITDA consiste no lucro líquido (ou prejuízo) do exercício, ajustado pelas receitas e despesas financeiras, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas despesas de depreciação e amortização.

A **Margem EBITDA** é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida do período.

O **EBITDA Ajustado** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA adicionado pelo Ajuste de Reestruturação Operacional, Ajustes de M&A ao Valor Justo, Perda (Ganho) na Baixa de Ativos, Gastos com Transações de Aquisições (M&A) e ajuste de Reoneração da Folha de Pagamento sobre provisões em aberto no encerramento do exercício que, na opinião da Administração, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Companhia, entre outras receitas e despesas não recorrentes e que não são parte das operações da Companhia. Os ajustes às operações da Companhia estão descritos abaixo:

(i) Ajuste de reestruturação operacional: despesas extraordinárias referentes à reestruturação de algumas operações de Gestão;

(ii) Ajuste de M&A ao valor justo: refere-se à atualização a valor justo dos pagamentos/recebimentos contingentes relacionados a transações de M&A;

(iii) Perda (ganho) na baixa de ativos: ganho ou perda gerado pela baixa de ativos imobilizados e intangíveis;

(iv) Gastos com transações com M&A: honorários e demais custos decorrentes de processo de aquisição de empresas (M&A);

(v) Ajuste de reoneração da Folha de Pagamento: refere à provisão para contribuição previdenciária pela reoneração da folha de pagamento decorrente do fim do programa Brasil Maior aplicada sobre as provisões em aberto no encerramento do exercício.

A **Margem EBITDA Ajustada** corresponde ao EBITDA Ajustado dividido pela Receita Líquida Total.

O EBITDA e a Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("*IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("*IASB*"), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido do exercício, como indicadores do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos ou outras medições de desempenho operacional ou liquidez determinadas de acordo com o BR-GAAP ou o IFRS. A Companhia utiliza o EBITDA, a margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada como

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.5 Medições não contábeis

medidas de desempenho para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotem esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156/22 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela referida normativa.

Seguem abaixo os valores de EBITDA, Margem EBITDA %, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada %, dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	2025	2024
EBITDA	1.463.812	1.165.246
Margem EBITDA%	*25,4%*	*23,7%*
EBITDA Ajustado	1.504.754	1.230.174
Margem EBITDA Ajustada %	*26,1%*	*25,0%*

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A **Dívida Bruta** corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos (exceto arrendamento), debêntures, obrigações por aquisição de investimentos, circulante e não circulante.

A **Dívida Líquida (Caixa Líquido)** é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e garantias de investimentos.

A Companhia utiliza a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e Dívida Bruta na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), de modo que não possuem significados padrões e não são comparáveis às definições de Dívida Bruta, Dívida Líquida (Caixa Líquido) ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido) em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	2025	2024
Dívida Bruta	1.764.837	1.879.039
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	(195.639)	(265.942)

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.5 Medições não contábeis

Receita Líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)*
A receita líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)* é composta pela Receita de Techfin, deduzida do Custo de captação, que é formado pela remuneração das cotas seniores e mezanino do FIDC, além do custo de eventuais linhas bancárias. Adicionalmente, a Receita apresentada representa 50% do total da receita da Techfin, por representar a participação societária da Companhia na Techfin.

	Techfin 50%	
	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	2025	2024
Receita líquida de *funding* Techfin (50%)	175.102	153.753

A Companhia utiliza a receita líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)* para avaliar a margem da operação a partir da receita líquida do custo de captação.

A receita líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)* não é medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou *International Financial Reporting Standards* (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (*IASB*), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Receita Líquida elaborada por outras empresas. A receita líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)* apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de desempenho.

O **EBITDA Ajustado Techfin *(Non-GAAP)*** é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA adicionado pelo Ajuste Perda (Ganho) na Baixa de Ativos e ajuste de Reoneração da Folha de Pagamento sobre o saldo de provisões em aberto no encerramento do exercício que, na opinião da Administração, não fazem parte das operações normais do negócio e/ou distorcem a análise do desempenho da Techfin, entre outras receitas e despesas não recorrentes e que não são parte das operações da Techfin.

A **Margem EBITDA Ajustada Techfin *(Non-Gaap)*** corresponde ao EBITDA Ajustado Techfin *(Non-GAAP)* dividido pela Receita Líquida de *Funding* Techfin.

Seguem abaixo os valores de EBITDA Ajustado Techfin *(Non-GAAP)* e Margem EBITDA Ajustada Techfin *(Non-GAAP)*, dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Techfin 50%	
	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de Reais)	2025	2024
EBITDA Ajustado Techfin *(Non-Gaap)*	23.398	16.332
Margem EBITDA Ajustada Techfin % *(Non-Gaap)*	13,4%	10,6%

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A conciliação entre essas medições não contábeis e as demonstrações financeiras está demonstrada a seguir:

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.5 Medições não contábeis

TOTVS | Formulário de Referência 2026

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Receita Líquida Total	5.771.867	4.914.747
Lucro (Prejuízo) Líquido	**920.742**	**735.443**
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	80.750	92.550
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	200.256	73.506
(+) Depreciação e Amortização	341.084	313.263
(+/-) Lucro/ Prejuízo líquido da operação descontinuada	(79.020)	(49.516)
EBITDA	**1.463.812**	**1.165.246**
Margem EBITDA%	**25,4%**	**23,7%**
(-) Resultado da equivalência patrimonial	(11.423)	1.571
(-/+) Ajuste de M&A a Valor Justo	11.033	20
(-/+) Ajuste de Reestruturação Operacional	(11.550)	(451)
(-/+) Ajuste Extraord. Reestruturação Operacional	8.848	8.794
(-/+) Perda (Ganho) na baixa de ativos	4.170	(7.158)
(+) Gastos com transações de M&A	17.771	47.532
(-) Ajuste Reoneração da folha de pagamento	22.092	14.620
EBITDA Ajustado	**1.504.754**	**1.230.174**
Margem EBITDA Ajustada %	**26,1%**	**25,0%**

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

(Em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Debêntures (circulante e não circulante)	1.577.349	1.535.131
Obrigação por aquisição de investimentos (circulante e não circulante)	187.488	343.908
Dívida Bruta	**1.764.837**	**1.879.039**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.785.703)	(1.942.162)
(-) Garantias de investimentos	(174.773)	(202.819)
Dívida Líquida (Caixa Líquido)	**(195.639)**	**(265.942)**

Índice de Endividamento sobre Ativo Total

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de 2025	2024
Dívida bruta	1.764.837	1.879.039
Ativo Total	9.452.171	8.531.721
Índice de Endividamento	**0,2**	**0,2**

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.5 Medições não contábeis

Receita Líquida de *funding* Techfin *(Non-GAAP)*

	Techfin 50%	
	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	2025	2024
Receita líquida Techfin	271.016	223.272
Custo de *funding*	(95.914)	(69.519)
Receita Líquida de Funding Techfin *(Non-GAAP)*	**175.102**	**153.753**

EBITDA ajustado Techfin *(Non-GAAP)*

	Techfin 50%	
	Em 31 de dezembro de	
(Em milhares de reais)	**2025**	**2024**
Receita Líquida de Funding Techfin *(Non-GAAP)*	175.102	153.753
Lucro (Prejuízo) Líquido	**11.423**	**(1.571)**
(+/-) Receitas e Despesas financeiras	(4.917)	(6.830)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido)	10.510	2.905
(+) Depreciação e Amortização	6.382	19.050
EBITDA Techfin	**23.398**	**13.554**
Margem EBITDA Techfin %	**13,4%**	**8,8%**
(-/+) Perda (Ganho) na baixa de ativos	-	1.259
(-) Ajuste Reoneração da folha de pagamento	-	1.519
EBITDA Ajustado Techfin *(Non-Gaap)*	**23.398**	**16.332**
Margem EBITDA Ajustada Techfin % (Non-GAAP)	**13,4%**	**10,6%**

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, EBITDA Ajustado Techfin *(Non-Gaap)* e Margem EBITDA Ajustada Techfin *(Non-Gaap)*

A Companhia entende que o **EBITDA** e a **Margem EBITDA** são medidas que melhor refletem a geração de caixa advinda dos resultados operacionais da Companhia. Dessa forma, contribuem para a comparabilidade da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação no Brasil e no exterior, uma vez que as empresas do setor podem apresentar diferentes estruturas de capital e diferentes patamares de despesas com amortização, especialmente de intangíveis oriundos de aquisições.

A Companhia entende que o **EBITDA Ajustado**, a **Margem EBITDA Ajustada** são medidas de desempenho mais apropriadas para a correta compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

A Companhia acredita que o **EBITDA Ajustado** e o **EBITDA Ajustado Techfin *(Non-Gaap)*** retratam seu desempenho sem a influência de fatores ligados a: (i) perda (ganho) na baixa de ativos; e (ii) ajuste de reoneração da Folha de Pagamento. Essas características, no entendimento da Companhia, tornam o EBITDA Ajustado uma medida mais prática e mais apropriada do seu real desempenho.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta e Dívida Líquida (Caixa Líquido)

A Companhia entende que as medições da Dívida Líquida (Caixa líquido) e Dívida Bruta são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa.

Índice de Endividamento sobre Ativo total

A Companhia entende que a medição do Índice de Endividamento sobre Ativo total é útil na avaliação de sua liquidez, ou seja, sua capacidade de pagamento dos passivos de curto e longo prazo, uma vez que demonstra a dívida da Companhia em múltiplos do Ativo total, e demonstra também a capacidade de pagamento das dívidas da Companhia. Este indicador é uma das referências para cumprimento das obrigações descritas nos *covenants* das debêntures emitidas em julho de 2024, no âmbito da 5ª emissão de debêntures da Companhia.

Receita Líquida de *Funding* Techfin *(Non-GAAP*)

A Companhia entende que a Receita Líquida de *Funding* Techfin (*Non-GAAP*) é a métrica que melhor representa a Receita Líquida gerada na operação de crédito da Techfin, deduzindo os custos de captação gerados pela remuneração dos cotistas seniores e mezanino do FIDC.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Destacam-se, como eventos subsequentes ocorridos entre o encerramento do exercício de 2025 e a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas deste período, concluídas em 11 de fevereiro, os eventos descritos a seguir:

Conclusão da aquisição da TBDC
Em 5 de janeiro de 2026, a subsidiária TTS concluiu, após terem sido atendidas todas as condições precedentes aplicáveis, a aquisição da TBDC pelo montante de R$80.000, sujeito a ajustes.

Emissão de debêntures
Em 6 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública e sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente aos investidores profissionais, no valor total de R$3.000.000 e vencimento em 29 de janeiro de 2033.

As debêntures terão valor nominal unitário de R$1 na data de emissão. Sobre o valor nominal unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI, "*over* extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, acrescida, exponencialmente de sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,59% a.a., base 252 dias úteis.

Alienação da subsidiária Dimensa
Em 02 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para alienação da totalidade das ações da subsidiária Dimensa S.A. para a Evertec Brasil Informatica S.A. pelo montante aproximado de R$1,4 bilhão (*Equity value*), resultante da posição de caixa líquido de 31 de dezembro de 2025 e do valor base de R$950 milhões (*Enterprise value*). Nesta mesma data, em ato imediatamente precedente, a TOTVS celebrou com a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão contrato para a aquisição de ações representativas de 37,5% do capital social da Dimensa, pelo montante de R$665 milhões, em decorrência do exercício, pela B3, de opção de venda nos termos do acordo de acionistas de forma a consolidar a participação da TOTVS como única acionista da Dimensa, e, ato contínuo, possibilitar a venda da totalidade da participação detida na Dimensa à Evertec.

Em 30 de abril de 2026, os fechamentos das duas transações ocorreram de forma conjunta após terem sido atendidas todas as condições precedentes. Adicionalmente, o contrato contempla cláusulas de ajuste de preço por variações de capital de giro e caixa/dívida líquida, bem como disposições de indenização e obrigações de não concorrência e não aliciamento, conforme usualmente praticados em operações dessa natureza.

Elevação do *rating* nacional de longo prazo
Em 6 de janeiro de 2026, a agência de classificação de risco Fitch *Ratings* elevou o *Rating* Nacional de Longo Prazo da TOTVS, bem como de sua 6ª (sexta) emissão de debêntures, de 'AA+(bra)' para 'AAA(bra)', indicando risco de crédito mínimo.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.7 Destinação de resultados

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Exercício social encerrado em 31/12/2025	
a. Regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui política estabelecendo regras de retenção adicionais àquelas previstas em lei. Conforme a Lei das S.A., a Companhia pode reter 5% (cinco por cento), no mínimo, para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal não será obrigatória. Ademais, ainda conforme a Lei das S.A., a Companhia poderá reter o montante relacionado ao orçamento de capital, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros, compreendendo as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até 5 (cinco) exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre o balanço do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Reserva legal R$44.587 e Reserva de Retenção de Lucros R$488.941.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	R$488.941 revertidos da conta de Reserva de Retenção de Lucros correspondem a 54,8% do lucro líquido declarado pela Companhia.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	A parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. e no artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, será destinada ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Em regra, ao final de cada exercício social. Não obstante, o Estatuto Social da Companhia, em seu art. 39, contém previsão acerca da possibilidade de distribuição de dividendos em períodos inferiores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existe, atualmente, nenhuma restrição à distribuição de dividendos imposta por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política específica formalmente aprovada que trate sobre destinação de resultados.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iii. Contratos de construção não terminada
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos
Não aplicável, visto que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os Diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não existem itens relevantes desta natureza não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.10 Planos de negócios

TOTVS | Formulário de Referência 2026

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

A Companhia continua com sua estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de *software* de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional.

A Companhia faz investimentos em *Corporate Venture Capital as a Service* ("CVC") por meio de um fundo de investimento de participações ("FIP"), um conceito que conta com um gestor externo e independente e que nos permitiu criar um mecanismo de investimento direcionado para *startups* com alto potencial de crescimento e inovação. Em 31 de dezembro de 2025, o valor total investido era de R$142.018.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções. Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas Demonstrações Financeiras no período findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R$1.072.847, sendo R$1.005.236 impactou o resultado da Companhia na linha de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento e R$67.611 que foram capitalizados de acordo com os critérios contábeis para inovação.

As principais iniciativas na linha de investimento com Pesquisa e Desenvolvimento da Companhia no último ano foram voltadas a Inteligência Artificial (AI), de modo a consolidar e exponencializar produtos voltados para Gestão e RD Station, com a ampliação e modernização do portfólio de produtos, atendimento de novas regulamentações, além da continuidade em facilitar o acesso de nossos clientes a serviços financeiros de forma mais tecnológica, ágil e econômica (Techfin):

- Projetos voltados a levar inovação ao mercado financeiro, gerando melhores resultados operacionais aos usuários das ferramentas de *financial services*.
- Investimentos em projeto para atender as necessidades dos mercados de manufatura, integrando as diversas soluções com agilidade e buscando sempre as melhores práticas da indústria 4.0.
- Projetos com foco na integração e produtividade da plataforma, tem por objetivo facilitar a administração e utilização da infraestrutura em nuvem.
- Pesquisa e desenvolvimento aplicado a promover ganho de eficiência e melhores práticas na gestão de transportadoras, operadores logísticos, portos, recintos alfandegados e comércio de material de construção.
- Projeto para aumento da escalabilidade da plataforma de inteligência artificial por meio de alterações na arquitetura de armazenamento da plataforma.
- Projetos de inovação voltados para a transformação digital do RH através de portfólio de soluções e ofertas que incorporam o inovador conceito *"HXM - Human Experience Management"*.
- Desenvolvimento de competências para capturar, armazenar, analisar e gerar *insights* de negócios a partir de grandes volumes de dados.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

2.10 Planos de negócios

- Projetos voltados a uma melhor experiência dos clientes com o acesso a informações e com as soluções da companhia.
- Desenvolvimento de soluções de Marketing Digital, Vendas/Digital Commerce e soluções de CX - *Customer Experience* com foco no aumento de vendas, competitividade e desempenho dos clientes.
- Projeto de modernização das principais linhas de ERP da Companhia.
- Projeto estratégico para guiar a transformação com inteligência artificial, para que haja integração dos nossos produtos e ajuste dos modelos comerciais, contratuais e operacionais para o modelo TaaS (*Transaction as a Service*).

Em fevereiro de 2026 a TOTVS lançou o LYNN, o primeiro *foundation* de AI (*Artificial Intelligence*) B2B do mercado brasileiro.

O LYNN é um *foundation* de AI de propósito específico, baseado no conceito de *Artificial Narrow Intelligence* ("ANI"). Sendo especializado, o LYNN tem domínio do contexto, o que traz para o cliente mais acuracidade, desempenho, governança e segurança de dados, aliados a um custo menor. A TOTVS acredita que a ANI é o caminho para a adoção de AI pelas empresas, em particular no SMB (PME - Pequenas e Médias Empresas). A Companhia estima intensificar os investimentos, especialmente em CAPEX, em cerca de R$75 milhões por ano, nos próximos quatro anos, em um CAPEX total de desenvolvimento de software de cerca de R$600 milhões nesse período.

A principal monetização deste investimento vem do modelo TaaS (*Task as a Service*), que demanda a implementação de quatro atividades complementares: 1) Universalização do T-*Cloud*: essencial para garantir o controle do ambiente, governança e segurança de dados; 2) Preparação da Base de Clientes: suporte ativo aos clientes na organização, higienização e atualização de suas bases de dados e versões de sistemas; 3) Controle Integral de Aplicações: estabelecimento de controle total sobre as aplicações e APIs, assegurando visibilidade, mensuração, desempenho e precisão; e 4) Evolução Operacional (*Backoffice*): aprimoramento do *backoffice* da TOTVS para habilitar e operacionalizar novos modelos de negócios e cobrança.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia, emissões de ações e/ou Debêntures (vide item 2.1.(f)). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisição de empresas podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam, tanto recursos próprios, quanto de terceiros de acordo com a magnitude da transação.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Durante o ano de 2025, tivemos desinvestimentos relevantes que ainda se encontram em andamento, conforme a seguir:

Alienação da RJ Participações

Em 13 de março de 2025, a subsidiária direta TOTVS Large celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para alienar a totalidade de sua participação, correspondente à 80% do total de ações ordinárias de emissão da RJ Participações para a Bus Serviços de Agendamento S.A., pelo montante de R$49.600, sujeito à ajustes.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.10 Planos de negócios

O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação.

Alienação da Dimensa

Conforme detalhado no item 2.6, considerando o contrato celebrado em 02 de fevereiro de 2026 entre TOTVS S.A. e Evertec Brasil Informática S.A. para alienação do total das ações da subsidiária Dimensa, os ativos e passivos foram classificados como mantidos para venda.

O fechamento desta transação depende da aprovação das autoridades concorrenciais e da verificação de outras condições usuais para esse tipo de transação.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulgou qualquer aquisição dessa natureza.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O total de despesas com Pesquisa e Desenvolvimento foi de R$1.005.236 e representou 17,4% da receita líquida da Companhia e suas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, ao longo de 2025, a Companhia e suas controladas capitalizaram gastos com desenvolvimento de alguns projetos, com claras perspectivas de retorno no médio/longo prazo que totalizaram R$67.611 que representam 1,17% da receita líquida total da Companhia.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A TOTVS tem evoluído sua estratégia de sustentabilidade a partir de uma visão integrada entre impactos, riscos e oportunidades, com foco na construção de resiliência e na perenidade do negócio. A agenda de sustentabilidade está no Mapa Estratégico da Companhia, com projetos específicos da área, refletindo sua integração às prioridades corporativas. Esse alinhamento garante que as iniciativas relacionadas à eficiência operacional, inovação tecnológica e evolução regulatória sejam tratadas como vetores de crescimento sustentável, e não apenas como obrigações de conformidade.

Adicionalmente, a área de Sustentabilidade vem desenvolvendo uma metodologia estruturada para análise integrada de impactos, riscos e oportunidades, sendo uma das referências o Mapa Estratégico da TOTVS. Essa iniciativa busca fortalecer a leitura sobre temas com maior potencial de geração de valor, apoiando a

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.10 Planos de negócios

priorização de investimentos e a tomada de decisão estratégica de forma cada vez mais orientada por dados e alinhada às diretrizes da Companhia.

Em 2025, avançamos na incorporação de aspectos ambientais e climáticos à gestão de riscos corporativos, com o mapeamento do risco de insuficiência energética durante a revisão anual da Matriz de Riscos, conduzida em parceria entre as áreas de Gestão de Riscos e Sustentabilidade. Mais do que identificar uma exposição potencial, esse movimento ampliou a capacidade da Companhia de antecipar tendências relacionadas à transição climática, em linha com as exigências do IFRS S2. O risco de insuficiência energética e o risco potencial de eventos climáticos extremos, foram integrados ao Plano de Continuidade de Negócios (PCN), em projeto desenvolvido ao longo de 2025 por meio da aproximação entre as áreas de Sustentabilidade e Controles Internos. Essa integração representou um avanço estratégico ao conectar análise de riscos, controles e protocolos de resposta em uma lógica preventiva.

Ainda no campo das oportunidades, a convergência entre sustentabilidade e tecnologia se materializa por meio da parceria entre a TOTVS e a DEEP ESG, uma *startup* brasileira especializada em mensuração de dados de sustentabilidade, com atuação em inventários de emissões de gases de efeito estufa ("GEE"), relatórios de sustentabilidade e relatórios integrado. O investimento nesse tipo de solução amplia a capacidade da TOTVS de oferecer tecnologia aplicada à gestão de indicadores socioambientais, potencializando sinergias com sua carteira de clientes e posicionando a Companhia para capturar a crescente demanda por soluções relacionadas a reporte climático, gestão de carbono e transparência corporativa.

O Universo TOTVS 2025, maior evento de tecnologia e negócios do Brasil, reuniu mais de 20 mil participantes no Expo Center Norte, em São Paulo, e contou com a participação da DEEP ESG. Durante o evento, foram estabelecidas conexões comerciais relevantes e celebrados novos contratos com empresas interessadas em estruturar sua jornada em sustentabilidade por meio de soluções tecnológicas. A presença em painéis estratégicos sobre regulação e oportunidades financeiras evidenciou que temas como reporte climático, transparência e uso de dados já estão diretamente associados às decisões de negócio de diversos setores. Além disso, as emissões de GEE do evento foram calculadas pela DEEP ESG, mais do que ofertar aos clientes a TOTVS usa e acredita no potencial da tecnologia como aliada da sustentabilidade.

Ao integrar gestão de riscos, continuidade operacional, planejamento estratégico e investimento em soluções tecnológicas voltadas à sustentabilidade, a TOTVS converte tendências regulatórias e climáticas em oportunidades de inovação e diferenciação competitiva. Essa abordagem reforça sua visão de longo prazo e sustenta a ambição de atuar como *Trusted Advisor* para seus clientes, combinando tecnologia, governança e geração consistente de valor em um contexto de transformação econômica e ambiental.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores com influência relevante além daqueles já comentados nos itens anteriores.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

3.1 Projeções divulgadas e premissas

TOTVS | Formulário de Referência 2026

As informações desta seção, quando aplicáveis, refletem expectativas em relação ao futuro da Companhia e estão sujeitas às condições de mercado, ao desempenho econômico do país, do setor e a outros fatores alheios ao controle da TOTVS. Portanto, não constituem promessa ou garantia de desempenho da Companhia ou de seus administradores, podendo sofrer alterações.

a. Objeto da projeção

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

3.2 Acompanhamento das projeções

a. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não há projeções sendo substituídas, uma vez que a Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Conforme Fato Relevante divulgado em 07 de agosto de 2024, a Companhia forneceu a alteração das projeções relativas aos custos e despesas operacionais ("OPEX") da Techfin ERP Finance ("Techfin"), referentes ao período do quarto trimestre de 2024 ("4T24"), em substituição à projeção anteriormente apresentada no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 08 de agosto de 2023.

Projeções do 3T23

A variação entre os valores realizados e as projeções do OPEX da Techfin relativos ao terceiro trimestre de 2023 deve-se, principalmente, ao ritmo abaixo do projetado de contratação de novos recursos para a operação.

TECHFIN	3T23	
	Realizado(1)	Projetado
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(2)	R$20,2 milhões	R$24 a 30 milhões

(1) Valor realizado (não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados.
(2) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

Projeções do 4T24

A revisão da projeção para o 4T24 se deu em virtude dos avanços em curso e já alcançados, decorrentes da integração das operações entre a Techfin e a Supplier Administradora de Cartão de Crédito S.A. ("Supplier"), conforme verificado no segundo trimestre de 2024, quando o OPEX exclusivamente da Techfin (isto é, sem o OPEX da Supplier), representou R$23,4 milhões. Tal integração tem permitido à Techfin maior fluidez e ganho de eficiência operacional nos investimentos para a construção do novo portfólio de soluções, que considera a tese de ERP Finance, com diferenciais ligados à jornada B2B digital integrada aos *softwares* de gestão e uso extensivo dos dados disponíveis nesses *softwares*.

TECHFIN	4T24	
	Projetado (anterior)	Projetado (revisado)
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(1)	R$32 a 40 milhões	R$20 a 30 milhões

(1) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

3.2 Acompanhamento das projeções

TOTVS | Formulário de Referência 2026

O OPEX da Techfin encerrou o 4T24 em R$21,3 milhões, alinhado à faixa revisada de projeção financeira estipulada para o 4T24, devido principalmente à continuidade dos investimentos realizados para expandir o portfólio de produtos.

TECHFIN	4T24	
	Realizado(1)	**Projetado** (revisado)
Custos e Despesas Operacionais (OPEX)(2)	R$21,3 milhões	R$20 a 30 milhões

(1) Valor realizado (não é uma projeção) refletido nos resultados divulgados.
(2) OPEX composto pelas linhas de Custos Operacionais, Pesquisa e Desenvolvimento, Despesas Comerciais e de Marketing e Despesas Administrativas e Outras.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não possui projeções vigentes para o período em curso.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo suas respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar (ou ter) ou causará (ou terá) "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas na seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

a. Riscos relacionados à Companhia

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos e aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes.

O mercado de sistemas de gestão (ERP), principal mercado em termos de receita em que a TOTVS atua, caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de desenvolvimento de *softwares* e de infraestrutura de comunicação e de armazenamento em nuvem (*cloud*), crescente complexidade das necessidades dos clientes, frequentes melhorias na experiência do usuário e lançamentos constantes de novos produtos e serviços. Caso a Companhia deixe de desenvolver melhorias tecnológicas das suas plataformas, de aperfeiçoar e de incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, de identificar e traduzir adequadamente as necessidades dos seus clientes ou de posicionar ou precificar corretamente seus produtos e serviços, de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir novas licenças de *software*, de subscrever pelo uso do *software* e de contratar serviços adicionais, ocasionando a perda de sua competitividade no mercado, ou ainda, no aumento de cancelamentos (*churn*) e na perda de receitas recorrentes, o que poderia causar um impacto relevante em seus resultados operacionais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

A habilidade da Companhia para continuar competitiva depende, em parte, de sua capacidade de atender a demanda de seus clientes e do setor de gestão e análise de dados por soluções tecnológicas inovadoras. Caso a Companhia não consiga acompanhar as referidas demandas ou não consiga se associar a parceiros que atendam tempestiva e adequadamente às necessidades tecnológicas do setor, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante, podendo afetar a competitividade da Companhia nos mercados em que atua.

A eventual incapacidade de realizar avanços nas linguagens de programação adotadas, o atraso na simplificação de estruturas ou convergência de soluções, uso inadequado ou insuficiente de dados para o desenvolvimento de novos produtos e atualização do seu portfólio, bem como atraso ou não adoção de novas tecnologias, incluindo mas não se limitando ao uso de Inteligência Artificial ("IA"), inclusive IA generativa, no desenvolvimento de produtos e soluções, poderá ter impacto material na estratégia de negócios da Companhia e, consequentemente, em seus resultados financeiros e em sua estratégia de negócios.

Avanços rápidos em Inteligência Artificial, incluindo o desenvolvimento de agentes autônomos, podem alterar a dinâmica competitiva do setor e exigir adaptações no modelo de negócios da Companhia

O mercado de tecnologia e *software* está sujeito a inovações contínuas e disruptivas. Recentes inovações introduzidas por *startups* de IA e gigantes de tecnologia permitiram a criação de assistentes digitais integrados (*plugins* e agentes corporativos) capazes de executar tarefas complexas, automatizar fluxos de trabalho operacionais e tomar decisões de forma autônoma, muitas vezes dispensando a intervenção humana tradicional.

Como a Companhia atua no fornecimento de soluções de gestão e automação de processos, a crescente adoção dessas novas interfaces e plataformas de IA pelo mercado pode modificar os fluxos de trabalho tradicionais dos nossos clientes. Caso a Companhia não consiga acompanhar o ritmo dessas inovações, adaptar o seu portfólio tempestivamente ou incorporar capacidades similares às suas próprias soluções, poderá enfrentar pressões competitivas sobre a retenção de clientes e o modelo de precificação de seus produtos e serviços. A materialização desse cenário pode afetar de forma adversa a nossa posição de mercado e os resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no mercado de crédito com a Techfin

Parte importante da estratégia da Companhia é expandir seus negócios na Techfin, com a oferta de produtos e serviços financeiros através do ERP Finance.

O sucesso da Companhia na Techfin dependerá de sua capacidade de extrair, tratar e utilizar dados oriundos dos seus ERPs (*Enterprise Resource Planning ou Software* de Gestão Empresarial, "ERP") para o desenvolvimento de novos produtos e ofertas de crédito. A Companhia poderá ser impactada também pela baixa quantidade e qualidade de dados ou incapacidade de integrá-los de forma eficiente.

A TOTVS poderá, ainda, não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico especializado no portfólio de produtos financeiros, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados. O crescimento e a capacidade de aumentar a base de clientes pode ser afetada ainda pelo baixo nível de *awareness* da Techfin como um player do mercado de crédito. A estratégia de expansão da Techfin também pode ser afetada negativamente caso a Companhia não

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

obtenha sucesso nos esforços para sinergia e integração com TOTVS Gestão e RD, incluindo os aspectos de distribuição, desenvolvimento de produtos e vendas, o que pode limitar a captura das sinergias projetadas.

O eventual agravamento do nível de inadimplência, devido a falhas nos modelos de concessão de crédito, por concentração da carteira de crédito em determinados segmentos ou grupo de clientes ou fatores externos, também poderá impactar negativamente essa operação, ocasionando aumento das provisões para devedores duvidosos (PDD) e a consequente retração na oferta de crédito. A operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente indicadores como a elevação da taxa básica de juros (Selic), cenários de inflação, baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito, deteriorar a capacidade de pagamento dos clientes e alterar as condições de concessão de crédito, o que pode impactar negativamente as margens da operação e a competitividade da companhia nesse mercado.

O *funding* representa um elemento fundamental para o sucesso da Techfin. Se a Companhia não for capaz de captar recursos em volume suficiente e em condições favoráveis e competitivas frente ao mercado financeiro, pode não conseguir manter e/ou ampliar a oferta de crédito e sua estratégia de crescimento pode ser adversamente afetada. A Companhia está sujeita a descasamentos entre o vencimento das operações de crédito e os prazos de amortização do *funding*, podendo impactar no risco de liquidez dessa operação. A rentabilidade das suas operações de crédito depende de sua capacidade de equilibrar o custo para obtenção de recursos com as taxas de juros cobradas de seus clientes (spread).

Além disso, eventuais alterações legislativas podem restringir, dificultar e/ou demandar adequações operacionais e conceituais complexas no modelo atual da Techfin ou em novos modelos de negócios pela Companhia, particularmente no que se refere ao tratamento de dados e regulamentações específicas do setor financeiro impostas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou Conselho Monetário Nacional (CMN). Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar, integrar e expandir a Techfin conforme planejamento estratégico os investimentos realizados poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia e sua estratégia de crescimento.

As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação

Fusões e aquisições constituem elemento importante da estratégia da Companhia, que espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. De modo não exaustivo, a Companhia está sujeita aos seguintes riscos nessas aquisições:

(i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia;

(ii) pode-se pagar pela aquisição mais do que seu valor justo, bem como pode-se não conseguir rentabilizar os ativos intangíveis e os negócios adquiridos nos níveis estimados à época da aquisição;

(iii) a Companhia poderá ter dificuldade em integrar as tecnologias ou produtos adquiridos às suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes;

(iv) o relacionamento com os atuais e novos profissionais, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

(v) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida, bem como aspectos relacionados à deficiências na governança, no ambiente interno e outros passivos desconhecidos;

(vi) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos;

(vii) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros;

(viii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas à transição ou a integração;

(ix) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinam a defesa da concorrência;

(x) aquisições de empresas com cultura organizacional com características muito diferentes em relação à cultura da Companhia podem dificultar o processo de integração e a retenção de talentos estratégicos para o negócio; e

(xi) aquisições podem acarretar na perda de pessoas chave e com conhecimento específico do negócio das empresas adquiridas.

Adicionalmente, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Além dos riscos mencionados, durante esse processo de integração, a Companhia pode enfrentar outros riscos, inclusive os detalhados a seguir:

- Dificuldades de integração, tais como: (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersos geograficamente; (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes, podendo ocasionar, inclusive, no descumprimento das diretrizes de conduta estabelecidas pela Companhia; (iv) resistências e morosidade no processo de disseminação e unificação da cultura organizacional; e (v) limitações impostas pelas autoridades de defesa da concorrência;

- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

Ademais, outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia poderão existir.

Esses fatores podem causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. Adicionalmente, à medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas e o lucro por ação poderá ser impactado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus sistemas de tecnologia da informação, bem como exigem uma estrutura tecnológica altamente complexa e dependem da operação ininterrupta e eficiente dos seus sistemas de software, data centers, internet, telecomunicações e integrações com sistemas de terceiros. Consequentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar informações e dados pessoais eletrônicos, bem como para se comunicar com clientes, fornecedores, parceiros e canais de distribuição.

A Companhia pode ser adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques cibernéticos, falhas de segurança da informação no desenvolvimento, operação e manutenção dos seus produtos, problemas de telecomunicações, vírus, ausência de avaliação dos requisitos de segurança da informação na contratação de fornecedores, ausência ou insuficiência de testes de vulnerabilidade em seus sistemas, assim como falhas de segurança em empresas adquiridas pela Companhia, entre outros fatores. Qualquer interrupção ou falha sistêmica, seja por desastres naturais, falhas de infraestrutura ou indisponibilidade em fornecedores, pode paralisar as operações dos nossos clientes, resultando em quebra de Acordos de Nível de Serviço (SLA) e elevação de custos operacionais e perda de receitas. Além disso, a Companhia pode não ser capaz de prevenir e identificar tempestivamente violações às suas diretrizes internas de segurança da informação, incluindo no uso de Inteligência Artificial no desenvolvimento de produtos e serviços e nos processos internos, bem como os controles da Companhia podem não ser capazes de mitigar de forma adequada os riscos cibernéticos oriundos da integração de infraestruturas legadas de empresas recém adquiridas.

Eventuais incidentes de segurança da informação podem causar interrupção nos negócios da Companhia e resultar em desempenho reduzido e aumento de custos operacionais, o que pode ter um efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia. Ainda, incidentes de segurança podem resultar em apropriação indevida de informações confidenciais da Companhia e/ou dos dados pessoais de seus clientes, colaboradores e terceiros, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Qualquer incidente de segurança no ambiente tecnológico, envolvendo *malware*, *phishing*, *ransonware* ou quaisquer outros mecanismos dessa natureza podem resultar em acesso não autorizado, perda ou divulgação não autorizada de dados, indisponibilidade de acesso aos sistemas da Companhia, podendo ter um impacto adverso na segurança da tecnologia de dados da Companhia e sujeitá-la a litígios significativos, multas regulatórias e outras penalidades, perdas de clientes e/ou danos à sua reputação, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação e/ou negócios futuros da Companhia.

Apesar da Companhia possuir seguro cibernético para minimizar os impactos financeiros de eventuais incidentes de segurança da informação nos ambientes de Cloud e corporativo, os resultados das operações da Companhia podem ser negativamente afetados em caso de ocorrência de qualquer incidente envolvendo seus sistemas de tecnologia da informação, especialmente caso esse incidente não esteja coberto pela sua apólice de seguro cibernético ou as coberturas contratadas sejam insuficientes para a totalidade dos custos associados a um evento extremo, como lucros cessantes, multas regulatórias, indenizações a terceiros e custos de remediação.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Portanto, o sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente do desempenho dos sistemas de tecnologia da informação, de modo que qualquer falha da Companhia em impedir violações que afetem a confidencialidade, integridade, disponibilidade ou rastreabilidade das informações e/ou dados armazenados e tratados pela Companhia poderá prejudicar a sua reputação e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções

A Companhia está sujeita à Constituição Federal, à Lei n° 10.406/02 (Código Civil), à Lei n° 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), à Lei n° 12.965/14 (Marco Civil da Internet), ao Decreto n° 8.771/16 e à Lei nº 13.709/2018, que entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), sendo essas as principais leis que regulam as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil.

A LGPD disciplina regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil em todos os setores da economia, para organizações de todos os portes, tanto no meio digital quanto no meio físico. Dentre outros requisitos previstos na legislação, para que a Companhia possa coletar, utilizar, armazenar e de qualquer outra forma tratar dados pessoais, é necessário que exista uma hipótese legal para cada tratamento e que sejam observados todos os princípios e direitos dos titulares estipulados na legislação, inclusive quanto à informação aos titulares de dados sobre as práticas de tratamento de dados pessoais da Companhia. Além disso, como desenvolvedora de software, a Companhia tem o desafio contínuo de garantir que os seus produtos incorporem funcionalidades que permitam aos seus próprios clientes cumprirem essa legislação. A LGPD também prevê sanções administrativas em caso de descumprimento de suas disposições, que variam de advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

As medidas de segurança adotadas em nossas redes e plataformas internas podem não funcionar como esperado ou podem não ser suficientes para proteger nossas redes internas e plataformas contra certos ataques. Além disso, as técnicas usadas para sabotar ou obter acesso não autorizado a redes nas quais os dados são armazenados ou por meio das quais os dados são transmitidos mudam e evoluem com frequência. Como resultado, a Companhia pode não ser capaz de antecipar essas técnicas ou implementar medidas preventivas adequadas para evitar um ataque em seus sistemas.

A Companhia pode ser adversamente afetada por falhas em seus processos internos de governança de dados, incluindo o mapeamento e classificação de dados, atendimento dos titulares, funcionalidades associadas ao cumprimento da LGPD em seus produtos, comunicação de incidentes à Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como pode ser afetada por fragilidades no ambiente e nos controles de empresas adquiridas, entre outros fatores.

Em 27 de fevereiro de 2023, a ANPD publicou Resolução com o regulamento de Dosimetria e Aplicação de Sanções Administrativas, dessa forma tais sanções e multas já podem ser aplicadas pelo órgão em razão de desconformidade com a LGPD, inclusive para processos abertos antes da publicação da referida Resolução.

Caso a Companhia não esteja em conformidade com tal legislação, estará sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

(iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Em caso de reincidência, penalidades administrativas mais graves previstas na LGPD poderão ser aplicadas, tais como: (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados e/ou da atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (ii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

A Companhia também pode ser responsabilizada judicialmente por danos materiais, morais, individuais ou coletivos, causados aos titulares de dados pessoais, inclusive quando causados por subsidiárias, prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nome da Companhia ou como controladores em conjunto com a Companhia, em razão do não cumprimento das obrigações previstas na LGPD. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de afetar adversamente a reputação da Companhia no mercado.

A Companhia pode falhar na priorização de investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e/ou na modernização e gestão de ciclo de vida dos produtos existentes

Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter um portfólio que seja aderente aos diferentes modelos de negócios existentes no mercado e que atenda às necessidades de seus clientes, além de não haver garantia de que novos produtos, incluindo aqueles provenientes das empresas adquiridas, atingirão os resultados e retornos esperados.

O mercado de tecnologia exige alocação eficiente de capital e agilidade no lançamento de inovações (time-to-market). Portanto, caso a Companhia invista em tecnologias e novos produtos que não tragam o retorno financeiro esperado, mantenha produtos com baixa rentabilidade no portfólio ou deixe de investir os recursos necessários no desenvolvimento de novas tecnologias e modernização de suas plataformas e produtos, a competitividade, o custo de retenção da base atual e, consequentemente, e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao uso de Inteligência Artificial em seus sistemas e operações

O uso de Inteligência Artificial, incluindo modelos generativos e *machine learning*, tem colaborado de forma significativa para a inovação no setor de tecnologia, sendo utilizada como ferramenta para desenvolver, aperfeiçoar e promover inovações disruptivas em produtos e serviços.

Diante do cenário de rápida evolução tecnológica, a Companhia pode falhar na implementação e sustentação do uso de Inteligência Artificial em seus sistemas e operações, bem como pode não ser capaz de adotar a Inteligência Artificial em seus produtos com a mesma velocidade e eficiência de seus concorrentes, podendo afetar a sua competitividade no mercado, tanto na retenção dos clientes atuais como na aquisição de novos clientes.

O uso da Inteligência Artificial implica ainda em riscos associados ao ambiente de segurança de dados, considerando a necessidade de coleta e o armazenamento de grandes volumes de dados para alimentar os sistemas de IA. Os sistemas baseados em IA estão expostos ainda a ataques cibernéticos e à exploração de falhas de segurança nos modelos desenvolvidos e/ou utilizados. Caso a Companhia não adote medidas adequadas, suficientes e tempestivas de segurança para proteger seus sistemas de vulnerabilidades decorrentes do uso de IA, os dados armazenados podem ser expostos de forma indevida, podendo

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

comprometer a privacidade de seus clientes e ocasionar perda de confiança e danos à sua reputação, bem expor a Companhia a riscos financeiros e legais.

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no segmento de marketing digital e vendas com a RD Station

A RD Station, voltada a apoiar os clientes a aumentar suas vendas e sua competitividade no mercado através de soluções de marketing digital, CRM e automação de atendimento, é fundamental para a estratégia de crescimento da Companhia. O mercado de marketing digital é altamente competitivo e dinâmico e caso a Companhia não seja capaz de inovar, desenvolver novas funcionalidades e ampliar o seu portfólio de produtos e serviços que atendam às necessidades dos seus clientes, os seus objetivos estratégicos e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

A estratégia de expansão da RD Station poderá ser afetada negativamente caso a Companhia não obtenha sucesso nos esforços para sinergia e integração com as TOTVS Gestão e Techfin, incluindo os aspectos de distribuição, desenvolvimento de produtos e vendas, o que poderá limitar a capacidade de vendas cruzadas *(cross-sell)* de produtos da RD para clientes de TOTVS Gestão afetando o potencial de crescimento projetado da operação. A Companhia poderá, ainda, não dispor de canais de distribuição e força de vendas suficientes e com conhecimento técnico especializado em produtos e serviços dessa, bem como não ser capaz de ampliar e engajar o seu ecossistema de parceiros, o que poderá afetar adversamente a capacidade de penetração e expansão nesses mercados.

A RD atua em um mercado caracterizado pelo rápido ritmo de inovação tecnológica e, estruturalmente, por baixas barreiras de entrada. Esse cenário altamente fragmentado atrai o ingresso de novas *startups* locais, que podem utilizar de tecnologias como Inteligência Artificial para acelerar a sua entrada no mercado, além de estratégias agressivas de precificação e descontos para a rápida aquisição de usuários. Nesse contexto, a Companhia pode não ser capaz de adotar medidas efetivas de proteção competitiva, tais como a execução eficiente do seu *roadmap* de produtos e a integração de novas tecnologias como Inteligência Artificial em seus produtos.

Caso esses fatores se materializem e a Companhia não consiga desenvolver, executar, integrar e expandir a RD Station conforme planejado, os investimentos realizados poderão não obter o retorno esperado, impactando adversamente os resultados financeiros da Companhia e sua estratégia de crescimento.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a erros e mal funcionamento de seus produtos que podem ser difíceis ou até mesmo impossíveis de serem corrigidos

Oferecemos produtos tecnicamente complexos que, quando introduzidos no mercado pela primeira vez ou lançados como novas versões, podem conter defeitos ou vulnerabilidades de código não identificados previamente na fase de homologação ou cuja correção seja de complexa execução. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) paralisar rotinas críticas nas operações dos clientes; (ii) cancelamento de pedidos; (iii) despesas adicionais de garantia e suporte técnico; (iv) atrasos na coleta de recebíveis; (v) cancelamento de contratos e aumento de *churn*; (vi) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vii) remanejamento de recursos de pesquisa e desenvolvimento que poderiam ser utilizados na criação e desenvolvimento de novos produtos; (viii) possíveis ações indenizatórias; e (ix) problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente os nossos resultados e reputação perante o mercado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no setor de software altamente competitivo

A Companhia concorre em mercados caracterizados pela alta competitividade, pelas rápidas evoluções tecnológicas, pelas mudanças das necessidades dos clientes, pelos padrões adotados pelo setor de atuação e frequentes introduções de novos produtos, tecnologias e serviços.

Face ao advento e crescente utilização de Inteligência Artificial no mercado de tecnologia, a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos seus concorrentes caso não integre essas inovações em seus produtos de forma tempestiva e tecnicamente eficiente. Além disso, a Companhia concorre com diversas empresas que atuam no mercado global, regional e local de *softwares* e serviços a eles relacionados, incluindo fornecedores de *softwares* de gestão empresarial integrada, desenvolvedoras de *softwares* que são disponibilizados gratuitamente e empresas prestadoras de serviços de consultoria e *startups* de tecnologia.

Alguns dos concorrentes atuais ou potenciais da Companhia estão envolvidos em uma gama mais abrangente de negócios, sendo que alguns deles possuem maior base instalada de clientes para seus produtos e serviços ou possuem recursos financeiros, técnicos, de vendas e de outra natureza, significativamente maiores do que os da Companhia, incrementando, assim, sua capacidade de concorrência em relação à Companhia.

Além disso, a concorrência no mercado de atuação da Companhia pode aumentar em decorrência de fusões realizadas entre clientes em potencial dos produtos da Companhia, bem como entre seus concorrentes, em decorrência de alianças estratégicas entre os concorrentes e demais empresas. Em resposta à concorrência, às fusões nos setores em que a Companhia atua e às conjunturas econômicas adversas, a Companhia poderá ter que conceder a clientes descontos, carências ou outros abatimentos no preço, ou ainda modificar seus modelos de precificação e subscrição, para permanecer em condições de concorrência competitivas.

Do mesmo modo, a Companhia pode perder participação de mercado ou não conseguir avançar em novos mercados e aumentar sua base de clientes caso não seja capaz de avançar na digitalização dos seus canais de venda e distribuição em velocidade igual ou superior aos seus concorrentes, bem como se as empresas com as quais compete introduzirem ou adquirirem novos produtos que concorram com os seus ou adicionarem novas funcionalidades a esses.

Ademais, em decorrência de sinais de crescimento desacelerado do mercado de software ERP para empresas de grande porte, alguns dos concorrentes da Companhia podem explorar o mercado de empresas de pequeno e médio porte como alternativa para aumentar suas receitas. Considerando que esse segmento é fundamental para as receitas da Companhia, esse movimento dos concorrentes pode impactar no aumento do Custo de Aquisição de Clientes (CAC) e na taxa de cancelamento de contratos, o que pode causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz ou pode falhar em proteger os seus direitos de propriedade intelectual, podendo, assim, ter um impacto negativo em seus resultados operacionais

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger seus ativos de propriedade intelectual atuais e futuros, tais como marcas registradas, códigos-fonte, nomes de domínio, dentre outros direitos de propriedade intelectual.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marcas da Companhia perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o eventual uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual, ou, ainda, o eventual reconhecimento de nulidade administrativa dos registros de marca da Companhia podem diminuir o valor dos ativos de propriedade intelectual da Companhia, afetando adversamente os seus negócios e/ou sua reputação.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma de suas marcas tempestivamente, ou os seus concorrentes podem contestar o uso de quaisquer dos ativos registrados ou futuros solicitados ou licenciados pela Companhia. Além disso, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços da Companhia violam seus direitos autorais, patentes ou propriedade intelectual ou podem se apropriar indevidamente de qualquer de suas marcas. Nesses casos, ações judiciais podem ser necessárias para garantir os direitos de propriedade intelectual da Companhia. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto. A Companhia também pode ser obrigada alterar ou descontinuar funcionalidades do software e a alterar, no todo ou em parte, algumas das suas marcas que, conforme o caso, infrinjam os direitos de propriedade intelectual de terceiros, e pode ser obrigada a pagar multas expressivas, royalties ou taxas de licenciamento para o uso de patentes ou direitos autorais de terceiros que eventualmente venham a ser cobrados ou requeridos a título indenizatório.

Eventuais acessos não autorizados a mídias físicas e aos repositórios de código e ambientes de desenvolvimento podem elevar o risco de roubo ou uso indevido de sua propriedade. Ademais, é possível que terceiros mal intencionados consigam copiar ou subtrair, por engenharia reversa, parcela da arquitetura dos produtos da Companhia ou de outra forma obter e utilizar sua propriedade intelectual, o que poderia prejudicar a posição competitiva da Companhia em determinados segmentos e reduzir o valor de suas marcas e produtos.

Qualquer discussão acerca do direito de uso e exploração das marcas pela Companhia poderá afetar adversamente a reputação da Companhia, impactando negativamente em seus resultados. Ainda, tais alterações poderão requerer a atenção da administração e/ou acarretar despesas adicionais, inclusive despesas legais, fatores que podem afetar substancial e negativamente os resultados operacionais financeiros da Companhia.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis à Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais

A Companhia é, e pode vir a ser, parte no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis à Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de licitar e contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou acessar quaisquer linhas de financiamentos subsidiadas e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos. Além disso, mudanças repentinas na jurisprudência ou decisões de instâncias superiores podem alterar a perspetiva de processos anteriormente considerados favoráveis, exigindo desembolsos imprevistos de caixa.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a Companhia pode estar sujeita a contingências por outros motivos que a obriguem a despender valores significativos. A Companhia também está sujeita ao impacto de decisões judiciais, administrativas ou arbitrais em processos nos quais a Companhia não seja parte, mas que versem sobre suas atividades ou sobre a regulação a que está sujeita.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como os negócios, a situação financeira e o valor de mercado das ações da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados aos seus canais de vendas, que abrangem franquias exclusivas, agências parceiras e demais canais complementares e à prestação de serviços de implementação de software, atendimento e relacionamento executados por esses canais

A Companhia conduz seus negócios nos países em que atua na forma de vendas diretas e por meio de uma rede de franquias exclusivas, agências parceiras e outros canais complementares que comercializam e implementam nossas soluções, conforme escopo contratual. Esses canais contribuem de forma relevante para as vendas da Companhia, especialmente no mercado de pequenas e médias empresas (*Small and Medium Business* – SMB) e, consequentemente, nossos negócios e resultados podem ser negativamente afetados diretamente pela sua performance comercial, sobretudo pelos franqueados, considerando a sua relevância na geração de receitas. Esses canais participam da originação de novos clientes e novas vendas, também prestando serviços de implementação das nossas soluções diretamente aos nossos clientes. A eventual perda, descontinuidade ou insolvência de canais estratégicos pode prejudicar nosso atendimento e relacionamento com clientes nos territórios franqueados, o que poderá afetar negativamente a retenção de clientes, novas vendas, prestação dos serviços aos clientes e, como consequência, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, com a evolução contínua e a diversificação do nosso portfólio, os canais podem não ter o nível de especialização técnica adequado para posicionar essas novas soluções em um mercado em constante evolução tecnológica, especialmente considerando produtos segmentados e o portfólio da Techfin e RD Station. Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de implementar uma jornada integrada de produtos entre os segmentos operacionais, bem como não conseguir desenvolver novas formas de distribuição. Caso esses fatores se materializem, a capacidade de expansão e distribuição desses produtos no nosso ecossistema pode ser adversamente afetada, e por consequência comprometer a estratégia comercial e os resultados operacionais da Companhia.

A qualidade e agilidade na prestação dos serviços de implementação por terceiros sob contrato de franquias exclusivas pode não ser equivalente à qualidade da implementação ofertada pelos nossos canais próprios de venda, causando prejuízos financeiros e operacionais para os clientes que utilizam as soluções de negócio da Companhia e, consequentemente, multas e processos judiciais para a Companhia, além de eventuais serviços adicionais de implementação a serem realizados pela própria Companhia para ajustar soluções implementadas incorretamente pelas franquias, o que pode afetar adversamente os negócios, a posição competitiva, a reputação no mercado, a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia poderá não ser capaz de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes nos seus negócios, situação financeira, resultados operacionais, sua reputação e cotação de mercado das ações da Companhia

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, franquias, canais, parceiros de negócio e terceiros que possam agir em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Qualquer investigação de conduta irregular por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção aplicáveis à Companhia no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e, em caso de condenação, submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis, de caráter administrativo e judicial. A Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países de atuação.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção e os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, detectar e tratar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção, Lei de Licitações ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, empregados ou representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia, (iii) riscos de compliance/integridade mapeados, bem como novos riscos; ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com os princípios éticos da Companhia, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva nos âmbitos administrativo e civil às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e quaisquer atos que visem impedir, dificultar ou manipular investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas punidas pela Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R$6.000,00 e R$60.000.000,00.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis pela Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia, podendo afetar sua reputação, resultados financeiros e estratégia de negócios em segmentos voltados à vendas para clientes do Setor Público.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção prévias ou atuais cometidas

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou por empresas recém-adquiridas cujos passivos ocultos de *compliance* não tenham sido identificados durante a diligência prévia, ou ainda no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Caso a Companhia não concretize a aquisição de empresas essenciais à consolidação dos pilares de sua estratégia de negócios e plano de crescimento, os seus resultados podem ser afetados adversamente e a Companhia pode sofrer perda de competitividade frente aos demais concorrentes de mercado

Nos últimos anos, a Companhia tem realizado aquisições de empresas com o objetivo de atingir o crescimento planejado e complementar o seu portfólio de produtos e serviços. Historicamente, o mercado de fusões e aquisições tem sido bastante aquecido, o que gera maior concorrência por oportunidades de negócio, especialmente nos segmentos de tecnologia, financeiro, meios de pagamento, marketing digital e e-commerce. Consequentemente, a Companhia poderá não conseguir obter êxito na concretização de determinadas transações de M&A consideradas estratégicas para seu plano de negócios, crescimento e desenvolvimento de novos mercados ou, ainda, ter de pagar preços mais altos do que inicialmente previstos, o que pode afetar adversamente os seus resultados financeiros e implicar em perda de competitividade perante concorrentes diretos ou indiretos, inclusive no que tange à conquista de novos mercados. A Companhia está sujeita ainda a vazamento de informações sigilosas ou privilegiadas relativas a processos de M&A, podendo resultar em perda de oportunidades, multas e sanções regulatórias.

Falhas na supervisão da governança corporativa e no ambiente de controles de empresas investidas podem expor a Companhia a riscos desconhecidos, gerando perdas financeiras e danos reputacionais

Como parte de sua estratégia de expansão de ecossistema, a Companhia detém participações societárias e realiza investimentos em outras empresas. Caso a Companhia não seja capaz de supervisionar e monitorar de forma apropriada os processos de governança corporativa, gestão de riscos, *compliance* e controles internos dessas investidas, poderá não tomar conhecimento tempestivo de riscos materiais inerentes aos negócios delas. Essa assimetria de informações e a falta de visibilidade podem expor a Companhia, de forma imprevista, a contingências legais, fraudes, ineficiências operacionais ou outros riscos relevantes, o que afetaria de forma adversa a sua reputação e os resultados financeiros consolidados.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, que poderá ser captado com a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor nas ações de emissão da Companhia

A Companhia poderá emitir mais ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações da Companhia a fim de levantar capital visando realizar novas aquisições, investir em pesquisa e desenvolvimento ou para diversas outras finalidades. Para tanto, emissões adicionais das ações ordinárias da Companhia poderão ser realizadas de acordo com o exercício ou a conversão de títulos de dívida conversíveis, bônus de subscrição, opções de compra de ações ou outros prêmios de incentivo em ações. Essas emissões poderão não contemplar direitos de preferência aos acionistas da Companhia em algumas situações estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, o que poderá diluir a participação do investidor no Capital Social. Além disso, a Companhia também poderá realizar incorporações ou outras operações semelhantes no futuro que poderão diluir a participação do investidor no capital social da Companhia. Qualquer parceria estratégica, emissão ou colocação das ações ordinárias da Companhia e/ou valores

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações ordinárias da Companhia poderá afetar o preço de mercado de suas ações ordinárias e resultar em uma diluição da participação societária do investidor.

b. Riscos relacionados a seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os detentores das ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. De acordo com o estatuto social da Companhia, devem ser pagos aos seus acionistas no mínimo 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ("Lei das S.A.") em forma de dividendos obrigatórios anuais, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio. A Lei das S.A. permite que seja suspenso o pagamento de dividendos obrigatórios aos acionistas em um determinado exercício social caso o conselho de administração da Companhia determine que esse pagamento não é aconselhável devido à situação financeira da Companhia. Ademais, conforme estabelecido na Lei das S.A., o lucro líquido da Companhia poderá ser (i) capitalizado; (ii) utilizado para compensar perdas; ou (iii) acumulado e alocado para uma reserva especial e poderá não estar disponível para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Caso esses eventos ocorram, os detentores das ações ordinárias da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, o pagamento de juros sobre o capital próprio pode estar comprometido em razão de eventual alteração na legislação tributária e alguns dos contratos de financiamento da Companhia restringem o pagamento de dividendos.

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante, o que pode deixá-la mais exposta a alianças e conflitos entre acionistas e outros eventos dessa natureza podem ocorrer na ausência de um acionista controlador ou grupo de controle titular de mais que 50% do capital votante

A Companhia não possui um acionista ou grupo controlador titular da maioria absoluta do capital votante. Entretanto, podem ocorrer alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e que passe a deter o poder decisório da Companhia, essa poderia sofrer mudanças inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio de mecanismos como a substituição dos seus Administradores. Além disso, pode ser que a Companhia fique mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos decorrentes desse movimento. Pode ser também que a Companhia se torne alvo de investidas por parte de investidores para burlar as disposições do Estatuto que preveem a realização de oferta pública de aquisição de ações quando da aquisição de mais de 20% do capital social. A ausência de um acionista ou grupo controlador titular de mais de 50% do capital votante poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações. Qualquer mudança inesperada na equipe de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos poderão afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

c. Riscos relacionados a controladas e coligadas da Companhia

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis às controladas da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

As controladas da Companhia podem ser ou vir a ser partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou a celebração de acordos desfavoráveis às controladas da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos.

Poderá ensejar para a Companhia a responsabilidade subsidiária judicial em processos envolvendo suas controladas

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladas, coligadas, consorciadas ou no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

d. Riscos relacionados aos administradores da Companhia

O crescimento da Companhia depende de potenciais sucessores para assumir posições chave e da capacidade da Companhia de continuar a atrair, formar e manter pessoas qualificadas e com conhecimentos específicos em tecnologia

O crescimento sustentável e o sucesso da Companhia dependem em grande parte da qualificação de seus profissionais e da sua capacidade de formar e manter potenciais sucessores para assumir posições na Administração e nas demais posições consideradas estratégicas, especialmente em relação à definição e implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações, produtos e serviços. Adicionalmente, no caso das empresas adquiridas, os empreendedores podem não permanecer na condução do negócio após o período de *earn-out*, e a Companhia pode não ter sucessores preparados para sucedê-los. Caso não seja capaz de promover de forma adequada a sucessão nessas empresas, a Companhia pode ser afetada adversamente pela perda de conhecimento do negócio (*know-how*) e ter seus resultados operacionais e sua estratégia de crescimento impactados.

Dessa forma, a perda de qualquer pessoa detentora de posição chave poderia prejudicar de maneira relevante o negócio e os resultados operacionais da Companhia, caso seu plano de sucessão não seja

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

efetivo. A Companhia também se apoia na continuidade da prestação de serviços por parte de colaboradores-chave qualificados e com conhecimentos específicos em tecnologia, reconhecidamente escassos no cenário atual, considerando a carência de mão-de-obra especializada no mercado e a competição cada vez mais globalizada por esses talentos.

Além disso, a adoção de modelos de trabalho remoto no mercado em geral aumenta a competição pela contratação desses profissionais, ao derrubar ou limitar o impacto de barreiras geográficas, incluindo a concorrência de empresas globais e *startups* estrangeiras, que frequentemente oferecem remuneração em moeda forte (dólar ou euro), pela mesma base de talentos. Ademais, há forte e contínua concorrência no setor de tecnologia da informação pela contratação de profissionais altamente capacitados nas áreas comercial, técnica, serviços de implementação de software e em outras, e a Companhia concorre, em nível global, na contratação desses profissionais. Consequentemente, a Companhia pode não ser capaz de atrair pessoas qualificadas ou ter que oferecer remuneração mais elevada para captar e manter esses profissionais, o que poderá representar custos adicionais não compensados pelo aumento de produtividade ou por preços mais elevados.

A Companhia, adicionalmente, pode não ser capaz de formar e qualificar profissionais internamente em tempo e quantidade suficientes para diminuir a dependência de contratação de profissionais de mercado para atender a sua demanda ou, ainda, ter dificuldades na atração e retenção de profissionais caso falhe em seu posicionamento como marca empregadora ou não seja capaz de oferecer um pacote de remuneração e benefícios compatíveis com o setor de atuação e com o mercado de forma geral.

Decisões judiciais ou administrativas desfavoráveis aos administradores da Companhia podem afetar adversamente os seus resultados operacionais

Os administradores da Companhia podem ser ou vir a ser, partes no polo passivo em investigações, processos judiciais e procedimentos administrativos e arbitrais, das mais diversas naturezas, incluindo, mas não se limitando, a processos cíveis, tributários, trabalhistas, de proteção de dados pessoais e criminais, inclusive em decorrência de notícia de fato em andamento.

Decisões contrárias ou acordos desfavoráveis aos administradores da Companhia poderão afetar seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa, inclusive ocasionando a perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública ou do direito de exploração dos serviços de telecomunicações prestados. Ainda, não podemos garantir que as provisões constituídas pela Companhia, diante de aspectos subjetivos e julgamentos críticos exercidos pela administração na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, serão corretas e suficientes para fazer frente ao custo total decorrente dos processos judiciais ou administrativos. Adicionalmente, não há garantias de que as apólices de seguro de responsabilidade civil de administradores (*Directors and Officers Liability Insurance* – D&O) contratadas para proteger o seu corpo diretivo, serão suficientes para cobrir os custos totais de defesa, indenizações ou multas decorrentes destes processos.

Decisões judiciais e administrativas desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia, especialmente em processos envolvendo valores relevantes e causas conexas, que alcancem valores substanciais ou impeçam a realização de negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso nos resultados da Companhia, bem como em seus negócios, situação financeira, reputação e o valor de mercado de suas ações. Ademais, eventuais decisões desfavoráveis aos diretores e conselheiros da Companhia poderão ocasionar o impedimento do exercício das funções que desempenham na Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

e. Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A dependência, concentração, perda do relacionamento e/ou falência dos prestadores de serviços, inclusive com relação a serviços de parceiros de tecnologia da informação, ou de suporte para manter os produtos e serviços, podem impactar a continuidade das operações da Companhia

A Companhia possui fornecedores essenciais para a continuidade da operação e da prestação de serviços aos seus clientes. Os serviços e produtos que a Companhia utiliza de seus parceiros, como por exemplo, sistemas de telecomunicação, internet e *data centers* são partes fundamentais de sua infraestrutura.

Caso ocorram interrupções ou oscilações no nível de prestação de serviços desses fornecedores, inclusive decorrentes de falhas de segurança da informação e na proteção de dados, os produtos e serviços ofertados pela Companhia aos seus clientes poderão ser afetados, e as falhas ocorridas podem afetar negativamente a percepção do mercado sobre a qualidade e a confiabilidade de seus produtos ou serviços.

A concentração em poucos fornecedores de serviços essenciais à operação pode gerar um nível de dependência prejudicial à Companhia e impactar negativamente na qualidade dos seus produtos e serviços em caso de interrupção, falha ou inadequação do nível de serviço prestado.

Caso os fornecedores ou prestadores de serviços da Companhia apresentem problemas que impactem ou inviabilizem a entrega, o prazo e a qualidade dos produtos e serviços ou sofram um processo de insolvência ou de falência que comprometam o cumprimento dos seus contratos, a Companhia pode ser impactada adversamente na sua operação e nos produtos e serviços ofertados aos seus clientes, bem como nos resultados, na sua reputação junto aos clientes e ao mercado e no percentual de retenção de clientes.

A Companhia obtém licenças junto a fornecedores de linguagens e/ou plataformas tecnológicas que podem afetar e/ou não acompanhar as expectativas de entrega de acordo com o portfólio de produtos em constante evolução, assim como possuem especificações técnicas dependentes dos produtos e plataformas, passíveis de impactar nas iniciativas de convergência de tecnologias

A dependência desses fornecedores e a ausência ou falhas no mapeamento da priorização dos produtos e soluções, podem afetar o custo da Companhia e em suas tomadas de decisões para manter, descontinuar ou transformar a tecnologia realizando a interface com os processos, pessoas e sistemas. Adicionalmente, não há como garantir que os fornecedores acompanhem o ritmo acelerado das inovações do mercado, como a transição para arquiteturas nativas em nuvem ou a integração fluida com Inteligência Artificial, aos objetivos estratégicos do negócio e aqueles propostos para as soluções inovadoras. Nesse caso, os negócios e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

f. Riscos relacionados a seus clientes

Caso os clientes da Companhia percam a confiança na segurança e utilização dos seus dados em função de riscos de vazamento e/ou utilização indevida, as receitas da Companhia poderão ser afetadas adversamente

Atualmente, as tentativas por parte de programadores experientes ou hackers de invadir a segurança de redes de clientes ou a segurança de sites da Internet para apropriar-se indevidamente de dados e informações, inclusive confidenciais, constituem ameaça sistêmica e fenômeno amplamente difundido no setor de tecnologia, afetando computadores, redes e plataformas globais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

As vulnerabilidades de segurança efetivas ou a possível percepção do mercado de que os nossos produtos ou infraestrutura em nuvem possuem vulnerabilidades de segurança podem levar alguns clientes a reduzir ou postergar compras futuras ou comprar produtos concorrentes que não sejam aplicativos baseados na Internet, bem como deixar de investir na adoção de novas tecnologias, paralisarem migrações para a nuvem ou, ainda, realocarem os seus orçamentos de TI para o reforço de suas próprias redes internas, em detrimento da aquisição dos nossos *softwares*.

Quaisquer dessas providências de clientes poderiam prejudicar os negócios e as receitas da Companhia.

A Companhia pode ter sua base de clientes afetada caso os seus processos de suporte e *customer success* não sejam adequados para atendimento aos seus clientes

Tendo em vista a estratégia de crescimento da Companhia, seja por meio de aquisições ou crescimento orgânico, é esperado que seu portfólio de produtos e sua base de clientes aumentem, o que pode dificultar a implementação e sustentação de uma jornada do cliente integrada entre esses segmentos operacionais, assim como a digitalização e integração dos processos de suporte e atendimento aos clientes, incluindo iniciativas de *customer success*.

A escalabilidade e a excelência dessa jornada dependem da modernização contínua das plataformas de relacionamento. Falhas, ineficiências ou atrasos na adoção de tecnologias emergentes, como a aplicação de Inteligência Artificial nas ferramentas de suporte e *customer success* podem comprometer a competitividade da Companhia.

Além disso, caso a Companhia enfrente dificuldades na integração dos processos de *Customer Success* e de suporte técnico das empresas adquiridas, o cliente poderá ser submetido a uma experiência fragmentada, incluindo o risco de lidar com múltiplos canais de atendimento e maiores tempos de resposta.

Caso a Companhia não seja capaz de prover atendimento e suporte de forma ágil, em prazo adequado e de acordo com as expectativas dos clientes, assim como contribuir para o sucesso desses clientes por meio de processos e ferramentas efetivas de customer success, o seu índice de retenção e satisfação de clientes e seus resultados podem ser adversamente afetados.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua

Condições desfavoráveis no setor da Companhia ou da economia global, bem como reduções em gastos com tecnologia da informação podem limitar a capacidade da Companhia de crescer e desenvolver seu negócio e afetar negativamente seus resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia podem variar de acordo com o impacto das mudanças da indústria ou da economia global relacionadas à Companhia ou aos seus clientes. O crescimento de receita e da rentabilidade potencial do nosso negócio depende da demanda pelos softwares da Companhia e pelos serviços a eles relacionados, bem como da expansão da RD Station, que pode ser afetada caso os clientes adotem cortes de custos em despesas com automação de marketing e outras soluções voltadas para o aumento de vendas, e Techfin, cuja operação poderá ser afetada também por variáveis macroeconômicas que alterem significativamente a taxa de juros, bem como pelo baixo crescimento econômico, fatores que podem inibir a demanda por crédito pelos clientes, alterar as condições de concessão de crédito e a competitividade da companhia, bem como elevar o risco de inadimplência. Tendo em vista que a Companhia atua como prestadora de serviços, parte de sua receita decorre do número de novos usuários de softwares em cada um de seus clientes, que por sua vez é influenciada pela política de contratação de colaboradores

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

dos clientes e potenciais clientes. Na medida em que condições econômicas desfavoráveis façam com que clientes da Companhia e potenciais clientes paralisem contratações ou realizem demissões, mantendo ou reduzindo a demanda por serviços da Companhia, a receita desta pode ser afetada negativamente. Historicamente, crises econômicas resultaram em reduções globais nos gastos com tecnologia da informação, bem como a pressão por ciclos de faturamento mais prolongados, como ocorreu durante a recessão de 2016 e a crise econômica provocada pela pandemia do coronavírus em 2020.

h. Riscos relacionados à regulação do setor no qual a Companhia atua

Alterações ou diferentes interpretações nas legislações tributária e trabalhista podem afetar adversamente a estratégia e os resultados da Companhia

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais, como mudanças nas alíquotas e a criação de tributos, temporários ou permanentes, que podem afetar a estratégia da Companhia. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode restringir sua capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a lucratividade.

A Companhia recebe atualmente determinados benefícios fiscais e/ou regimes especiais de tributação. Não é possível garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados no futuro, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil e o cenário da reforma tributária do consumo aprovada em 2024 e suas regulamentações complementares, que alterou os critérios fiscais e tributários. Tais mudanças podem não ser favoráveis aos negócios da Companhia e afetar negativamente os seus resultados operacionais. Caso a Companhia não consiga renovar seus benefícios fiscais, ou se tais benefícios forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, a Companhia pode ser adversamente afetada. Além disso, as leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso as autoridades fiscais interpretem as leis tributárias de forma diferente das interpretações da Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Ainda, as atividades desempenhadas pela Companhia estão sujeitas à incidência direta ou indireta de impostos, taxas e contribuições que, por sua vez, estão sujeitos a alterações, podendo impactar adversamente seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e seu fluxo de caixa.

Essas alterações podem resultar em uma maior tributação a ser aplicada: (i) sobre a receita bruta da Companhia; (ii) sobre os royalties que são pagos aos parceiros da Companhia, tanto no Brasil quanto no exterior; (iii) sobre as receitas financeiras; (iv) sobre a lucratividade bruta; e, ainda, (v) sobre os custos com pessoal da Companhia. O impacto adverso dessas mudanças nas legislações fiscais e trabalhistas pode afetar negativamente a estratégia e a competitividade da Companhia frente aos seus concorrentes, sobretudo estrangeiros, no caso dessas alterações elevarem apenas a tributação para as empresas estabelecidas no Brasil.

A aprovação de futuras regulamentações sobre Inteligência Artificial pode exigir adequações na estratégia de produtos e elevar os custos operacionais da Companhia

A Companhia integra de forma crescente tecnologias de Inteligência Artificial em seu portfólio de *softwares* e operações. Atualmente, os marcos regulatórios aplicáveis ao desenvolvimento, comercialização e uso de IA encontram-se em fase de discussão e tramitação legislativa. A incerteza quanto ao texto final e às exigências dessas futuras leis impossibilita mensurar os seus impactos exatos neste momento.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Contudo, a eventual aprovação de normas excessivamente restritivas ou que imponham obrigações complexas de governança, transparência e avaliação de impacto poderá exigir adaptações significativas na nossa estratégia tecnológica e no *roadmap* de inovações. A necessidade imprevista de reestruturar funcionalidades, eventuais atrasos no lançamento de novas soluções ou o aumento expressivo nos custos operacionais e de *compliance* tecnológico podem afetar de forma adversa a competitividade, as margens e os resultados operacionais da Companhia.

Alterações nas regulamentações do setor financeiro podem dificultar ou inviabilizar novos modelos de negócio

A Techfin, em que a Companhia atua em sociedade com o Banco Itaú Unibanco, por meio da *Joint Venture* Techfin ERP Finance, é um dos pilares que sustentam a estratégia de crescimento da Companhia, em conjunto com TOTVS Gestão e RD Station. O segmento operacional envolve a atuação no segmento financeiro, altamente regulado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), cujo cenário regulatório é historicamente dinâmico, em função do surgimento de inovações tecnológicas, novos modelos de negócio e produtos que surgem neste setor.

Eventuais alterações na regulação vigente ou novas exigências regulatórias do Banco Central do Brasil podem limitar a expansão dos produtos de crédito atualmente oferecidos, inviabilizar o lançamento de novos produtos, bem como o próprio modelo de negócios da Techfin ou, ainda, a adequação aos requisitos regulatórios podem exigir um investimento financeiro significativo. Caso esses eventos ocorram, a estratégia e os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Tendo em vista que as atividades da Companhia nos países fora do Brasil não tiveram representação material na receita líquida total da Companhia no último exercício social, a Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes nos países estrangeiros em que atua.

j. Riscos relacionados a questões sociais

Eventual ressurgimento da pandemia de COVID-19 e/ou surgimento de qualquer outra pandemia ou emergência de saúde pública, podem resultar em um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia.

Como companhia de tecnologia, a TOTVS possui modelo operacional fortemente baseado em infraestrutura digital e prestação de serviços remotos, o que reduz a dependência de presença física contínua para a manutenção de suas atividades. Ainda que a ocorrência de novas pandemias, emergências de saúde pública ou eventos sanitários de grande escala possa gerar impactos econômicos e operacionais relevantes, a Companhia apresenta menor exposição estrutural a paralisações decorrentes de restrições de mobilidade quando comparada a setores intensivos em operações presenciais.

Desde o período da COVID-19, a TOTVS não retornou ao modelo 100% presencial, adotando estrutura predominantemente híbrida, com diversos times atuando de forma totalmente remota. Esse modelo amplia a flexibilidade operacional e favorece a continuidade das atividades mesmo em cenários de eventual isolamento social ou restrições regionais, permitindo rápida adaptação sem comprometimento relevante da prestação de serviços.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, a Companhia mantém programas estruturados voltados à saúde física, bem-estar e saúde mental de seus colaboradores, incluindo acesso a telemedicina, apoio psicológico e iniciativas preventivas de cuidado integral. Essa abordagem busca não apenas mitigar impactos operacionais, mas também reduzir a exposição das pessoas colaboradoras a riscos à saúde, reforçando o compromisso com um ambiente de trabalho seguro e sustentável. Embora crises sanitárias possam produzir efeitos macroeconômicos, como retração da atividade econômica ou redução do poder de compra de clientes, a estrutura digital, o modelo híbrido consolidado e as políticas de cuidado com as pessoas contribuem para fortalecer a resiliência operacional e social da Companhia diante de cenários adversos.

k. Riscos relacionados a questões ambientais

Em 2025, a TOTVS aprimorou seus mecanismos de prevenção e resposta a riscos ambientais ao incorporar, no Plano de Continuidade de Negócios (PCN), cenários relacionados a eventos climáticos extremos. A medida considera a maior frequência e intensidade de fenômenos como tempestades severas, ventanias e períodos prolongados de seca, que podem impactar infraestrutura urbana, mobilidade, fornecimento de serviços essenciais e, consequentemente, a estabilidade operacional das unidades administrativas e estruturas tecnológicas da Companhia.

Foram estruturados Planos de Gestão de Crise (PGCs), integrados ao Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN), com protocolos específicos para monitoramento, prevenção e resposta a esses eventos. Esses planos orientam a tomada de decisão operacional em cenários adversos, reforçando a resiliência da Companhia e a capacidade de manter a continuidade das atividades. Até o momento, não foram identificados impactos materiais decorrentes desses fatores ambientais, mas o tema passou a ser tratado de forma estruturada no âmbito da governança de continuidade do negócio.

l. Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Eventos climáticos extremos e as mudanças climáticas globais podem impactar a infraestrutura física da Companhia e acarretar cenários de insuficiência energética, o que pode onerar os custos operacionais e comprometer a continuidade das suas operações

A Companhia está exposta aos riscos físicos decorrentes das mudanças climáticas globais, caracterizados pelo aumento na frequência e intensidade de eventos meteorológicos extremos, tais como tempestades severas, inundações, ventanias e períodos prolongados de estiagem (seca).

A materialização desses eventos atípicos nas regiões onde a Companhia mantém as suas unidades administrativas e estruturas críticas de tecnologia pode causar danos severos à infraestrutura urbana, prejudicar a mobilidade de colaboradores e interromper abruptamente o fornecimento de serviços essenciais, com destaque para links de telecomunicações e energia elétrica. Tais restrições ou instabilidades energéticas expõem a Companhia a variações imprevistas de custos operacionais, decorrentes da necessidade de aquisição de energia no Mercado Livre de Energia, bem como do acionamento contínuo e manutenção de geradores autônomos, com o consequente consumo adicional de diesel.

A Companhia desenvolveu estudo específico para aprofundar a análise da exposição ao risco de insuficiência energética através de dados públicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), incluindo indicadores como Número de Interrupções de Energia (NIE) e Tempo Médio de Atendimento (TMAE), correlacionados com dados de precipitação e eventos climáticos extremos disponibilizados pelo INMET, com recorte geográfico para a cidade de São Paulo, onde está localizada a matriz da Companhia e incorporou os cenários de insuficiência energética e eventos climáticos extremos em seu Plano de Continuidade de Negócios, para

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

os quais foram estruturados Planos de Gestão de Crise (PGCs) com medidas preventivas e protocolos de resposta. Caso essas medidas não sejam suficientes para garantir a resiliência operacional e a rápida transição para contingências, a operação e disponibilidade dos seus sistemas podem ser afetados adversamente.

m. Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia

O governo federal pode realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar de forma significativa a economia brasileira. As medidas adotadas pelo governo federal para controlar a inflação, além da implementação e alteração de outras políticas e normas com potencial impacto no ambiente econômico, podem implicar no aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro.

A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- Inflação;
- Taxas de câmbio;
- Taxas de juros;
- Aumento do desemprego
- Mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- Mudança na legislação trabalhista;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- Outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Somadas a essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente as atividades e, consequentemente, os resultados operacionais e o preço de negociação de ações da Companhia.

A instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como pode afetar também o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, podendo resultar em desaceleração ou recessão econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por Companhias brasileiras.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia não é capaz de prever os eventuais impactos aos seus negócios em função de mudanças das políticas públicas e sobretudo da política econômica a ser adotada pelo Governo Federal.

Incertezas em relação às mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, e à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas relativas à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Federal irá adotar, bem como se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

Adicionalmente, a realização de eleições gerais no Brasil ao longo deste ano pode elevar o grau de incerteza e a volatilidade do ambiente macroeconômico, com impacto nas taxas de câmbio, nos juros e no mercado de ações, refletindo as apreensões do mercado quanto à continuidade ou alteração das políticas fiscais, reformas estruturais e condução econômica do país. A Companhia está sujeita a eventuais mudanças na direção das políticas públicas que possam afetar negativamente a confiança dos investidores e o ambiente de negócios poderão impactar na confiança de investidores e no valor de mercado de nossas ações.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. Em relação ao período mais recente, o Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M") encerrou 2025 com queda acumulada de 1,05%, ante alta de 6,54% em 2024, representando uma deflação no período. Historicamente, as medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O Comitê de Política Monetária ("COPOM") frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir as metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do Real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez a Companhia não possa ajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que poderia aumentar custos e reduzir as margens operacionais e líquidas da Companhia.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo do endividamento atual da Companhia, bem como seu caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque a Companhia tem empréstimos e financiamentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e as Taxas Oficiais de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita das aplicações financeiras da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar dos Estados Unidos da América e outras moedas. Como dado histórico mais recente, em 2022 a taxa de câmbio Real/Dólar encerrou o ano no patamar de R$5,28, ante R$5,57 do ano de 2021. Ao final de 2023, a taxa de câmbio Real/Dólar foi de 4,85 e terminou 2024 cotado em R$6,18, com alta de 27,3% no ano. Em 2025, houve forte desvalorização da moeda americana perante o real, cotada a R$5,49, recuo de 11,17% no ano. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia. Além disso, alguns custos de serviços atrelados ao dólar podem impactar seus resultados.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. A situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetadas negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de *rating* começaram a revisar a classificação de *rating* de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de *rating*.

- **Standard & Poor's**: inicialmente reduziu o *rating* de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o *rating*, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de janeiro de 2018, Standard & Poor 's rebaixou novamente o *rating* de crédito brasileiro de BB para BB-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência. Em dezembro de 2023 a S&P elevou a classificação do Brasil para BB estável, após a aprovação da reforma tributária. Em 2024, a perspectiva foi alterada para positiva, porém, em junho de 2025, a agência reafirmou o *rating* em BB, mas revisou a perspectiva de positiva para estável, citando a persistência de desafios fiscais. Atualmente, o rating de crédito permanece em BB-Estável nesta agência.

- **Moody's**: em fevereiro de 2016, a agência rebaixou o *rating* de crédito do Brasil de Baa3 para Ba2-Negativo citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileira, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. A classificação alternou algumas vezes entre Ba2-Negativo e Ba2-Estável, entre 2017 e 2018. Em outubro de 2024, a Moody's elevou o *rating* de crédito soberano do Brasil de Ba2 para Ba1, mantendo a perspectiva estável. A elevação foi fundamentada no desempenho robusto do PIB e no avanço de reformas que fortaleceram o quadro institucional e fiscal. Atualmente, o *rating* de crédito permanece em Ba1 com perspectiva estável.

- **Fitch**: em maio de 2016, a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo citando, entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Tal classificação se manteve até julho de 2022, quando a agência elevou o *rating* para BB- estável,refletindo a evolução das finanças públicas acima do esperado, em um curto prazo, e o compromisso das autoridades em retirar os estímulos implementados durante a pandemia, atrelado ao compromisso com o combate à inflação. Em julho de 2023, a agência elevou o Brasil para BB com perspectiva estável devido ao desempenho macroeconômico e fiscal melhor do que o esperado. Atualmente, o *rating* de crédito permanece em BB com perspectiva estável.

Diante das atualizações de *rating* que ocorreram desde 2015, o Brasil está abaixo do grau de investimento (grau especulativo) nas três grandes agências de *rating*, que apesar de estar com status estável em duas delas, este *rating* pode gerar consequência nos preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro de maneira negativa. Um retorno ao cenário de recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos. Na data deste Formulário de Referência, o *rating* de crédito brasileiro era classificado como BB (estável), Ba1 (estável) e BB (estável), pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de *rating* manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de *rating* de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários político e econômico são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como:

- Alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido; e
- Eventos inesperados e que possam afetar adversamente a economia brasileira ou global, como pandemias e catástrofes naturais de grande escala.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos da América. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global e tensões geopolíticas poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos da América e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação das ações da Companhia

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país ou mesmo um eventual cenário de recessão, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de Companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos da América, de certos países europeus e emergentes, que também podem ser impactadas por questões geopolíticas, como a existência de guerras e conflitos, bem como por rupturas em cadeias globais de suprimentos ou desaceleração abrupta de grandes blocos econômicos. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das Companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos da América, bem como pelas variações dos principais índices de ações do país. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente nos Estados Unidos da América, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente as ações da Companhia. Crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das Companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Dentre os fatores de risco apresentados no item 4.1, a Companhia considera que os 5 (cinco) principais fatores de risco (elencados conforme criticidade) são:

1. O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os adquiridos e aperfeiçoar os existentes;

2. Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia;

3. As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas estratégicas previstas à época de qualquer transação;

4. A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções;

5. A Companhia pode não ser capaz de concorrer eficientemente no mercado de crédito com a Techfin.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na execução de suas atividades são: (i) Risco de Liquidez; (ii) Risco de Crédito e (iii) Risco de Mercado (Risco de Taxa de Juros e Inflação e Risco de Taxas de Câmbio). Não há garantias, no entanto, de que a Companhia não será adversamente afetada por outros riscos de mercado que não aqueles aqui descritos.

Risco de Liquidez

Possibilidade de a Companhia e suas controladas não serem capazes de honrar seus compromissos, correntes e futuros, em virtude de indisponibilidade de caixa, tendo como consequência, o impacto em suas operações.

Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.

Risco de Taxa de Juros e Inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado do Depósito Bancário ("CDI"), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos, além das debêntures, os quais estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, ou pelo valor justo quando aplicável. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI.

Os principais custos e despesas da Companhia são periodicamente reajustados. Exemplo de gastos reajustados com base em índices de inflação previamente definidos são as despesas com aluguel e com comunicação. Já as despesas com salários, benefícios e encargos, que representaram 57,0% e 57,2% do total de custos e despesas operacionais nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, são parte de negociações coletivas regionais, que tomam os índices de inflação (geralmente próximos ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo "IPCA") como referência.

Os contratos da Receita líquida de Software Recorrente, que representaram 90,6% e 88,6% da Receita líquida de Software Total no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, também são reajustados anualmente com base em índices de inflação, tomando principalmente como base o IGP-M e o IPCA.

Historicamente, a Companhia também reajusta a tabela de preços das taxas de licenciamento de software, dos acessos de subscrição e das taxas horárias de serviços com base em índices de inflação. Não há garantia de que a Companhia continue a repassar os impactos inflacionários sobre essas linhas de receita futuramente.

Uma vez que os índices inflacionários utilizados para reajustar as linhas de receita são diferentes daqueles utilizados para reajustar os custos e despesas, a inflação pode provocar efeitos relevantes sobre suas

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

operações.

Os investimentos avaliados pelo valor justo por meio de resultado são representados por startups de capital fechado e, por não terem preços cotados em mercado ativo, o valor justo para estes investimentos é mensurado por múltiplas técnicas de avaliação praticadas pelo mercado, como fluxo de caixa descontado ou múltiplos de receita, considerando a razoabilidade da faixa de valores. A mensuração do valor justo é o ponto dentro dessa faixa que melhor representa o valor justo nas circunstâncias.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas as quais a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções vigentes para o CDI, foi definido o cenário provável (cenário I) para o ano de 2025 e, a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data base utilizada para as debêntures foi de 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldos em 2025 (Em milhares de R$)	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.577.349	Aumento CDI	14,31%	17,89%	21,47%
Despesa financeira estimada			**225.719**	**282.188**	**338.657**

No que tange aos Ativos Financeiros, para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 2025 (Em milhares de R$)	Risco	Cenário I Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras consolidadas	1.768.928	Redução CDI	14,31%	10,73%	7,16%
Receita financeira estimada			**253.134**	**189.806**	**126.655**

Risco de Taxa de Câmbio

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

Algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como Dólar Americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os saldos dos ativos são superiores aos saldos dos passivos expostos conforme demonstrado a seguir:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

2025 (Em milhares de R$)						
Empresa	**Contas a pagar**	**Caixa e equivalentes de caixa**	**Contas a receber**	**Outros ativos**	**Exposição líquida**	**Moeda de exposição**
TOTVS Chile	(32)	838	100	23	927	Peso (CLP)
TOTVS Hospitality Argentina	(298)	503	355	13	573	Peso (ARS)
TOTVS S.A.	(10.042)	89	2.366	-	(7.588)	USD
TOTVS México	(683)	-	4.386	-	3.703	Peso (MXN)
TOTVS Argentina	(2.491)	-	634	-	(1.857)	Peso (ARS)
TOTVS Colômbia	(1.393)	-	2.284	-	892	Peso (COP)
TOTVS Incorporation	(151)	-	-	86.236	86.085	USD
Outros	(29)		32	-	2	
Total	**(15.119)**	**1.430**	**10.157**	**86.272**	**82.737**	

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia e de suas controladas.

Quanto aos processos judiciais e administrativos de natureza ambiental, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não eram partes em quaisquer ações desta natureza.

O valor das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

(Em milhões de reais) em 31.12.2025	
Tributárias	9.016
Trabalhistas	49.871
Cíveis	48.772
Ambientais	-
Total	**107.659**

Tributário

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$9.016(R$9.397 em 31 de dezembro de 2024). Não há processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos classificados como de perda possível de natureza tributária versam sobre cobrança de créditos tributários (municipal/estadual/federal) que a Companhia e suas controladas entendem indevidos. Os processos tributários classificados como de perda possível totalizaram R$222.947 em 31 de dezembro de 2025 (R$208.652 em 31 de dezembro de 2024).

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza tributária/previdenciária - Prognóstico de Perda Possível

Processo: 10880-957.117/2021-95	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	12/08/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 22.596 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2015.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa.
i. Chance de perda	Possível - R$ 22.596
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Processo: 0000756-14.0500.8.26.0090	
a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	27/02/2019
d. Partes no processo	Autora: Prefeitura do Município de São Paulo Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 18.019 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de execução fiscal para a cobrança de ISS, sobre supostas prestações de serviços realizados no Município de São Paulo no período de 1996 a 2001, o qual, segundo alegação da Fazenda, não teria sido recolhido. Considerando a não apresentação de documentos pela empresa à época, a Fazenda arbitrou o valor do imposto cobrado. Foram opostos embargos à execução, na data de 18/02/2015, distribuídos sob o nº 0000557-86.2015.8.26.0090, alegando-se a prescrição da cobrança e a desconstituição do arbitramento do valor do imposto devido. A perícia judicial, iniciada em maio de 2019, foi concluída em março de 2024. Com as manifestações das partes já apresentadas sobre o laudo, o processo aguarda agora o julgamento do mérito em primeira instância.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito
h. Estágio do processo	Primeira instância Judicial
i. Chance de perda	Possível - R$ 18.019

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 10880-942.958/2021-06	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/07/2021
d. Partes no processo	Autora: Receita Federal do Brasil Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$17.080 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Trata-se de despacho decisório que não homologou compensações efetuadas com saldo negativo de IRPJ do período de 2016.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito.
h. Estágio do processo	Primeira Instância Administrativa
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$17.080

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Cível

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$48.772 (R$34.448 em 31 de dezembro de 2024).

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza cível - Prognóstico de Perda Provável

a. Juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	26/03/2021
d. Partes no processo	Autora: Pacaembu Auto Peças Ltda. Ré: TOTVS S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$ 18.019 (atualizado até 31/12/2025)
f. Principais fatos	Ação cível movida por cliente que alega supostos problemas relacionados ao produto implementado, que teria ocasionado danos materiais. O processo encontra-se em fase de instrução, tendo já sido apresentada defesa. O risco de perda provável atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$6.238.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.4 Processos não sigilosos relevantes

h. Estágio do processo	Primeira instância Judicial
i. Chance de perda	Provável - R$ 6.238
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$5.000, com prognóstico de perda provável.

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Os processos cíveis classificados como de perda possível totalizaram R$172.817 em 31 de dezembro de 2025 (R$207.994 em 31 de dezembro de 2024).

- Lista de Processos individualmente relevantes de natureza cível - Prognóstico de Perda Possível

Processo: 1057798-58.2021.8.26.0100	
a. Juízo	11ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	08/06/2021
d. Partes no processo	Autor: Refinaria de Petróleos de Manguinhos S.A. Ré: TOTVS S/A e TOTVS Large
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$15.151 (atualizado até 31/12/2025)
f. Principais fatos	Ação cível movida pela empresa autora em face da TOTVS S/A e TOTVS Large, informando que após assinatura das propostas comerciais os prazos acordados para a entrega da implantação dos serviços não teriam sido cumpridos.A empresa alegou que novos prazos foram acordados entre as partes e logo após, a TOTVS foi surpreendida com o pedido de rescisão contratual.Por fim, pleiteia a rescisão contratual,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	perdas e danos e lucros cessantes. No curso da ação houve decisão parcial de mérito para excluir a TOTVS S/A do polo passivo e manter a TOTVS Large. Sobre essa questão, existe recurso pendente de julgamento.Em relação ao pedido principal, em que se discute a prestação de serviços, ainda segue em discussão em fase probatória.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito capazes de alteração de risco de perda
h. Estágio do processo	Fase probatória
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$14.670
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Processo: 10137750820138260100	
a. Juízo	39ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	25/03/2013
d. Partes no processo	Autor: YURI GOMES DE OLIVEIRA. Ré: Bematech S.A

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos (R$ milhões)	R$13.783 (atualizado até 31/12/2024)
f. Principais fatos	Ação cível movida em face da Bematech (atual TOTVS Large) informando que manteve relação contratual de representação comercial com a Bematech, que pendurou entre os anos de 2004 e 2008. Alega não ter concordado com a rescisão do contrato pleiteando indenização por supostos danos materiais e morais decorrentes de valores que não teriam sido pagos e investimentos que teria realizado. No curso da ação já houve prolação de sentença julgando improcedentes os pedidos. Aguarda julgamento do recurso apresentado pela parte autora.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Até o momento não foram proferidas decisões de mérito capazes de alteração de risco de perda
h. Estágio do processo	Fase recursal
i. Chance de perda (R$ milhões)	Possível - R$13.783
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo em que a Companhia figura no polo passivo e cujo valor é superior a R$13.000, com prognóstico de perda possível.
k. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor envolvido.

Trabalhistas

Os processos trabalhistas classificados como de perda possível totalizaram R$48.817 em 31 de dezembro de 2025 (R$82.209 em 31 de dezembro de 2024), não havendo processos individualmente relevantes.

Ambientais

Não há processos de natureza ambiental.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Tributário

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída para as demandas tributárias totalizou a quantia de R$9.016 (R$9.397 em 31 de dezembro de 2024). Não há processos de natureza tributária com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza tributária classificados como de perda provável se referem, principalmente, a autos de infração ou execuções fiscais movidas pela União, estados e municípios, sob a alegação de suposto recolhimento a menor de tributos.

Cível

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída para as demandas cíveis totalizou a quantia de R$48.772 (R$34.448 em 31 de dezembro de 2024). Não há processos de natureza cível com prognóstico de perda provável que a Companhia julgue individualmente relevantes.

Os processos de natureza cível classificados como de perda possível se referem, principalmente, a ações ajuizadas por clientes sob a alegação de determinados problemas na prestação de serviços oferecidos aos clientes, aplicação do incremento padrão, aplicação de carência a contratos rescindidos e cobranças feitas indevidamente.

Trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão constituída para as demandas trabalhistas totalizou a quantia de R$49.871 (R$62.427 em 31 de dezembro de 2024).

Os processos de natureza trabalhista classificados como de perda provável se referem, principalmente, a ações ajuizadas por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e horas extras.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

A Companhia não está envolvida em processos sigilosos relevante

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Em novembro de 2011, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") com o Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais, que versa sobre obrigações trabalhistas. No TAC, a Companhia assumiu o compromisso de abster-se de praticar atos que pudessem ser considerados como em desacordo com a legislação trabalhista, sob pena de aplicação de multas pecuniárias.

A Companhia vem envidando todos os esforços para cumprir as obrigações assumidas no TAC que, atualmente, está sob acompanhamento do Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance ("Política de Gestão de Riscos"), que estabelece o processo de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros, abrangendo risco de mercado, regulatórios/compliance e de tecnologia da informação. A atualização dessa política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023 e está sob responsabilidade da gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance.

A Política de Gestão de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance é estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de Integridade por todos os níveis da Companhia.

A abordagem metodológica de Gestão de Riscos aplicada é fundamentada nos componentes estabelecidos pelo COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission) e nas diretrizes da ISO 31000. O processo compreende 6 etapas essenciais, além de aspectos de cultura e governança na gestão de riscos, conforme descrito abaixo:

Governança e Cultura de Gestão de Riscos

A cultura de gestão de riscos é disseminada em todos os níveis da Companhia e a gestão e o monitoramento dos riscos são realizados de forma descentralizada pelas respectivas áreas responsáveis. Nesse contexto, os gestores são os responsáveis primários pela gestão dos riscos associados à sua área e/ou processo de negócio, bem como pela adoção de medidas de mitigação e pela disseminação da cultura de gestão de riscos entre seus liderados.

Identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte

Os riscos são periodicamente identificados, analisados, avaliados e documentados de forma estruturada para que possam ser tratados adequadamente e reportados aos órgãos competentes.

A Matriz de Riscos é revisada anualmente pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, validada pelos Vice-Presidentes e Presidente da Companhia e submetida ao exame do Comitê de Auditoria Estatutário, responsável que recomenda a sua aprovação final ao Conselho de Administração.

De acordo com os critérios definidos na Política, as áreas de negócio são responsáveis pela implementação de planos de ação para mitigação dos riscos sob sua gestão mapeados na matriz. Esses planos de ação são

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

devidamente acompanhados e reportados pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, em conjunto com os indicadores chave de risco e o nível de exposição aos riscos.

i. Riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gestão de Riscos visa a proteção da Companhia contra os principais tipos de riscos que podem afetar o curso e o atingimento dos seus objetivos de negócio. A Companhia considera, dentre outros aspectos, fatores internos e externos e categoriza seus riscos conforme as categorias abaixo:

Riscos Estratégicos: trata-se dos eventos de riscos associados às decisões que afetam a estratégia de negócios ou os objetivos estratégicos da Companhia, considerando os ambientes interno e externo.

- **Riscos Operacionais**: referem-se às possíveis perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas, ambiente tecnológico ou provocadas por eventos externos.
- **Riscos Financeiros**: trata-se de exposição a potenciais perdas financeiras da Companhia, incluindo riscos de mercado.
- **Riscos Regulatórios/de Compliance**: refere-se aos riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, Código de Ética e Conduta, dentre outros.
- **Riscos de Tecnologia da Informação**: trata-se dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI e obsolescência tecnológica.
- **Risco de Crédito**: refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, resultado em perdas financeiras para a companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada também pelas características individuais de cada cliente.
- **Risco de Taxa de Juros e Inflação**: o risco de taxa de juros é o risco de mercado decorrente da parcela da dívida e das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. Os direitos creditórios gerados pelos Produtos de Crédito – Supplier, ativo classificado mantido para a venda, são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros.
- **Riscos de Taxas de Câmbio**: os riscos de taxas de câmbio são riscos de mercado decorrentes de instrumentos financeiros e operações em moedas diferentes de sua moeda local, resultando em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira. Além disso, algumas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas como dólar americano (USD), Peso Argentino (ARS), Peso Mexicano (MXN), Peso Chileno (CLP) e Peso Colombiano (COP).

ii. Instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui as seguintes práticas:

Riscos Estratégicos (Negócio):

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os riscos estratégicos são mapeados e atualizados na companhia pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, com base na avaliação dos ambientes interno e externo. Essa avaliação considera, dentre outros aspectos, os objetivos estratégicos da Companhia e as informações levantadas por meio de entrevistas com os respectivos "donos" de cada risco (áreas de negócio), que avaliam, de forma conjunta com a gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, os riscos mapeados e seus respectivos fatores de risco e a classificação do impacto e probabilidade de ocorrência. As áreas de negócio são responsáveis pela implementação dos planos de ação para mitigação dos riscos mapeados, que são objeto de acompanhamento e monitoramento pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, com reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Riscos Operacionais e Tecnologia da Informação:

Os riscos operacionais e de tecnologia da informação atrelados são identificados e documentados por meio do mapeamento dos processos considerados críticos pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, cabendo às áreas de negócio responsáveis adotar as medidas necessárias para sua mitigação.

Os referidos planos de ação são objeto de acompanhamento e monitoramento pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, além de reporte às estruturas competentes de governança e gestão da Companhia, como o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração.

Riscos Financeiros

A Companhia e suas controladas adotam uma abordagem prudente para mitigar o risco de crédito associado às instituições financeiras. Para isso, a exposição é diversificada entre diversas instituições de mercado. As aplicações financeiras devem ser realizadas em instituições cuja classificação de risco seja, no mínimo, equivalente ao Risco Soberano (Risco Brasil), conforme atribuído pelas agências de rating Standard & Poor’s, Moody’s ou Fitch. No caso de aplicações em fundos de investimento, a classificação exigida é "Grau de Investimento", conforme a ANBIMA. Além disso, o valor alocado em cada emissor, excetuando-se a União e títulos públicos federais, não pode exceder 30% do montante total dos saldos combinados em contas correntes e aplicações financeiras, nem ultrapassar 5% do patrimônio líquido do emissor ou fundo de investimento.

Além do risco de crédito relacionado à gestão de caixa, a Companhia e suas controladas também consideram a exposição ao risco de crédito nas contas a receber. Essa exposição é influenciada pelas características individuais de cada cliente. Para mitigar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam uma política de crédito estruturada, na qual a capacidade financeira de cada novo cliente é avaliada individualmente antes da definição dos termos e condições de pagamento.

No segmento de software, as contas a receber apresentam uma carteira de clientes amplamente diversificada, com baixo nível de concentração. A Companhia e suas controladas mantêm uma estimativa de provisão para perdas, calculada com base em perdas incorridas, sendo que o principal componente dessa provisão é específico e relacionado a riscos individuais significativos.

Especificamente para a controlada Supplier, a avaliação de risco da carteira de produtos de crédito é baseada em metodologias estatísticas, como Application e Behavior Scoring. Além disso, são utilizados instrumentos mitigadores, como seguro de crédito e interveniência, relatórios de acompanhamento, comitês de risco, readequação de limites de crédito, monitoramento da carteira e aprimoramento dos sistemas de cadastro. Caso necessário, perdas potenciais de crédito são mitigadas por meio de seguros garantidos pelo emissor, desde que aprovados pelo comitê de cartão de crédito. Adicionalmente, destaca-se que o giro da carteira é

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

rápido, com prazo médio de 65 dias ou com a venda dos ativos no curto prazo, garantindo maior liquidez e redução da exposição ao risco de crédito.

Riscos Regulatórios/de Compliance

A Companhia monitora as novas regulamentações e as alterações no ambiente regulatório aplicáveis ao negócio. Após a avaliação de impacto ao negócio, são identificadas as medidas necessárias para cumprimento dos requisitos legais, cabendo às áreas responsáveis providenciar as adequações pertinentes, com o devido apoio legal do Departamento Jurídico. Na esfera anticorrupção, a Companhia possui um Programa de Integridade apto à prevenção, detecção e remediação de atos ilícitos e/ou que violem as suas diretrizes de conduta ou a legislação vigente. Adicionalmente, a gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance possui uma interação contínua com a área de Relações Institucionais e Governamentais com o intuito de antecipar potenciais riscos e impactos regulatórios que eventualmente poderão afetar os negócios da Companhia.

Inflação

A Companhia entende que o impacto e a volatilidade de índices inflacionários, como o IGP-M e o IPCA, sobre seu resultado operacional é mitigado pelo reajuste anual dos contratos de manutenção e de subscrição e pelos reajustes periódicos nas tabelas de preços para novas vendas, que englobam as taxas de licenciamento, cobranças recorrentes de contratos de subscrição e nas taxas horárias dos projetos de serviços vendidos. No entanto, como mencionado no item 4.3, essa estratégia de proteção natural não trata o risco residual do descasamento entre a inflação de custos e despesas e os índices de inflação aplicados nos contratos de manutenção e de subscrição. Com base no histórico, a Companhia entende que esses indicadores de inflação tendem a convergir no médio/longo prazo. Assim, a Companhia utiliza como instrumento de proteção o reajuste das receitas com base em índices de preços.

Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros devido à sua dívida indexada a taxas pós-fixadas, o que pode impactar o custo financeiro em cenários de alta dos juros. Essa exposição é mitigada tanto por investimentos de caixa igualmente atrelados a taxas pós-fixadas quanto pela geração de caixa operacional, que contribui para a gestão da dívida líquida e a manutenção da solidez financeira.

O acompanhamento contínuo da alavancagem por meio de indicadores, incluindo projeções, permite avaliar a capacidade de pagamento e embasar decisões estratégicas para otimizar a estrutura de capital, assegurando um gerenciamento eficiente do risco financeiro.

Variação cambial

A Companhia adota uma abordagem estratégica para a gestão do risco cambial, buscando compatibilizar suas estruturas de custos e despesas com as respectivas fontes de receita, tanto no mercado doméstico quanto em suas operações internacionais. Para mitigar a exposição à variação cambial, dimensiona suas estruturas operacionais de forma a equilibrar receitas e despesas na mesma moeda sempre que possível, mantendo a exposição líquida ao câmbio em níveis aceitáveis, conforme as diretrizes e limites estabelecidos pela Administração. Nesse contexto, monitora a relação entre receitas e gastos denominados em dólar ou

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

com sensibilidade ao câmbio, permitindo a adoção de estratégias que reduzam os impactos da volatilidade cambial sobre sua estrutura financeira e garantam maior previsibilidade na gestão de seus resultados.

iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração: órgão de deliberação que, entre outras atribuições, tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos, bem como:

- Aprovar os objetivos estratégicos e a metodologia de gestão de riscos da Companhia;
- Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Determinar os níveis de apetite e de tolerância aos riscos propostos pela Administração e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário;
- Aprovar anualmente a Matriz de Riscos Prioritários tomando conhecimento das respectivas ações de gerenciamento adotadas e seus resultados, bem como os indicadores chave de risco a serem monitorados;
- Aprovar a documentação de informações públicas sobre o modelo de gestão de riscos e transparência de informações prestadas ao público interno e externo;
- Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Aprovar o plano anual de comunicação e treinamento elaborado pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados da Gestão de Riscos; e
- Aprovar a assunção de riscos Altos e Críticos.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem:

- Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendações ao Conselho de Administração;
- Auxiliar a Administração na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos, além das métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, apresentando ao Conselho de Administração sua recomendação de aprovação;
- Avaliar os trabalhos de Gestão de Riscos e a construção da Matriz de Riscos Prioritários, apresentando ao Conselho de Administração suas recomendações;
- Avaliar e recomendar ao Conselho de Administração a fixação dos níveis de apetite e de tolerância aos riscos;
- Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles, os planos de ação mitigatórios e os indicadores chave de risco apurados, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes;
- Discutir e aprovar o Cronograma Anual de Compliance;
- Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;
- Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de desvios de conduta relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política de Gestão Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas; e
- Fazer recomendações ao Conselho de Administração quanto à assunção de riscos Altos e Críticos.

Vice-Presidências e Diretorias: suas atribuições incluem:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à Estrutura Normativa Interna;
- Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade;
- Gerir os riscos sob sua responsabilidade e auxiliar na criação de controles e ações mitigatórias; e
- Zelar para que as diretrizes de conduta da companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Controles Internos, Riscos e Compliance: estruturada em uma gerência executiva subordinada ao Diretor Presidente. A estrutura conta ainda com uma coordenação de controles internos e seguros e uma gerência de gestão de riscos e compliance. A área tem como principais atribuições:

- Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação do Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Estruturar, implementar, gerir e disseminar a metodologia de gestão de riscos;
- Monitorar e reportar os planos de ação e os indicadores de chave de risco definidos para gerenciamento dos riscos;
- Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância da gestão de riscos, controles internos e do programa de integridade;
- Realizar o ciclo anual de controles internos nos termos da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar a Matriz de riscos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Auditoria Interna: Reporta-se ao Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria Estatutário e tem como responsabilidades:

- Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;
- Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria;
- Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e
- Reportar à gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

"Donos dos Riscos"/Áreas de Negócios Operacionais: possuem como responsabilidades, nos termos da política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

- Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;
- Realizar anualmente o Control Self Assessment;
- Comunicar para a gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio;
- Implementar, apurar e reportar periodicamente os indicadores chave de risco à gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance; e
- Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

c. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia conta com uma estrutura de Controles Internos responsável por mapear processos, identificar riscos, atualizar e/ou criar os respectivos controles de mitigação, acompanhar e sugerir melhorias de controles e, por fim, reportar inconsistências ou desatualizações nos fluxos de processos, normas e procedimentos que possam impactar o ambiente de controles internos.

A estrutura de controles internos é avaliada periodicamente, a fim de verificar a eficácia dos controles existentes e os possíveis impactos decorrentes de mudanças nos ambientes interno e/ou externo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos monitora continuamente os riscos e seus respectivos fatores de riscos mapeados, de forma a acompanhar a evolução dos níveis de risco perante as medidas mitigatórias adotadas (planos de ação) e assegurar a identificação tempestiva de eventuais desvios ou mudanças de cenário que possam aumentar a exposição da Companhia aos riscos ou ameaçar a continuidade dos negócios. A gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance reporta periodicamente o status das ações e a evolução da classificação dos riscos ao Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração. Por fim, quando do planejamento estratégico da Companhia, é realizada uma revisão sistêmica do processo de gestão de riscos, visando garantir o adequado mapeamento e priorização de riscos mediante a estratégia da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia, continuamente alinhada às melhores práticas de mercado na gestão de controles internos, mantém uma Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance, cujas principais atribuições são conduzir e estabelecer diretrizes para os trabalhos relacionados aos controles internos, bem como atestar o adequado funcionamento do ambiente de controles, com o objetivo de mitigar riscos de acordo com a complexidade de seus negócios e assegurar a adoção das melhores práticas de governança e o cumprimento das legislações vigentes.

O processo definido visa proporcionar segurança razoável quanto à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas, assim como à eficiência operacional e à conformidade com políticas, normas e procedimentos internos.

Escopo e atuação da área:

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz no que tange à eficiência operacional e à integridade dos registros e das informações, considerando, principalmente, os seguintes aspectos:

(i) os objetivos estratégicos da Companhia;

(ii) composição e natureza das contas contábeis;

(iii) possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e

(iv) complexidade nas transações das contas contábeis.

Para o atingimento dos seus objetivos, a gestão dos controles internos da Companhia está estruturada no Modelo das Três Linhas, conforme descrito a seguir:

· Primeira linha: composta pelas áreas de negócio, responsáveis por identificar e reportar os riscos de suas operações, zelar pelo cumprimentode seus objetivos e assegurar o adequado funcionamento da sua estrutura de controles internos;

· Segunda linha: representada pela Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance, que utiliza a documentação suporte produzida pela primeira linha para subsidiar a revisão do ambiente de controles. Atua de forma consultiva, apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e melhoria de processos, bem como na implementação de controles internos;

· Terceira linha: representada pela área de Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar, de forma independente, o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela primeira e segunda linhas. Pode executar também trabalhos adicionais, conforme necessidades identificadas, reportando-se diretamente ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.2 Descrição dos controles internos

A Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável pelo mapeamento dos processos da Companhia, pela atualização da matriz de riscos e controles e pela realização dos testes de desenho dos controles existentes, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados e a adequada implementação e operacionalização desses controles.

Concluídas essas etapas, os responsáveis pelos processos devem realizar, anualmente, a autoavaliação de controles, bem como responder ao seu respectivo questionário, indicando, quando aplicável, novos riscos relacionados aos seus processos ou atividades. A área também acompanha a execução dos testes de efetividade realizados por empresa terceirizada e independente.

Embora a empresa contratada emita opinião independente sobre os resultados, a Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance acompanha o progresso dos trabalhos e os apontamentos subsequentes, garantindo que as áreas de negócio responsáveis implementem as ações corretivas necessárias. Esse processo tem como objetivo avaliar a adequada execução e a eficiência operacional dos controles internos na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Sendo assim, após a realização dos testes de controles internos, as deficiências identificadas são avaliadas e tratadas tempestivamente através da criação de planos de ação e são reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

A Administração analisou o resultado dos testes contidos no relatório emitido pela empresa independente e entendeu que tais deficiências não comprometeram as demonstrações financeiras do exercício de 2025 e não afetaram a eficácia do seu ambiente de controles internos.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

Conselho de Administração: as atribuições estão indicadas no item 5.1(iii) acima e em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Governança e Indicação: as atribuições foram indicadas no item 5.1(iii) acima e em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance.

Comitê de Auditoria Estatutário: órgão de assessoramento do Conselho de Administração, cujas atribuições incluem, além das previstas no item 5.1(iii)e em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance:

· Supervisionar e acompanhar periodicamente os resultados dos testes de controles internos e os planos de ação mitigatórios, reportando ao Conselho de Administração desvios e ocorrências consideradas relevantes.

Vice-Presidências e Diretorias: as atribuições estão indicadas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos.

Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance: está subordinada ao Diretor-Presidente e, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance deve:

· Acompanhar e sugerir melhorias de controles internos pelas áreas operacionais;

· Mapear processos e auxiliar na identificação de riscos e no desenvolvimento dos respectivos controles de mitigação;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.2 Descrição dos controles internos

· Monitorar as ações de implementação de controles internos para gerenciamento dos riscos;

· Executar e reportar os resultados da Autoavaliação de Controles e dos testes de controles internos executados ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Auditoria Interna: reporta-se ao Comitê de Auditoria Estatutário e, além das atribuições previstas no item 5.1(iii) acima, em conformidade com a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, apresenta como responsabilidades:

· Realizar o monitoramento do ambiente de controles internos e aferir a efetividade da gestão de riscos;

· Verificar a implementação dos planos de ação, sua tempestividade de implementação e eficácia;

· Emitir opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Áreas de Negócios Operacionais: nos termos da Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, apresentam como responsabilidades:

· Identificar continuamente e documentar os riscos sob sua gestão;

· Realizar anualmente a Autoavaliação de Controles e disponibilizar as evidências necessárias;

· Comunicar a Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance novos riscos identificados e qualquer alteração significativa em seu processo de negócio; e

· Implementar controles e planos de ação em seus processos, assegurando que sejam efetivos e resultem em redução do grau de exposição aos riscos a níveis aceitáveis.

c. Se e como a eficiência de controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de mapeamento revisão e testes de controles internos da Companhia é realizado pela Gerência Executiva de Controles Internos, Riscos e Compliance, sendo os seus respectivos resultados analisados pela Administração e reportados ao Comitê de Auditoria Estatutário, que acompanha periodicamente a eficiência dos controles internos, os planos de ação desenvolvidos e sua implementação. Compete também ao Conselho de Administração, acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e exercício da atividade de auditoria independente

No relatório emitido pelo auditor independente, não foram observadas deficiências significativas de controles internos relacionadas às demonstrações financeiras.

No entanto, cabe mencionar que as outras deficiências e recomendações indicadas são objeto de planos de ação e de monitoramento pela Administração, bem como reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.2 Descrição dos controles internos

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observadas deficiências significativas de controles internos.

No entanto, cabe mencionar que os demais apontamentos e recomendações identificadas foram objeto de planos de ação e devidamente reportadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando em casos positivo:

i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

A Companhia possui um Programa de Integridade por meio do qual estabelece e adota mecanismos e procedimentos visando a prevenção, detecção e o tratamento adequado de atos de corrupção, fraude e condutas ilícitas ou antiéticas de qualquer natureza, praticados contra a administração pública nacional ou estrangeira, bem como no âmbito privado, considerando os países de atuação da Companhia.

O Programa de Integridade está estruturado em 5 (cinco) pilares inter-relacionados:

· Cultura de Integridade: tem por objetivo fortalecer e disseminar a todos os níveis hierárquicos uma cultura que esteja em conformidade com os padrões de ética e de integridade da Companhia, por meio do engajamento e apoio constante do Diretor-Presidente e Vice-Presidentes da Companhia ("Alta Administração") e das principais lideranças da empresa.

· Avaliação de Riscos: visa identificar e avaliar os principais riscos do ponto de vista de anticorrupção e de compliance aos quais a Companhia está exposta, mensurar seus impactos e recomendar medidas mitigatórias, especialmente em processos considerados sensíveis, considerando o cumprimento da legislação anticorrupção aplicável aos países em que atua e as diretrizes de conduta da Companhia estabelecidos no Código de Ética e Conduta e demais documentos normativos do Programa de Integridade.

· Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos: tem por objetivo estabelecer e formalizar as diretrizes, regras e procedimentos internos que devem ser seguidos pelos colaboradores e terceiros no âmbito do Programa de Integridade. O Código de Ética e Conduta, as Políticas, Normas e Procedimentos que integram o Programa de Integridade formam a base de referência para que os mecanismos e controles de integridade sejam implementados e/ou otimizados.

· Comunicação e Treinamento: visa conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do Programa de Integridade, por meio de ações de comunicação e treinamentos gerais e específicos sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia que são estabelecidos no Plano Anual de Comunicação e Treinamento, o qual é apreciado e validado pelo Comitê de Auditoria Estatutário e pelo Conselho de Administração.

· Detecção e Remediação: tem por finalidade identificar a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação e regulamentação aplicáveis e às normas internas da Companhia, bem como garantir a interrupção de tais condutas e a aplicação de medidas disciplinares e/ou corretivas, utilizando como principal instrumento um Canal gerido por uma empresa independente e especializada ("Canal de Ética e Conduta") para recepção e tratamento de denúncias, o qual está disponível tanto ao público interno e quanto externo para registro de relatos anônimos ou identificados.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

O Programa de Integridade e seus controles são reavaliados anualmente, a fim de assegurar a sua efetividade, sendo que podem ocorrer ações de melhoria ou implementação de novos controles a qualquer tempo, em função de alterações nas regras, processos e cenário de riscos. As Políticas Corporativas são objeto de revisão mandatória a cada 3 (três) anos, sem prejuízo da realização de eventuais alterações necessárias no decorrer do período. Especificamente quanto ao gerenciamento de riscos e metodologia aplicadas pela Companhia, vide o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Conjunto de mecanismos e Normativos do Programa de Integridade TOTVS

Código de Ética e Conduta ("Código de Ética e Conduta"): tem por objetivo estabelecer regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da Companhia, suas controladas e subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e relacionamentos internos e externos e se aplica a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Companhia. A atualização do código vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30/08/2023.

Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance: tem por objetivo estabelecer os princípios, as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos corporativos, controles internos e compliance, bem como disseminar a cultura de Gestão de Riscos e o Programa de Integridade por todos os níveis da TOTVS. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 05/05/2023.

Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos: visa estabelecer diretrizes e regras de conduta a serem observadas no relacionamento da Companhia com entes e agentes públicos e garantir a aderência da conduta de seus colaboradores à legislação vigente, às políticas corporativas e ao Código de Ética e Conduta da Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 18/03/2025.

Política de Contribuições, Doações e Patrocínios: tem por objetivo estabelecer as diretrizes e regras a serem observadas para a realização de contribuições, doações e patrocínios comerciais e institucionais pela Companhia. A atualização da política vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 03/07/2025.

Due Diligence de Compliance de Terceiros: refere-se aos processos e procedimentos voltados à identificação, avaliação e mitigação de riscos de compliance no relacionamento da Companhia com fornecedores, parceiros comerciais, instituições beneficentes para os quais a Companhia pretenda realizar doações e demais terceiros conforme aplicável, visando garantir que não sejam realizados negócios com terceiros envolvidos em quaisquer práticas ilícitas ou irregulares à luz da legislação vigente, em especial as leis anticorrupção, e aos princípios éticos e regras refletidos no Código de Ética e Conduta e demais Políticas e Normas Internas da Companhia.

Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos: procedimento para o registro e monitoramento de interações presenciais ou virtuais de natureza comercial e/ou institucional com entes públicos, a fim de cumprir as diretrizes mandatórias definidas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. A Companhia dispõe de ferramenta eletrônica que permite aos colaboradores realizarem o registro completo das interações realizadas com agentes públicos, visando a transparência nas relações com o Setor Público.

Treinamento do Código de Ética e Conduta: treinamento e-learning do Código de Ética e Conduta, obrigatório para todos os colaboradores das unidades próprias, no Brasil e no exterior, e unidades franqueadas, abordando a totalidade de temas presentes no documento, sendo requerido um aproveitamento mínimo de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

70% no teste de conhecimento do curso para conclusão e obtenção do certificado. Os colaboradores cujas atividades não requeiram o uso de computadores são treinados presencialmente ou virtualmente. Em 2025, a capacitação atingiu uma adesão de 96% dos colaboradores.

Treinamento de Relacionamento com Entes Públicos: treinamento em formato e-learning obrigatório para os colaboradores das áreas que potencialmente se relacionam com agentes públicos, visando capacitar o público-alvo quanto às práticas e procedimentos a serem observados nessas interações, considerando o cumprimento da legislação aplicável e as diretrizes do Código de Ética e Conduta e da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos. Em dezembro de 2025, foi lançado um novo treinamento e-learning, com formato e conteúdo atualizados, para refletir as alterações realizadas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos.

Treinamentos Temáticos: treinamentos específicos para áreas mais expostas a determinados riscos de Compliance.

Treinamento de Compliance para a Alta Administração e Conselho de Administração: treinamento em formato presencial/virtual realizado por consultoria externa especializada para os membros do Conselho de Administração, para o Diretor-Presidente, Vice-Presidentes, Diretores e Gerentes Executivos da Companhia sobre o tema de ética e integridade corporativa, abordando os riscos, papéis e responsabilidades do público-alvo em relação ao tema.

Cláusula anticorrupção e de cumprimento do Código de Ética e Conduta: os contratos com terceiros possuem cláusula acerca do cumprimento da legislação anticorrupção aplicável e ao Código de Ética e Conduta da Companhia, bem como recomendação da adoção de um programa de integridade, caso não possuam. O contrato com os colaboradores da Companhia também possui cláusula de obrigatoriedade do cumprimento ao Código de Ética e Conduta.

Contrato com Franquias: os franqueados se comprometem, por meio de cláusula contratual específica, a cumprir com os dispositivos relacionados à anticorrupção, incluindo a Lei 12.846/2013 – "Lei Anticorrupção" e com o Código de Ética e Conduta da TOTVS.

Auditoria do Programa de Integridade: periodicamente o Programa de Integridade é objeto de avaliação por auditoria interna, com o objetivo de avaliar o cumprimento das ações estabelecidas para cada um dos pilares, bem como identificar oportunidades de melhoria para o aprimoramento do programa. O resultado do trabalho é reportado ao Comitê de Auditoria Estatutário e eventuais planos de ação oriundos do trabalho são acompanhados e monitorados pela Administração.

Programa Embaixadores de Integridade: Esse programa foi implementado em 2025 e tem como objetivo formar e reunir colaboradores que queiram contribuir com a disseminação dos temas relacionados à ética e integridade dentro da Companhia, atuando como multiplicadores e participando ativamente nas ações de integridade promovidas pela TOTVS.

ii. A estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

No âmbito do Programa de Integridade, as principais atribuições das estruturas e órgãos de governança envolvidos estão elencadas a seguir:

Conselho de Administração

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

· Aprovar os objetivos estratégicos e o Programa de Integridade da Companhia;

· Aprovar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance;

· Acompanhar as ações do Programa de Integridade e reforçar junto à Diretoria Executiva o comprometimento com o seu cumprimento;

· Assegurar-se da existência de recursos adequados para o funcionamento eficaz do Programa de Integridade e garantir a autonomia da gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance;

· Aprovar o plano anual de comunicação e treinamento elaborado pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance; e

· Acompanhar e deliberar sobre as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário a respeito dos resultados do Programa de Integridade.

Comitê de Governança e Indicação

· Avaliar e deliberar sobre determinados casos envolvendo conflitos de interesses, conforme estabelecido no Código de Ética e Conduta da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário

· Avaliar a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e apresentar recomendações quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração;

· Discutir e aprovar o cronograma anual de compliance;

· Avaliar e acompanhar os planos de ação da auditoria do Programa de Integridade;

· Avaliar os resultados do Programa de Integridade e apresentar ao Conselho de Administração suas recomendações; e

· Reportar periodicamente, ao Conselho de Administração, casos críticos de desvios de conduta relativos ao Código de Ética e Conduta e à Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, bem como as eventuais medidas disciplinares adotadas.

Comissão de Ética e Conduta

· Avaliar e opinar sobre a procedência e gravidade das denúncias recebidas de violação ao Código de Ética e Conduta e às demais diretrizes e regras de conduta da Companhia;

· Recomendar ao Diretor-Presidente a aplicação de medidas disciplinares nas denúncias tratadas no âmbito do Canal de Ética e Conduta, conforme aplicável; e

· Interpretar o Código de Ética e Conduta no caso de dúvidas.

Vice-Presidências e Diretorias:

· Conduzir práticas de negócio que atendam à legislação e regulamentação aplicáveis e à estrutura normativa da Companhia;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.3 Programa de integridade

· Apoiar na implementação e demonstrar comprometimento ao Programa de Integridade; e

· Zelar para que as diretrizes de conduta da Companhia sejam comunicadas e compreendidas pelos parceiros, franqueados, canais, terceiros e clientes.

Gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance

Está subordinada ao Diretor-Presidente e tem como principais atribuições:

· Propor alterações e submeter a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance à aprovação, bem como disseminar as suas diretrizes na Companhia;

· Estruturar, implementar, gerir e disseminar o Programa de Integridade;

· Conscientizar os gestores e demais colaboradores sobre a importância do Programa de Integridade;

· Coordenar a revisão periódica do Código de Ética e Conduta;

· Realizar a gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como reportar as denúncias recebidas à Comissão de Ética e Conduta, ao Diretor-Presidente e aos demais órgãos de governança aplicáveis;

· Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética e Conduta, conforme aplicável;

· Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades, e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência;

· Compartilhar com a Auditoria Interna informações e/ou fatos sujeitos à investigação interna; e

· Reportar os resultados do Programa de Integridade à Diretoria Executiva, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Diretoria Jurídica

· Orientar a Companhia em relação às normas emitidas pelos órgãos reguladores e às alterações legislativas, tanto federais, estaduais, como municipais;

· Relatar a ocorrência de ato que constitua ilícito administrativo, civil ou penal à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração; e

· Apoiar a gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance na interpretação das leis anticorrupção aplicáveis.

Auditoria Interna

· Realizar investigações sobre denúncias e reportar o resultado à Comissão de Ética e Conduta, conforme aplicável;

· Atuar de forma independente e autônoma, de modo a garantir a imparcialidade em todas as suas atividades e reportar ao Comitê de Auditoria Estatutário caso algo interfira em sua independência; e

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

· Reportar à gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance riscos e não conformidades identificadas nos trabalhos de Auditoria.

Relações Humanas

· Fomentar e assegurar que os princípios do Programa de Integridade sejam difundidos junto à cultura organizacional da Companhia.

Demais áreas

Todos os colaboradores da Companhia, independentemente de seu cargo possuem as seguintes atribuições no âmbito do Programa de Integridade:

· Cumprir a estrutura normativa interna da Companhia, a legislação e regulamentação aplicável;

· Reportar por meio do Canal de Ética e Conduta qualquer violação ou suspeita de violação à leis ou regulamentações aplicáveis, ou descumprimento da Estrutura Normativa Interna da Companhia que tomem conhecimento;

· Participar dos treinamentos considerados obrigatórios; e

· Apresentar todas as informações e/ou documentos corporativos dos quais estejam na posse, quando solicitados (i) pela Auditoria Interna, (ii) pela gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance ou (iii) pela Comissão de Ética e Conduta, no contexto de investigação interna.

iii. Código de ética ou de conduta

Se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia possui Código de Ética e Conduta arquivado na CVM desde 2012. O Código, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023, é aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e deliberar, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta, demais normas internas ou à legislação vigente e, em sendo o caso, recomendar ao Diretor-Presidente as medidas cabíveis ao infrator de acordo com as regras e critérios estabelecidos na Norma de Gestão de Consequências da Companhia, que podem ser de caráter disciplinar, como aplicação de advertência, até o desligamento por justa causa, além de medidas judiciais cabíveis, quando aplicável. Com base na recomendação da Comissão, cabe ao Diretor-Presidente a deliberação final sobre os casos.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão vigente do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2023 e encontra-se disponível para consulta na página de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/), bem como na página do Canal de Ética e Conduta da Companhia (www.canalconfidencial.com.br/totvs/) e da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

b. Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
A Companhia possui um Canal de Ética e Conduta gerido por empresa terceirizada, independente e especializada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética e Conduta está apto a recepcionar denúncias de colaboradores e terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, parceiros comerciais, clientes, entre outros. As denúncias podem ser realizadas por meio dos telefones (i) 0800 721 5966, no Brasil e (ii) +55 11 3232-0766, nas demais localidades, de segunda a sexta, das 09h às 17h, ou pelo endereço eletrônico www.canalconfidencial.com.br/totvs/, a qualquer tempo. Ou, se preferir, o denunciante pode acionar a área de Relações Humanas ou a gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance.

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O Canal de Ética e Conduta permite que as denúncias sejam realizadas de forma anônima ou identificada e assegura a confidencialidade das informações e o anonimato do denunciante que optar por não se identificar. A Companhia não admite retaliação e garante que os denunciantes não serão prejudicados por reportar quaisquer suspeitas de irregularidades.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As áreas de Auditoria Interna e Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia são responsáveis pela análise e apuração das denúncias recebidas, conforme escopo de cada área. A gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável também pela gestão do Canal de Ética e Conduta, bem como pelo reporte dos casos à Comissão de Ética e Conduta, que avalia e define as medidas a serem adotadas para cada caso. Cabe ao Diretor-Presidente da Companhia a deliberação final das medidas a serem aplicadas nos referidos casos, com base nas definições da Comissão de Ética e Conduta.

c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, bem como em anos anteriores, que tenham sido identificados pela Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.3 Programa de integridade

d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois a Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A Companhia possui expectativa de redução, ou no mínimo, manutenção do nível de exposição dos riscos da sua matriz face às ações de mitigação adotadas para essa finalidade, conforme as diretrizes e metodologias estabelecidas em sua Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance, de que trata o item 5.1 deste Formulário.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Em 31/12/2025, a Companhia contava com 20 empregados envolvidos nas atividades de auditoria interna, controles internos, compliance e gestão de riscos corporativos.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Canada Pension Plan Investment Board					
00.000.000/0000-00	Canadá	Não	Não	24/09/2021	
Sim	Tania Sztamfater Chocolat		Fisica		278.583.348-16
32.754.201	5,653	0	0,000	32.754.201	5,653
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
HG SENTA PUA FIA					
08.613.315/0001-16	Brasil	Não	Não	24/09/2021	
Não					
144.800	0,025	0	0,000	144.800	0,025
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO					
032.737.678-39	Brasil	Não	Não	27/11/2023	
Não					
1.050.306	0,181	0	0,000	1.050.306	0,181
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
LC12 PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA					
02.986.755/0001-32	Brasil	Não	Não	06/12/2023	
Não					
50.682.639	8,747	0	0,000	50.682.639	8,747
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Massachusetts Financial Services Company					
	Estados Unidos	Não	Não	31/07/2025	
Sim	Banco J.P. Morgan S.A.		Juridica		33.172.537/0001-98
30.425.980	5,251	0	0,000	30.425.980	5,251
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
Westwood Global Investments, LLC					
	Estados Unidos	Não	Não	29/05/2026	
Sim	CITIBANK N.A.		Juridica		33.042.953/0001-71
33.490.525	5,780	0	0,000	33.490.525	5,780
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
9.196.078	1,587	0	0,000	9.196.078	1,587
OUTROS					
421.657.052	72,775	0	0,000	421.657.052	72,775
TOTAL					
579.401.581	100,000	0	0,000	579.401.581	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	24/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	44.760
Quantidade acionistas pessoa jurídica	206
Quantidade investidores institucionais	1.180

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

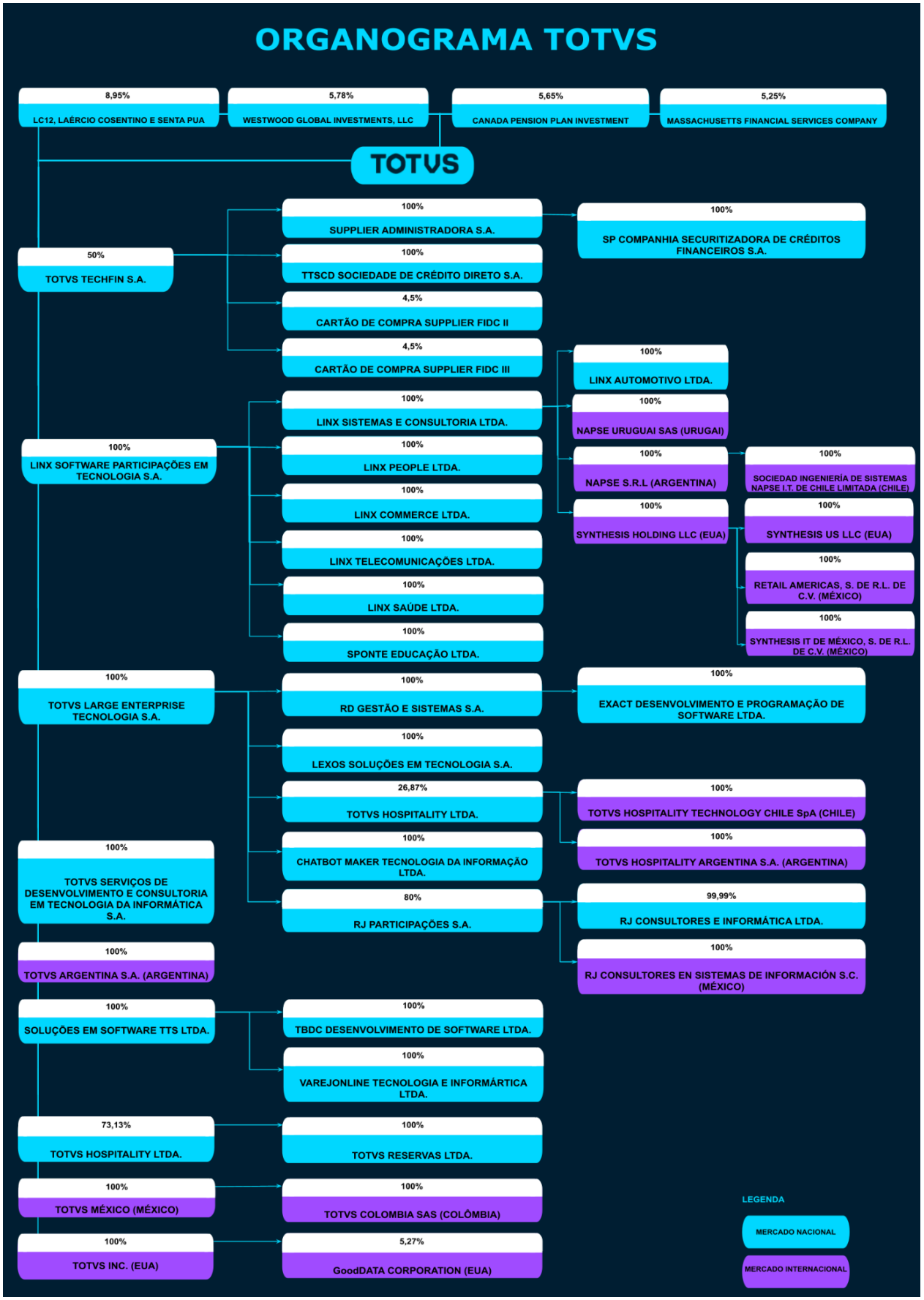
Quantidade ordinárias	515.889.217	89,038%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	515.889.217	89,038%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
RD GESTÃO E SISTEMAS S.A.	13.021.784/0001-86	100
Soluções em Software e Serviços TTS Ltda.	07.363.764/0001-90	100
TOTVS Large Enterprise Tecnologia S.A.	82.373.077/0001-71	100
TOTVS TECNOLOGIA EM SOFWARE DE GESTÃO LTDA.	07.577.599/0001-70	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

TOTVS | Formulário de Referência 2026



Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

6.6 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Não há outras informações relevantes além daquelas apresentadas nos itens anteriores.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

TOTVS | Formulário de Referência 2026

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Como parte integrante do processo de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, a Companhia dispõe do Comitê de Governança e Indicação, que assessora o Conselho de Administração. Suas atribuições estão previstas no artigo 25 do Estatuto Social e no artigo 40 do Regimento Interno do Conselho de Administração.

Sob a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria Estatutária ("Política de Indicação"), aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de novembro de 2023, o processo de escolha de membros para o Conselho, Comitês e Diretoria Estatutária prioriza critérios técnicos e a diversidade em sentido amplo, abrangendo gênero, faixa etária, aspectos culturais e formação acadêmica.

Esta abordagem busca a complementaridade de competências e a pluralidade de perspectivas, elementos essenciais para elevar a qualidade do processo decisório, conferindo maior segurança estratégica e robustez aos negócios da Companhia.

A indicação de membros do Conselho deve estar alinhada ao melhor interesse da Companhia e observar os seguintes critérios:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

No âmbito da Diretoria Estatutária, compete ao Conselho de Administração a seleção, eleição e avaliação do Diretor-Presidente, sob orientação da Política de Indicação. Este processo é apoiado pelo Comitê de Gente e Remuneração e Comitê de Governança e Indicação, que assegura a eficácia do plano de sucessão executiva, revisado anualmente.

Cabe ao Diretor-Presidente indicar os candidatos às demais diretorias estatutárias, após avaliação do Comitê de Gente e Remuneração e do Comitê de Governança e Indicação e posterior submissão ao Conselho. Os indicados devem alinhar competências técnicas às metas estratégicas e plano de negócios da Companhia, observando critérios objetivos como: experiência profissional, atuação em cargos de liderança, formação acadêmica compatível com as atribuições do cargo e reputação ilibada.

Por fim, a eleição observa limites etários de até 62 anos para o Diretor-Presidente e 60 anos para os demais Diretores na data da eleição. É estritamente vedada a reserva de assentos na Diretoria para indicação direta por acionistas.

O Estatuto, o Regimento Interno do Conselho de Administração e a Política de Indicação da Companhia estão disponíveis para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e da CVM.

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

- **A periodicidade das avaliações e sua abrangência**
- **Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações**
- **Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

A Companhia adota mecanismos formais de avaliação para o Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e para a Diretoria Estatutária, além de monitorar o desempenho organizacional como um todo.

De acordo com o que está disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, conforme sua revisão aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025:

a) Cabe ao Conselho de Administração estabelecer mecanismos para a avaliação de desempenho do próprio colegiado e seus Comitês, bem como do Presidente, dos Conselheiros individualmente e da Secretaria de Governança Corporativa;

b) Compete ao Presidente do Conselho liderar o processo formal e estruturado de avaliação de desempenho do colegiado, de seus Comitês, dos Conselheiros individualmente e da Secretaria de Secretaria de Governança Corporativa. Essa condução deve contar com o apoio da Secretaria de Governança, de acordo com as recomendações do Comitê de Governança e Indicação, e ter seus resultados compartilhados com todos os Conselheiros;

c) Compete ao Comitê de Governança e Indicação apoiar o Presidente do Conselho na condução da avaliação anual de desempenho. O processo, formal e periódico, abrange o Conselho e seus Comitês como órgãos colegiados, o Presidente do Conselho, os Conselheiros individualmente e a Secretaria de Governança Corporativa.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d) Compete ao Comitê de Gente e Remuneração acompanhar o processo anual de avaliação dos Diretores Estatutários, verificando o atingimento das metas de desempenho, financeiras e não financeiras. Tais indicadores devem estar alinhados aos valores e princípios éticos da Companhia, servindo de base para a recomendação de aprovação ao Conselho.

O Conselho de Administração tem a prerrogativa de optar por uma avaliação conduzida internamente ou pela contratação de consultoria especializada. Em ambas as hipóteses, o processo é liderado pelo Presidente do Conselho, com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa e conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Governança e Indicação.

Em 2025, a avaliação foi realizada em formato híbrido. A etapa quantitativa consistiu na aplicação de um questionário eletrônico aos Conselheiros via aplicativo específico. Para a etapa qualitativa, a consultoria especializada Miguel Neto Advogados conduziu entrevistas individuais para colher as perspectivas sobre o funcionamento do Colegiado. O escopo abrangeu aspectos estratégicos, a evolução do colegiado, a dinâmica das reuniões e o desempenho dos Comitês e da Secretaria de Governança, além de autoavaliações e avaliações entre pares. Em 27 de novembro de 2025, o relatório final foi apreciado pelo Comitê de Governança e Indicação e, em 16 de dezembro, submetido ao Conselho de Administração. O rito incluiu reuniões individuais de *feedback* realizadas pelo Presidente do Conselho, resultando na definição de um plano de ação para o constante aprimoramento da dinâmica do Colegiado em 2026.

Em 2024, a avaliação foi conduzida por meio de processo interno, desenvolvido pela Companhia. O método consistiu na aplicação de um questionário eletrônico, respondido pelos Conselheiros e membros dos Comitês, via aplicativo específico. O escopo abrangeu aspectos estratégicos, a dinâmica geral do Conselho e das respectivas reuniões, desempenho dos Comitês, da Secretaria de Governança Corporativa e do Presidente do Conselho, além de autoavaliação e avaliação entre os próprios Conselheiros e membros dos Comitês. O relatório da avaliação foi apresentado e debatido na reunião do Conselho de Administração ocorrida em 16 de dezembro de 2024. Previamente a essa reunião, o Presidente realizou encontros individuais de *feedback* com os Conselheiros sobre os resultados da avaliação.

O Comitê de Auditoria Estatutário realiza, anualmente, um processo de autoavaliação de suas atividades como órgão colegiado, o qual abrange a eficácia de sua supervisão sobre a Auditoria Interna e Auditoria Independente. Adicionalmente, o CAE conduz a avaliação formal quanto à efetividade dos trabalhos da Auditoria Independente, conforme previsto em seu Regimento Interno aprovado em 04 de novembro de 2021. O processo é conduzido internamente, sob a orientação de seu Coordenador e com o apoio da Secretaria de Governança Corporativa, seguindo as diretrizes do Conselho de Administração. Para isso, utiliza-se um questionário eletrônico que abrange temas relacionados à Supervisão das Demonstrações Financeiras e da Gestão de Riscos, além da própria governança e atuação do Comitê frente às auditorias. Os resultados do processo foram discutidos e apresentados, em reunião do Comitê em 30 de abril de 2026 e relatados ao Conselho de Administração em reunião de 05 de maio de 2026.

No que tange à Diretoria Estatutária, a avaliação fundamenta-se em metas individuais e de performance da Companhia, analisadas semestralmente pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovadas pelo Conselho de Administração. Além dos indicadores quantitativos, o processo considera aspectos comportamentais, como a tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal e o alinhamento aos valores da Companhia.

Complementarmente, a Secretaria de Governança Corporativa promove, desde 2019, o programa “Trilha do Conhecimento”, que visa elevar o nível de especialização dos Conselheiros sobre os negócios da Companhia, além de proporcionar a atualização e o aprimoramento em temas relevantes e estratégicos. Essa iniciativa

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

inclui sessões para explorar o ecossistema de negócios, além de oferecer acesso à "Universidade TOTVS", universidade corporativa da Companhia, com indicação de cursos e trilhas de desenvolvimento.

c. Regras de identificação e administração de conflito de interesses

Em observância ao Estatuto Social e às melhores práticas de governança corporativa, os membros do Conselho de Administração estão impedidos de acessar informações ou participar de deliberações sobre temas nos quais possuam, direta ou indiretamente, interesse conflitante com o da Companhia, garantindo a isenção e a proteção do interesse social nas decisões do colegiado.

Em estrita observância ao seu Regimento Interno, o Conselho de Administração adota práticas rigorosas para a gestão de conflitos de interesses. Na ocorrência de conflito de interesses ou interesse particular em relação a qualquer matéria da pauta, o membro envolvido deve manifestar-se tempestivamente aos demais integrantes do colegiado, abstendo-se de participar das discussões e do processo de votação, com devida formalização em ata.

Caso um Conselheiro deixe de declarar um potencial benefício particular ou conflito de interesses, qualquer outro membro do Conselho que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A omissão voluntária será considerada uma violação ao Regimento, caso tais condições venham a ser confirmadas.

Uma vez identificado o conflito de interesses ou benefício particular, a pessoa envolvida afastar-se-á das discussões e deliberações, devendo ser restringido o acesso do membro a quaisquer documentos relacionados a situação, bem como devendo retirar-se temporariamente da reunião até o encerramento do assunto, mas podendo, previamente à sua retirada, prestar informações, fornecer detalhes, expor motivos e dirimir eventuais dúvidas do Conselho.

Adicionalmente, de acordo com a Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia, nas situações em que uma transação necessite de aprovação específica e que, no processo decisório, haja uma pessoa que possa ter um potencial ou efetivo benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada, o membro conflitado deverá imediatamente declarar-se impedido e se ausentar das discussões sobre o tema, bem como se abster de negociar, avaliar, opinar, votar ou de qualquer outra forma participar ou influenciar na condução ou aprovação da respectiva matéria, enquanto Pessoa-Chave da Administração.

A manifestação da situação de conflito de interesses ou benefício particular deverá constar da ata da reunião do órgão que avaliar a transação e/ou da deliberação do Conselho de Administração. Ressalta-se que a competência do Conselho sobre o tema do conflito de interesses não afasta a competência da Assembleia Geral prevista em lei.

d. iv. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Em relação à composição dos seus órgãos de administração, a Companhia busca o equilíbrio entre experiências técnicas complementares e diversidade de perspectivas. Atualmente, o Conselho de Administração, composto por 7 membros, apresenta uma representatividade feminina de aproximadamente 43%, com a presença de 3 conselheiras. No que tange à Diretoria Estatutária, também composta por 7 membros, conta-se com a participação de 1 diretora, refletindo o esforço contínuo da Companhia em ampliar a liderança feminina em seus diferentes níveis decisórios. Adicionalmente, a Companhia considera a diversidade de faixa etária como um atributo relevante de governança, com os membros do Conselho situando-se entre 49 e 76 anos, o que garante a convergência entre maturidade executiva e visões

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

inovadoras de mercado. A convergência desses atributos, somada às distintas trajetórias profissionais dos administradores nas áreas de tecnologia, finanças e gestão, fundamenta a solidez da governança e o atendimento às melhores práticas recomendadas.

Caso exista alguma repartição voltada à diversidade na administração da TOTVS, sua indicação neste campo é opcional e recomendada como boa prática.

e. Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

O Conselho Fiscal da TOTVS é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações ordinárias, nos termos da Resolução CVM nº 70/2022. Não há Conselho Fiscal instalado na Companhia atualmente.

O principal objetivo da TOTVS em relação à diversidade do Conselho da Administração é dar espaço para pessoas diversas em gênero, experiências de vida e conhecimento. O Conselho de Administração é composto por sete membros, de origem brasileira, comprometidos com o desenvolvimento do país e do setor de tecnologia. A diversidade de gênero também está presente na composição do órgão, com mulheres representando 43% do Conselho.

A Companhia valoriza, ainda, a diversidade etária e de experiências no Conselho de Administração, cuja composição abrange uma amplitude de aproximadamente 27 anos entre seus membros, com idades que variam entre 49 e 76 anos. Essa pluralidade geracional, aliada a um tempo médio de dedicação de aproximadamente 7 anos, contribui para o equilíbrio entre renovação de perspectivas e maturidade nas discussões estratégicas, fortalecendo a qualidade do processo decisório.

Esses atributos são acompanhados de forma estruturada por meio da Matriz de Competências dos Membros, supervisionada pelo Comitê de Governança e Indicação, que considera conhecimentos técnicos, experiências profissionais, diversidade de gênero, faixa etária e vivências complementares como critérios relevantes para a composição do Conselho. A Matriz é divulgada de forma transparente, permitindo que investidores e demais *stakeholders* compreendam como a Companhia busca assegurar uma governança plural, qualificada e alinhada aos interesses de longo prazo.Dessa forma, a TOTVS entende que a promoção da diversidade nos órgãos de administração se materializa não apenas por meio de metas quantitativas, mas por práticas efetivas de composição, avaliação e transparência, que fortalecem a governança corporativa, a gestão de riscos e a perenidade do negócio.

O Conselho Fiscal da TOTVS é de funcionamento não permanente. Atualmente desinstalado, o órgão pode ser instalado em qualquer exercício social mediante solicitação de acionistas que detenham, no mínimo, 2% das ações ordinárias, nos termos da Instrução CVM nº 70/2022.

A TOTVS prioriza a diversidade em seu Conselho de Administração como pilar fundamental para a inovação, integrando diversos gêneros, trajetórias e competência. Composto por sete membros brasileiros comprometidos com o setor de tecnologia, o órgão destaca-se pela robustez de sua governança, sendo: 86% dos conselheiros independentes e 100% são membros não executivos. Essa estrutura, somada à expressiva representatividade feminina de 43%, assegura uma tomada de decisão imparcial, autônoma e plural.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A gestão desses atributos é realizada de forma rigorosa por meio da Matriz de Competências, sob supervisão do Comitê de Governança e Indicação. Este instrumento avalia critérios essenciais como conhecimentos técnicos, experiências profissionais, diversidade de gênero, faixa etária e vivências complementares. A transparência divulgada da Matriz de Competências permite que investidores e demais *stakeholders* compreendam como a Companhia busca assegurar uma governança plural, qualificada e alinhada aos interesses de longo prazo.

Dessa forma, a TOTVS entende que a promoção da diversidade nos órgãos de administração se materializa não apenas por meio de metas quantitativas, mas por práticas efetivas de composição, avaliação e transparência, que fortalecem a governança corporativa, a gestão de riscos e a perenidade do negócio.

f. Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A TOTVS tem avançado de forma consistente no mapeamento e no gerenciamento de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, com destaque para aqueles associados às mudanças climáticas. Em 2025, a revisão anual da Matriz de Riscos Corporativos foi conduzida de maneira integrada pelos times de Gestão de Riscos e Sustentabilidade, fortalecendo a incorporação de aspectos ambientais e climáticos aos processos corporativos de gestão de riscos.

Como resultado desse trabalho conjunto, a Companhia realizou o levantamento de um fator de risco ambiental corporativo, relacionado à insuficiência energética, considerando potenciais impactos sobre a continuidade operacional, a disponibilidade de infraestrutura tecnológica e a prestação de serviços. Adicionalmente, a revisão permitiu a correlação estruturada entre a Matriz de Riscos e a Matriz de Materialidade da TOTVS, ampliando a capacidade de priorização, monitoramento e tomada de decisão sobre temas relevantes para a perenidade do negócio.

Paralelamente, a Companhia mantém um processo contínuo de monitoramento regulatório nas agendas ambiental e climática, com foco na antecipação de impactos e no preparo para novas exigências de reporte e governança. Nesse contexto, a TOTVS vem se preparando de forma estruturada para a adoção das normas IFRS S1 e IFRS S2, em especial no que se refere à identificação, avaliação e integração dos riscos e oportunidades climáticas às informações financeiras e à estratégia corporativa.

Os órgãos de administração desempenham papel central na avaliação, no gerenciamento e na supervisão dos riscos e oportunidades climáticas. Os temas de Sustentabilidade são periodicamente reportados ao Comitê de Governança e Indicação (CGI), assegurando acompanhamento contínuo e alinhamento estratégico. O fator de risco ambiental identificado, bem como sua inclusão na Matriz de Riscos Corporativos, foi submetido à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) e aprovado pelo Conselho de Administração (CA).

Esse modelo de governança permite que a Companhia acompanhe de forma estruturada a evolução dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, apoiando a adoção de medidas preventivas, o fortalecimento da resiliência do negócio e a integração da agenda de Sustentabilidade às decisões estratégicas. Além do fator de risco específico ambiental identificado, outros fatores de risco da Matriz de Riscos Corporativos estão relacionados a temas de sustentabilidade e perenidade do negócio, incluindo aspectos regulatórios, sociais e de governança, refletindo uma visão integrada e de longo prazo sobre a gestão de riscos da TOTVS.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	3	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**4**	**11**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	2
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**0**	**13**	**0**	**0**	**0**	**0**	**2**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 15	**0**	**15**	**0**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Comitê de Auditoria Estatutário

A Companhia conta com um Comitê de Auditoria desde 28 de maio de 2007, sendo que o órgão passou a ser previsto no Estatuto Social em 05 de abril de 2018. Posteriormente, em 04 de novembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a alteração de sua denominação para Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), estruturado em conformidade com a Resolução CVM nº 23/2021, o Regimento encontra-se arquivado na sede da Companhia e disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia, bem como nos sites da CVM e da B3.

O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão colegiado de funcionamento permanente e vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Sua principal finalidade é assessorar o Conselho no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, no gerenciamento de riscos, nos controles internos e na análise das transações com partes relacionadas. As competências específicas, a composição e as normas de funcionamento do CAE estão detalhadas em seu Regimento Interno.

Comitê de Gente e Remuneração

Conforme o artigo 22 do Estatuto Social, a Companhia possui um Comitê de Gente e Remuneração ("CGR"), órgão consultivo que assessora o Conselho de Administração, competindo-lhe a avaliação de candidatos a serem nomeados para a Diretoria Estatutária e atuando na definição das diretrizes relativas à remuneração, benefícios e demais proventos atribuídos à Diretoria Estatutária e aos Conselheiros. Adicionalmente, o CGR aborda as práticas sociais da Companhia, incluindo modelos de trabalho, diversidade e inclusão, qualificação da força de trabalho e educação profissional.

As atribuições, responsabilidades, composição e normas de funcionamento do Comitê estão detalhadas no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, cuja revisão mais recente foi aprovada em 18 de março de 2025. Alinhado ao Estatuto Social e à legislação vigente, este documento encontra-se arquivado na sede da Companhia e disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia, assim como na CVM e na B3.

Comitê de Estratégia

A Companhia conta com um Comitê de Estratégia ("CE") que, embora não possua previsão estatutária, tem suas atribuições, responsabilidades, composição e funcionamento regidos pelo Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, com revisão aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025.

O CE desempenha funções consultivas fundamentais à elaboração, definição e planejamento da estratégia corporativa. Sua atuação abrange diretrizes estratégicas relacionadas aos aspectos ambientais, sociais e de governança ("ESG"), bem como operações de Fusões e Aquisições da Companhia.

Comitê de Governança e Indicação

De acordo com o disposto no artigo 24 do Estatuto Social, a Companhia conta com um Comitê de Governança e Indicação ("CGI"), cujas atribuições e responsabilidades são regidas pelo Regimento Interno

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento. A versão atualizada deste regimento, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2025, encontra-se arquivada na sede da Companhia e disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, bem como nos sites da CVM e da B3.

O CGI atua como órgão responsável pelo monitoramento das melhores práticas de governança corporativa, competindo-lhe a seleção e indicação de candidatos para compor o Conselho e seus Comitês. Além de avaliar a independência dos indicados, o Comitê também presta suporte estratégico na organização do processo de avaliação de desempenho do Conselho.

b. De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Para detalhes sobre a metodologia de avaliação da auditoria independente pelo Conselho de Administração, recomenda-se a consulta ao item 9.3 deste Formulário de Referência.

A Companhia dispõe de uma Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente, cuja versão vigente foi aprovada pelo Conselho de Administração em 01 de agosto de 2024. O documento estabelece diretrizes para a contratação de serviços e para o relacionamento com a firma de Auditoria Independente. A versão mais recente da política está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia e no site da CVM.

Anualmente, como parte de seu processo de autoavaliação, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza uma análise criteriosa das atividades desempenhadas pela Auditoria Independente. Os resultados dessa avaliação são formalmente apresentados ao Conselho de Administração para subsidiar o monitoramento da qualidade e independência dos trabalhos.

c. Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia dispõe de um canal direto, denominado Canal de Ética e Conduta, que permite a qualquer indivíduo comunicar, de forma anônima ou identificada, conforme sua preferência, situações que possam configurar violação ao Código de Ética e Conduta do Grupo TOTVS, bem como quaisquer outros atos que infrinjam ou possam infringir a legislação e/ou as regulamentações em vigor, especialmente no que tange a aspectos de conformidade (Compliance), inclusive na esfera das práticas de Sustentabilidade.

O canal pode ser acessado via telefone: 0800 721 5966 no Brasil / 55 11 3232 0766 nas demais localidades, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h ou pela internet: www.canalconfidencial.com.br/totvs.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

---

Nome ALEXANDRE HADDAD APENDINO **CPF:** 292.459.418-92 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 08/12/1979

Experiência Profissional: O Sr. Alexandre Haddad Apendino graduou-se em Administração de Empresas na Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2001, possui MBA Executivo e MBA Corporativo pelo INSPER e especialização em "Effective Sales Management", pela Wharton University (EUA). Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Atendimento e Relacionamento, tendo ingressado na Companhia em 2013 para liderar as áreas de vendas, serviços de implantação, canais e franquias da oferta de Fluig, e posteriormente assumindo as áreas comerciais de Cloud e Analytics (GoodData). Anteriormente, desenvolveu sua carreira na SAP e Oracle, onde potencializou sua experiência no ramo de Vendas e Gestão de Canais, sempre com foco em pequenas e médias empresas (SMB), consolidando assim mais de 20 anos de experiência profissional no setor de tecnologia em diversos países, como Estados Unidos, Chile, Argentina e Singapura
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		16/03/2017

Nome	ANA CLAUDIA PIEDADE SILVEIRA DOS REIS	**CPF:**	855.720.046-34	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Consultora	**Data de Nascimento:**	10/11/1971

Experiência Profissional: A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração na Companhia. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é Sócia Sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil.

Principais Contribuições para a Companhia: sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano e Cultura; e Diversidade e Inclusão.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2026	Não	07/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome DENNIS HERSZKOWICZ **CPF:** 165.783.068-38 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Publicitário **Data de Nascimento:** 06/11/1974

Experiência Profissional: O Sr. Dennis Herszkowicz, graduou-se em Propaganda e Marketing pela ESPM. Atualmente é Diretor-Presidente da Companhia e, é membro independente do Conselho de Administração do Grupo Equatorial Energia. Entre 2003 e 2018, foi Sócio e Diretor Estatutário da Linx S.A., ocupando diferentes Vice-Presidências, além de ter sido Membro do Conselho de Administração no período de 2011 a 2014, no período de 2012 e 2017 foi Chief Financial Officer e Diretor de Relações com Investidores, sendo responsável pela abertura de capital em 2013 e pelo follow-on em 2016, além de conduzir 20 aquisições no período, entre os anos de 2017 e 2018, foi Vice-Presidente Executivo de Novos Mercados, Unidade de Negócios focada em Fintech. Anteriormente à Linx, foi Diretor Geral do DeRemate.com no Brasil, fundador e CEO da Gibraltar.com, além de passagens pela Unilever e Credicard S.A.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Presidente / Superintendente		23/04/2025		26/11/2018

Nome EDSON GEORGES NASSAR **CPF:** 114.581.988-55 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 25/06/1967

Experiência Profissional: O Sr. Edson é graduado em Administração de Negócios pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e conta com MBA em Marketing pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança, conta com mais de 41 anos de experiência desenvolvida no segmento financeiro de renomadas organizações nacionais e multinacionais, como CEO de bancos, empresas de tecnologia, Presidente de corretora de seguros e diretor em diversas posições. Formado pelo IBGC, tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança. Visão estratégica global e integrada do negócio, portfólio de produtos, seguros, marketing, vendas e operações, bancos digitais, bem como seus impactos e métricas nos negócios e seus resultados. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Banrisul Icatu Participações S.A. (“BIPAR”), Consultor Independente da Cresol Confederação, membro do Conselho Consultivo da Lighthouse Soluções em Informática Ltda e Conselheiro de Estratégias da Nassar & Nassar Consultoria Empresarial. Como executivo, foi Diretor-Presidente na Fiserv do Brasil Instituição de Pagamento, Diretor-Presidente no Banco Triângulo S.A., Diretor Executivo de Produtos e Negócios e Diretor-Presidente no Banco Cooperativo Sicredi S.A., Presidente da Corretora de Seguros e Superintendente Executivo de Produtos e Serviços de Varejo no Citigroup - Global Consumer Bank, e Gerente de Relacionamento e Gerente de Vendas no Banco Nacional S.A.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no setor de tecnologia; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2026	Não	23/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome GILBERTO MIFANO **CPF:** 566.164.738-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional: O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Vice-Presidente do Conselho de Administração, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Comitê de Governança e Indicação. O Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A., Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda., Conselheiro Fiscal (pro-bono) do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal (pro-bono) do Instituto Conexão Povos da Floresta. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022, da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura até 2017, do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira até 2023 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Anteriormente, foi CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008, Presidente do Conselho de Administração da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BVMF) de 2008 a 2009, e Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Atuação e Engajamento Institucional, Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança e Mercado de Capitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Vice Presidente Cons. de Administração Independente		24/04/2026	Não	20/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome	GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO	**CPF:**	174.189.288-07	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Bacharel em Ciências Contábeis
Data de Nascimento:	06/12/1975								

Experiência Profissional: O Sr. Gilsomar Maia Sebastião graduou-se em Ciências Contábeis pela Universidade Mackenzie em 2000 e possui MBA em Mercado de Capitais pela FIPECAFI. Atualmente é Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, entre junho e outubro de 2023, acumulou suas funções com a de Diretor Vice-Presidente de Relações Humanas. Anteriormente, na Companhia, atuou como, Diretor de Planejamento, Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Fusões e Aquisições e Gerente de Processos e Riscos. Constituiu carreira na Ernst & Young Auditores Independentes como Gerente de Auditoria, onde atuou em projetos de auditoria externa entre 1996 e 2004.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor de Relações com Investidores		23/04/2025		23/04/2009
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		01/12/2015

Nome	GUILHERME STOCCO FILHO	**CPF:**	176.649.438-25	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	01/07/1974

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme Stocco Filho é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1997 e pós graduado em Marketing pela mesma instituição em 2007, com MBA em Gestão no Insper em 2010, e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Na Companhia, é membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Estratégia. Ainda, é membro do Conselho de Administração da Vinci Partners e Cofundador da Redmind Capital. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e Ecommerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos, Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; M&A; Modelos de Negócios Disruptivos; Cibersegurança; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2026	Não	05/04/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome	GUSTAVO AUGUSTO SILVA AVELAR	**CPF:**	057.922.966-18	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro de Produção	**Data de Nascimento:**	19/10/1983

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Avelar é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de RD Station da Companhia. Possui experiência na formação e liderança de times de produto e tecnologia, projetos de performance de varejo e digital commerce, tendo mais de 15 anos de experiência profissional, com trajetória marcada pelo empreendedorismo e pela atuação como executivo em grandes empresas. Iniciou sua carreira na Accenture, na área de Estratégia, e esteve em empresas como Cnova (casasbahia.com, pontofrio.com e extra.com) e Linx. Foi sócio e CEO da Neemu (adquirida pela Linx), 1M2 (vendida em uma operação combinada com Tok&Stok e um player local de real state) e Domus Digital, onde atuou no projeto Tok&Stok liderando os times de e-commerce, Marketing de Performance e Tecnologia.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		06/11/2023

Nome	GUSTAVO CARVALHO MENDES	**CPF:**	334.057.808-70	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	26/12/1980

Experiência Profissional: Gustavo Mendes é graduado em administração pela Florida International University, com formação executiva pela Harvard Business School. Com mais de 20 anos de experiência em liderança financeira e estratégica, consolidou sua carreira em empresas globais e de tecnologia, como iFood, Prosus e Walmart.com. Sua trajetória é marcada pela gestão de operações financeiras complexas, planejamento estratégico e expansão de negócios em mercados dinâmicos, tendo liderado iniciativas de peso como a captação de recursos para a criação da vertical de logística do iFood. Além de sua atuação executiva, possui experiência em Conselhos de Administração, provendo orientação estratégica com foco em crescimento, rentabilidade e eficiência operacional.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/01/2026	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		19/01/2026		19/01/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUSTAVO DUTRA BASTOS **CPF:** 026.942.416-46 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 19/03/1976

Experiência Profissional: O Sr. Gustavo Dutra Bastos possui formação técnica em Informática Industrial pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) e graduou-se em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2000.
O Sr. Bastos possui uma vasta experiência profissional em organizações do setor de Tecnologia da Informação, com ênfase no mercado de desenvolvimento de software e serviços correlacionados. Atualmente é Diretor Vice-Presidente de Plataformas, tendo atuado em áreas de pré-venda, oferta, projetos e serviços de software, cumpriu importante papel na estruturação das áreas de Atendimento Técnico e Qualidade, passando a responder por áreas de Produto da companhia.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		06/05/2008

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
ISABELLA DE OLIVEIRA VIANNA CAVALCANTI WANDERLEY	949.606.587-20		Brasil	Economista	02/08/1967

Experiência Profissional: A Sra. Isabella é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e formações executivas pelo IESE/ISE, Nova University e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com mais de 35 anos de carreira como Executiva C-Level, atuou nos setores de consumo, varejo e saúde, no Brasil e no exterior, liderando a transformação, reestruturação, expansão e diversificação dos negócios com foco no crescimento sustentável. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração e líder do Comitê de Estratégia na C&A Brasil. Anteriormente, foi CEO da Novo Nordisk Brasil e ocupou diversas posições no Grupo Boticário, sendo a última como Vice-Presidente de Novos Canais. Sua trajetória executiva inclui também passagens pela L'Oréal, Ambev e Gillette, além de ter sido membro do Conselho Diretor da Interfarma.

Principais Contribuições para a Companhia: ampla experiência em empresas de capital aberto e/ou de grande porte, juntamente com sua visão estratégica e sólida atuação em governança corporativa; Fusões e Aquisições (M&A); cultura organizacional; diversidade e inclusão; varejo; marketing; e vendas.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2026	Não	03/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO **CPF:** 032.737.678-39 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Elétrico **Data de Nascimento:** 11/08/1960

Experiência Profissional: O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), fundador e Presidente do Conselho de Administração da TOTVS, membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração da Companhia. Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Presidente do Conselho de Administração da Mendelics, Membro do Conselho Curador do A.C. Camargo Cancer Center e Presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Oportunidade Social (IOS).

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Empresário referência no setor de tecnologia e no Brasil; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Governança Corporativa; Fusões e Aquisições (M&A); Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança; Diversidade e Inclusão; Mercado de Capitais; Tecnologia da Informação; e Vendas e Distribuição.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Presidente do Conselho de Administração		24/04/2026	Não	26/11/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome	MARCELO EDUARDO SANT'ANNA COSENTINO	**CPF:**	306.743.308-46	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	06/01/1983

Experiência Profissional: O Sr. Marcelo Eduardo Sant'Anna Cosentino graduou-se em administração de empresas na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) em 2005 e possui MBA pela Kellogg School of Management (EUA). Atualmente, é Diretor Vice-Presidente de Negócios para Segmentos. Anteriormente, atuou em diversas áreas, tais como tecnologia da informação, desenvolvimento de produtos, alianças, novos negócios, planejamento corporativo e desenvolvimento dos produtos. Nos últimos três anos foi responsável pela expansão internacional da Companhia, participando dos principais processos de M&A realizados ao longo dos anos.
Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		27/01/2011

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
TANIA SZTAMFATER CHOCOLAT	278.583.348-16		Brasil	Engenheira de Produção	17/01/1977

Experiência Profissional: A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Active Equities para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment, onde trabalha desde 2017. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. A Sra. Tania também é membro do Conselho Consultivo da WCD Brasil - Women Corporate Directors Brasil e da Fundação OSESP. Anteriormente, Sra. Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos em 2016, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group, entre 2013 e 2016. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco S.A.e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Sênior no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; e Mercado de Capitais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	24/04/2026	A.G.O. 2028	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		24/04/2026	Não	19/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome VIVIAN BROGE **CPF:** 273.141.918-08 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Comunicação Social **Data de Nascimento:** 01/04/1976

Experiência Profissional: A Sra. Vivian Broge é graduada em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), pós-graduada em Administração de Marketing pela mesma instituição e com MBA em Desenvolvimento e Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é Diretora Vice-Presidente de Relações Humanas e Marketing da Companhia. Possui mais de 20 anos de experiência em Recursos Humanos, Parcerias e Alianças (M&A), Inovação Comercial (Projetos) e Marketing de Relacionamento. Anteriormente, trabalhou na Iguatemi S.A.como Diretora de Recursos Humanos e ESG de 2018 a 2023, Diretora de RH da Danone Early Life Nutrition no Brasil e Diretora Executiva de Pessoas e Cultura na ISS Facility Service do Brasil, entre 2007 e 2014 atuou na Natura Cosméticos e anteriormente desenvolveu sua carreira em empresas como Grupo IBOPE, Atento e BCP Telecomunicações.
Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	07/02/2025	abr/27	Diretor Vice Presidente/ Superintendente		23/04/2025		09/10/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
ANA CLAUDIA PIEDADE SILVEIRA DOS REIS	855.720.046-34		Brasil	Consultora	10/11/1971

Experiência Profissional:

A Sra. Ana Claudia Piedade Silveira dos Reis é graduada em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É Conselheira Independente e Coordenadora do Comitê de Gente e Remuneração na Companhia. Com mais de quinze anos de experiência em recrutamento de executivos para os setores de Tecnologia, Mídia, Telecomunicações, Serviços, E-Commerce, Private Equity, Venture Capital, Startups, Educação e Real Estate, é Sócia Sênior da Kingsley Gate Partners e responsável pela operação da empresa no Brasil.

Principais Contribuições para a Companhia: sólida experiência em consultoria de gestão e de tecnologia, atuando em questões relacionadas à atração, recrutamento, retenção e gestão de pessoas, tendo inclusive assessorado a Companhia no processo de sucessão que resultou na contratação do atual CEO; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; Estratégia de Capital Humano e Cultura; e Diversidade e Inclusão.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Gente e Remuneração	Coordenadora	24/04/2026	07/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome:	EDSON GEORGES NASSAR	**CPF:**	114.581.988-55	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	25/06/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Edson é graduado em Administração de Negócios pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU) e conta com MBA em Marketing pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança, conta com mais de 41 anos de experiência desenvolvida no segmento financeiro de renomadas organizações nacionais e multinacionais, como CEO de bancos, empresas de tecnologia, Presidente de corretora de seguros e diretor em diversas posições. Formado pelo IBGC, tem experiência como membro de conselhos e comitês de governança. Visão estratégica global e integrada do negócio, portfólio de produtos, seguros, marketing, vendas e operações, bancos digitais, bem como seus impactos e métricas nos negócios e seus resultados. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Banrisul Icatu Participações S.A. (“BIPAR”), Consultor Independente da Cresol Confederação, membro do Conselho Consultivo da Lighthouse Soluções em Informática Ltda e Conselheiro de Estratégias da Nassar & Nassar Consultoria Empresarial. Como executivo, foi Diretor-Presidente na Fiserv do Brasil Instituição de Pagamento, Diretor-Presidente no Banco Triângulo S.A., Diretor Executivo de Produtos e Negócios e Diretor-Presidente no Banco Cooperativo Sicredi S.A., Presidente da Corretora de Seguros e Superintendente Executivo de Produtos e Serviços de Varejo no Citigroup - Global Consumer Bank, e Gerente de Relacionamento e Gerente de Vendas no Banco Nacional S.A.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no setor de tecnologia; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Diversidade e Inclusão; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028			24/04/2026	30/04/2025
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Governança e Indicação		24/04/2026	23/04/2024
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Gente e Remuneração		24/04/2026	23/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome: GILBERTO MIFANO **CPF:** 566.164.738-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 11/11/1949

Experiência Profissional:

O Sr. Gilberto Mifano é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (1972). Atualmente, na TOTVS S.A., além de Vice-Presidente do Conselho de Administração, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Comitê de Governança e Indicação. O Sr. Gilberto é Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Finanças da Natura & Co. Holding S.A., Conselheiro Independente e Coordenador do Comitê de Auditoria da Construtora Pacaembu S.A., Conselheiro Consultivo da Pragma Gestão de Patrimônio Ltda., Conselheiro Fiscal (pro-bono) do Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável e Conselheiro Fiscal (pro-bono) do Instituto Conexão Povos da Floresta. Nos últimos 5 anos, foi Conselheiro de Administração Independente da Cielo S/A até 04/2022, da Ambar S/A. até 2017, Conselheiro Fiscal do Instituto Natura até 2017, do CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira até 2023 e Membro Independente do Comitê de Sustentabilidade e Governança do Banco Santander Brasil S/A até 2016. Anteriormente, foi CEO da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), entre 1994 e 2008, Presidente do Conselho de Administração da BM&F BOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BVMF) de 2008 a 2009, e Conselheiro, Vice-Presidente e Presidente (pro-bono) do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre 2006 e 2012. No plano internacional, foi membro e Vice-Presidente dos Comitês Executivos da Federação Mundial de Bolsas (WFE) e da Federação Ibero-Americana de Bolsas (FIAB), entre 1999 e 2007.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Atuação e Engajamento Institucional, Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança e Mercado de Capitais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	24/04/2026	A.G.O. 2028		Coordenador	24/04/2026	04/11/2021
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Membro do Comitê de Governança e Indicação		24/04/2026	20/12/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome:	GUILHERME STOCCO FILHO	**CPF:**	176.649.438-25	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Administrador de Empresas	**Data de Nascimento:**	01/07/1974

Experiência Profissional:

O Sr. Guilherme Stocco Filho é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP) em 1997 e pós graduado em Marketing pela mesma instituição em 2007, com MBA em Gestão no Insper em 2010, e certificado de Marketing na Berkeley, Universidade da Califórnia, em 1996. Na Companhia, é membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Estratégia. Ainda, é membro do Conselho de Administração da Vinci Partners e Cofundador da Redmind Capital. Foi Conselheiro Consultivo na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, Grupo Carrefour Brasil, Hapvida e Cielo S.A. Possui grande experiência na criação de negócios digitais e transformação empresarial com mais de 20 anos de experiência. Responsável por projetos bem-sucedidos no Banco Digital (Banco Original), Mobile e Ecommerce (Buscapé), Plataformas de Internet (Microsoft) e Publicidade (TeRespondo). Palestrante em Tendências e Inovação, com mais de 120 palestras no Brasil, LATAM, Canadá, Estados Unidos, Dinamarca e Reino Unido.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos, Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Experiência no Setor de Tecnologia; Empreendedorismo; M&A; Modelos de Negócios Disruptivos; Cibersegurança; Tecnologia da Informação; Vendas e Distribuição.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Estratégia	Coordenador	24/04/2026	28/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome:	**CPF:**	**Passaporte:**	**Nacionalidade:**	**Profissão:**	**Data de Nascimento:**
ISABELLA DE OLIVEIRA VIANNA CAVALCANTI WANDERLEY	949.606.587-20		Brasil	Economista	02/08/1967

Experiência Profissional:

A Sra. Isabella é graduada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Possui MBA em Marketing pelo Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e formações executivas pelo IESE/ISE, Nova University e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Com mais de 35 anos de carreira como Executiva C-Level, atuou nos setores de consumo, varejo e saúde, no Brasil e no exterior, liderando a transformação, reestruturação, expansão e diversificação dos negócios com foco no crescimento sustentável. Atualmente, é membro independente do Conselho de Administração e líder do Comitê de Estratégia na C&A Brasil. Anteriormente, foi CEO da Novo Nordisk Brasil e ocupou diversas posições no Grupo Boticário, sendo a última como Vice-Presidente de Novos Canais. Sua trajetória executiva inclui também passagens pela L'Oréal, Ambev e Gillette, além de ter sido membro do Conselho Diretor da Interfarma.

Principais Contribuições para a Companhia: ampla experiência em empresas de capital aberto e/ou de grande porte, juntamente com sua visão estratégica e sólida atuação em governança corporativa; Fusões e Aquisições (M&A); cultura organizacional; diversidade e inclusão; varejo; marketing; e vendas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Estratégia		24/04/2026	03/11/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome:	LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	**CPF:**	032.737.678-39	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro Elétrico	**Data de Nascimento:**	11/08/1960

Experiência Profissional:

O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é formado em Engenharia Eletrotécnica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), fundador e Presidente do Conselho de Administração da TOTVS, membro do Comitê de Estratégia, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Gente e Remuneração da Companhia. Sua carreira e história consolidaram-se no setor de TI, especialmente com a fundação da TOTVS em 1983. A empresa é líder absoluta no Brasil e presente em 41 países. Laércio Cosentino é Presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Presidente do Conselho de Administração da Mendelics, Membro do Conselho Curador do A.C. Camargo Cancer Center e Presidente do Conselho Consultivo do Instituto de Oportunidade Social (IOS).

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Empresário referência no setor de tecnologia e no Brasil; Atuação e Engajamento Institucional; Empreendedorismo; Governança Corporativa; Fusões e Aquisições (M&A); Modelo de Negócios Disruptivos; Estratégia de Capital Humano e Cultura; Cibersegurança; Diversidade e Inclusão; Mercado de Capitais; Tecnologia da Informação; e Vendas e Distribuição.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Membro do Comitê de Estratégia		24/04/2026	28/04/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Membro do Comitê de Governança e Indicação		24/04/2026	16/12/2016
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028	Comitê de Gente e Remuneração		24/04/2026	20/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Não se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Nome:	RICARDO GROSVENOR BREAKWELL	**CPF:**	273.621.938-40	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Ciências Contábeis	**Data de Nascimento:**	16/05/1973

Experiência Profissional:

Ricardo Breakwell é administrador e contador, formado em administração de empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em ciências contábeis pela Universidade Paulista (UNIP), com MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na TOTVS S.A. ocupa o cargo de Membro
Externo Independente e Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria Estatutário. Possui comprovada experiência em finanças, controladoria, contabilidade e auditoria em empresas de médio e grande portes, tendo atuado por 16 anos na Deloitte Touche Tohmatsu, liderando projetos de Auditoria Externa, Due Diligence e M&A, incluindo também processos de abertura de capital e renegociação de dívidas, foi Diretor Financeiro na Cielo S.A. entre 2010 e 2023, responsável pelas áreas de tesouraria, contabilidade, tributário, planejamento financeiro, gestão econômica, crédito e garantia de receitas. Exerceu a função de Chief Accounting Officer na dLocal Payment, empresa uruguaia listada na Nasdaq e atuante no segmento de pagamentos internacionais e atuação em mais de 40 países, sendo responsável pelas áreas de contabilidade, tributário e business assurance durante 2023 e 2024. Desde 2025 exerce a função de Diretor Financeiro na Logicalis. Possui expertise em planejamento financeiro, gestão de orçamento e análise de cenários econômicos.

Nos últimos 5 anos, o referido administrador não esteve sujeito: (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, o referido administrador não é considerado uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheiro Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028			24/04/2026	23/04/2024

Nome:	TANIA SZTAMFATER CHOCOLAT	**CPF:**	278.583.348-16	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheira de Produção	**Data de Nascimento:**	17/01/1977

Experiência Profissional:

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat é formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é Diretora Sênior, responsável pela área de Active Equities para América Latina e Chefe do Escritório de São Paulo no Canada Pension Plan Investment, onde trabalha desde 2017. Na TOTVS S.A., é Conselheira Independente e membro do Comitê de Auditoria Estatutário. É também membro independente do Conselho de Administração e membro do Comitê Pessoas e Sustentabilidade da Equatorial Energia, desde abril de 2019. A Sra. Tania também é membro do Conselho Consultivo da WCD Brasil - Women Corporate Directors Brasil e da Fundação OSESP. Anteriormente, Sra. Tania foi responsável pela gestão de investimentos ilíquidos na Raiz Investimentos em 2016, e por investimentos em Private Equity no Brasil pela Capital Group, entre 2013 e 2016. Foi membro suplente do Conselho de Administração da STP (Sem Parar). Entre 2004 e 2013, atuou nas áreas de Investment Banking, Private Banking e Equity Research do Banco Unibanco S.A.e do Itaú Unibanco S.A. Foi Head da área de Solution Partners no Itaú Private Bank, Diretora Sênior no Itaú BBA, Diretora, Head e Analista Sênior do setor de consumo e varejo da área de Equity Research do Banco Unibanco S.A, tendo também trabalhado na área de Investment Banking do Banco JP Morgan, entre 1999 e 2002.

Principais Contribuições para a Companhia: Experiência em Conselhos; Carreira Executiva em Empresas Abertas e/ou de Grande Porte; Finanças e/ou Contabilidade Societária; Gestão de Riscos; Governança Corporativa; M&A; e Mercado de Capitais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	24/04/2026	A.G.O. 2028			24/04/2026	20/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Nos últimos 5 anos, a referida administradora não esteve sujeita (i) a qualquer condenação criminal; (ii) a qualquer condenação ou aplicação de penalidade em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados; (iii) a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Ademais, a referida administradora não é considerada uma pessoa exposta politicamente. Sim, se caracteriza como Conselheira Independente segundo os critérios definidos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e adotadas pelo Estatuto Social da TOTVS.

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
MARCELO EDUARDO SANT'ANNA COSENTINO	306.743.308-46	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	
Vice-Presidente de Negócios para os Segmentos	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Totvs S.A.	53.113.791/0001-22	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Estratégia e Membro do Comitê de Gente e Remuneração	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2025

Administrador do Emissor

LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Contrato de locação de imóvel, encerrado em dezembro de 2025, que contava, por um lado, com a TOTVS S.A. na qualidade de locatária e, por outro, a referida parte relacionada como locadora

Administrador do Emissor

LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

Administrador com participação na sociedade

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A GHT4 é uma parte relacionada por ser uma sociedade controlada por um membro da Administração e, adicionalmente, é cliente da Companhia			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel, encerrado em dezembro de 2025, que contava, por um lado, com a TOTVS S.A. na qualidade de locatária e, por outro, a referida parte relacionada como locadora			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GHT4 EMPREENDIMENTOS, SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	43.317.413/0001-07		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
A GHT4 é uma parte relacionada por ser uma sociedade controlada por um membro da Administração e, adicionalmente, é cliente da Companhia			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
VIP IV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	07.951.381/0001-33		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contrato de locação de imóvel que contava, por um lado, com a TOTVS S.A. na qualidade de locatária e, por outro, a referida parte			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INOVALLI ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS, ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	05.127.830/0001-06		
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Sociedade controlada por pessoa relacionada ao administrador			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Cliente
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
INSTITUTO DA OPORTUNIDADE SOCIAL	02.449.283/0001-89		
Administrador com participação na sociedade	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Administrador com participação na sociedade			
Administrador do Emissor			
LAÉRCIO JOSÉ DE LUCENA COSENTINO	032.737.678-39	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Governança e Indicação, Membro do Comitê de Gente e Remuneração e Membro do Comitê de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (BRASSCOM)	06.244.855/0001-44		

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Membro do Conselho Deliberativo	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
Contribuição associativa anual			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Sem prejuízo da validade da cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas partes ao Poder Judiciário, quando aplicável, obedecerá às previsões do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores - D&O (classe mundial), que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia.

A Atual apólice número 17.10.0024599.28 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o nº 15414.900831/2017-45), firmada com a seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., está vigente a partir de 01/07/2025 até 01/07/2026 e tem limite máximo de indenizações de R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e Estados Unidos da América, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América), visando a celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

O Artigo 54 do Estatuto Social da Companhia prevê a possibilidade de celebração de contrato de indenidade com seus Administradores e membros externos dos Comitês de Assessoramento, sem prejuízo da contratação de apólices de D&O específicas para a cobertura de riscos de gestão. As condições e limitações são regidas pela Política de Indenidade da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de dezembro de 2021 e alterada em 07 de fevereiro de 2025. Para mais informações, a Política de Indenidade está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia e no portal da CVM.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

GOVERNANÇA CORPORATIVA PAUTADA PELAS MELHORES PRÁTICAS DE MERCADO

A TOTVS estabelece a inovação tecnológica como um pilar indissociável de uma governança corporativa de excelência. No contexto do mercado de capitais, a relevância da Companhia é sustentada por um compromisso rigoroso com a transparência, a ética e a equidade, para além da métrica de performance financeira.

Desde o IPO pioneiro em 2006, a trajetória da Companhia é pautada pelos padrões do Novo Mercado, o mais elevado nível de governança da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. A atuação da TOTVS está alinhada às diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), assegurando que as decisões estratégicas atendam aos interesses dos acionistas, ao mesmo tempo em que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A presença nos índices de mercado, como o IBrX-50, IGPTW B3 e IDIVERSA B3, ratifica a maturidade da TOTVS em integrar indicadores de gestão e critérios ESG ao núcleo do negócio. Dessa forma, a governança é consolidada não como um processo burocrático, mas como um motor de excelência operacional e de fortalecimento da confiança institucional. Neste contexto, destacam-se, entre outras, as seguintes práticas:

- Contamos com **Código de Ética e Conduta**, com adesão de 100% dos colaboradores e administradores;
- Disponibilização de **Canal de Ética e Conduta** operacionalizado por entidade externa e independente;
- **Comitê de Auditoria Estatutário (CAE)**, composto por 100% de membros independentes;
- Estrutura de **Controles Internos, Riscos e Compliance**, com reporte diretamente ao CEO;
- Temos uma **área independente de Auditoria Interna**, que se reporta ao Conselho de Administração (CA) pelo Comitê de Auditoria Estatutário;
- Metodologia de **gestão de riscos alinhado às diretrizes internacionais da COSO ERM** (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - Enterprise Risk Management Framework*) e pelas orientações da **Norma ISO 31.000**;
- Contamos com **Programa de Integridade** estruturado e com reporte periódico ao CAE e CA;
- Processo estruturado de ***due diligence* de terceiros, fornecedores ativos e entidades filantrópicas**;
- **Relatório anual de sustentabilidade baseado na GRI e IIRC**, alinhado às principais tendências, com dados
e indicadores submetidos à asseguração independente por auditor externo.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

Robusto arcabouço de políticas e documentos normativos

A governança da TOTVS é fundamentada em um sólido conjunto de documentos normativos que incluem estatuto, políticas e regimentos. Esses documentos são essenciais para assegurar a excelência na gestão da Companhia, promovendo transparência e eficiência na tomada de decisões. Todas as Políticas Corporativas são avaliadas e recomendadas pelos Comitês de Assessoramento, sendo posteriormente aprovadas pelo Conselho de Administração e revisadas, no mínimo, a cada três anos, garantindo sua atualização e adequação às necessidades do negócio.

Os documentos são amplamente divulgados ao público interno pela intranet corporativa e ao público externo por meio da publicação no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), conforme aplicável.

Confira, a seguir, a lista das Políticas Organizacionais divulgadas pela TOTVS:

- Código de Ética e Conduta
- Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente
- Política de Contribuições, Doações e Patrocínios
- Política de Diversidade e Inclusão
- Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários
- Política de Elaboração e Publicação de Documentos Normativos
- Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance
- Política de Gestão de Tesouraria, Crédito e Cobrança
- Política de Gestão do Contencioso
- Política de Indenidade
- Política de Indicação
- Política de Proteção e Privacidade de Dados
- Política de Relações Humanas e Remuneração
- Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos
- Política de Segurança da Informação
- Política de Sustentabilidade e ESG
- Política de Transações entre Partes Relacionadas

As políticas estabelecem e formalizam as diretrizes corporativas, os papéis e responsabilidades dos órgãos de governança e das áreas envolvidas na gestão de cada tema abordado.

Ética e Integridade

A ética e a integridade são princípios inegociáveis para a TOTVS, guiando a sua conduta no relacionamento com clientes, parceiros de negócio, fornecedores, investidores, entidades e órgãos públicos, assim como outros *stakeholders* de seu ecossistema.

O compromisso com a integridade tem como premissa os valores da TOTVS, que nos orientam na busca contínua de melhores práticas de ética e transparência, em conformidade com as exigências legais. A TOTVS conta com um Programa de Integridade que respalda seu compromisso com a integridade, em

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

conjunto com a sua estrutura de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance e em linha com as diretrizes de governança corporativa. O programa estabelece e dissemina nossas diretrizes relacionadas à ética, transparência e combate à corrupção, por meio de metodologia voltada à prevenção, detecção e remediação de condutas irregulares e antiéticas. A metodologia está estruturada em cinco pilares inter-relacionados: (i) Cultura de Integridade; (ii) Avaliação de Riscos; (iii) Código de Ética e Conduta, Políticas e Procedimentos; (iv) Comunicação e Treinamento; e (v) Detecção e Remediação. Saiba mais detalhes no item 5.3 deste Formulário de Referência

Periodicamente, o Programa de Integridade é auditado, o que possibilita a avaliação independente dos resultados obtidos em cada pilar e, quando necessário, a implementação de ações de melhoria. A prevenção e o combate à corrupção são objetivos fundamentais do Programa de Integridade, que é objeto de reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração. Além disso, a área de Controles Internos, Riscos e Compliance é responsável pelo desenvolvimento e atualização do Código de Ética e Conduta (CODEC), que estabelece regras de conduta e princípios éticos que orientam o compromisso da TOTVS e de suas controladas e subsidiárias, diretas ou indiretas, com a integridade dos seus negócios e nos relacionamentos internos e externos, sendo aplicável a todos os conselheiros, administradores, colaboradores e aos terceiros como prestadores de serviços, fornecedores e parceiros, conforme aplicável.

Nossa estrutura de Governança, as Políticas Corporativas (com destaque para a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance) e o CODEC são os guardiães dos princípios e práticas e responsáveis por estabelecer as diretrizes de negócio e de conduta que devem ser refletidas e desdobradas no dia a dia, alinhadas à nossa cultura e valores.

Nossa estrutura de Governança, as Políticas Corporativas (com destaque para a Política de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance) e o CODEC são os guardiães dos princípios e práticas e responsáveis por estabelecer as diretrizes de negócio e de conduta que devem ser refletidas e desdobradas no dia a dia, alinhadas à nossa cultura e valores.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

A TOTVS também preza pela conduta ética e responsável nas relações estabelecidas com o poder público, vedando qualquer forma de comportamento ilícito, de acordo com a Lei Anticorrupção, nº. 12.846/13 e outras legislações aplicáveis, em conformidade às diretrizes e regras determinadas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos e no Código de Ética e Conduta da Companhia. Dentre o conjunto de mecanismos e iniciativas realizadas pela Companhia, destacamos:

A TOTVS também preza pela conduta ética e responsável nas relações estabelecidas com o poder público, vedando qualquer forma de comportamento ilícito, de acordo com a Lei Anticorrupção, nº. 12.846/13 e outras legislações aplicáveis, em conformidade às diretrizes e regras determinadas na Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos e no Código de Ética e Conduta da Companhia. Dentre o conjunto de mecanismos e iniciativas realizadas pela Companhia, destacamos:

- **Treinamento *E-learning* da Política de Relacionamento Comercial e Institucional com Entes Públicos**: obrigatório para todos os colaboradores que potencialmente possam interagir com Agentes ou Entes Públicos;
- **Treinamento Anticorrupção para a Alta Administração**: em formato presencial/virtual, realizado por consultoria externa especializada para os membros do Conselho, Vice-Presidentes e Diretores da Companhia, sobre o tema de combate à corrupção, abordando os riscos, papéis e responsabilidades do público-alvo em relação ao tema;
- **Registro de Interação Comercial e Institucional com Entes Públicos**: toda e qualquer reunião presencial ou virtual com Agentes Públicos deve ser realizada na presença mínima de 2 colaboradores ou 1 colaborador acompanhado de um terceiro intermediário autorizado ou representante de associação representativa do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação e deve ser registrada

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

em ferramenta eletrônica interna, informando os participantes, pauta e assuntos tratados;

- **Contribuições Pecuniárias e Despesas com Agentes Públicos**: é vedado qualquer tipo de contribuição, pagamento de despesas, doação e desembolso de caráter pecuniário em favor de Agentes Públicos ou pessoas relacionadas;
- **Compromissos Públicos**: participante do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) desde 2014 e do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e do Grupo de Trabalho de Integridade do Instituto Ethos.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Companhia divulga abaixo informações referentes às assembleias realizadas nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente:

Evento	Principais Matérias	Data	Convocação	Quórum
Assembleia Geral Ordinária 2026	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) Aprovar orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº6.404/76 ("Lei das S.A."); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) Fixar o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração no mandato 2026-2028, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2026.	24/04/2026	Instalação em 1ª convocação	AGO 77,63%
Assembleia Geral Extraordinária 2025	(i) Deliberar sobre a aquisição, pela Companhia, nos termos do §1º do artigo 256 da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das S.A."), da totalidade das ações representativas da integralidade do capital social da Linx Participações S.A.	30/10/2025	Instalação em 1ª convocação	AGE 78,08%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2025	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) Deliberar sobre o orçamento de capital para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos.; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2025; (v) aprovar o novo Plano de Remuneração Baseado em Ações; (vi) alteração do Estatuto Social.	23/04/2025	Instalação em 1ª convocação	AGO 82,27% AGE 82,19%

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

Assembleia Geral Ordinária 2024	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Aprovar orçamento de capital para fins do artigo 196 da Lei nº6.404/76 ("Lei das S.A."); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos; (iv) Fixar o número de membros efetivos que comporão o Conselho de Administração no mandato 2024-2026, observado o disposto no parágrafo 2º do Artigo 16 do Estatuto Social da Companhia; (v) Eleger os membros do Conselho de Administração; e (vi) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2024.	23/04/2024	Instalação em 1ª convocação	AGO 73,54%
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária 2023	(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii)Deliberar sobre o orçamento de capital para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."); (iii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos.; (iv) Fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício de 2023.; (v) Deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração da Companhia, nomeado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 07/10/2022 em face da renúncia de Conselheiro, nos termos do artigo 150 da Lei das S.A., para cumprimento do mandato em curso a se encerrar na Assembleia Geral Ordinária de 2024.	19/04/2023	Instalação em 1ª convocação	AGO 80,54% AGE 80,27%

Em complemento à seção 7.1

A Companhia implementou um processo estruturado de integração destinado aos novos integrantes do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, com o objetivo de assegurar que estes possam exercer suas funções de maneira adequada e eficaz. Este processo proporciona acesso a informações relevantes sobre a estrutura organizacional, a posição da Companhia no mercado, a visão da estratégia e os principais projetos estratégicos. O plano de integração vigente conta com a realização de reuniões com os executivos chave da Companhia, preferencialmente antes da primeira participação em reunião do órgão, garantindo assim uma base sólida para o início do exercício de seu mandato. Conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, cabe ao Presidente do Conselho de Administração, em conjunto com o Diretor-Presidente e com a colaboração da Secretaria de Governança Corporativa, organizar e coordenar um programa de integração e treinamento para novos membros.

Ademais, a Companhia esclarece que todos os funcionários participaram do treinamento sobre o Código de Ética e Conduta. Além disso, informamos que a diretoria deve participar do treinamento anualmente.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Para mais informações sobre o processo de avaliação do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos, ver item 7.1 (b) deste Formulário de Referência.

Em complemento à seção 7.3/4

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

O Conselho de Administração representa o mais alto órgão de deliberação colegiada da TOTVS, incumbido da formulação e do monitoramento da implantação das estratégias e políticas gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo. Entre suas atribuições, destaca-se a designação e supervisão da gestão dos Diretores da Companhia, bem como, em conformidade com a Lei das S.A., a contratação dos auditores independentes.

Nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por um mínimo de 5 (cinco) e um máximo de 7 (sete) membros. Os membros são eleitos em Assembleia Geral de acionistas, com mandato unificado de dois exercícios anuais, sendo o exercício anual o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por deliberação dos acionistas. Em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado, é exigido que, no mínimo, 20% dos membros do Conselho de Administração sejam Conselheiros Independentes. Atualmente, o Conselho de Administração da TOTVS é composto por 86% de Conselheiros Independentes.

O Conselho de Administração da TOTVS tem o suporte de 4 (quatro) Comitês de Assessoramento, a saber: Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Gente e Remuneração, Comitê de Governança e Indicação e Comitê de Estratégia, sendo os três primeiros comitês estatutários.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento possuem autonomia operacional e atuam em caráter consultivo, provendo suporte técnico sem funções deliberativas. Para o pleno exercício de suas atividades, o Comitê de Auditoria

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

Estatutário e o Conselho de Administração, contam com orçamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração. O prazo de mandato dos membros dos comitês de assessoramento coincide com o mandato dos membros do Conselho de Administração, podendo haver reeleição. Cada Comitê de Assessoramento conta com um coordenador e tem seus trabalhos e regras de funcionamento definidos em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

PAPÉIS DOS MEMBROS NO CONSELHO E SEUS COMITÊS DE ASSESSORAMENTO[1]

NOME DO MEMBRO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)	COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)[2]	COMITÊ DE ESTRATÉGIA (CE)	COMITÊ DE GENTE E REMUNERAÇÃO (CGR)	COMITÊ DE GOVERNANÇA E INDICAÇÃO (CGI)
Laércio José de Lucena Cosentino	🟢		🔵	🔵	🔵
Gilberto Mifano	🟠	🟣			🔵
Ana Claudia Reis	🔵			🟣	
Edson Georges Nassar	🔵	🔵		🔵	🟣
Isabella Wanderley	🔵		🔵		
Guilherme Stocco Filho	🔵		🟣		
Tania Sztamfater Chocolat	🔵	🔵			
Ricardo Grosvenor Breakwell[3]		🔴			

🟢 **Presidente** | 🟠 **Vice-Presidente** | 🟣 **Coordenador(a)** | 🔵 **Membro** | 🔴 **Membro Externo**

[1] Considera o mandato vigente até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2028.
[2] O CAE conta com um membro externo que participa do Comitê, mas que não integra o Conselho de Administração e a lista de candidatos.
[3] O Sr. Ricardo Breakwell é especialista financeiro e membro externo do CAE, tendo sido eleito pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2024.

Os Comitês devem analisar assuntos de sua competência e preparar propostas ao Conselho de Administração. O material necessário ao exame pelo Conselho é disponibilizado juntamente com a recomendação de deliberação no Portal de Governança Corporativa da Companhia, podendo o Conselheiro solicitar informações adicionais, se julgar necessário, através da Secretaria de Governança Corporativa. As recomendações dos Comitês são emitidos pela maioria dos seus membros. A seguir, destacamos as principais pautas acompanhadas e deliberadas no âmbito dos Comitês e do CA.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

MATRIZ DE TEMAS ACOMPANHADOS PELOS COMITÊS				
TEMAS	AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)	ESTRATÉGIA (CE)	GENTE E REMUNERAÇÃO (CGR)	GOVERNANÇA E INDICAÇÃO (CGI)
Avaliação, monitoramento e a adequação das transações com partes relacionadas	🔀			
Aprovação de Contas, Orçamento de Capital, Destinação do Lucro	🔀			
Avaliação de desempenho do Conselho e Comitês de Assessoramento				🔀
Demonstrações Financeiras	🔀			
Diversidade & Inclusão			🔀	
Estratégia de Capital Humano			🔀	
Estratégia de ESG		🔄		🔀
Estratégia de M&A		🔀		
Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance	🔀			
Gestão do Canal de Ética e Conduta e Programa de Integridade	🔀			
Inventário de Carbono(1)	🔀			🔀
Planejamento e estratégia de longo de prazo de negócios		🔀		
Plano de Sucessão dos Executivos			🔄	🔀
Proteção e Privacidade de Dados	🔀			
Remuneração Executiva, Metas e Planos de Remuneração em Ações			🔀	
Segurança da Informação	🔀			
Tecnologia e Inovação		🔀		

🔀 Acompanha e supervisiona os trabalhos realizados pela operação, aprecia e recomenda as pautas deliberativas para aprovação pelo Conselho de Administração.
🔄 Define as diretrizes e a estratégia do tema na organização.
(1) O tema Inventário de Carbono conta com a revisão do CGI em todo o documento e do CAE, especificamente, para o conteúdo relacionado ao tópico gestão de riscos.

Perfil dos Membros do Conselho de Administração

De acordo com o Estatuto Social da TOTVS, o Conselho de Administração deve ter no mínimo 5 e no máximo 7 membros, estrutura que a Administração da Companhia considera adequada e que proporciona a agilidade e flexibilidade necessárias no processo de tomada de decisões estratégicas, diante de um mercado altamente dinâmico e de intensa competitividade global nos negócios e na atração de talentos qualificados.

Atualmente, a TOTVS conta com um Conselho composto por 7 membros, todos de origem brasileira, dos quais 86% são independentes e 43% são mulheres. Trata-se de um colegiado altamente engajado, com tempo médio de dedicação ao Conselho da TOTVS de aproximadamente 7 anos, e comprometido com o desenvolvimento do setor e do país, bem como com a perenidade dos negócios.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

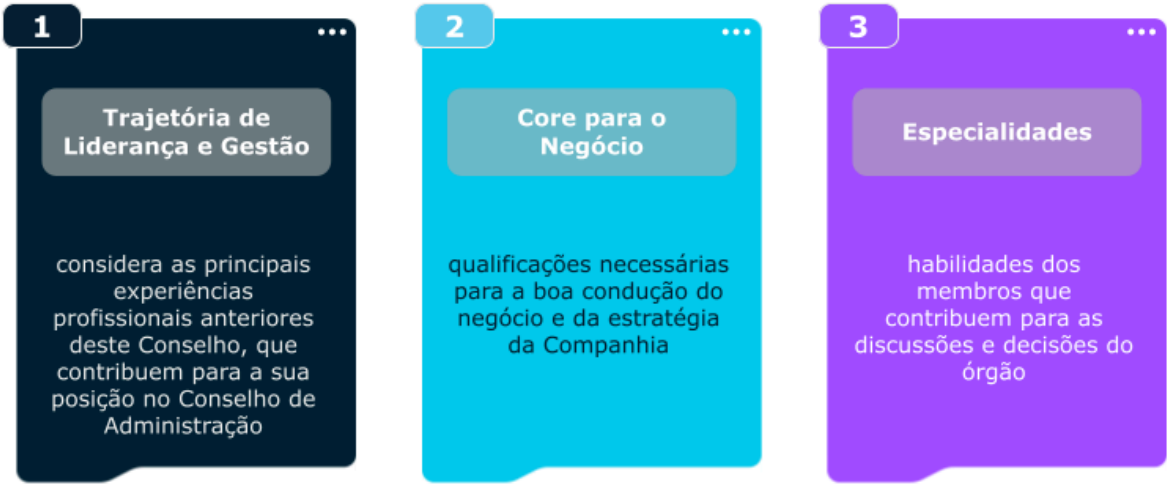
7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

São profissionais referência em suas áreas de atuação, qualificados, experientes e que em conjunto reúnem profunda expertise no setor de Tecnologia da Informação, Empreendedorismo, Gestão, Visão de Negócios e em Governança. Em suas trajetórias, acumulam atuações em associações e entidades de representação institucional e carreiras sólidas com liderança em diversos segmentos estratégicos da economia, competências chave para a gestão da Companhia, pautados por uma forte cultura de excelência operacional, transparência, eficiência e elevados padrões de ética, integridade e ESG.

Experiências e Competências Chave

A matriz de competências abaixo resume as principais habilidades, competências e qualificações dos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, considerando a sua relevância para os negócios e a estratégia atual da Companhia. Os atributos mapeados e definidos nesta matriz foram organizados em três pilares:



Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

7.8 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

MATRIZ DE COMPETÊNCIAS E *SKILLS* DOS MEMBROS CANDIDATOS AO CONSELHO(1)

Pilar	Qualificações e experiências	Ana Claudia	Edson	Gilberto	Guilherme	Laércio	Isabella	Tânia
TRAJETÓRIA DE LIDERANÇA E GESTÃO	MEMBRO DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Assento em Conselhos de Administração em empresas abertas ou de grande porte		●	●	●	●	●	●
	CARREIRA EXECUTIVA Experiência como CEO, CFO e/ou executivo de empresas abertas ou de grande porte	●	●	●	●	●	●	●
	EXPERIÊNCIA NO SETOR DE TECNOLOGIA Atuação no setor, em empresas ou consultorias, em posições de liderança	●	●		●	●		
	ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL Atuação e/ou assento em associações institucionais, entidades setoriais e de governança, e/ou expertise no relacionamento com órgãos governamentais		●	●		●		
	EMPREENDEDORISMO Fundação de empresas, desenvolvimento de ideias inovadoras e estruturação de novos negócios e/ou experiência em consultoria técnica para negócios	●	●		●	●		●
CORE PARA O NEGÓCIO	FINANÇAS E/OU CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: Expertise em análise, revisão e supervisão dos processos contábeis, das demonstrações financeiras e dos controles de riscos associados a estes temas		●	●			●	●
	GESTÃO DE RISCOS: Habilidades em desenvolvimento e implementação de estratégias e processos eficazes de mitigação de riscos, envolvendo a identificação proativa de potenciais ameaças, avaliação de sua probabilidade e impacto, e a implantação de medidas preventivas para proteção da organização		●	●			●	●
	GOVERNANÇA CORPORATIVA: Habilidades que envolvem a criação e gestão de processos que garantem a conformidade e implementação de políticas internas, leis e regulamentações aplicáveis à empresa		●	●		●	●	●
	M&A (FUSÕES E AQUISIÇÕES): Habilidade que envolve a capacidade de avaliar, estrategicamente, oportunidades de fusão ou aquisição, e supervisionar eficientemente todas as fases do processo, incluindo as etapas de Valuation, Due Diligence e Integração			●	●	●	●	●
	MODELO DE NEGÓCIOS DISRUPTIVOS: Domínio e expertise em co-criação, prototipação de ideias e implementação de modelos inovadores e transformacionais de negócios		●		●	●	●	
	PESSOAS E CULTURA: Habilidades e conhecimentos em atração e retenção de talentos, estratégias de remuneração e benefícios e gestão do capital humano	●	●	●		●		●
ESPECIALIDADES	CIBERSEGURANÇA: Habilidades e conhecimentos relacionados aos processos de segurança da informação, proteção e privacidade de dados			●	●	●		
	CRÉDITO: Conhecimentos sobre o mercado de crédito		●					●
	DIVERSIDADE E INCLUSÃO: Habilidades e conhecimentos em estratégias de promoção da equidade, diversidade e inclusão de grupos minorizados	●	●			●	●	●
	MERCADO DE CAPITAIS: Habilidades e conhecimentos no mercado e operações de capitais, bem como gestão de investimentos financeiros			●		●		●
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: Habilidades e conhecimentos em desenvolvimento de software, nuvem, dados, plataformas e inteligência artificial				●	●		
	VENDAS E DISTRIBUIÇÃO: Conhecimentos e técnicas para supervisionar e alavancar a estratégia de vendas e distribuição do portfólio de produtos da empresa, incluindo a experiência digital do consumidor		●		●	●	●	

(1) A matriz acima compila, de forma não exaustiva, as habilidades chave para a gestão do negócio, destacando, em especial, aquelas que cada membro domina ou é considerado expert; nesse sentido, a ausência de marcação não indica necessariamente que o membro não tenha conhecimento ou noções do tema

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

TOTVS | Formulário de Referência 2026

8.1. Descrição da Política ou Prática de Remuneração da Administração, inclusive da Diretoria Não Estatutária, e dos Comitês

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui Política de Relações Humanas e Remuneração, aprovada em 05 de maio de 2023 pelo Conselho de Administração. A Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de pessoas da TOTVS, em todas as etapas do seu Ciclo de Gestão de Gente: Atração, Desenvolvimento e Engajamento, com alinhamento aos atributos de Cultura (#SOMOSTOTVS) e observando o conceito de meritocracia "ARCO" (Atitude, Resultado e Consequência) em nossas ações. Isto inclui os modelos de remuneração, alinhados aos objetivos estratégicos e à gestão de riscos da Companhia para que não sejam adotadas práticas e métricas que incentivem condutas inadequadas e que comprometam a sustentabilidade do negócio. Os modelos de remuneração visam fornecer incentivos adequados aos executivos em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia, que sejam competitivos e aderentes às práticas de mercado e aos padrões internacionais e que potencializam a atração e retenção dos profissionais, elevando o alinhamento de médio e longo prazo entre os interesses dos executivos e dos acionistas.

A Política de Relações Humanas e Remuneração está disponível no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A participação dos órgãos da Companhia no processo de definição da remuneração está estabelecida na Lei das S.A, bem como no Estatuto Social da Companhia e na Política de Relações Humanas e Remuneração, ambos disponibilizados no site de Relações com Investidores da TOTVS (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx).

ASSEMBLEIA GERAL: mediante recomendação do Conselho de Administração, aprova a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores Estatutários e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: após considerar o parecer do Comitê de Gente e Remuneração, é responsável por distribuir entre os Diretores Estatutários, individualmente, parcela da remuneração anual global dos Administradores fixada pela Assembleia Geral.

COMITÊ DE GENTE E REMUNERAÇÃO: órgão que assessora o Conselho de Administração com funções consultivas, estabelecendo os termos da remuneração e dos demais benefícios e pagamentos a serem recebidos a qualquer título da Companhia por Diretores Estatutários e Conselheiros, apresentando ao Conselho de Administração a proposta de distribuição da remuneração global anual entre os Diretores e os Conselheiros e no processo decisório ligado à elaboração da proposta de remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal (se instalado) e Diretoria Estatutária, por meio de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

análise das melhores práticas de mercado e dos padrões internacionais. O Comitê de Gente e Remuneração é composto por, no mínimo, 3 (três) membros, todos conselheiros, sendo que ao menos 2 (dois) deles devem ser independentes.

O Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração que tratem de sua própria remuneração, tampouco de deliberações submetidas ao Conselho de Administração sobre o mesmo tema.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios e metodologia utilizados para a fixação da remuneração individual consideram estudos relacionados às melhores práticas de mercado, com base em resultados de pesquisas anuais efetuadas por consultorias especializadas no mercado como Willis Towers Watson e Korn Ferry, tomando-se por base o grupo de empresas que representam o adequado balanceamento das características apresentadas, como: (i) relevante representatividade em seus segmentos de atuação, incluindo o mercado de tecnologia; (ii) majoritariamente nacionais e de capital aberto no novo mercado; (iii) porte similar ou superior ao da TOTVS, no que se refere a faturamento, *headcount* e valor de mercado; e (iv) empresas que podem concorrer com a TOTVS na aquisição de talentos no mercado de trabalho.

Em complemento aos estudos de mercado analisados para apoiar no desenho da estrutura de remuneração, destaca-se que os princípios de Sustentabilidade, materializados no Planejamento Estratégico da Agenda de Sustentabilidade da Companhia para o ciclo 2024-2025, foram também elementos considerados no processo de formulação das metas e na definição das métricas e respectivos pesos dentro do pacote de remuneração final potencial de cada membro da Diretoria Estatutária, conforme detalhado no **Item 8.1(c)(i)**, tópico "Diretoria Estatutária e Não Estatutária".

Adicionalmente, as diretrizes TOTVS utilizadas para o alinhamento dos objetivos estratégicos e a estratégia de remuneração dos administradores da Companhia estão estabelecidas na Política de Relações Humanas e Remuneração, disponibilizada nos endereços indicados no **Item 8.1(a)** acima.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente, o Comitê de Gente e Remuneração avalia a atratividade, o engajamento e a retenção dos talentos da Companhia, o que inclui a análise da necessidade de adequação das práticas de remuneração adotadas, incluindo benefícios, aos padrões praticados no mercado e, especialmente, no mercado de tecnologia. Caso o referido Comitê considere necessário e/ou apropriado, são propostos ajustes ao Conselho de Administração. Adicionalmente, as metas dos executivos, cujo atingimento é determinante na aferição do montante a ser pago pela Companhia à título de remuneração variável de curto e longo prazos, e do montante de Ações Restritas a serem concedidas, nos termos do Plano de Remuneração baseada em Ações, são anualmente revistas e validadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

c. Composição da remuneração

i. Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Desde maio de 2023, a remuneração dos membros do Conselho de Administração é baseada no modelo 100% fixo, paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, seguindo os termos e as

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

condições das Outorgas ao Conselho, previstas no Plano de Incentivo Baseado em Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023 ("Plano de Incentivo Baseado em Ações"). A remuneração do Presidente do Conselho, por sua vez, até o exercício de 2024, era composta por remuneração fixa, variável e benefícios, sendo que a remuneração variável era concedida no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações e com base em metas de desempenho, seguindo os termos e as condições estabelecidos no Programa ILP Performance.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025, foi aprovado o Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Remuneração Baseado em Ações"). Com a aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações, manteve-se, aos membros do Conselho de Administração, o pagamento da remuneração fixa nas mesmas condições anteriormente descritas, e alterou-se a composição da remuneração do Presidente do Conselho, que deixou de receber qualquer remuneração variável.

Dessa forma, a remuneração do Presidente do Conselho passou a ser composta, além dos benefícios, integralmente por remuneração de natureza fixa, paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, em observância aos termos e condições das Outorgas ao Conselho. Com essa alteração, a remuneração variável do Conselho de Administração, quando comparada ao exercício de 2024, passou de 47% para 0% no exercício de 2025.

A estrutura de remuneração segue detalhada a seguir:

➔ **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Em razão da aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações, a remuneração dos membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho, passou a ser integralmente estruturada no modelo fixo, paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% mediante a outorga de Ações Restritas da TOTVS, observados os termos e condições previstos no Capítulo III do Plano de Remuneração Baseado em Ações e as melhores práticas de governança.

○ **Remuneração Fixa (com pagamento em Dinheiro):** representa 80% da remuneração total e refere-se ao valor recebido mensalmente em dinheiro pelo profissional, tendo como objetivo atrair e recompensar os conselheiros pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido e de acordo com as práticas de mercado.

○ **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** representa 20% da remuneração total e refere-se ao valor outorgado em Ações Restritas da TOTVS ao profissional, tendo como objetivo atrair e reter os conselheiros, sendo baseada nas melhores práticas e tendências de mercado nacional e internacional, bem como em estudos realizados por consultorias especializadas, promovendo alinhamento com os objetivos de longo prazo da Companhia. É importante ressaltar que a Outorga ao Conselho não está vinculada a nenhuma métrica de desempenho, seja da Companhia ou individual, sendo calculada individualmente com base em um percentual da remuneração total.

Adicionalmente à remuneração fixa, o Presidente do Conselho de Administração recebe benefícios que incluem seguro de vida, plano médico e plano odontológico. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado às práticas de mercado aplicáveis aos casos de ex-Diretor Presidente e fundador, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes.

A remuneração diferenciada do Presidente do Conselho de Administração é justificada por sua trajetória, sendo ele um dos fundadores da Companhia e tendo ocupado o cargo de Diretor-Presidente (CEO) por mais de 30 anos. Sua vasta experiência, conhecimento e atuação, tanto na Companhia quanto perante todos os

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

stakeholders (acionistas, clientes, parceiros, entidades públicas e privadas, etc.), são inestimáveis. É entendido que a sua posição é excepcional, pois traz um conjunto único de habilidades, experiências e conhecimentos que são fundamentais para o sucesso do Conselho e da TOTVS.

A prática de remuneração diferenciada entre os membros fundamenta-se, primordialmente, na dedicação diferenciada de tempo exigida para o exercício de determinadas funções. Adicionalmente, esse acréscimo justifica-se pela expansão da Diretoria Estatutária, que demanda um acompanhamento mais estreito e complexo por parte de seus integrantes, elevando a responsabilidade e a carga de trabalho envolvidas.

Dentre as principais competências do Presidente do Conselho de Administração, destacam-se:

- Profundo conhecimento do setor de tecnologia e do mercado de software, sendo reconhecido e respeitado pelos acionistas e clientes, o que lhe permite exercer um papel de referência junto aos diversos *stakeholders*;
- Sólidas habilidades interpessoais, atuando na representação institucional, articulação e defesa de temas estratégicos e assuntos governamentais e setoriais que são relevantes para Companhia;
- Capacidade de lidar com questões altamente complexas relacionadas ao negócio e ao setor de Tecnologia, oferecendo liderança visionária na definição da estratégia da TOTVS; e
- Protagonismo na condução das discussões do Conselho, estimulando o engajamento dos demais membros e buscando decisões consensuais.

Além das atividades citadas, o Presidente do Conselho de Administração da TOTVS desempenha as seguintes funções adicionais que justificam a sua remuneração diferenciada:

- Atuar junto às entidades do setor de tecnologia, seja pessoalmente ou por meio da área de Relações Institucionais da Companhia, com o objetivo de posicionar a TOTVS como referência na construção de um ecossistema de crescimento e inovação tecnológica no país;
- Atuar, junto ao Governo, instâncias políticas nacionais ou internacionais, entidades de mercado, órgãos reguladores, órgãos multilaterais e/ou internacionais e associações das quais a Companhia faça parte; e
- Atuar como porta-voz do Conselho de Administração da TOTVS, pronunciando-se sobre assuntos institucionais e temas relativos à tecnologia e aos mercados de capitais, tanto nacionais quanto internacionais.

Assim, com o objetivo de garantir a sua retenção e dedicação, e tendo em vista as atribuições do Presidente do Conselho de Administração da TOTVS, conforme previsto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, a sua remuneração busca assegurar maior alinhamento de interesses com os acionistas, visando garantir paridade com práticas de mercado aplicáveis a cargos com atribuições semelhantes.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração do Conselho de Administração (incluindo o Presidente do Conselho):

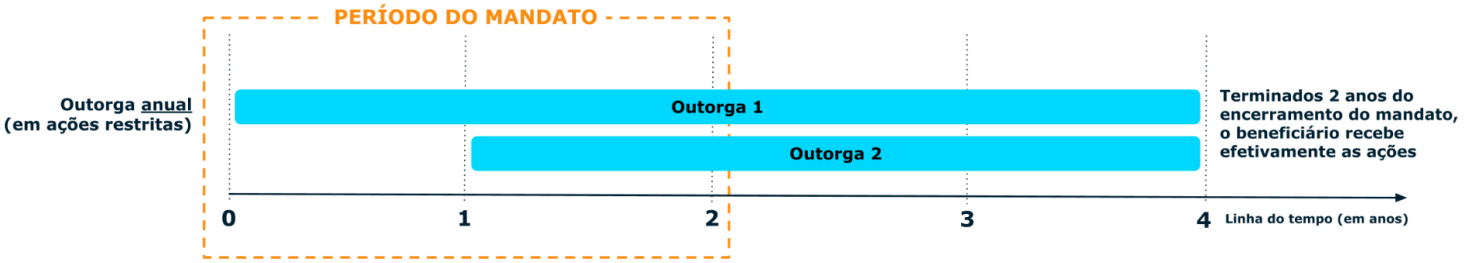
- **Remuneração Fixa (com pagamento em Dinheiro):** 80% da remuneração total fixa é paga em dinheiro, 12 (doze) vezes no ano, e é revista anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas por consultorias especializadas.

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** desde maio de 2023, a remuneração fixa do Conselho conta com um componente baseado em ações, ou seja, 20% é paga mediante a outorga

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

em Ações Restritas da TOTVS e observa as melhores práticas de governança. Com a aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações em 23 de abril de 2025, passaram a ser aplicáveis as disposições previstas no referido plano (em especial aquelas constantes no Capítulo III, que trata das Outorgas ao Conselho, abrangendo, inclusive, o Presidente do Conselho). A metodologia de cálculo considera a realização de outorgas no início de cada período de 12 meses contados a partir da data de eleição dos membros do Conselho de Administração ("Ano Mandato"), a cada participante membro do Conselho de Administração, de um montante de Ações Restritas considerando a média da cotação de fechamento das ações da Companhia dos últimos 60 pregões anteriores à data de outorga e equivalente a 20% da remuneração fixa total de cada membro do Conselho de Administração, observado o limite global de remuneração aprovado em Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual dos Administradores. As Ações Restritas serão efetivamente transferidas aos membros do Conselho de Administração após 2 anos, a contar do encerramento do respectivo mandato do participante membro do Conselho de Administração, conforme demonstrado na figura abaixo (*i.e.* 4 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 1º Ano Mandato e 3 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 2º Ano Mandato, conforme aplicável), e não possuem quaisquer vínculos com indicadores ou metas de desempenho ou performance individual. Portanto, a lógica da remuneração paga em Ações Restritas é exatamente a mesma da remuneração fixa com pagamento em dinheiro.



No caso dos benefícios aplicáveis ao Presidente do Conselho de Administração, estes são revistos anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração, aprovada pelo Conselho de Administração, e tal proposta é, então, submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. É importante ressaltar que o Presidente do Conselho de Administração não participa de discussões no âmbito do Comitê de Gente e Remuneração que tratem de sua própria remuneração, tampouco de discussões e deliberações no Conselho Administração sobre o mesmo tema.

➔ principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração (incluindo a do Presidente do Conselho de Administração) nos termos do Plano de Remuneração Baseado em Ações, não é baseada em indicadores de desempenho.

➔ sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho de Administração em relação aos três últimos exercícios sociais:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

TOTVS | Formulário de Referência 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elemento de Remuneração	2025	2024	2023
Fixa	98%	52%	49%
Variável	0%	47%	50%
Benefícios*	2%	1%	1%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

COMITÊS DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO, GENTE E REMUNERAÇÃO, GOVERNANÇA E INDICAÇÃO E ESTRATÉGIA

Os comitês da Companhia são órgãos consultivos compostos por membros do Conselho de Administração, membros externos e por membros da Diretoria da Companhia.

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

De acordo com as principais práticas de mercado, os membros do Conselho de Administração que integram os Comitês de Assessoramento do Conselho recebem uma remuneração fixa mensal adicional à remuneração que fazem jus como conselheiros da Companhia, com o objetivo de recompensá-los pela dedicação nos comitês. Os membros externos também recebem remuneração fixa mensal pela participação nos Comitês de Assessoramento do Conselho. Os membros da Diretoria da Companhia que integram os Comitês de Assessoramento do Conselho, não recebem remuneração adicional em razão de sua participação nos referidos comitês.

A remuneração dos conselheiros e membros externos pela participação em Comitês de Assessoramento do Conselho visa garantir paridade com práticas de mercado, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total dos Comitês em relação aos três últimos exercícios sociais:

COMITÊS DE ASSESSORAMENTO

Elemento de Remuneração	2025	2024	2023
Fixa	100%	100%	100%
Variável	-	-	-
Benefícios	-	-	-

Nos 3 últimos exercícios sociais, a remuneração dos membros dos comitês foi 100% composta por remuneração fixa.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A adequação da remuneração dos conselheiros e membros externos por participação em Comitês de Assessoramento do Conselho é revista anualmente, considerando as práticas de mercado identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Comitês de Assessoramento do Conselho não é baseada em indicadores de desempenho.

CONSELHO FISCAL

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

Se instalado, possui remuneração fixa, paga 12 (doze) vezes no ano, conforme aprovação dos acionistas e observados os termos da legislação aplicável e melhores práticas de mercado.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Se instalado, a adequação da remuneração dos membros é revista anualmente, considerando as práticas de mercado identificadas com o apoio de consultorias especializadas, cujos valores são anualmente submetidos à aprovação dos acionistas.

➔ **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal não é baseada em indicadores de desempenho.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada na tabela abaixo a proporção de cada elemento na remuneração total do Conselho Fiscal em relação aos três últimos exercícios sociais:

CONSELHO FISCAL

Elemento de Remuneração	2025	2024*	2023*
Fixa	n/a	100%	100%
Variável	n/a	-	-
Benefícios	n/a	-	-

*No ano de 2023, um novo Conselho Fiscal foi instalado a partir de 19 de abril de 2023, cujo mandato encerrou-se em 23 de abril de 2024. No exercício de 2024 e 2025, o Conselho Fiscal não foi instalado.

Nos últimos exercícios sociais nos quais o Conselho Fiscal foi instalado, a remuneração de seus membros foi 100% composta por remuneração fixa, observado o disposto no § 3º do Art. 162 da Lei das S.A.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

TOTVS | Formulário de Referência 2026

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

A remuneração da Diretoria, tanto Estatutária quanto não Estatutária, é composta por uma combinação de incentivos variáveis de curto, médio e longo prazos, todos atrelados ao desempenho, além de uma remuneração mensal fixa. Os detalhes são os seguintes:

➔ **seus objetivos e seu alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazos do emissor**

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, com o objetivo de remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** refere-se aos valores variáveis recebidos semestralmente pelo profissional, com o objetivo de recompensá-lo pelos seus resultados individuais e pelos resultados globais da Companhia e de cada negócio. A bonificação semestral é atrelada a indicadores financeiros globais, de cada negócio e ao desempenho individual por meio do cumprimento de métricas de desempenho objetivas que incluem uma combinação de medidas com teor financeiro e não financeiro (estratégicas e operacionais).

Mantendo o racional adotado nos ciclos anteriores e vigente também para 2026, a TOTVS segue aprofundando a integração de temas estratégicos de sustentabilidade e geração de valor ao programa de metas da Diretoria Estatutária. Essa integração reflete a evolução da governança corporativa da Companhia, na qual aspectos financeiros, operacionais, sociais, regulatórios e de inovação são tratados de forma convergente e incorporados aos mecanismos de avaliação de desempenho.

Tais princípios orientam a atuação da TOTVS e contribuem como uma das alavancas de valor para a sustentação de novos ciclos de crescimento sustentável, maior competitividade e resiliência financeira, acesso a capital e atração de talentos, alinhados aos objetivos definidos para os negócios numa perspectiva de curto, médio e longo prazos.

○ **Remuneração Variável (Incentivo de médio e longo prazo - Plano de Ações):** refere-se ao valor das Ações Restritas emitidas pela Companhia e entregues aos Participantes elegíveis, com base no desempenho individual e estritamente nos termos e nas condições estabelecidas no Plano de Incentivo Baseado em Ações, considerando os programas ILP Performance e ILP Master. Com a aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações em 23 de abril de 2025, a remuneração variável de médio e longo prazo passou a observar as disposições do referido plano, que substituiu integralmente o Plano de Incentivo Baseado em Ações, mantendo os programas ILP Performance e ILP Master.

○ Os programas têm como objetivos: (i) aumentar o alinhamento de interesses de médio e longo prazos entre executivos e acionistas, ampliando o senso de propriedade e comprometimento dos participantes por meio do conceito de investimento e risco; (ii) fortalecer os incentivos para permanência e estabilidade de longo prazo dos Participantes, dentro do contexto de uma companhia aberta; (iii) servir como uma ferramenta fundamental de retenção e atração de talentos em um setor altamente competitivo e com remuneração acima da média de outros setores; e (iv) estimular o aumento do desempenho de longo prazo da Companhia, medido através de indicadores de negócios. A quantidade de ações a ser concedidas anualmente a cada Participante tem como base a avaliação de performance individual medida com base na metodologia "9 Box", que considera as entregas efetivas ao longo do exercício social e a aderência aos comportamentos esperados pela TOTVS. Essas avaliações são efetuadas pelo gestor do executivo, com posterior calibração por um colegiado composto por: (i) Diretoria Estatutária, para diretores não estatutários; (ii) Comitê de Gente e Remuneração; e (iii) Conselho de Administração, no caso da avaliação

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

dos diretores estatutários. A quantidade de Ações Restritas a ser concedida para cada Participante indicado é recomendada pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.

○ **Benefícios:** refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos executivos, conforme aplicável, como plano de saúde, plano odontológico, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, automóvel e vale combustível. O pacote de benefícios tem como objetivo estar alinhado com as principais práticas de mercado, sendo adotadas as modalidades de benefícios mais prevalentes no mercado. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os executivos, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função do cargo ou/e da região na qual o(a) diretor(a) atua.

➔ **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo e de reajuste usadas em cada elemento da remuneração dos Diretores:

○ **Remuneração Fixa (Curto Prazo):** a remuneração fixa é paga 13 (treze) vezes no ano para a Diretoria Estatutária. Pode ser reajustada anualmente a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o desempenho do(a) Diretor(a) em suas atividades e o cumprimento das metas estabelecidas. A remuneração fixa pode ser, ainda, atualizada de acordo com índices oficiais de inflação e análises comparativas de mercado efetuadas por consultorias especializadas, considerando as melhores práticas de mercado. A Diretoria Não Estatutária tem sua remuneração fixa reajustada anualmente de acordo com as convenções coletivas de trabalho negociadas entre os sindicatos da categoria, observadas também as práticas de mercado.

○ **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** o *pool* de bônus semestral a ser distribuído aos Diretores Estatutários e Não Estatutários depende do atingimento de metas de EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como da margem de contribuição e receita recorrente + receita transacional do negócio ou de despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração. Caso algum desses indicadores não tenha o atingimento mínimo de 90% da meta fixada para o período, não haverá o pagamento do bônus relativo ao período correspondente. Caso o atingimento das metas seja entre 90% e 99%, o pool sofrerá redução proporcional entre 50% e 95%. Caso a meta seja atingida ou superada, o *pool* de bônus semestral poderá ser distribuído integralmente.

Uma vez determinado o *pool* de bônus aplicável a cada semestre, a bonificação individual é ponderada de acordo com o atingimento das metas individuais de cada Diretor(a) Estatutário e Não Estatutário, que refletem as definições de objetivos financeiros, de produtividade e das prioridades estratégicas da Companhia, inclusive o Mapa Estratégico e a Agenda de Sustentabilidade e ESG, medidos por meio de indicadores financeiros (tais como crescimento de receita recorrente, custos e despesas operacionais), de eficiência e projetos (atrelados ao crescimento da Companhia em TOTVS Gestão, Techfin e RD Station), satisfação de clientes (NPS - *Net Promoter Score*) e indicadores relacionados a pessoas (tais como retenção de talentos e índices de engajamento). O quadro a seguir exemplifica a metodologia de cálculo:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Pool de distribuição: definido no orçamento, equivale a um % do EBITDA

Gatilho para disparar o pagamento do programa na TOTVS:
EBITDA (80%) e Receita Recorrente + Transacional (20%) TOTVS
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Gatilho para disparar o pagamento do programa em cada área:
Margem de contribuição (MC) e Receita Recorrente do negócio ou despesas de áreas corporativas
mínimo de 90%, ou seja: <90% = 0%; => 90% e < 100% = entre 50% e 99%; => 100% = 100%

Apuração do Contrato de Metas de Gerentes e Diretores, replicados para as equipes:	Régua de apuração das metas quantitativas:	Régua de apuração das metas qualitativas:
• Financeiras • Projetos Estratégicos • Gente • Área	Entre 90% e 110% de atingimento da meta, que equivale entre 50% e 150% da bonificação	a) Programa, projeto ou subprojeto: 0%, 25%, 50%, 75% ou 100% b) Entrega: 0% ou 100% c) KPIs: conforme régua financeira

Periodicidade de pagamento	1° Semestre: Pagamento em Setembro	2° semestre: Pagamento em Março

Caso o segundo semestre compense um eventual não atingimento (<90%) ou atingimento parcial (entre 90% e 99%) do primeiro semestre e a meta total do ano seja batida, é garantido um adicional de 50% do pool referente ao primeiro semestre no momento do cálculo do pagamento do segundo semestre

As metas de cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a) são definidas individualmente, levando em consideração os objetivos estratégicos anuais da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração. Dentre tais objetivos, também estão os temas materiais definidos para a Agenda de Sustentabilidade e ESG da Companhia. As metas semestrais, compartilhadas pelos Diretores, e as específicas a cada posição, refletem a expectativa de desempenho econômico-financeiro, evolução tecnológica, riscos, satisfação de clientes, sustentabilidade dos negócios e projetos estratégicos.

As metas dos Diretores Estatutários só podem ser alteradas ao longo do exercício por razões extraordinárias, sendo que eventuais ajustes deverão ser avaliados pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, conforme aplicável.

O potencial de ganho do incentivo de curto prazo por semestre está vinculado a um múltiplo do salário base mensal definido por nível de carreira, a exclusivo critério do Conselho de Administração, conforme recomendação do Comitê de Gente e Remuneração, que avalia o posicionamento competitivo deste item de remuneração frente ao mercado, conforme as melhores práticas de mercado.

○ **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** assistido pelo Comitê de Gente e Remuneração, o Conselho de Administração aprova os membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária que poderão participar do Plano de Remuneração Baseado em Ações e receber Ações Restritas de emissão da Companhia, baseado em desempenho, observados os termos e as condições do Plano. O número de ações outorgadas a título dos Programas ILP Performance e ILP Master será estipulado com base no valor

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

da remuneração livremente atribuível a cada um dos Participantes, sendo fixada pelo Conselho de Administração, com base na avaliação de performance individual, considerando as melhores práticas de mercado, medida com base na metodologia "9 Box" que considera as entregas efetivas de cada executivo ao longo do exercício social e a aderência aos comportamentos esperados pela TOTVS. Cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a) é enquadrado(a) em uma matriz com 9 quadrantes, sendo: (i) eixo X (peso de 50%) representa indicadores de resultado atrelados às metas individuais quantitativas estabelecidas para o ano (indicadores como EBITDA, Receita, Custo, entre outros), que medem o desempenho efetivo do Diretor; e (ii) eixo Y (peso de 50%) mede a aderência aos comportamentos esperados de negócio, alinhados às competências atuais da TOTVS (como Inovar Juntos, IA + IH, Resultados com Responsabilidade, Gente é Tudo e Cliente no Centro).
Conforme demonstrado na matriz abaixo, entende-se como: (i) "Baixa Performance" quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes "1C", "1B" e "2C"; (ii) "Performance dentro do Esperado" quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes "1A", "2B" e "3C"; e (iii) "Alta Performance" quando a avaliação de desempenho posicionar o(a) Diretor(a) nos quadrantes "2A", "3A" e "3B".

○ Para o **Programa ILP Performance**, como resultado da avaliação, o executivo pode receber um *range* entre 0% e 130% em relação aos valores de referência adotados à luz da ancoragem e do alinhamento do pacote de remuneração executiva frente ao mercado comparativo de referência no momento da outorga. O resultado é submetido à apreciação do Comitê de Gente e Remuneração e deliberação final do Conselho de Administração. A quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (três) anos variará entre 80% e 130%, em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto da administração e o retorno aos acionistas.

○ No caso do **Programa ILP Master** o período de carência é de 5 (cinco) anos e, para que possa receber as Ações Restritas, o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia, cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no 2º (segundo) dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o plano, ou, ainda, rever suas condições, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas, aprovados pela assembleia geral. A assembleia geral poderá, ainda, aprovar um novo plano de remuneração baseado em ações da Companhia, inclusive a fim de permitir a aquisição de ações que excedam os limites máximos aprovados no plano atual.

○ **Benefícios:** o pacote de benefícios é revisto anualmente, tendo em vista as práticas de mercado identificadas com o auxílio de consultorias especializadas no tema. Caso haja alguma proposta de alteração, ela deve ser sugerida pelo Comitê de Gente e Remuneração e aprovada pelo Conselho de Administração.

➔ principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho utilizados pela TOTVS para definir a remuneração variável de curto e longo prazos da Diretoria Estatutária estão diretamente conectados ao contexto do negócio e do setor de tecnologia. Eles são estruturados para impulsionar o crescimento sustentável da Companhia, garantindo alinhamento com os principais direcionadores de valor e com a estratégia corporativa de Sustentabilidade.

● **Remuneração Variável (Incentivo de Curto Prazo - Bonificação semestral):** os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação do Incentivo de Curto Prazo são:
○ **Gatilhos do programa:** EBITDA e receita recorrente + receita transacional da Companhia, bem como margem de contribuição e receita recorrente de cada negócio ou despesas de cada Diretoria, conforme definidos para o período pelo Conselho de Administração.
○ **Contratos de metas individuais:** o contrato de metas estabelecido para a Diretoria Estatutária da TOTVS é baseado em 4 pilares: (i) financeiro, (ii) projetos estratégicos, (iii) clientes e (iv) pessoas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Pilar	Indicadores típicos	Racional para estabelecer as métricas
Financeiro: Pesos entre 30% e 50%	Receita e EBITDA	Este pilar corresponde aos aspectos de performance financeira da Companhia que são impactados pelas decisões estratégicas estabelecidas. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todos os seus segmentos operacionais.
Estratégico: Pesos entre 25% e 45%	Projetos Relacionados a: • Crescimento; • Satisfação de Clientes; • Evolução do portfólio; • Eficiência Operacional; • Atração e Retenção de Pessoas; • Sustentabilidade do negócio.	Este pilar estabelece o grau de efetividade na execução do escopo proposto para os projetos considerados prioritários da Companhia. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração com base no ciclo 2026 - 2028 do Mapa Estratégico e considerando as prioridades definidas para o crescimento de longo prazo da Companhia e todos os seus segmentos operacionais.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

Clientes: Pesos entre 10% e 15%	Satisfação de clientes (NPS - *Net Promoter Score*)	Este pilar está relacionado à participação de mercado, à satisfação do cliente e à intensidade que cada segmento operacional apresenta em termos de capacitação e retenção de clientes. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todos os seus segmentos operacionais.
Pessoas: Pesos entre 10% e 30%	• Satisfação de funcionários (e-NPS - *employee Net Promoter Score*); • Retenção de talentos.	Este pilar corresponde à capacidade que a empresa possui para manter seu capital intelectual com elevado grau de motivação, satisfação interna e produtividade. As metas deste pilar são estabelecidas pelo Conselho de Administração, considerando aspectos como resultado performado no ano anterior, desafio operacional de crescimento e potencial futuro de expansão de mercado da Companhia e todos os seus segmentos operacionais.

A TOTVS tem evoluído de forma consistente sua estratégia de sustentabilidade, estruturando-a a partir de uma visão integrada entre impactos, riscos e oportunidades. Essa abordagem reconhece que a geração de valor no longo prazo depende da capacidade de antecipar tendências, fortalecer a resiliência operacional e adaptar o modelo de negócio às transformações regulatórias, tecnológicas, ambientais e sociais.

Nesse contexto, a sustentabilidade está incorporada aos mecanismos de gestão e desempenho da Companhia. Os indicadores estratégicos não se limitam à eficiência financeira e operacional, mas também consideram a capacidade de inovação, a leitura prospectiva de tendências e a adoção de respostas estruturadas às mudanças de mercado e às expectativas dos *stakeholders*. Essa integração contribui para ampliar a competitividade da TOTVS e sustentar sua trajetória de crescimento no longo prazo.

Para assegurar alinhamento consistente com essa diretriz, **100% das metas da Diretoria Executiva estão correlacionadas a pelo menos um dos oito temas materiais atualmente vigentes na Companhia**, organizados nos pilares Financeiros, Clientes, Pessoas e Projetos Estratégicos. A remuneração executiva reflete essa estrutura, ao vincular o desempenho da liderança à evolução desses temas e à criação de valor sustentável, conforme demonstrado na tabela a seguir.

CORRELAÇÃO ENTRE TEMAS MATERIAIS E PILARES DE METAS		
Pilar	**Indicadores**	**Temas materiais**
Financeiros	Incluem métricas como receita recorrente, custos e despesas operacionais, garantindo a solidez do negócio no longo prazo.	**Crescimento sustentável**
Clientes	Refletem a importância da experiência do cliente e a ampliação de oportunidades de negócios, por meio de métricas como NPS (*Net Promoter Score*).	**Crescimento sustentável**
Pessoas	Englobam retenção de talentos, índices de engajamento e fortalecimento do relacionamento com o ecossistema.	**Atração, retenção e desenvolvimento de pessoas**
Projetos Estratégicos	Abrangem eficiência operacional, sinergia de processos e iniciativas estruturantes para evolução dos negócios.	**Transformação e inovação em modelo de negócio e Segurança da informação, proteção e privacidade de dados**

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

Com essa estrutura, a TOTVS reforça seu compromisso com uma gestão que equilibra crescimento, inovação e desenvolvimento organizacional, garantindo que a remuneração executiva esteja alinhada à criação de valor sustentável e à evolução contínua da Companhia.

- **Remuneração Variável (Incentivo de Longo Prazo - Plano de Ações):** os indicadores de desempenho utilizados pelo Conselho de Administração para fixação da quantidade de ações a ser concedida no âmbito do Programa ILP Performance do Plano de Ações (**Incentivo de Longo Prazo**) se baseia na metodologia "9 Box", descrita acima. Conforme resumido no quadro a seguir, a quantidade de ações a serem concedidas podem ir de 0 a 130%, de acordo com resultado do enquadramento de cada Diretor(a) Estatutário(a) e Não Estatutário(a):

RESULTADOS (50%) \ COMPETÊNCIAS (50%)		
1A 100% do ILP Em média 5% dos participantes	**2A** Aceleração de 15% do ILP Em média 7,5% dos participantes	**3A** Aceleração de 30% do ILP Em média 10% dos participantes
1B Desaceleração de 50% do ILP Em média 5% dos participantes	**2B** 100% do ILP Em média 50% dos participantes	**3B** Aceleração de 15% do ILP Em média 7,5% dos participantes
1C 0% do ILP Em média 5% dos participantes	**2C** Desaceleração de 50% do ILP Em média 5% dos participantes	**3C** 100% do ILP Em média 5% dos participantes

Os indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia que determinarão a quantidade de ações a ser transferida para os Participantes, após o período de carência de 3 (três) anos, serão mensurados a partir da conjugação dos seguintes indicadores, considerando o ciclo de outorga:

Válido para o ciclo de outorga realizado em 2023 e 2024:

- ***Total Shareholder Return ("TSR"):*** retorno total do Acionista avaliado em relação ao IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Este indicador é alinhado com o princípio de Governança Corporativa, e reflete o comprometimento com os interesses dos acionistas, promovendo transparência e responsabilidade na gestão. A TOTVS faz parte deste índice desde 2021.
- **Evolução do EBITDA:** métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.
- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade. A relevância desse indicador é reforçada pelo diálogo contínuo com clientes, que participam ativamente dos processos de escuta estruturada da Companhia, incluindo as consultas realizadas para a revisão da Matriz de Materialidade. Esse engajamento assegura que as prioridades estratégicas estejam alinhadas às expectativas dos principais *stakeholders* externos e

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.1 Política ou prática de remuneração

fortalece a construção de relações de longo prazo, fundamentais para a perenidade e competitividade do negócio.

Válido para o ciclo de outorga realizado em 2025 e que será realizado em 2026 :

- ***Total Shareholder Return* ("TSR"):** retorno total do Acionista avaliado em relação ao IBrX-50 ajustado (considerando as empresas que compõem o índice e seus diferentes setores de atuação, excluindo as duas empresas com maior participação na composição do índice). Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Este indicador é alinhado com o princípio de Governança Corporativa, e reflete o comprometimento com os interesses dos acionistas, promovendo transparência e responsabilidade na gestão. A TOTVS faz parte deste índice desde 2021.
- **Evolução do EBITDA:** métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.
- **Satisfação dos clientes:** medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, refletindo a satisfação e a experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade. A relevância desse indicador é reforçada pelo diálogo contínuo com clientes, que participam ativamente dos processos de escuta estruturada da Companhia, incluindo as consultas realizadas no contexto da revisão da matriz de materialidade. Esse engajamento assegura que as prioridades estratégicas estejam alinhadas às expectativas dos principais *stakeholders* externos e fortalece a construção de relações de longo prazo, fundamentais para a perenidade e competitividade do negócio.
- **Permanência da TOTVS no índice Ibovespa.**

- **Remuneração Fixa (Curto Prazo) e Benefícios:** não existem critérios de desempenho atrelados à remuneração fixa e aos benefícios. O pacote é o mesmo para todos os diretores, podendo existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos com base no cargo e/ou na região em que o(a) Diretor(a) atua.

➔ **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Segue demonstrada, nas tabelas abaixo, a proporção de cada elemento na remuneração total de cada órgão em relação aos três últimos exercícios sociais:

DIRETORIA

Elemento de Remuneração	2025	2024	2023
Fixa	21%	20%	21%
Variável	76%	76%	74%
Benefícios	3%	4%	5%

O aumento da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa, ao longo dos anos, alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração de médio e longo prazos, com o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

ii. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades inerentes a cada cargo, com base nos valores praticados pelo mercado para profissionais que desempenham funções com complexidade similar. Além disso, busca-se alinhar os interesses entre os membros da administração e os acionistas, o que contribui para estimular e reter profissionais qualificados em seus cargos, assim como atrair novos profissionais, sempre que necessário.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração fixa do Conselho de Administração e os benefícios do Presidente do Conselho de Administração visam garantir paridade com práticas de mercado e com padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, fornecendo aos conselheiros formas de remuneração adequadas em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia.

- **Remuneração Fixa (com pagamento em Ações Restritas):** a remuneração dos membros do Conselho de Administração está alinhada ao propósito central do Conselho de estabelecer uma visão de sucesso de longo prazo da organização, e se justifica na medida em que:
  - Reforça a competitividade da Companhia na atração e retenção de profissionais qualificados, ao mesmo tempo em que sustenta a viabilidade dos negócios da Companhia;
  - Contribui para alcançar os objetivos estratégicos da Companhia, pois 20% da remuneração fixa total é paga em Ações Restritas, com liquidação diferida e transferência apenas após o decurso de 2 (dois) anos contados do término do ano mandato, sem qualquer vínculo com métricas de desempenho, permitindo alinhamento mais profundo dos Conselheiros com os acionistas no longo prazo (senso de *ownership*);
  - A estrutura de remuneração adotada observa as melhores práticas e tendências do mercado nacional e internacional. De acordo com a pesquisa anual "Práticas de Governança e Remuneração de Conselhos", conduzida pela consultoria de remuneração Korn Ferry e divulgada em dezembro de 2025 (relatório adquirido pela TOTVS), aproximadamente 16% das empresas adotam mecanismos de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração, predominantemente por meio da concessão de ações.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir paridade com práticas de mercado e padrões internacionais, representando a estratégia de atração e retenção de profissionais qualificados, bem como a sustentabilidade dos negócios da Companhia, combinando a remuneração fixa mensal com a remuneração variável semestral (curto prazo) e com o plano de remuneração em ações (médio e longo prazos), fornecendo aos executivos incentivos adequados em relação ao desempenho de longo prazo da Companhia. A estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento, senso de propriedade dos executivos, incentivo ao desempenho e crescimento sustentável da Companhia e maior alinhamento de interesses com os acionistas. Ao mesmo tempo, visa também garantir a retenção, especialmente no setor de tecnologia que apresenta competição global por talentos, pressão de custos e escassez de capital humano. Entendemos que um fator crítico de sucesso da Companhia é a capacidade de atrair e reter seus principais executivos e talentos, sendo a remuneração um elemento fundamental nesse contexto.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

A Sra. Tania Sztamfater Chocolat, membro do Conselho de Administração e que também integra Comitês de Assessoramento do Conselho, apresentou renúncia ao recebimento de remuneração no exercício de 2025, em razão de, à época, ocupar cargo na Canada Pension Plan Investment Board ("CPPIB"). A CPPIB possui políticas internas que vedam o recebimento de remuneração adicional por seus executivos.

Os demais membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento do Conselho são remunerados, excetuando-se os Diretores Estatutários no que se refere à sua eventual participação em Comitês de Assessoramento do Conselho.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração de administradores estatutários suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

O contrato dos Diretores Estatutários prevê o pagamento de indenização exclusivamente na hipótese da destituição do(a) diretor(a) ocorrer após determinadas alterações societárias relevantes, como alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00		15,00
Nº de membros remunerados	7,00	8,00		15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.662.720,70	14.027.790,25		20.690.510,95
Benefícios direto e indireto	175.997,57	2.756.651,01		2.932.648,58
Participações em comitês	2.299.554,86	0,00		2.299.554,86
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	23.238.708,73		23.238.708,73
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores da remuneração variável contemplam metas de performance de longo prazo acompanhadas pelo Conselho de Administração		
Pós-emprego	0,00	598.575,86		598.575,86
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.716.329,42	29.124.758,55		31.841.087,97
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP		
Total da remuneração	11.854.602,55	69.746.484,40		81.601.086,95

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,08		14,08
Nº de membros remunerados	6,00	7,08		13,08
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.155.603,56	12.100.196,39		17.255.799,95
Benefícios direto e indireto	159.691,82	2.022.330,10		2.182.021,92
Participações em comitês	1.877.224,61	0,00		1.877.224,61
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	19.810.564,49		19.810.564,49
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Os valores da remuneração variável contemplam metas de performance de longo prazo acompanhadas pelo Conselho de Administração		
Pós-emprego	0,00	468.085,70		468.085,70
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	3.779.804,36	24.590.527,16		28.370.331,52
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP		
Total da remuneração	10.972.324,35	58.991.703,84		69.964.028,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	8,00	1,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	8,00	1,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.893.099,14	11.287.422,60	127.029,96	15.307.551,70
Benefícios direto e indireto	140.232,10	2.052.590,68	0,00	2.192.822,78
Participações em comitês	1.381.785,29	0,00	0,00	1.381.785,29
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	9.063.895,04	0,00	9.063.895,04
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	7.764.887,06	0,00	7.764.887,06
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	456.789,68	0,00	456.789,68
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	4.730.347,48	21.962.110,14	0,00	26.692.457,62
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP	Considerando o fim do mandato do Conselho Fiscal em abril/2024	
Total da remuneração	10.145.464,01	52.587.695,20	127.029,96	62.860.189,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	7,00	2,00	16,00
Nº de membros remunerados	6,00	7,00	2,00	15,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.647.049,86	9.580.984,84	283.288,07	13.511.322,77
Benefícios direto e indireto	137.838,59	1.728.492,38	0,00	1.866.330,97
Participações em comitês	1.357.380,96	0,00	0,00	1.357.380,96
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	11.753.034,38	0,00	11.753.034,38
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
Pós-emprego	0,00	419.147,80	0,00	419.147,80
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	5.431.249,65	21.972.658,21	0,00	27.403.907,86
Observação	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual de cada órgão, apurado mensalmente, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP	O Conselho Fiscal foi instalado após a Assembleia de 19/04/2023	
Total da remuneração	10.573.519,06	45.454.317,61	283.288,07	56.311.124,74

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00		**15,00**
N° de membros remunerados	7,00	8,00		**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2836088,59		**2.836.088,59**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	11344354,36		**11.344.354,36**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	11344354,36		**11.344.354,36**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3036088,59		**3.036.088,59**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	12144354,36		**12.144.354,36**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	12144354,36		**12.144.354,36**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,08		**14,08**
N° de membros remunerados	6,00	7,08		**13,08**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2691537,96		**2.691.537,96**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2691537,96		**2.691.537,96**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	10766151,85		**10.766.151,85**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	9044412,64		**9.044.412,64**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	8,00	1,00	**16,00**
N° de membros remunerados	6,00	8,00	1,00	**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2265973,76	0,00	**2.265.973,76**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	9063895,04	0,00	**9.063.895,04**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1941221,76	0,00	**1.941.221,76**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	7764887,06	0,00	**7.764.887,06**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,00	7,00	2,00	**16,00**
N° de membros remunerados	6,00	7,00	2,00	**15,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2094594,85	0,00	**2.094.594,85**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	8378379,40	0,00	**8.378.379,40**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	843663,74	0,00	**843.663,74**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3374654,98	0,00	**3.374.654,98**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4. Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia possui atualmente vigente um Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025, o qual substituiu integralmente o Plano de Incentivo Baseado em Ações anteriormente vigente, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023. É importante ressaltar que as concessões de Ações Restritas realizadas de acordo com o Plano de Incentivo Baseado em Ações até 31 de dezembro de 2024 permanecem válidas e em vigor, sendo observados integralmente os seus respectivos termos e condições, inclusive no que se refere às obrigações remanescentes decorrentes dessas concessões. As novas concessões passaram a ser realizadas exclusivamente no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Ações.

DESCRIÇÃO DO PLANO DE INCENTIVO BASEADO EM AÇÕES

a. termos e condições gerais

O Plano de Incentivo Baseado em Ações é administrado pelo Comitê Gente e Remuneração ("Comitê"), ou outro Comitê que venha a ser especificamente formado ou designado pelo Conselho de Administração para administrar o Plano, cujos membros não sejam Participantes elegíveis no âmbito do referido Plano.

O Comitê que tem amplos poderes para administrá-lo e interpretá-lo, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(i) aprovar os Programas previstos no Plano, bem como seu respectivo regulamento;
(ii) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração do Plano, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas;
(iii) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar do Plano, aqueles que dele participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;
(iv) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante, observado o limite quantitativo previsto na Cláusula 7 do plano;
(v) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;
(vi) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à administração do Plano, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que: (a) tais alterações não violem as disposições do Plano ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com o Plano, não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;
(vii) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com o Plano; e
(viii) dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

As deliberações do Comitê têm caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância do Plano, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante pode integrar o Comitê, nem participar de discussões em seu âmbito relativamente ao Plano ou a qualquer Programa ou Contrato, e, caso um membro do Comitê venha a ser indicado a participar de qualquer dos Programas, sua adesão ficará condicionada à prévia renúncia ao cargo de membro do Comitê.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nenhum Participante pode, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo ao Plano, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito deste Plano.

O Plano de Incentivo Baseado em Ações entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022, tendo sido integralmente substituído pelo Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025.

Apresentamos, abaixo, um resumo das possíveis outorgas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações:

	Programa ILP Destaques	Programa ILP Performance	Programa ILP Master	Outorga Conselho
Elegibilidade	Participantes da Companhia considerados "Destaque do Ano"	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior, sejam empregados ou administradores estatutários	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-los), sejam eles empregados ou administradores estatutários	Membro do Conselho de Administração
Período de carência	3 anos	3 anos	5 anos	2 anos após término do mandato
Racional da concessão	Baseado na performance realizada no ano anterior da concessão		Racional definido pelo Comitê de Gente e Remuneração	Não baseado em performance.
Montante das outorgas	Montante financeiro por nível de carreira	Presidente do Conselho: Montante financeiro aprovado em Assembleia Ordinária Demais participantes: Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro definido pelo Comitê de Gente e Remuneração	Valor fixo de 20% da remuneração fixa total
Principais indicadores de desempenho 2025	Atingimento da matriz 9 BOX (0% a 130%)	Presidente do Conselho: (i) avaliação do Conselho de Administração (peso 50%); (ii) métricas de desempenho de longo prazo da Companhia (peso 30%); e (iii) TSR vs IBrX 50 (peso 20%) Demais participantes: atingimento da matriz 9 BOX (0% a 130%) somado aos indicadores de performance após período de carência (80% a 130%): (i) TSR vs IBrX 50 (peso 50%); (ii) EBITDA vs IPCA (peso 30%); e (iii) NPS (peso 20%)	Não aplicável	Não aplicável

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo Baseado em Ações foi aprovado por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 20 de abril de 2021 e aditado em 19 de abril de 2023.

c. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Ações Restritas que poderiam ser concedidas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações, vigente até sua substituição pelo Plano de Remuneração Baseado em Ações, estava limitado a 5,68% (cinco vírgula sessenta e oito por cento) do capital social da Companhia, conforme aprovado à época. O referido plano é mantido neste documento exclusivamente para fins de registro histórico, não sendo aplicável a novas concessões.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não serão outorgadas opções de ações em decorrência do Plano de Incentivo Baseado em Ações, exclusivamente composto por Ações Restritas.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas, o respectivo Participante deverá: (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao termo final do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso as datas de comprovação da titularidade das ações referidas na sentença anterior coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, far-se-á a verificação no segundo dia útil imediatamente posterior à data em que se encerrar o período de vedação respectivo às Ações Restritas. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do período de carência.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes, após o período de carência de 3 (três) anos, variará entre 80% e 130% em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos contratos, com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas.

Para a primeira concessão, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2022, a performance, para fins de apuração do programa, foi mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

- *Total Shareholder Return* ("TSR"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrX-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do Lucro por Ação ("LPA"): métrica que mede a relação entre o lucro líquido da operação continuada da Empresa e a quantidade de ações que faz parte do Capital Social da Empresa.

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de NPS (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Para a segunda concessão, deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2023, a performance, para fins de apuração do programa, foi mensurada a partir da conjugação dos seguintes indicadores:

- *Total Shareholder Return* ("*TSR*"): retorno total do Acionista avaliado em relação ao TSR das empresas que compõem o índice IBrx-50. Como referência, esse índice indica o desempenho médio das cotações dos 50 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro. Desde 2021, a TOTVS faz parte deste índice.

- Evolução do EBITDA: métrica que mede o crescimento do EBITDA ajustado da empresa ao longo dos anos relativo a índice de mercado.

- Satisfação dos clientes: medido através do indicador de *NPS* (*Net Promoter Score*), que tem como objetivo medir o grau de lealdade dos clientes das empresas de qualquer segmento, trazendo reflexos da experiência dos clientes. Este indicador é amplamente utilizado por grande parte das empresas em virtude da sua simplicidade, confiabilidade e flexibilidade.

Os indicadores de desempenho observados em cada um dos anos estão estritamente relacionados ao negócio e setor específico em que a empresa opera e são, especialmente, aplicáveis aos principais direcionadores de valor da TOTVS. O conjunto destas três métricas permite um acompanhamento mais completo do desempenho da empresa.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, conforme aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão ("**Contrato**").

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações estará sujeita (i) à celebração de Contrato com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações estabelecidos no Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas nos respectivos Programas e Contratos.

O **Programa ILP Destaques** está sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

O **Programa ILP Performance** está sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O **Programa ILP Master** está sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

A **Outorga ao Conselho** corresponde a 20% da remuneração fixa total de cada membro do Conselho de Administração, observado (i) o limite global de remuneração aprovado em Assembleia Geral e a fixação da remuneração individual dos administradores aprovada pelo Conselho de Administração, e (ii) o critério de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

conversão previsto na Cláusula 8.2 do Plano de Incentivo Baseado em Ações. Estará sujeito a um período de carência de 2 (dois) anos contados do encerramento do respectivo mandato do Beneficiário, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito da Outorga ao Conselho.

Observado o limite máximo de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações, e considerando o número de Ações Restritas a serem entregues aos Participantes no âmbito dos Programas, o Comitê poderá, com o objetivo de atrair e reter determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou de sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações para realizar concessões adicionais de Ações Restritas aos Participantes, em número limitado. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento do Participante e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê, conforme estabelecidos nos respectivos Contratos. O período de carência a ser fixado pelo Comitê para esse fim será de, pelo menos, 3 (três) anos contados da data de outorga das Ações Restritas.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano de Incentivo Baseado em Ações tem, dentre outros, o objetivo de outorgar um incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do artigo 168, §3º da Lei das S.A., mas de remuneração baseada na entrega de Ações Restritas aos Participantes.

Não obstante, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano de Incentivo Baseado em Ações, corresponde à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

A transferência das Ações Restritas estará sujeita a um Período de Carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Os Participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do Período de Carência aplicável, observadas as regras específicas previstas no Plano de Incentivo Baseado em Ações, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por justa causa, em que o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem justa causa ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento parcial das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória; ou (iv) por falecimento, desaparecimento e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

h. Forma de liquidação

Conforme mencionado no item "e" acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da concessão de ações de emissão da Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano de Incentivo Baseado em Ações, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante fará jus ao recebimento das Ações Restritas, no prazo de 60 (sessenta) dias do término do respectivo período de carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Caso a Companhia opte por realizar pagamento em dinheiro, o preço por ação corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da concessão ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações.

i. Restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição, devendo, no entanto, observar o disposto na Política de Divulgação de Informações Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Exceto no tema relativo às Outorgas ao Conselho, o Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano de Incentivo Baseado em Ações, ou, ainda, rever as condições do Plano de Incentivo Baseado em Ações, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

O Comitê poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano de Incentivo Baseado em Ações, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Incentivo Baseado em Ações.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano de Incentivo Baseado em Ações, note-se que na hipótese de Troca de Controle (conforme definido no Plano) da Companhia, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao pagamento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê, poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano de Incentivo Baseado em Ações poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes, sejam empregados e/ou administradores estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor(a) estatutário(a) da Companhia e/ou com sociedades controladas pela Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir, a qualquer tempo, o relacionamento com o Participante.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do Participante por sua iniciativa ou por justa causa, a qualquer momento durante os Períodos de Carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do desligamento, por força do decurso dos Períodos de Carência aplicáveis.

Em caso de desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem justa causa, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das ações somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver ao menos 15 (quinze) dias trabalhados.

Em caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato.

Na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Os demais casos de desligamento não previstos acima serão regulados pelo Comitê.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, desaparecimento ou declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

DESCRIÇÃO DO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

a. Termos e condições gerais

Os Programas (que não abarcam as Outorgas ao Conselho) serão administrados pelo Comitê, que terá poderes para interpretá-los, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

(a) aprovar os Programas previstos no Plano, bem como seus respectivos regulamentos;

(b) decidir sobre todas e quaisquer providências relativas à administração dos Programas, e interpretar e aplicar as normas gerais ora estabelecidas, observado o disposto na Cláusula 4.1.4 do Plano;

(c) selecionar, dentre as pessoas elegíveis a participar dos Programas, aqueles que participarão em determinado exercício social ou fixar os critérios para sua determinação;

(d) determinar o número de Ações Restritas a ser conferido para cada Participante no âmbito dos Programas, observado o limite quantitativo previsto na Cláusula 3.1 do Plano;

(e) aprovar o Contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada um dos Participantes;

(f) aditar as disposições dos Programas conforme necessário à sua administração, bem como ao atendimento dos interesses da Companhia, na medida em que: (a) tais alterações não violem as disposições deste Plano ou dos Programas; ou (b) os direitos dos Participantes decorrentes de, ou relacionados com os Programas não sejam prejudicados; estando excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Comitê em decorrência de alterações implementadas na legislação vigente;

(g) analisar casos excepcionais decorrentes de, ou relacionados com os Programas de Incentivo de Longo Prazo; e

(h) exclusivamente no tocante aos Programas, dirimir dúvidas quanto à interpretação das normas gerais estabelecidas no Plano e tratar dos casos omissos.

As deliberações do Comitê terão caráter vinculante para a Companhia e para os Participantes, quando tomadas em observância do Plano, do respectivo Programa ou da legislação aplicável.

Nenhum Participante poderá participar de discussões no âmbito do Comitê relativamente ao Plano ou a qualquer Programa ou Contrato.

Nenhum Participante poderá, ainda, em quaisquer outros órgãos da administração da Companhia, participar das discussões ou votar em qualquer matéria em que o Participante tenha um potencial interesse relativo ao Plano, aos Programas ou a qualquer Contrato, bem como com relação à sua remuneração individual no âmbito do Plano.

O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à outorga de Ações Restritas ao Conselho de Administração, nos termos do Capítulo III, sendo a Diretoria o órgão competente para implementar a Outorga ao Conselho, nos termos deste Plano, conforme aprovado pela Assembleia Geral.

O Plano de Remuneração Baseado em Ações, entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, realizada em 23 de abril de 2025, e permanecerá vigente até o dia 31 de dezembro de 2035.

Indicam-se, a seguir, as principais características do Plano de Remuneração Baseado em Ações:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- **"Ações**" significa as ações ordinárias de emissão da Companhia.

- "**Ações Restritas**" significa as Ações que serão entregues/transferidas, nos termos do Plano (incluindo aquelas entregues/transferidas na forma do Capítulo III) e dos Programas.

- "**CLT**" significa a Consolidação das Leis do Trabalho.

- "**Comitê**" significa o Comitê de Gente e Remuneração da Companhia, conforme previsto em seu estatuto social, ou outro Comitê que venha a ser especificamente formado ou designado pelo Conselho de Administração para administrar o Plano, conforme aplicável.

- "**Conselho de Administração**" significa o Conselho de Administração da Companhia.

- "**Contrato**" significa o Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, aprovado pelo Comitê, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ou membro do Conselho de Administração no âmbito deste Plano e, quando aplicável, dos respectivos Programas.

- **"Companhia**" significa a TOTVS S.A.

- "**Desligamento**" significa qualquer ato ou fato que ponha fim à relação jurídica entre, de um lado, do Participante ou conselheiro de administração, e do outro, a Companhia, exceto nos casos de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social em razão de invalidez permanente, falecimento ou declaração judicial de ausência em face de desaparecimento do Participante ou do conselheiro de administração, conforme o caso. Desligamento abrange, entre outras, as hipóteses de desligamento voluntário, pedido de demissão, renúncia ao cargo, destituição, substituição ou não reeleição como administrador sem vínculo de emprego e rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, com ou sem Justo Motivo, por iniciativa de qualquer das partes ou por mútuo acordo.

- "**Diretoria**" significa a diretoria estatutária da Companhia.

- "**Estatuto Social**" significa o Estatuto Social da Companhia.

- "**Justo Motivo**" significa a prática de ato em violação à Lei, ao Estatuto Social, ou às políticas e/ou regulamentos da Companhia e/ou de quaisquer de suas controladas (conforme aplicável), e/ou, ainda, qualquer ato equiparável à justa causa, nos termos do art. 482 do Decreto-Lei nº 5.452/43 (CLT).

- "**Lei das S.A.**" significa a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

- "**Outorga ao Conselho**" tem o significado atribuído na Cláusula 15.1 deste Plano.

- "**Participantes**" significa os empregados e administradores da Companhia (exceto os membros do Conselho de Administração) e de suas controladas, que sejam considerados elegíveis no âmbito de cada um dos Programas de Incentivo de Longo Prazo.

- "**Períodos de Carência**" significa o Período de Carência do Programa ILP Destaques, o Período de Carência do Programa ILP Performance e o Período de Carência do Programa ILP Master, em conjunto.

- "**Período de Carência do Programa ILP Destaques**" significa o período de carência de 3 (três) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques, momento no qual a Companhia estará obrigada a transferir tais Ações Restritas ao Participante, nos termos do Contrato e observado o disposto na Cláusula 6.1 do Plano.

- **Período de Carência do Programa ILP Performance**" significa o período de carência de 3 (três) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance. A transferência de tais Ações Restritas pela Companhia ao Participante estará condicionada ao atingimento dos indicadores de performance de longo prazo, internos e externos, conforme venha a ser previsto no respectivo Contrato e à observância do disposto na Cláusula 6.1 do Plano.

- "**Período de Carência do Programa ILP Master"** significa o período de carência de 5 (cinco) anos, contado a partir da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master, momento no qual a Companhia estará obrigada a transferir tais Ações Restritas ao Participante, nos termos do Contrato e observado o disposto na Cláusula 6.1 deste Plano.

- "**Plano**" significa o Plano de Remuneração Baseado em Ações.

- "**Programas**" ou "**Programas de Incentivo de Longo Prazo**" significam, em conjunto, o **Programa ILP Destaques**, o **Programa ILP Performance** e o **Programa ILP Master**, e **não** abarcam as Outorgas ao Conselho.

- "**Programa ILP Destaques**" significa o programa, sujeito ao presente Plano, no qual o Comitê poderá, anualmente e a seu exclusivo critério e com base em avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, a qual inclui critérios objetivos como resultado, potencial e competências e é informada aos respectivos Participantes, indicar determinados empregados da Companhia e/ou de sociedades controladas em cargos não executivos (abaixo de gerente executivo ou de outro cargo que venha a substituí-lo) que sejam considerados, na referida avaliação como "Destaques do Ano". Embora seja possível, não há qualquer regra que determine a indicação do mesmo Participante em anos consecutivos.

- "**Programa ILP Master**" significa o programa, sujeito ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, destinado a um grupo seleto de indivíduos considerados chave e críticos para a Companhia e/ou de sociedades controladas. Anualmente o Comitê poderá indicar, a seu exclusivo critério, Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-los), sejam eles empregados ou administradores estatutários. A elegibilidade ao Programa ILP Master está sujeita à avaliação de performance individual, conduzida com base em uma metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, e que é informada aos respectivos Participantes, a qual inclui critérios como resultado, potencial e competências. Para fazer jus às Ações Restritas, o Participante deverá cumprir a "diretriz de propriedade de ações" que exige a sua comprovação de titularidade de Ações, cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Essa comprovação deve ocorrer: (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga das Ações Restritas; (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao término do referido período de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega/transferência das Ações Restritas pela Companhia; e (iii) na data da efetiva entrega/transferência das Ações Restritas pela Companhia. Caso qualquer uma dessas datas de comprovação coincida com períodos de vedação da negociação de Ações, a verificação será realizada no 2º (segundo) dia útil subsequente ao encerramento do respectivo período de vedação. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do Período de Carência do Programa ILP Master. A responsabilidade pelo cumprimento dessas condições é exclusiva do Participante, que deverá considerar, para atingimento e manutenção das condições, as eventuais variações em seu salário bruto fixo mensal, bem como nas eventuais variações do valor de mercado da ação da Companhia. Embora seja possível, não há qualquer regra que determine a indicação do mesmo Participante em anos consecutivos.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- "**Programa ILP Performance**" significa o programa, sujeito ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, no qual executivos da Companhia e/ou de sociedades controladas poderão ser indicados anualmente pelo Comitê, a seu exclusivo critério. São elegíveis Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-lo), sejam eles empregados ou administradores estatutários, observado o atingimento dos indicadores de performance de longo prazo internos e externos da Companhia estabelecidos anualmente pelo Conselho de Administração e informados aos Participantes, e a avaliação de performance individual, que adota metodologia objetiva aprovada pelo Conselho de Administração, também informada aos respectivos Participantes, e inclui critérios como resultado, potencial e competências.

- "**Troca de Controle**" significa qualquer um dentre os seguintes eventos: (i) a aquisição, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da Companhia; ou (ii) uma reorganização societária, incluindo fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão seguida de incorporação da parcela cindida ou qualquer operação semelhante que resulte na titularidade, por um acionista ou grupo de acionistas representando um interesse comum, de 30% ou mais das ações representativas do capital social da sociedade resultante.

Apresentamos, abaixo, um resumo das possíveis outorgas no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Ações:

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL (INCENTIVO DE LONGO PRAZO) - DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA			
Características	**Programa ILP Destaques**	**Programa ILP Performance**	**Programa ILP Master**
Elegibilidade	Participantes em cargos não executivos (abaixo de gerente executivo) da Companhia considerados "Destaque do Ano"	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior, sejam empregados ou diretores estatutários	Participantes que ocupem o cargo de gerente executivo ou superior (ou outros cargos que venham a substituí-los), sejam eles empregados ou administradores estatutários
Período de carência	3 anos	3 anos	5 anos
Racional da concessão	Baseado na performance realizada no ano anterior da concessão		Racional definido pelo Comitê de Gente e Remuneração
Montante das outorgas	Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro por nível de carreira	Montante financeiro definido pelo Comitê de Gente e Remuneração
Principais indicadores de desempenho 2025	Posição do box na matriz "9 BOX" de Performance anual (entre 0% a 130%)	Posição do box na matriz "9 BOX" de Performance anual (entre 0% a 130%) somada aos indicadores de performance após período de carência (entre 80% a 130%): (i) TSR TOTS3 vs. IBrX 50 ajustado (peso 30%); (ii) crescimento EBITDA vs. IPCA (peso 40%); (iii) NPS (peso 20%); e (IV) permanência no da TOTS3 no índice Ibovespa (peso 10%)	Posição do box na matriz "9 BOX" de Performance anual

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

REMUNERAÇÃO FIXA (PAGAMENTO EM AÇÕES RESTRITAS) - MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Características	**Outorga Conselho**
Elegibilidade	Membros do Conselho de Administração, incluindo Presidente do Conselho de Administração
Transferência das Ações	4 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 1º Ano Mandato e 3 anos após a Outorga ao Conselho realizada no 2º Ano Mandato, conforme aplicável
Racional da concessão	Não baseado em performance
Montante das outorgas	Valor fixo de 20% da remuneração fixa total para os membros do Conselho de Administração
Principais indicadores de desempenho	Não aplicável

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Remuneração Baseado em Ações foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de abril de 2025.

c. Número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações que poderão ser concedidas no âmbito do Plano não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. Para fins de esclarecimento, as ações a serem entregues aos beneficiários do Plano de Remuneração Baseado em Ações são Ações Restritas mantidas em tesouraria, não havendo, portanto, emissão de novas ações ou diluição da participação dos acionistas. Não obstante, o limite estabelecido está alinhado às práticas de mercado e às características da Companhia, considerando seu porte, estrutura acionária, histórico de crescimento, situação financeira e práticas de remuneração de longo prazo. Ademais, conforme divulgado pela Companhia, o *free float* corresponde a aproximadamente 89% do capital social, o que assegura adequada liquidez das ações em circulação mesmo com a implementação do Plano.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções de ações em decorrência do Plano, exclusivamente de remuneração baseado na entrega de Ações Restritas.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição serão aplicáveis de acordo com o respectivo Programa do qual o Participante seja elegível a participar. Não obstante, ficará a cargo do Comitê, observados os critérios de seleção de cada um dos Programas, realizar anualmente a seleção dos Participantes de cada um dos Programas.

Cumpre ressaltar que as Outorgas ao Conselho, realizadas em consonância com o Capítulo III do Plano de Remuneração Baseado em Ações, não estarão sujeitas às regras estabelecidas pelo Plano relacionadas a metas ou avaliação de desempenho. O Comitê não será competente para definir, nem poderá alterar as regras relativas à referida Outorga ao Conselho, nos termos do Capítulo III do Plano de Remuneração Baseado em Ações, sendo a Diretoria competente para implementar a outorga aos membros do Conselho de Administração, nos termos do Plano, conforme aprovado pela Assembleia Geral. Havendo omissão no tocante ao disposto no Capítulo III, deverá necessariamente ser ouvida a Assembleia Geral.

Especificamente para o Programa ILP Master, para que possa receber as Ações Restritas o respectivo Participante deverá (i) no termo final do período de 3 (três) anos que se seguir à data da outorga das Ações Restritas, (ii) no último dia dos meses de maio, agosto e novembro seguintes ao término do referido período

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

de 3 (três) anos até a data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, e (iii) na data da efetiva entrega das Ações Restritas pela Companhia, comprovar ser titular de ações da Companhia cujo valor de mercado corresponda a 12 (doze) salários brutos fixos mensais. Caso qualquer uma dessas datas de comprovação coincidam com períodos de vedação da negociação de ações da Companhia, a verificação será realizada no 2º (segundo) dia útil subsequente ao encerramento do respectivo período de vedação. Caso o Participante não cumpra qualquer uma destas condições, não fará jus ao recebimento das Ações Restritas ao final do Período de Carência do Programa ILP Master.

Especificamente para o Programa ILP Performance, a quantidade de Ações Restritas a ser transferida para os Participantes após o período de carência de 3 (anos) variará em função do atingimento de metas de performance de longo prazo fixadas e previstas nos respectivos Contratos (conforme abaixo definido), com foco no adequado balanceamento entre o impacto do management e o retorno aos acionistas.

Cada um dos Participantes deverá celebrar Contrato de Concessão de Ações e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante no âmbito dos respectivos Programas, o qual disporá sobre a outorga das Ações Restritas correspondentes, bem como os termos e condições para sua concessão ("Contrato").

A obrigação da Companhia de transferir Ações Restritas no âmbito do Plano estará sujeita (i) à celebração dos respectivos Contratos com cada um dos Participantes, (ii) à continuidade do vínculo empregatício e/ou estatutário, conforme o caso, de cada Participante com a Companhia e/ou suas sociedades controladas até o término do período de carência aplicável, conforme detalhado abaixo; (iii) ao atendimento das metas de performance fixadas para os Participantes, no caso do Programa ILP Performance, conforme previsto nos respectivos Contratos; (iv) ao atendimento da diretriz de propriedade de ações, no caso do Programa ILP Master e (v) a outras condições eventualmente previstas nos respectivos Programas e Contratos.

O **Programa ILP Destaques** está sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Destaques.

O **Programa ILP Performance** está sujeito a um período de carência de 3 (três) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Performance.

O **Programa ILP Master** estará sujeito a um período de carência de 5 (cinco) anos contados da assinatura do respectivo Contrato, após o qual o Participante adquire o direito de tornar-se titular das Ações Restritas outorgadas no âmbito do Programa ILP Master.

O Comitê poderá, adicionalmente, com o objetivo de atrair determinados indivíduos-chave para a Companhia e/ou para as sociedades controladas pela Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito do Plano de Remuneração Baseado em Ações para concessões a esses indivíduos que se pretende atrair, em número restrito. Tais concessões adicionais estarão sujeitas a eventuais períodos de carência, regras de desligamento e outros termos e condições específicas livremente fixados pelo Comitê, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Contratos.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano tem, dentre outros, o objetivo de (i) servir de instrumento de incentivo de longo prazo aos Participantes por meio da concessão de Ações Restritas de emissão da Companhia, sem o pagamento de preço de exercício pelos Participantes e (ii) remunerar os membros do Conselho de Administração,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

outorgando-lhes Ações Restritas como parte de sua remuneração fixa. Não se trata, portanto, de uma opção de compra de ações, nos moldes do art. 168, § 3º da Lei nº 6.404/76, mas de remuneração baseada na entrega de ações aos Participantes e aos membros do Conselho de Administração, observado o disposto no Capítulo III do Plano.

Não obstante, para fins de esclarecimento, o preço de referência por Ação Restrita, para os fins dos Programas, corresponderá à média da cotação de fechamento das ações da Companhia nos 60 (sessenta) últimos pregões do ano anterior à outorga ou outro valor de acordo com critério determinado pelo Comitê que reflita o valor de mercado das Ações Restritas.

No âmbito da parcela fixa da remuneração paga aos membros do Conselho, o número de Ações Restritas a serem outorgadas será estipulado com base: (i) no valor fixo da remuneração do Conselho de Administração paga em Ações Restritas, observado os percentuais constantes da Cláusula 15.3 do Plano; (ii) dividido pela média da cotação de fechamento das Ações nos 60 (sessenta) últimos pregões anteriores à data da outorga.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Conforme detalhado no item anterior, o Plano não contempla opção de compra de ações, de modo que não há o exercício, propriamente dito, pelos Participantes. Não obstante, para fins de clareza, os Períodos de Carência para a entrega/transferência das Ações Restritas no âmbito dos Programas estão descritos a seguir.

Com exceção dos membros do Conselho de Administração, cujos critérios estão mencionados abaixo, a transferência das Ações Restritas estará sujeita a um Período de Carência de 3 (três) a 5 (cinco) anos, conforme detalhado no item "d" acima. Os Participantes farão jus ao recebimento integral das Ações Restritas se estiverem vinculados à Companhia até o término do Período de Carência aplicável ao Programa, observadas as regras específicas previstas no Plano, nos Programas e nos Contratos, principalmente nas hipóteses de desligamento do Participante (i) por sua iniciativa ou por Justo Motivo em que o participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas; (ii) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo ou por mútuo acordo, em que o Participante poderá fazer jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas; (iii) por aposentadoria compulsória, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas; ou (iv) por falecimento, ausência reconhecida judicialmente e/ou invalidez permanente, em que o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas.

Em caso de desligamento de Participante membro da Diretoria Estatutária da Companhia (e não de qualquer outro Participante) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, o Participante membro da Diretoria Estatutária da Companhia (e não de qualquer outro Participante) terá direito ao recebimento integral, findo os Períodos de Carência aplicáveis, das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito do Plano. O disposto acima não se aplicará à hipótese de não reeleição do Participante como diretor(a) estatutário(a) da Companhia.

No âmbito do Conselho de Administração, as Ações Restritas serão outorgadas a cada membro, no início de cada ano-mandato de 12 (doze) meses contados da data de sua posse. A transferência ao respectivo membro do Conselho de Administração ocorrerá após o período de 2 (dois) anos contados do encerramento do respectivo mandato do membro do Conselho de Administração, sendo que a transferência das Ações Restritas se dará em até 60 (sessenta) dias findo o referido período, ressalvados os casos de desligamento, renúncia, término do mandato sem reeleição ou término do mandato em virtude de falecimento ou invalidez permanente do membro do Conselho de Administração (conforme previsto na Cláusula 15.4 do Plano).

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

h. Forma de liquidação

Conforme mencionado no item "e" acima, trata-se da outorga de um incentivo de longo prazo aos Participantes, por meio da entrega de ações de emissão da Companhia, sem qualquer contraprestação financeira correspondente por parte dos Participantes. Desse modo, uma vez atendidas as condições previstas no Plano, nos Programas e no respectivo Contrato, o Participante fará jus ao recebimento das Ações Restritas, dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias do término do respectivo Período de Carência, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a respectiva transferência.

A Companhia poderá, a seu critério, de forma alternativa à entrega das Ações Restritas ao Participante, realizar pagamento em dinheiro do valor equivalente às Ações Restritas a que o Participante faria jus. Na hipótese de pagamento em dinheiro, o valor a ser pago ao Participante deverá ser equivalente ao número de Ações Restritas a que o Participante tiver o direito de receber da Companhia, multiplicado pela cotação de fechamento das Ações da Companhia no dia da efetivação da transferência, após o término do Período de Carência, deduzido do Imposto de Renda Retido na Fonte e demais tributos eventualmente devidos pelo Participante.

i. Restrições à transferência das ações

Após sua transferência aos Participantes, esses poderão vender, transferir ou, de qualquer forma, alienar as Ações Restritas sem qualquer restrição.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Exceto pelo disposto no Capítulo III do Plano, o Comitê de Gente e Remuneração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá extinguir ou suspender o Plano, ou, ainda, rever as condições do Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos, especialmente os limites máximos para a transferência de Ações Restritas aprovados pela Assembleia Geral.

O Comitê poderá, ainda, no tocante aos Programas, estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Plano, podendo inclusive deliberar sobre a concessão de Ações Restritas adicionais, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes e respeitado o limite ao número total de Ações Restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano.

Embora não implique na extinção, suspensão ou alteração do Plano, note-se que na hipótese de Troca de Controle (conforme definido no Plano) da Companhia, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses. Ressalva-se que o mesmo se aplica para o Participante que seja diretor estatutário da Companhia que se desligue por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo ou por iniciativa do Participante, em ambas as hipóteses, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses do evento de Troca de Controle, observados os indicadores de performance existentes.

Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente ou, em sendo a sociedade remanescente, deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores, os Contratos em vigor, a critério do Comitê,

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

poderão: (i) ser transferidos para a companhia sucessora; ou (ii) ter seus Prazos de Carência antecipados, conforme aplicável.

k. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes, sejam empregados e/ou administradores estatutários, conforme o caso, além daqueles inerentes às Ações Restritas, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado e/ou diretor(a) estatutário(a) da Companhia e/ou com sociedades controladas pela Companhia, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou de administração (no caso dos Participantes estatutários sem vínculo empregatício), de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

Em caso de Desligamento do Participante por sua iniciativa ou por Justo Motivo, a qualquer momento durante os Períodos de Carência, conforme aplicáveis, o Participante deixará de fazer jus ao direito de receber Ações Restritas. Não obstante, o Participante conservará o direito de titularidade sobre eventuais Ações Restritas que sejam de sua titularidade ao tempo do Desligamento, por força do decurso dos Períodos de Carência aplicáveis.

Exceto pelo disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano, em caso de Desligamento do Participante por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, ou por mútuo acordo, o Participante fará jus ao recebimento proporcional das Ações Restritas objeto da outorga, conforme o tempo já transcorrido dos Períodos de Carência aplicáveis calculados até a efetiva data de Desligamento, sendo que, no caso do Programa ILP Performance, a transferência das Ações Restritas somente será devida ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no Contrato. Considera-se como mês trabalhado integral, para fins de proporcionalidade, aquele que tiver, ao menos, 15 (quinze) dias trabalhados.

Na hipótese de Desligamento de Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não de qualquer outro Participante do Plano) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo, o referido Participante terá direito ao recebimento integral, findo os Períodos de Carência aplicáveis, das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito deste Plano. O disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano não se aplica à hipótese de não reeleição do Participante como diretor(a) estatutário(a) da Companhia.

O disposto na Cláusula 13.2.1 do Plano não será aplicável caso o Participante que seja diretor(a) estatutário(a) da Companhia (mas não qualquer outro Participante do Plano) tenha apresentado baixa performance individual nos 2 (dois) semestres anteriores ao Desligamento por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo. Para esse fim, a performance individual será medida de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Companhia vigente quando da outorga, de acordo com os critérios a serem detalhados nos respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo.

Em caso de aposentadoria compulsória, o Participante fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tiverem sido outorgadas, vencendo-se antecipadamente os Períodos de Carência então vigentes, exceto na hipótese do Programa ILP Performance, em que o pagamento somente será devido ao final do respectivo Período de Carência e sujeito à apuração das metas de performance fixadas no respectivo Contrato.

Exceto pelo disposto na Cláusula 13.4.1 do Plano, na hipótese de Troca de Controle, caso o Participante seja desligado involuntariamente da Companhia, nos termos descritos acima, no prazo de 12 (doze) meses a contar do respectivo evento, este fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas, observados os

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão, aplicáveis as disposições acima após o referido prazo de 12 (doze) meses.

Na hipótese de Troca de Controle, em caso de Desligamento de Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não qualquer outro Participante do Plano), (i) por iniciativa da Companhia, sem Justo Motivo; ou (ii) por iniciativa do Participante, em ambas as hipóteses, dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado do evento de Troca de Controle, tal Participante diretor estatutário fará jus ao recebimento integral das Ações Restritas que lhe tenham sido outorgadas no âmbito deste Plano (sendo que apenas na hipótese (i) haverá o vencimento antecipado dos Períodos de Carência então vigentes), observados os indicadores de performance existentes e informados ao Participante quando do evento em questão.

O disposto na Cláusula 13.4.1 do Plano não será aplicável caso o Participante que seja diretor estatutário da Companhia (mas não qualquer outro Participante do Plano) (i) seja desligado após encerrado o prazo de 24 (vinte e quatro) meses contado do evento de Troca de Controle; e/ou (ii) caso tenha apresentado baixa performance individual nos 2 (dois) semestres anteriores ao evento da Troca de Controle. Para esse fim, a performance individual será medida de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da Companhia vigente quando da outorga, de acordo com os critérios a serem detalhados nos respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo, conforme descritos no **Item 8.1.(c)(i)**, tópico "Diretoria Estatutária e Não Estatutária".

Os demais casos de Desligamento de Participantes não previstos acima serão regulados pelo Comitê.

No caso de falecimento, desaparecimento ou invalidez permanente do Participante, todos os Períodos de Carência serão considerados vencidos antecipadamente, no momento do falecimento, desaparecimento ou declaração de invalidez do Participante pelo Instituto Nacional da Seguridade Social, fazendo esse ou seus respectivos sucessores, conforme aplicável, jus ao recebimento integral das Ações Restritas no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do evento em questão. Na hipótese do Programa ILP Performance, será desconsiderada a apuração dos indicadores de performance e transferida a quantidade de Ações Restritas estabelecida no contrato.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Outorgas de Opções de Compra de Ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.7 Opções em aberto

8.7. Opções de ações em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções Exercidas Relativas à Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações sob a forma de opções de compra de ações, de forma com que não existem mais informações a serem reportadas neste item.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

A Companhia esclarece que não há diluição potencial do capital social decorrente da outorga de ações. O plano de remuneração vigente utiliza exclusivamente Ações Restritas (ações em tesouraria ou adquiridas para tal fim), o que, por não envolver a emissão de novas ações, mantém inalterada a quantidade total de ações ordinárias e o capital social, nos termos da regulamentação aplicável.

Não obstante a inexistência de diluição patrimonial, e em estrito cumprimento ao princípio da transparência, o potencial de diluição do poder de voto dos demais acionistas decorrente da transferência de Ações em Tesouraria está apresentado no item 8.20 deste documento, para que os acionistas possam realizar suas próprias análises e avaliações.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.10 Outorga de ações

TOTVS | Formulário de Referência 2026

8.10. Outorga de Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Informamos nas tabelas abaixo as informações referentes às outorgas de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária prevista para o exercício social corrente e referentes aos 3 (três) últimos exercícios sociais.

TABELAS REFERENTES AO "Plano de Incentivo Baseado em Ações"

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Outorga (33) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	-	7,0
Data de outorga	-	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	330.720
Prazo máximo para entrega das ações	-	05/06/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	26,21
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	8.668.171,20

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Outorga (34) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	1,0	7,0
Data de outorga	05/05/2023	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	123.724	628.149
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	05/06/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	26,8	26,84
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	3.320.752,2	16.859.519,16

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2023 - Outorga (35) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	5,0	-
Data de outorga	05/05/2023	-
Quantidade de ações outorgadas	20.180	-
Prazo máximo para entrega das ações	05/06/2026	-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.10 Outorga de ações

Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	26,8	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	541.631,2	-

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2024 - Outorga (36) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	8,0
Nº de membros remunerados	-	8,0
Data de outorga	-	03/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	331.316
Prazo máximo para entrega das ações	-	03/06/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	27,78
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	9.203.958,48

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2024 - Outorga (37) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	8,0
Nº de membros remunerados	1,0	8,0
Data de outorga	03/05/2024	03/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	50.659	651.140
Prazo máximo para entrega das ações	03/06/2027	03/06/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	28,2	29,34
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.428.077,2	19.104.447,60

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social corrente findo em 31/12/2024 - Outorga (38) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	8,0
Nº de membros remunerados	5,0	-
Data de outorga	03/05/2024	-
Quantidade de ações outorgadas	19.855	-
Prazo máximo para entrega das ações	03/06/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	28,2	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na	559.712,5	-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.10 Outorga de ações

data da outorga

TABELAS REFERENTE AO "PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES"

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Outorga (39) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	-	7,0
Data de outorga	-	30/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	355.690
Prazo máximo para entrega das ações	-	30/05/2030
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	35,37
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	12.580.755,30

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Outorga (40) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	-	6,0
Data de outorga	-	30/04/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	660.347
Prazo máximo para entrega das ações	-	30/05/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	-	n/a
Valor justo das ações na data de outorga	-	40,02
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	26.427.086,94

Outorga de Ações – Previsão para o Exercício Social encerrado em 31/12/2025 - Outorga (41) de Ações Restritas		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	7,0	7,0
Nº de membros remunerados	6,0	-
Data de outorga	30/04/2025	-
Quantidade de ações outorgadas	42.333	-
Prazo máximo para entrega das ações	30/05/2028	-
Prazo de restrição à transferência das ações	n/a	-
Valor justo das ações na data de outorga	37,2	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.573.094,3	-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	7,08	
N° de membros remunerados	1,00	7,00	
N° de ações	138.731	481.095	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	37,23	37,23	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-5.164.955,13	-17.911.166,85	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	8,00	
N° de membros remunerados	1,00	8,00	
N° de ações	282.717	1.071.000	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	27,91	27,91	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-7.890.631,47	-29.891.610,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,00	7,00	
N° de membros remunerados	1,00	7,00	
N° de ações	266.031	1.235.250	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	25,44	25,44	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	-6.767.828,64	-31.424.760,00	
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Informações Necessárias para a Compreensão dos Dados Divulgados nos Itens 8.5 a 8.11

a. Modelo de precificação

O valor justo das Ações Restritas emitidas no âmbito do "Plano de Incentivo Baseado em Ações" e das Ações Restritas emitidas no âmbito do "Plano de Remuneração Baseado em Ações" é determinado com base no valor da ação de mercado na data da entrega/transferência, deduzido da expectativa de dividendos do período de carência, uma vez que os beneficiários não fazem jus ao recebimento. De acordo com o CPC-10, esse valor é diferido e amortizado durante o período de carência.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir:

TABELAS REFERENTES AO "Plano de Incentivo Baseado em Ações"

Concessão	33ª outorga	34ª outorga	34ª outorga	35ª outorga
Data	05/05/2023	05/05/2023	05/05/2023	05/05/2023
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Preço de referência das ações restritas	27,75	27,75	27,75	27,75
Expectativa de dividendos	1,13%	1,10%	1,10%	1,10%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	R$ 26,21	R$ 26,84	R$ 26,84	R$ 26,84

Concessão	36ª outorga	37ª outorga	37ª outorga	38ª outorga
Data	03/05/2024	03/05/2024	03/05/2024	03/05/2024
Órgão	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Preço de referência das ações restritas	29,61	29,61	29,61	29,61
Expectativa de dividendos	1,27%	1,10%	1,10%	1,22%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos	4 anos
Valor justo	R$ 27,78	R$ 28,64	R$ 29,34	R$ 28,19

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.12 Precificação das ações/opções

TABELA REFERENTE AO "Plano de Remuneração Baseado em Ações"

Concessão	39ª outorga	40ª outorga	41ª outorga
Data	30/04/2025	30/04/2025	30/04/2025
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Preço de referência das ações restritas	28,96	28,96	a ser determinado
Expectativa de dividendos	1,23%	1,52%	1,21%
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos
Valor justo	35,37	40,02	37,16

Concessão	42ª outorga	43ª outorga	44ª outorga
Data	27/04/2026	27/04/2026	27/04/2026
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração
Preço de referência das ações restritas	44,05	44,05	a ser determinado*
Expectativa de dividendos	NA	NA	NA
Expectativa de volatilidade	NA	NA	NA
Taxa de juros livre de risco	NA	NA	NA
Prazo de carência das ações	5 anos	3 anos	3 anos
Valor justo**	NA	NA	NA

*Considerar-se-á a média dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga.

**Corresponderá à cotação de fechamento das ações da Companhia na data da transferência das referidas Ações Restritas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As Ações Restritas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 (três) e 5 (cinco) anos a contar da data da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das Ações Restritas em resultado ao longo de 3 (três) e 5 (cinco) anos.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui apenas Ações Restritas.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável, uma vez que a Companhia possui apenas Ações Restritas.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.13 Participações detidas por órgão

TOTVS | Formulário de Referência 2026

8.13. Participações Emitidas Pelo Emissor, Seus Controladores Diretos ou Indiretos, Sociedades Controladas ou Sob Controle Comum, Agrupados por Órgão

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da TOTVS detidas pelos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal ao final do último exercício social.

Exercício encerrado em 31/12/2025				
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	**Total**
TOTVS S.A.	51.440.604	2.210.762	-	**53.651.366**

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.14 Planos de previdência

8.14. Informações sobre Planos de Previdência Conferidos aos Membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários

Além da contribuição para a seguridade social (INSS), os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2% a 5% da remuneração fixa mensal (salário base) do(a) diretor(a) e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia. Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o(a) diretor(a) deverá contribuir ao menos por 3 (três) anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

Segue abaixo tabela com as informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Plano de Previdência em Vigor		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros*	7,0	8,0
Nº de membros remunerados	7,0	8,0
Nome do plano	N/A	Plano de Previdência Privada TOTVS**
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	Nenhum executivo está em vias de aposentadoria atualmente
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 5.090.177,03
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 1.376.070,73
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição

*Para fins deste item 8.4, considerou-se o número de membros na data-base de 31/12/2025.
**O plano de previdência privada não contempla os membros do Conselho de Administração.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	7,08	8,00	7,00	7,00	7,00	7.00	1,00	2,00
Nº de membros remunerados	7,08	8,00	7,00	6,00	6,00	6,00	1,00	2,00
Valor da maior remuneraçãoReal	21.184.635,08	19.159.973,00	17.302.315,27	3.544.890,84	3.471.155,49	7.203.603,25	42.343,32	94.429,36
Valor da menor remuneraçãoReal	4.503.688,98	4.355.152,10	5.407.414,16	603.579,33	673.203,68	626.441,15	42.343,32	94.429,36
Valor médio da remuneraçãoReal	8.332.161,56	6.573.461,90	6.493.473,94	1.828.720,73	1.690.910,67	1.762.253,18	42.343,32	94.429,36

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 (doze) meses. Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP	
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 (doze) meses.	
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 (doze) meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2025	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 (doze) meses. Nota: O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP	
31/12/2024	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 (doze) meses. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 (doze) meses.	
31/12/2023	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 12 meses.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O final do mandato do Conselho Fiscal iniciou em 23/04/2024. O maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 4 (quatro) meses.	
31/12/2023	O final do mandato do Conselho Fiscal iniciou em 19/04/2023. Maior valor contempla verbas relativas aos honorários, férias, 13º e retorno de férias. Permanência no cargo do membro com maior remuneração: 8 meses.	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Mecanismos de Remuneração ou Indenização para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Caso a Companhia rescinda o contrato imotivadamente dentro de 24 (vinte e quatro) meses após a data de ocorrência de uma Alteração Societária Relevante, o(a) Diretor(a) Estatutário(a) fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 1 (um) ano adicional de *total compensation target* (remuneração fixa, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo) do exercício imediatamente anterior ao ano.

A Companhia e suas controladas mantêm a contratação de apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Administradores – D&O classe mundial, que prevê o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores e demais segurados, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia. A atual apólice número 17.10.0024599.28 (plano de seguro registrado na SUSEP sob o n.º 15414.900831/2017-45), firmada com a seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., está vigente até 1º de julho de 2026 e tem limite máximo de indenizações de R$200.000.000 (duzentos milhões de reais).

Apesar de cobertos pela atual apólice de D&O firmada no Brasil, os diretores e administradores das operações no México, Argentina e EUA, também estão cobertos por uma apólice local emitida em cada país, com valor de cobertura de USD 1.000.000 (um milhão de dólares), visando celeridade no reembolso de despesas decorrentes de possíveis sinistros.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

TOTVS | Formulário de Referência 2026

8.17. Percentual na Remuneração Total Detido por Administradores e Membros do Conselho Fiscal que sejam Partes Relacionadas aos Controladores

Não é aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui controlador, direto ou indireto. Dessa forma, não há informações adicionais a serem reportadas neste item.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na Companhia, não existem administradores que recebam remuneração proveniente de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

8.20 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

8.20. Outras Informações Relevantes

Iniciaremos este item demonstrando, para fins comparativos, no subitem (A), a remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia no exercício de 2025, e posteriormente, no subitem (B), a proposta de remuneração anual global da Administração para o exercício de 2026:

(A) EXERCÍCIO 2025

Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril de 2025, foi aprovada a verba de remuneração total de até R$73.187.008,70 (setenta e três milhões, cento e oitenta e sete mil, oito reais e setenta centavos) para o exercício social de 2025, englobando a Remuneração Fixa, Variável (bônus), Benefícios e a Remuneração Baseada em Ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Do montante total aprovado, foram efetivamente pagos R$69.964.028,19 (sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, vinte e oito reais e dezenove centavos), conforme demonstrado nos quadros a seguir:

PROPOSTA E EXECUTADO 2025

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Proposta 2025			Executado 2025		
	Cons. Adm	Diretoria	**Total**	Cons. Adm	Diretoria	**Total**
Número de Membros	**7,00**	**7,75**	**14,75**	**7,00**	**7,00**	**14,00**
Remuneração Fixa Anual (RF)	**7.653**	**15.649**	**23.302**	**7.193**	**14.123**	**21.315**
Salário ou pró-labore	5.597	13.102	18.699	5.156	12.100	17.256
Benefícios diretos e indiretos	161	2.547	2.708	160	2.022	2.182
Remuneração por participações em Comitês	1.894	-	1.894	1.877	-	1.877
Remuneração Variável - Bônus (RV)	**-**	**21.532**	**21.532**	**-**	**19.811**	**19.811**
Total RF + RV	**7.653**	**37.181**	**44.834**	**7.193**	**33.933**	**41.126**
Outros	**-**	**552**	**552**	**-**	**468**	**468**
Benefícios pós-emprego	-	552	552	-	468	468
Benefícios por cessação de vínculo	-	-	-	-	-	-
Total RF + RV + Outros	**7.653**	**37.734**	**45.386**	**7.193**	**34.401**	**41.594**
Remuneração baseada em ações [1]	**2.925**	**24.876**	**27.801**	**3.780**	**24.591**	**28.370**
Concessões - ano corrente	350	6.218	6.569	1.049	8.002	9.052
Concessões - anos anteriores	2.574	18.658	21.232	2.731	16.588	19.319
Total RF + RV + Outros	**10.578**	**62.609**	**73.187**	**10.972**	**58.992**	**69.964**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10). Nota: o valor executado em 2025 do reconhecimento contábil de anos anteriores da remuneração baseada em ações refere-se a R$1.450.382,65 (um milhão, quatrocentos e cinquenta mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e cinco centavos), das outorgas de 2022; R$6.339.369,89 (seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e nove reais e oitenta e nove centavos), das outorgas de 2023; e R$8.443.142,82 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), das outorgas de 2025. Ainda foram reconhecidos R$3.085,930,29 reais (três milhões, oitenta e cinco mil, novecentos e trinta reais e vinte e nove centavos) referente às outorgas anteriores do estatutário desligado da companhia em janeiro de 2025. (O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

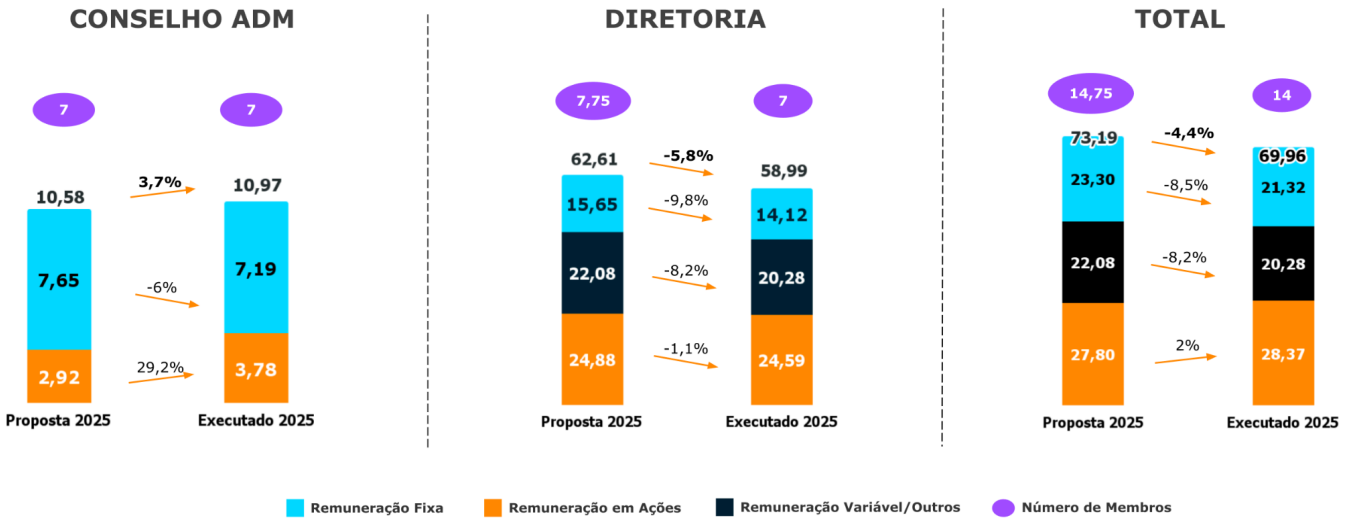
TOTVS | Formulário de Referência 2026

VARIAÇÃO PROPOSTA E EXECUTADO 2025

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Proposta 2025 versus Executado 2025					
	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	Cons. Adm	Diretoria	Total	Cons. Adm	Diretoria	Total
Número de Membros	**-**	**(0,75)**	**(0,75)**	**0,0%**	**(9,7%)**	**(5,1%)**
Remuneração Fixa Anual (RF)	**(460)**	**(1.526)**	**(1.987)**	**(6,0%)**	**(9,8%)**	**(8,5%)**
Salário ou pró-labore	(441)	(1.002)	(1.444)	(7,9%)	(7,6%)	(7,7%)
Benefícios diretos e indiretos	(2)	(524)	(526)	(1,0%)	(20,6%)	(19,4%)
Remuneração por participações em Comitês	(17)	-	(17)	(0,9%)	-	(0,9%)
Remuneração Variável - Bônus (RV)	**-**	**(1.722)**	**(1.722)**	**-**	**(8,0%)**	**(8,0%)**
Total RF + RV	**(460)**	**(3.248)**	**(3.708)**	**(6,0%)**	**(8,7%)**	**(8,3%)**
Outros	**-**	**(84)**	**(84)**	**-**	**(15,2%)**	**(15,2%)**
Benefícios pós-emprego	-	(84)	(84)	-	(15,2%)	(15,2%)
Benefícios por cessação de vínculo	-	-	-	-	-	-
Total RF + RV + Outros	**(460)**	**(3.332)**	**(3.792)**	**(6,0%)**	**(8,8%)**	**(8,4%)**
Remuneração baseada em ações [1]	**855**	**(285)**	**569**	**29,2%**	**(1,1%)**	**2,0%**
Concessões - ano corrente	699	1.784	2.483	199,3%	28,7%	37,8%
Concessões - anos anteriores	156	(2.070)	(1.913)	6,1%	(11,1%)	(9,0%)
Total Geral	**395**	**(3.618)**	**(3.223)**	**3,7%**	**(5,8%)**	**(4,4%)**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).
Nota: (O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

PROPOSTA VS. EXECUTADO 2025



*O valor da Proposta e Executado 2025 no gráfico "Total" incorpora a soma do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, a realização de 4,4% abaixo do limite efetivamente aprovado ocorreu em virtude dos seguintes fatores:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.20 Outras informações relevantes

- Um dos membros do Conselho de Administração voluntariamente renunciou à sua remuneração;
- Os valores de bônus da Diretoria Estatutária foram contabilizados abaixo do previsto originalmente na Proposta de Remuneração de 2025, decorrente da saída e um dos membros da Diretoria Estatutária no início do ano;
- A adesão individual da Diretoria Estatutária ao benefício pós-emprego relativo ao plano de previdência privada foi em nível inferior ao previsto na Proposta de Remuneração de 2025; e
- A concessão de Ações Restritas nas outorgas realizadas em 2025 foi inferior à prevista originalmente na Proposta de Remuneração de 2025 para a Diretoria Estatutária, também devido à saída de um membro da Diretoria Estatutária que teve seu estoque de Ações Restritas canceladas.

Apesar da Remuneração Global da Administração ter ficado 4,4% abaixo do limite proposto em 2025, registra-se um crescimento de 199% na linha "Reconhecimento contábil - concessões ano corrente" relativo ao Conselho de Administração. Este movimento é majoritariamente de natureza contábil e não representa um aumento de outorgas de ações para os membros do Conselho de Administração. Considerando o caráter de remuneração fixa do programa, o reconhecimento passou a ser realizado pelo valor integral da outorga referente ao ano de exercício da função (12 meses), em substituição ao critério anteriormente adotado, que considerava o período completo até a entrega das ações previsto no Plano de Remuneração em Ações, de 36 ou 48 meses, a depender do ano mandato.

(B) EXERCÍCIO 2026

A Administração da Companhia propõe uma remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária para 2026, nos termos da reunião do Conselho de Administração realizada em 20/03/2026, no montante de até R$81.601.086,95 (oitenta e um milhões, seiscentos e um mil, oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos), 11,5% acima da remuneração global proposta para o exercício de 2025. Este crescimento é atribuído principalmente ao aumento das linhas de "Salário ou pró-labore" e de "Bônus", que, somadas, cresceram R$3.697.552,37 (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e trinta e sete centavos), equivalente a um incremento ano contra ano de 10,65% na linha de "Salário ou pró-labore" e de 7,92% na linha de "Bônus", conforme demonstrado no quadro abaixo, e que será detalhado mais adiante no documento:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.20 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

	Proposta 2026			Proposta 2025		
	Cons. Adm	Diretoria	**Total**	Cons. Adm	Diretoria	**Total**
Número de Membros	**7,00**	**8,00**	**15,00**	**7,00**	**7,75**	**14,75**
Remuneração Fixa Anual (RF)	**9.138**	**16.784**	**25.923**	**7.653**	**15.649**	**23.302**
Salário ou pró-labore	6.663	14.028	20.691	5.597	13.102	18.699
Benefícios diretos e indiretos	176	2.757	2.933	161	2.547	2.708
Remuneração por participações em Comitês	2.300	-	2.300	1.894	-	1.894
Remuneração Variável - Bônus (RV)	**-**	**23.239**	**23.239**	**-**	**21.532**	**21.532**
Total RF + RV	**9.138**	**40.023**	**49.161**	**7.653**	**37.181**	**44.834**
Outros	**-**	**599**	**599**	**-**	**552**	**552**
Benefícios pós-emprego	-	599	599	-	552	552
Benefícios por cessação de vínculo	-	-	-	-	-	-
Total RF + RV + Outros	**9.138**	**40.622**	**49.760**	**7.653**	**37.734**	**45.386**
Remuneração baseada em ações [1]	**2.716**	**29.125**	**31.841**	**2.925**	**24.876**	**27.801**
Concessões - ano corrente	1.239	6.923	8.162	350	6.218	6.569
Concessões - anos anteriores	1.477	22.202	23.679	2.574	18.658	21.232
Total Geral	**11.855**	**69.746**	**81.601**	**10.578**	**62.609**	**73.187**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).
Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários. O número de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Proposta 2026 versus Proposta 2025					
	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	Cons Adm	Diretoria	**Total**	Cons Adm	Diretoria	**Total**
Número de Membros	**-**	**0,25**	**0,25**	**0,0%**	**3,2%**	**1,7%**
Remuneração Fixa Anual (RF)	**1.486**	**1.136**	**2.621**	**19,4%**	**7,3%**	**11,2%**
Salário ou pró-labore	1.066	925	1.991	19,0%	7,1%	10,6%
Benefícios diretos e indiretos	15	210	225	9,1%	8,2%	8,3%
Remuneração por participações em Comitês	405	-	405	21,4%	-	21,4%
Remuneração Variável - Bônus (RV)	**-**	**1.706**	**1.706**	**-**	**7,9%**	**7,9%**
Total RF + RV	**1.486**	**2.842**	**4.328**	**19,4%**	**7,6%**	**9,7%**
Outros	**-**	**46**	**46**	**-**	**8,4%**	**8,4%**
Benefícios pós-emprego	-	46	46	-	8,4%	8,4%
Benefícios por cessação de vínculo	-	-	-	-	-	-
Total RF + RV + Outros	**1.486**	**2.888**	**4.374**	**19,4%**	**7,7%**	**9,6%**
Remuneração baseada em ações [1]	**(209)**	**4.249**	**4.040**	**(7,1%)**	**17,1%**	**14,5%**
Concessões - ano corrente	888	704	1.593	253,5%	11,3%	24,2%
Concessões - anos anteriores	(1.097)	3.544	2.447	(42,6%)	19,0%	11,5%
Total Geral	**1.277**	**7.137**	**8.414**	**12,1%**	**11,4%**	**11,5%**

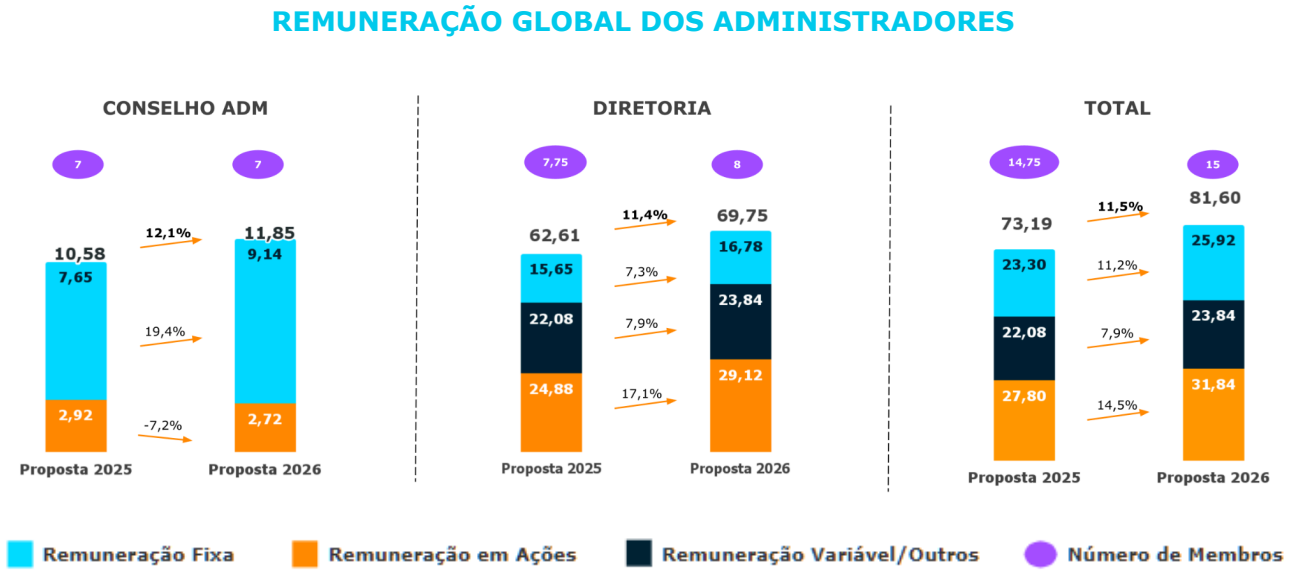
[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).
mero de membros de cada órgão foi calculado como média anual, nos termos da metodologia apresentada no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026



*O valor da Proposta 2025 e 2026 no gráfico "Total" incorpora a soma do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria.

A seguir, a Companhia detalha cada item que integra a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2026:

(i) Número de membros:
O crescimento de 0,25 no número de membros da Diretoria Estatutária reflete um 'efeito *baseline*' na comparação entre a Proposta 2025 e a Proposta 2026: enquanto na proposta do ano anterior o novo Diretor Estatutário estava contemplado no por 9 meses, na proposta atual ele passa a ser contemplado pelos 12 meses do exercício. Em relação ao Conselho de Administração, a Administração da Companhia propõe manter o mesmo número de membros para o ano de 2026.

(ii) Remuneração fixa, variável e benefícios:
Visando a equiparação e competitividade às práticas de mercado através dos resultados observados em estudos e pesquisas anuais efetuadas por consultorias de remuneração especializadas, como Willis Towers Watson e Korn Ferry, tomando-se por base determinados grupos de empresas que representam o adequado balanceamento de características, como: (i) relevante representatividade em seus segmentos de atuação, incluindo o mercado de tecnologia; (ii) majoritariamente nacionais e de capital aberto no novo mercado; (iii) porte similar ao da TOTVS, no que se refere a faturamento, *headcount* e valor de mercado; e (iv) empresas que podem concorrer com a TOTVS na aquisição de talentos no mercado de trabalho, a Administração da Companhia propõe atualizar a Remuneração fixa, variável e benefícios em 9,6% em relação a proposta de 2025, conforme detalhado abaixo:

- **Remuneração Fixa:**
  - **Salário ou pró-labore:** o adicional de 10,6% em relação à proposta de 2025 refere-se à: (i) atualização dos valores da remuneração fixa da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado da B3; (ii) adequação da remuneração do Presidente do Conselho da Administração ao Plano de Remuneração Baseado em Ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025, que passou a ser integralmente fixa. Com a aprovação, a Administração alterou a forma de remuneração do Presidente do Conselho, que deixou de participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP Performance), excluindo a parcela variável atrelada às métricas de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.20 Outras informações relevantes

performance, e passou a participar do Pagamento de Ações Restritas aos membros do Conselho de Administração. Desta forma, uma parcela importante de sua remuneração deixou de ser apresentada na linha de "Remuneração baseada em ações" e passou a ser apresentada na linha de "Salário ou pró-labore".

○ **Benefícios diretos e indiretos:** o adicional de 8,3% em relação à proposta de 2025 refere-se: (i) ao reajuste dos valores dos benefícios da Diretoria Estatutária e do Presidente do Conselho de Administração, conforme condições previstas nos contratos com os fornecedores, principalmente nos benefícios relacionados à saúde; (ii) à previsão de trocas de veículos da Diretoria Estatutária, seguindo norma interna vigente.

○ **Remuneração por participação em comitês:** o adicional de 21,4% em relação à proposta de 2025 refere-se à atualização dos valores da remuneração por participação em comitês de assessoramento ao Conselho de Administração visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto integrantes do Novo Mercado.

● **Remuneração Variável**: o adicional de 7,9% em relação à proposta de 2025 refere-se à atualização dos valores referentes ao Bônus da Diretoria Estatutária visando acompanhar os padrões praticados no mercado brasileiro, especialmente das empresas de capital aberto listadas no segmento do Novo Mercado da B3, seguindo a mesma premissa aplicada para a remuneração fixa.

● **Outros:**

○ **Benefício pós emprego:** manter o benefício pós emprego (*i.e.* previdência privada) nos moldes já vigentes, representando um adicional de 8,38% em relação à proposta de 2024.

(iii) Remuneração baseada em ações:

A remuneração baseada em ações, conforme detalhada ao longo deste tópico, segue estritamente os critérios estabelecidos para a contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10. Este pronunciamento, alinhado à internacional *IFRS 2*, estabelece procedimentos para o reconhecimento e a divulgação de transações que envolvem pagamento com base em ações realizadas pelas empresas. Para auxiliar o entendimento, de acordo com o CPC 10, o custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais deve ser mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados, utilizando um modelo de avaliação adequado. Esse custo é então reconhecido como despesas de remuneração baseada em ações, em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período de carência do plano. Para informações detalhadas, acesse:
http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=41

Quanto à evolução ano contra ano, a Remuneração Baseada em Ações passa do valor proposto em 2025 de R$27.800.861,36 (vinte e sete milhões, oitocentos mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta e seis centavos) para a proposta de R$31.841.087,96 (trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e um mil, oitenta e sete reais e noventa e seis centavos) em 2026, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.20 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Remuneração baseada em ações [1] (em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Proposta 2026			Proposta 2025		
	Cons. Adm	Diretoria	Total	Cons. Adm	Diretoria	Total
Valor Contábil - Concessões ano corrente	**1.239**	**6.923**	**8.162**	**350**	**6.218**	**6.569**
Valor Contábil - Concessões anos anteriores	**1.477**	**22.202**	**23.679**	**2.574**	**18.658**	**21.232**
Total de Remuneração baseada em ações	**2.716**	**29.125**	**31.841**	**2.925**	**24.876**	**27.801**
Quantidade de Ações - Concessões ano corrente	42.147	794.596	836.743	54.461	1.129.035	1.183.496
Quantidade de Ações - Concessões anos anteriores	256.751	3.133.883	3.390.634	377.688	2.595.828	2.973.516
Quantidade total de ações	**298.898**	**3.928.479**	**4.227.377**	**432.149**	**3.724.863**	**4.157.012**
Valor econômico total - ano corrente [2]	**1.871**	**35.280**	**37.151**	**1.577**	**32.697**	**34.274**

[1] Correspondente à previsão máxima de contabilização em decorrência do diferimento contábil determinado pela legislação aplicável (CPC 10).

[2] O valor econômico nominal total multiplica a quantidade total de ações das concessões do ano corrente com o valor justo das ações.
Nota: as concessões efetuadas em exercícios anteriores foram aprovadas pelos competentes órgãos, conforme os Planos de Incentivo e Retenção Baseado em Ações, aprovados pelos acionistas em Assembleias Gerais realizadas, respectivamente, em 15/12/2015 e aditado em 05/04/2018 e 18/04/2019, sendo, portanto, já concedido aos beneficiários.

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - VARIAÇÃO ANO CONTRA ANO

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Proposta 2026 versus Proposta 2025					
	Variação Absoluta			Variação Percentual		
	Cons Adm	Diretoria	Total	Cons Adm	Diretoria	Total
Valor Contábil - Concessões ano corrente	**888**	**704**	**1.593**	**253,5%**	**11,3%**	**24,2%**
Valor Contábil - Concessões anos anteriores	**(1.097)**	**3.544**	**2.447**	**(42,6%)**	**19,0%**	**11,5%**
Total de Remuneração baseada em ações	**(209)**	**4.249**	**4.040**	**(7,1%)**	**17,1%**	**14,5%**
Quantidade de Ações - Concessões ano corrente	(12.314)	(334.439)	(346.753)	(22,6%)	(29,6%)	(29,3%)
Quantidade de Ações - Concessões anos anteriores	(120.937)	538.055	417.118	(32,0%)	20,7%	14,0%
Quantidade total de ações	**(133.251)**	**203.616**	**70.365**	**(30,8%)**	**5,5%**	**1,7%**
Valor econômico total - ano corrente [2]	**294**	**2.583**	**2.877**	**18,6%**	**7,9%**	**8,4%**

Crescimento de R$4.040.226,61 se deve aos seguintes fatores:

- **Reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente**: a remuneração total das outorgas do ano corrente representará um acréscimo ano contra ano de R$1.592.936,18 (um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, novecentos e trinta e seis reais e dezoito centavos) ou 24,2%, apesar da estimativa de entrega de 337.525 (trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco) ações a menos em 2026, com os seguintes destaques:

  - **Remuneração do Conselho:** acréscimo de 253,5% nos valores de referência a serem concedidos em ações nas outorgas de 2026 considerando:
    - **Membros do Conselho de Administração:** alteração no racional de reconhecimento contábil das outorgas do ano corrente dos conselheiros, vide caráter de remuneração fixa do programa, que passou a ser

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

realizado considerando o valor integral do plano referente ao ano de exercício da função (12 meses), ao invés do período completo até a entrega das ações conforme descrito no plano (36 ou 48 meses, a depender do ano mandato). Entretanto, quando comparado com o realizado em 2025 considerando mesmo racional, o crescimento real ano contra ano será de 18,1%.

■ **Presidente do Conselho:** de 2019 até 2024, a remuneração do Presidente do Conselho foi composta por uma parcela de remuneração variável baseada em ações (*vide a seção 8.1.c para maiores detalhes*). Com o passar dos anos, seu papel foi redesenhado e, por consequência, sua remuneração revisada, o que resultou em uma redução na outorga de ações de 2023 em 24%, quando comparada a 2022, e em uma nova redução na outorga de ações para 2024, 56% inferior, quando comparada a 2023. A partir de 2025, com a aprovação do Plano de Remuneração Baseado em Ações na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de abril de 2025, a remuneração do Presidente do Conselho passou a ser integralmente fixa, paga na proporção de 80% em dinheiro e 20% em Ações Restritas, aplicável a todos os membros do Conselho.

○ **Remuneração da Diretoria Estatutária:** acréscimo de 11,3% nos valores de referência concedidos em ações nas outorgas de 2026. O acréscimo reflete a posição de Diretor Estatutário(a) preenchida em janeiro de 2026, vinculado, em grande parte, por um 'efeito *baseline*' na comparação entre a Proposta 2025 e a Proposta 2026: enquanto na proposta do ano anterior o novo Diretor Estatutário estava contemplado no por 9 meses, na proposta atual ele passa a ser contemplado pelos 12 meses do exercício. Adicionalmente, a inclusão da posição será elegível aos Programas de Incentivo de Longo Prazo no momento da outorga das ações de 2026, bem como o reajuste aplicado ao pacote de remuneração da Diretoria Estatutária comentado nos itens anteriores.

No quadro abaixo, exemplificamos o efeito estimado da contabilização das outorgas de 2026 ao longo dos próximos anos:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS 2026

Ano	Outorgas 2026 Programa Ações CA (proposta)		Outorgas 2026 ILP Performance (proposta)		Outorgas 2026 ILP Master (proposta)		Total / ano (R$)
	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	Valor contabilizado (R$)	Avos	
2026	1.238.944,10	8/12	5.490.888,07	8/36	1.431.919,33	8/60	**8.161.751,50**
2027	619.472,05	4/12	8.236.332,10	12/36	2.147.879,00	12/60	**11.003.683,15**
2028	-	0/12	8.236.332,10	12/36	2.147.879,00	12/60	**10.384.211,10**
2029	-	0/12	2.745.444,03	4/36	2.147.879,00	12/60	**4.893.323,03**
2030	-	0/12	-	0/36	2.147.879,00	12/60	**2.147.879,00**
2031	-	0/12	-	0/36	715.959,67	4/60	**715.959,67**
Valor econômico nominal total	**1.858.416,15**	**36/36**	**24.708.996,30**	**36/36**	**10.739.395,00**	**60/60**	**37.306.807,45**

* Os valores poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

● **Reconhecimento contábil das outorgas de anos anteriores**: a remuneração total das outorgas de anos anteriores representará um aumento ano contra ano de R$2.447.290,43 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa reais e quarenta e três centavos), ou 11,53% devido ao: (i) aumento no empilhamento das outorgas dos anos anteriores da diretoria estatutária, considerando entradas e saídas, principalmente a partir de 2022; (ii) redução no empilhamento das outorgas dos anos anteriores do Presidente do Conselho, que vem recebendo uma parcela menor da remuneração variável de longo prazo nos

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

últimos anos (*vide a item 8.1.(c) para maiores detalhes*); e (iii) revisão do formato de contabilização dos planos de ações dos membros do conselho conforme comentado anteriormente.

No quadro a seguir, exemplificamos o efeito estimado ao longo dos anos da contabilização das outorgas realizadas em 2022, 2023, 2024 e 2025 que compõe o montante de R$23.679.336,47 (vinte e três milhões, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos) contabilizado dentro do ano de 2026:

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2023 A 2025

Ano	Outorgas 2022 ILP Master		Outorgas 2023 CA		Outorgas 2023 [1]		Outorgas 2023 ILP Master		Outorgas 2024 CA		Outorgas 2024 [1]		Outorgas 2024 ILP Master		Outorgas 2025 CA		ILP Performance 2025		Outorgas 2025 ILP Master		Total / ano
	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	Valor contab.	Avos	
2023	1.595	12/60	373	8/12	4.212	8/36	1.046	8/60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**7.227**
2024	1.595	12/60	187	4/12	6.318	12/36	1.569	12/60	392	8/12	4.618	8/36	1.308	8/60	-	-	-	-	-	-	**15.987**
2025	1.595	12/60	-	-	6.318	12/36	1.569	12/60	196	4/12	6.927	12/36	1.962	12/60	958,98	8/12	4.576	8/36	1.373	8/60	**25.476**
2026	1.595	12/60	-	-	2.106	4/36	1.569	12/60	-	-	6.927	12/36	1.962	12/60	595,90	4/12	6.865	12/36	2.060	12/60	**23.679**
2027	532	4/60	-	-	-	-	1.569	12/60	-	-	2.309	4/36	1.962	12/60	-	-	6.865	12/36	2.060	12/60	**15.296**
2028	-	-	-	-	-	-	523	4/60	-	-	-	-	1.962	12/60	-	-	2.288	4/36	2.060	12/60	**6.833**
2029	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	654	4/60	-	-	-	-	2.060	12/60	**2.714**
2030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	687	4/60	**687**
Valor econômico nominal total	**6.912**	**60/60**	**560**	**12/12**	**18.955**	**36/36**	**7.843**	**60/60**	**588**	**12/12**	**20.780**	**36/36**	**9.810**	**60/60**	**1.508**	**12/12**	**20.594**	**36/36**	**10.301**	**60/60**	**97.898**

* Os valores acima referem-se a unidade de milhares e poderão sofrer alterações de acordo com a variação do valor das ações restritas no momento da efetiva entrega aos participantes, impactando na retenção de tributos na fonte, além de eventuais cancelamentos ao longo do tempo.

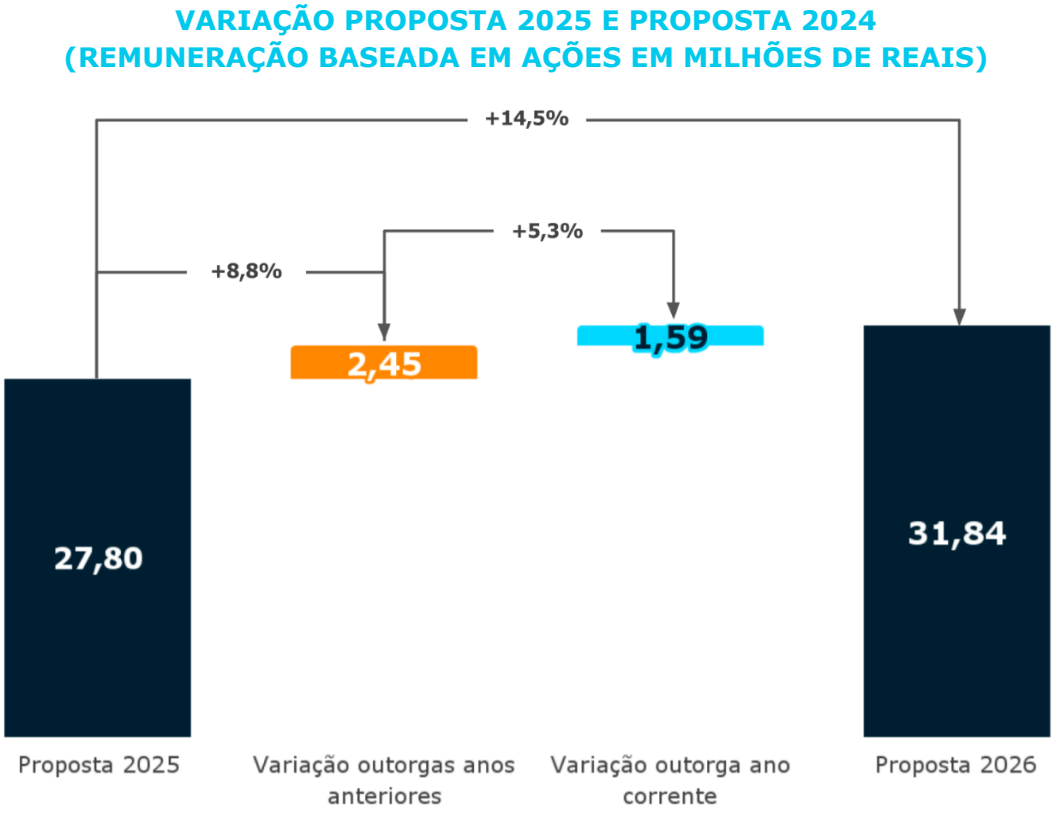
[1] Inclui Diretoria Estatutária e o Presidente do Conselho de Administração.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

8.20 Outras informações relevantes

- **Remuneração Baseada em Ações - Conclusão**

Somados os itens, o impacto de 14,5% representa o aumento entre a proposta de 2026 e a proposta de 2025, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Assim, como detalhado ao longo deste tópico, os 3 (três) únicos fatores que determinam a Remuneração Baseada em Ações são:

- A quantidade de ações outorgadas, sendo que para 2026 pretende-se conceder 337.525 (trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco) ações a menos do que em 2025; motivado pela valorização das ações no decorrer do ano de 2025 em relação à 2024;
- O preço de referência das ações outorgadas, que corresponde à média dos últimos 60 (sessenta) pregões do ano anterior à data da outorga no caso dos Programas de Incentivo de Longo Prazo e à média dos últimos 60 (sessenta) pregões anteriores à data da outorga no caso do Pagamento de Ações Restritas aos membros do Conselho de Administração;
- Formato de contabilização da outorga do conselho de administração que, apesar da dinâmica demonstrada acima, a partir da contabilização integral da outorga do ano (12/12), os valores precisam ser mantidos em provisão de forma acumulada uma vez que a entrega será realizada apenas a partir de 2 anos do recebimento, conforme descrito no Plano de Remuneração Baseado em Ações; e
- O fator do empilhamento das outorgas ao longo dos anos. Estimamos um acréscimo no patamar de empilhamento de 2026 para os anos subsequentes, considerando a conjunção dos fatores (i), (ii) e (iii).

No quadro a seguir, detalhamos os itens (i) e (ii) referentes a cada uma das outorgas reconhecidas no exercício social de 2026 para os Administradores da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES - OUTORGAS DE 2023 A 2026													
	Outorgas 2022	Outorga 2023 ILP Performance	Outorga 2023 ILP Master	Outorga 2023 Membros CA	Outorga 2024 ILP Performance	Outorga 2024 ILP Master	Outorga 2024 Membros CA	Outorga 2025 ILP Performance	Outorga 2025 ILP Master	Outorga 2025 Membros CA	Outorga 2026 ILP Performance (Proposta)	Outorga 2026 ILP Master (Proposta)	Outorga 2026 Membros CA (Proposta)*
Período de Carência para os Programas e Prazo de transferência para as Outorgas ao Conselho	5 anos	3 anos	5 anos	2 anos após o término do mandato (1)	3 anos	5 anos	2 anos após o término do mandato (1)	3 anos	5 anos	2 anos após o término do mandato (1)	3 anos	5 anos	2 anos após o término do mandato (1)
Preço de referência das ações restritas outorgadas	32,87	27,75	27,75	27,75	29,61	29,61	29,61	28,96	28,96	33,98	44,05	44,05	44,05
Quantidade líquida de ações em aberto no exercício social corrente	242.649	683.075	282.630	20.180	701.799	331.316	19.854	711.107	355.690	43.942	539.916	187.188	42.147

* A quantidade de ações a ser outorgada pode variar para cima ou para baixo em virtude do cálculo do preço de referência das ações restritas a ser atribuído à concessão referente ao exercício de 2026, que considerará o preço médio dos 60 (sessenta) pregões anteriores à data de concessão, prevista para 27 de abril de 2026, conforme prevê o Plano.

Nota: Os membros do Conselho de Administração são elegíveis a partir de 2023.

- **Diluição**

Conforme comentado no **Item 8.9**, o Plano de Remuneração baseado em Ações da Companhia é estruturado exclusivamente por meio da concessão de Ações Restritas, provenientes de ações mantidas em tesouraria ou adquiridas para esse fim. Dessa forma, por não envolver a emissão de novas ações, a implementação do Plano não altera a quantidade total de ações ordinárias emitidas pela Companhia, nem seu capital social, nos termos da regulamentação aplicável.

Embora não haja diluição patrimonial, quando da transferência das ações mantidas em tesouraria - que, enquanto nessa condição, não possuem direitos políticos - para os Participantes e membros do Conselho de Administração resulta em diluição relativa aos direitos políticos dos demais acionistas, na medida em que tais Ações Restritas passam a integrar a base acionária votante.

O Plano de Remuneração Baseado em Ações estabelece um limite máximo de diluição potencial equivalente a 5% do capital social da Companhia. No curto prazo, contudo, o impacto efetivo dessa diluição é mitigado pela obrigatoriedade de utilização de Ações mantidas em tesouraria para fins de concessão no âmbito do Plano.

Atualmente, o volume máximo de ações que pode ser outorgado sem a necessidade de uma nova aquisição à mercado encontra-se limitado ao saldo de ações em tesouraria pela Companhia, correspondente a 2,42% do capital social, com base nos dados de fevereiro de 2026. Eventuais outorgas em montante superior a esse percentual dependerão da aquisição prévia de novas ações no mercado. Assim, o nível efetivo de diluição encontra-se diretamente relacionado ao volume de ações mantidas em tesouraria e à política de recompra de ações adotada pela Companhia, o que confere maior visibilidade e controle sobre o ritmo da diluição.

Em observância ao princípio da transparência, apresenta-se, a seguir, a diluição histórica dos direitos políticos decorrente do Plano de Incentivo Baseado em Ações e do Plano de Remuneração Baseado em Ações considerando somente as outorgas já realizadas (sem considerar as aquisições de ações

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

em tesouraria no período). A análise contempla as últimas três outorgas, incluindo o efeito de eventuais cancelamentos ocorridos antes do término do período de carência, e abrange todos os beneficiários elegíveis às concessões, a saber, os Participantes (*i.e.* Diretoria Estatutária e demais empregados contemplados) e os membros do Conselho de Administração.

Diluição do poder de voto*		
Diluição Acumulada e média	**% diluição**	**# Ações**
Diluição ILP 2023	0,57%	3.440.224,61
Diluição ILP 2024	0,59%	3.551.504,85
Diluição ILP 2025	0,74%	4.439.226,99

*refere-se às ações restritas já concedidas aos participantes, podendo estar em período de carência ou vencidas.

Diluição Acumulada e Média Anual por Órgão - Últimas três outorgas realizadas				
Diluição Acumulada	**% diluição**	**# Ações**	**% Representatividade**	**Diluição média anual**
Presidente do Conselho	0,030%	196.301	1,72%	0,010%
Membros do Conselho de Administração	0,010%	62.058	0,54%	0,00%
Diretoria Estatutária	0,48%	2.891.234	25,29%	0,16%
Demais Participantes	1,38%	8.281.364	72,45%	0,47%
Total	1,91%	11.430.956	100%	0,65%

(iv) Proporção de cada elemento na remuneração total:

A prevalência da relação da remuneração variável frente à remuneração fixa ao longo dos anos, alinha-se adequadamente à estratégia de remuneração e tem o objetivo de impulsionar o desempenho futuro da Companhia:

DIRETORIA ESTATUTÁRIA				
Elemento	**2025**	**2024**	**2023**	**2022**
Fixa	21%	20%	21%	25%
Variável	74%	76%	74%	71%
Benefícios	5%	4%	5%	4%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Elemento	**2025**	**2024**	**2023**	**2022**
Fixa	98%	52%	49%	45%
Variável	0%	47%	50%	54%
Benefícios*	2%	1%	1%	1%

*Aplicável apenas ao Presidente do Conselho de Administração

(v) Conclusão:

A administração tem plena convicção de que a proposta de remuneração da Administração para o exercício de 2026 está alinhada com o desempenho operacional e de longo prazo da Companhia, como evidenciado nos quadros a seguir. Estes apresentam uma comparação das principais métricas

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

8.20 Outras informações relevantes

de desempenho do último ano em relação ao crescimento da proposta de remuneração para 2026, quando comparado com a proposta de 2025:

PRINCIPAIS INDICADORES E COMPARATIVO DE REMUNERAÇÃO

Indicador (valores em milhões, exceto %)	2025	2024	Δ
Receita Líquida	5.751,9	4.903,3	17,3%
Receita Recorrente	5.206,6	4.340,6	20,0%
EBITDA Ajustado	1.504,8	1.230,2	22,3%
Margem EBITDA Ajustada	26,2%	25,1%	1,1%
Lucro Líquido Ajustado	909,8	724,7	25,5%
Margem Líquida Ajustada	15,8%	14,8%	1,0%
Ação TOTS3	42,08	26,75	57,3%
Ibovespa (pts)	161.125	120.283	34,0%
IBrX 50 (pts)	26.965	20.411	32,1%

Remuneração (valores em milhões, exceto %)	Proposta 2026	Proposta 2025	Δ
Total remuneração fixa	25.923	23.302	**11,2%**
Total remuneração fixa + variável + outros	49.161	44.834	**9,7%**
Remuneração total ano corrente [1]	57.922	51.403	**12,7%**
Total de Remuneração baseada em ações	31.841	27.801	**14,5%**
Remuneração Global Total	81.601	73.187	**11,5%**
Quantidade de ações - outorga ano corrente	846	1.183	**-28,5%**
Proporção da remuneração variável total sobre a remuneração global total [2]	64,2%	67,4%	**-3,2pp**

[1] Remuneração fixa + variável + outros + remuneração baseada em ações do ano corrente

[2] Remuneração variável engloba bônus + remuneração baseada em ações

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	**004189**		
Razão Social		**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA		Juridica	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço		**Data de início da prestação de serviço**	
17/04/2025		01/01/2025	
Descrição dos serviços prestados			
A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 17/04/2025 para a realização, a partir de 01/01/2025, dos seguintes serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; e (iii) Asseguração do Relato Integrado			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$3.123.003,21; (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contempla outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, sendo ele (i) Asseguração do Relato Integrado (R$137.259,48)			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras, ao longo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a KPMG foi contratada para prestar os seguintes serviços:

- KPMG Auditores Independentes Ltda: Asseguração do Relato Integrado da Companhia de 2024;
- KPMG Assurance Services Ltda: ISAE – revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software; e
- KPMG Assessores Ltda: diagnóstico do ambiente de controles internos em processos específicos e críticos.

A Companhia mantém uma Política de Contratação e Relacionamento com Auditoria Independente, que foi aprovada pelo Conselho de Administração em 01 de agosto de 2024, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia, a fim de suportar o processo de contratação de serviços de auditoria independente e eventuais serviços extra auditoria, prestados pela Auditoria Independente ou por Parte Relacionada do Auditor Independente, para assegurar a qualidade e independência do referido prestador de serviço.

A contratação dos auditores independentes para serviços extra auditoria fundamenta-se nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nas seguintes condições: (i) que os serviços não impactem a sua independência; (ii) que sejam previamente avaliados e recomendados pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovados pelo Conselho de Administração; e (iii) que os serviços estejam dentro do escopo de sua competência profissional.

Previamente à contratação de outros serviços profissionais, que não os relacionados à auditoria contábil externa, a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Importante destacar o processo de avaliação anual da auditoria independente realizado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, com o objetivo de aprimoramento e evolução contínua do processo.

Durante a vigência do contrato, o Comitê de Auditoria Estatutário mantém reuniões periódicas com os Auditores Independentes, com o objetivo de aprovar o plano de trabalho e monitorar o desenvolvimento ao

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

longo do ano, de acordo com o calendário anual das reuniões estabelecido conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário. Ao Auditor Independente, deve ser garantido acesso, sempre que julgar necessário, tanto ao Comitê de Auditoria Estatutário quanto ao Conselho de Administração.

Anualmente, o Comitê de Auditoria Estatutário realiza uma avaliação formal dos trabalhos dos auditores independentes. O resultado desta avaliação, apresentado e discutido com o Conselho de Administração, determinará a necessidade de realização de um novo processo de seleção com outras empresas, ou apenas de trâmites para renovação do contrato para o próximo exercício fiscal.

Considerando que a TOTVS possui Comitê de Auditoria Estatutário em funcionamento permanente, a renovação consecutiva da mesma empresa de auditoria independente é permitida por até 10 exercícios sociais, nos termos do artigo 31-A da Resolução CVM nº 23/2021. Após o término deste período, a recontratação da mesma Auditoria Independente só poderá ocorrer após um intervalo mínimo de 3 exercícios sociais, conforme estipulado no artigo 31 da Resolução CVM nº 23/2021.

Os Serviços Extra-Auditoria devem ser contratados com escopo e prazo determinados, na exata medida necessária para sua consecução.

O Comitê de Auditoria Estatutário deverá receber anualmente dos Auditores Independentes uma declaração formal confirmando sua independência durante toda a execução dos trabalhos. Não obstante, o monitoramento dos aspectos de independência deve ser permanente, assim como a sua estrutura e governança, a adequação dos processos de controles internos de qualidade, a capacitação e a dedicação da equipe designada para os trabalhos, bem como a compatibilidade dos honorários com o porte e a complexidade da Companhia.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses com seus clientes. Procedimentos adotados pela Companhia, conforme item 9.3, Artigo 17, da Resolução CVM nº 162/22.

Foram prestados outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras em 2025, principalmente, relacionados ao Relatório de ISAE - *International Standards for Assurance Engagements*, asseguração do Relato Integrado e assessorias diversas. Os honorários desses serviços totalizaram R$463,7 mil, representando 12,9% do total dos honorários relacionados à auditoria externa, conforme indicados a seguir:

Razão Social	**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.**
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data de contratação do serviço	17/04/2025
Data de início da prestação de serviço	01/01/2025
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 17/04/2025 para a realização, a partir de 01/01/2025, dos seguintes serviços de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) revisão e emissão de relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas da Companhia para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025; (iii) Asseguração do Relato Integrado.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os serviços se dividem entre: (a) Serviços de Auditoria e despesas adicionais relacionadas aos itens de auditoria financeira das (i) demonstrações financeiras e (ii) ITRs, que perfazem um montante de R$3.123.003,21; (b) Serviços extra-auditoria Financeira, que contempla outros serviços além daqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, sendo ele (i) Asseguração do Relato Integrado, no montante de R$137.259,48.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

9.4 Outras informações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Razão Social	**KPMG ASSURANCE SERVICES LTDA.**
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	06.240.429/0001-32
Data de contratação do serviço	14/05/2025
Data de início da prestação de serviço	14/05/2025
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 14/05/2025 para a realização do seguinte serviço de auditoria independente para a Companhia e suas controladas: (i) ISAE – Revisão do ambiente de controle do desenvolvimento de software.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, os serviços totalizaram o montante de R$198.018,10.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Razão Social	**KPMG ASSESSORES LTDA.**
Tipo Auditor	Jurídico
CPF/CNPJ	05.490.840/0001-01
Data de contratação do serviço	18/03/2025
Data de início da prestação de serviço	18/03/2025
Descrição dos serviços prestados	A Companhia contratou os serviços de seus Auditores Independentes em 18/03/2025 para a realização de diagnóstico do ambiente de controles internos em processos específicos e críticos.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o serviço totalizou o montante de R$128.433,82.
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	824	1113	0	0	0
Não-liderança	4210	6733	0	0	0
TOTAL = 12.880	**5034**	**7846**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	46	1492	68	272	3	0	56
Não-liderança	213	7206	773	2408	36	0	307
TOTAL = 12.880	**259**	**8698**	**841**	**2680**	**39**	**0**	**363**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	86	1622	229
Não-liderança	3090	6972	881
TOTAL = 12.880	**3176**	**8594**	**1110**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	23	1914	0
Não-liderança	540	10403	0
TOTAL = 12.880	**563**	**12317**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	1	30	27	1266	566	47
Não-liderança	8	199	253	6809	3412	262
TOTAL = 12.880	**9**	**229**	**280**	**8075**	**3978**	**309**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	4	5	0	0	0
Nordeste	70	159	0	0	0
Centro-Oeste	72	208	0	0	0
Sudeste	2981	5094	0	0	0
Sul	1792	2186	0	0	0
Exterior	115	194	0	0	0
TOTAL = 12.880	**5034**	**7846**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	4	0	5	0	0	0
Nordeste	4	113	17	92	0	0	3
Centro-Oeste	7	150	12	110	1	0	0
Sudeste	182	5352	596	1870	27	0	48
Sul	66	3079	216	603	11	0	3
Exterior	0	0	0	0	0	0	309
TOTAL = 12.880	**259**	**8698**	**841**	**2680**	**39**	**0**	**363**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	2	7	0
Nordeste	39	156	34
Centro-Oeste	51	216	13
Sudeste	1896	5383	796
Sul	1137	2620	221
Exterior	51	212	46
TOTAL = 12.880	**3176**	**8594**	**1110**

10.1 Descrição dos recursos humanos

TOTVS | Formulário de Referência 2026

a. Número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade

v. Outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Em conformidade com o art. 133, § 6º, da Lei das Sociedades por Ações (alterada pela Lei nº 15.177/2025), a Companhia divulga, no item 10.1.A anterior, a quantidade de mulheres por nível hierárquico. Adicionalmente, apresenta abaixo informações sobre a participação feminina no Conselho de Administração, que é de 3 mulheres entre 7 membros eleitos, ou seja, 43%.

A Companhia também demonstra, na tabela abaixo, a proporção entre o salário-base das mulheres e dos homens por categoria funcional nos exercícios de 2024 e 2025, incluindo a respectiva variação, em linha com a evolução dos indicadores prevista no inciso IV do art. 133 da Lei das Sociedades por Ações acima citado.

A tabela deste formulário foi preenchida com base nos dados de dezembro de 2025, considerando o consolidado de todas as empresas do grupo. Para fins de análise, foram excluídos os diretores estatutários e conselheiros.

Proporção entre o salário-base das mulheres em relação ao dos homens, por categoria funcional			
	2024	2025	Δ
Diretoria	-6%	-11%	-5%
Gerentes	-7%	-5%	+2%
Coordenadores	-11%	-13%	-2%
Especialistas	-12%	-7%	+5%
Analistas	-12%	-12%	0%
Técnicos e assistentes	-8%	-7%	+1%

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

10.1 Descrição dos recursos humanos

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Proporção entre mulheres e homens no total de colaboradores, por categoria funcional				
	2024		2025	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria e gerentes executivos	74%	26%	74%	26%
Gerentes	67%	33%	64%	36%
Coordenadores	56%	44%	53%	47%
Especialistas	71%	29%	74%	26%
Analistas	60%	40%	60%	40%
Técnicos e assistentes	47%	53%	48%	52%
% por gênero	**61%**	**39%**	**61%**	**39%**

Em 2025, foi divulgado o 4° manifesto relacionado ao Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens da Companhia, publicado pelo Governo Federal Brasileiro em determinação à Lei no 14.611/2023, a Lei da Igualdade Salarial. Os documentos apresentam indicadores de comparação salarial e de composição da força de trabalho, com divulgação por CNPJ de todas empresas da TOTVS com mais de 100 colaboradores.

Para garantir a transparência e tempestividade da divulgação, e considerando o cronograma de demonstrações financeiras de 2025 versus a disponibilidade do relatório de transparência salarial, a Companhia optou por consolidar e apresentar estas informações preferencialmente neste Formulário de Referência.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

10.1 Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Informamos, a seguir, o número de terceirizados da Companhia e de suas controladas, por grupo de atividades desempenhadas e por localização geográfica, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
Atividade	**Brasil**	**Total**
Segurança, limpeza e recepção	189	189
Representantes comerciais	-	-
Outras atividades	53	53
	242	**242**

c. Índice de rotatividade

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
Índice de Rotatividade (*Turn-over*[1])	18,73%

[1]*Turn-over* = [(Admitidos + Demitidos) / 2] / Ativos

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

10.2 Alterações relevantes

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Não houve alterações relevantes na estrutura organizacional em relação ao último relatório divulgado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor

a. Política de salários e remuneração variável

A atual Política de Relações Humanas e Remuneração da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de maio de 2023, estabelece que a remuneração dos profissionais deve estar alinhada aos padrões de mercado para cargos com atividades e responsabilidades semelhantes, visando à atração, retenção e motivação dos participantes.

A estrutura de remuneração é aprovada pelo Comitê de Gente e Remuneração e as alterações necessárias são levadas para sua análise. A Companhia organiza os cargos dentro de uma mesma natureza de função, conforme hierarquia, contribuição estratégica, amplitude, maturidade técnica-profissional, complexidade das atribuições e a responsabilidade inerente. Cada cargo tem sua remuneração estabelecida conforme as responsabilidades e qualificações necessárias para o desempenho da função, sendo a remuneração total dividida entre fixa e variável.

A **remuneração fixa** refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional, pago na folha de pagamentos, que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido, também denominado como "salário nominal".

A **remuneração variável** refere-se aos valores recebidos periodicamente pelo profissional, remunerando-o pelo atingimento de metas estabelecidas em um determinado período.

b. Política de benefícios

A Companhia oferece um pacote de benefícios amplo e atrativo aos seus profissionais e também dependentes, objetivando proporcionar uma melhor qualidade de vida, sendo uma das estratégias de atração e retenção de talentos.

Os principais benefícios oferecidos pela Companhia são: (i) plano de saúde com acomodação em enfermaria e/ou apartamento, com atendimento médico laboratorial e hospitalar a todos os beneficiários e seus dependentes diretos; (ii) plano odontológico oferecido aos beneficiários e seus dependentes diretos; (iii) licença maternidade de 180 dias (60 dias adicionais ao previsto em lei) e paternidade de 40 dias (20 dias adicionais ao previsto em lei); (iv) fornecimento de cartão de benefícios para compra de refeição (supermercado e restaurantes); (v) cobertura de seguro de vida (titular, cônjuges e filhos); (vi) plano de previdência privada (contribuição definida), em parceria com uma instituição financeira, sendo parte da contribuição realizada pela Companhia e parte pelo participante; (vii) ajuda de custo para os profissionais em teletrabalho; (viii) fornecimento de vale-transporte; (ix) programa de Bem-Estar e +Saudáveis; e (x) auxílio creche e auxílio filhos com deficiência, de acordo com a convenção coletiva de cada localidade.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores

i. Grupos de beneficiários

São elegíveis para participar do plano os atuais e futuros empregados e administradores da Companhia e/ou das sociedades controladas ou subsidiárias da Companhia, indicados pelo Comitê de Gente e Remuneração e eleitos pelo Conselho de Administração, para participar do plano, conforme "Plano 4" indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

ii. Condições para exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iii. Preços de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes, nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

iv. Prazos de exercício

Não aplicável, pois o plano não contempla opções de ações a serem exercidas, apenas ações restritas que serão entregues aos participantes nos termos e condições estabelecidos no plano, conforme indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

A quantidade total de ações não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia, considerando: (i) um período de 10 anos contados da data de aprovação do plano em Assembleia Geral realizada em 23 de abril de 2025; e (ii) ações restritas concedidas a administradores e funcionários, conforme “Plano 4” indicado no item 8.4 deste Formulário de Referência.

d. Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Para o cálculo da razão, foi considerada a maior remuneração individual reconhecida no resultado do último exercício social de 2025, conforme item 8.2.d, dividido pela mediana da remuneração individual dos empregados no Brasil:

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
	Remuneração Fixa	**Remuneração Total***
Maior remuneração individual	2.680.420,60	21.184.635,08
Mediana da remuneração	112.244,47	119.965,64
Razão	**23,88**	**176,59**

*Remuneração Total: Considera remuneração fixa, remuneração variável, PLR/bônus e incentivos de longo prazo. Não considera benefícios, pois não é possível quantificar os benefícios para todos os empregados.

Conforme observado na tabela acima, quando considerada apenas a remuneração fixa, temos uma razão de 23,88 vezes, porém, quando incluímos a remuneração variável (PLR/bônus e incentivos de longo prazo), a razão passa para 176,59 vezes, por conta de um maior foco da TOTVS na parcela da remuneração variável, conforme exemplificado nas práticas de remuneração do item 8.1.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
2.680.420,60	112.244,47	23,88
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

A Companhia mantém um processo permanente de negociação para a construção de soluções com as Entidades Sindicais. Realizamos reuniões para estruturação de acordos coletivos específicos, tais como: Participação nos Lucros e Resultados, Banco de Horas, entre outros, sempre buscando atender aos interesses das partes envolvidas.

As relações de trabalho da Companhia, individuais e coletivas, são conduzidas de forma direta, pautadas no respeito e na ética, visando o fiel cumprimento da legislação trabalhista vigente. Na TOTVS, todos os participantes são cobertos por acordos e/ou convenções coletivas de trabalho.

Nos últimos três exercícios sociais, encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, não houve greve de colaboradores.

Para garantir o cumprimento das normas trabalhistas vigentes, a Companhia mantém, em sua estrutura, um time focado em relações laborais, buscando sempre a sinergia entre os *stakeholders* para preservar um relacionamento harmônico e amistoso entre as partes.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

10.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além das apresentadas nos itens acima.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As transações com partes relacionadas são sempre realizadas com a observância da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e das melhores práticas de governança corporativa, sendo contratadas em preços e condições usuais de mercado e em consonância com as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, as operações realizadas pela Companhia, inclusive aquelas contratadas com partes relacionadas, são sempre amparadas pelas devidas análises prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização. Nesse sentido, a Companhia negocia individualmente os contratos a serem celebrados com partes relacionadas, analisando seus termos em relação às condições praticadas no mercado, bem como as particularidades de cada operação, tais como prazos, valores, atendimento a padrões de qualidade, etc. Participam das referidas negociações pessoas sem interesses pessoais nas matérias negociadas.

A Companhia possui uma **Política de Transações entre Partes Relacionadas**, que estabelece as regras, procedimentos, princípios e metodologia para identificação e aprovação de transações com partes relacionadas e a administração de situações de potencial conflito de interesses. A versão atual da política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2025, e está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/) e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Dentre os principais pontos dessa Política, destacam-se os seguintes:

- A gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance da Companhia manterá um cadastro atualizado com a identificação das pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades de qualquer entidade da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas, direta ou indiretamente, bem como dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de quaisquer das empresas da Companhia, subsidiárias e/ou suas coligadas ("Pessoal-Chave da Administração"), ou pessoa com Influência Significativa nos termos da Política, bem como as suas partes relacionadas, que deverá ser consultado pelos responsáveis pelas transações antes da sua conclusão, para verificar se a respectiva transação se enquadra como uma Transação com Parte Relacionada nos termos da legislação aplicável.

- Cada pessoa chave da Administração ou pessoa com Influência Significativa deve preencher e atualizar no mínimo anualmente um questionário destinado à coleta de informações sobre as partes a ela relacionadas, de acordo com as definições da referida Política, e sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenha ciência, cabendo-lhe informar os membros próximos da família e administradores de suas entidades relacionadas, se for o caso.

- O Pessoal-Chave da Administração da Companhia ou com Influência Significativa será instruído e periodicamente orientado sobre a obrigação de informar à gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance sobre qualquer potencial transação da Companhia com partes relacionadas de que tenha conhecimento.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

11.1 Regras, políticas e práticas

- Qualquer transação que, eventualmente, possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada deve ser reportada à gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance, responsável por emitir parecer, em conjunto com o Departamento Jurídico, para determinar se a transação de fato constitui uma Transação com Parte Relacionada submetida aos procedimentos da referida Política.

- As referidas transações devem ser instruídas com as informações necessárias à sua análise, além de evidências e opinião do gestor responsável pela condução da transação de que (a) há motivos claramente demonstráveis, do ponto de vista dos negócios da Companhia, para que seja realizada a transação com a parte Relacionada, e (b) a transação é realizada em condições de mercado ou em termos oferecidos a, ou por um, terceiro não relacionado com a Companhia, no mínimo, em circunstâncias equivalentes, tendo em conta ainda o seu custo de monitoramento pela Companhia.

- Toda Transação com Parte Relacionada deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme Estatuto Social da Companhia, exceto (i) se a transação for relacionada a (a) remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76 ou em Conselho de Administração, conforme o caso, e (b) transações realizadas entre a Companhia e qualquer sociedade cujo capital, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia; (ii) na hipótese da transação, ou conjunto de transações correlatas, cujo valor total seja inferior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma única transação ou diversas consecutivas com o mesmo objeto e partes, dentro do período de 12 (doze) meses.

- As transações submetidas ao Conselho de Administração devem ser previamente apreciadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, instruídas por parecer da gerência de Controles Internos, Riscos e Compliance e do Departamento Jurídico, responsáveis por avaliar se as diretrizes da referida política foram observadas na instrução do processo sobre a transação em análise, bem como do parecer técnico da área responsável pela condução da transação.

- As transações com partes relacionadas devem ser celebradas por escrito, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, responsabilidade pelo recolhimento de tributos e obtenção de licenças, entre outras. Dentre essas características também deverá constar expressamente a possibilidade de resilição pela Companhia, de qualquer transação com parte relacionada que seja de caráter contínuo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas.

- O Conselho de Administração, assim como o Comitê de Auditoria Estatutário e seus respectivos membros, a seu critério, terão acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas, incluindo quaisquer pareceres ou opiniões técnicas relativas às transações, podendo solicitar pareceres adicionais, se necessário.

O Conselho de Administração pode definir o conteúdo e o formato das informações consideradas necessárias para sua deliberação a respeito de uma Transação com Parte Relacionada, as quais serão distribuídas juntamente com a convocação da reunião em que a transação será submetida à análise.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

11.1 Regras, políticas e práticas

O Conselho de Administração poderá aprovar a Transação com Parte Relacionada caso conclua, de boa-fé, que a transação obedece às condições de mercado, bem como, a seu critério, condicionar a aprovação da referida transação às alterações que julgar necessárias para que a transação cumpra as condições de mercado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	310.777,46	0	62.155,49	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A, onde Laércio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 20,00% do capital social da Biosolvit através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV ou IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existent					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.	14/08/2023	16.921,37	0	541,48	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 3,20% do capital social da Braincare através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA/IBGE. A renovação dá-se automaticamente, salvo aviso prévio por escrito com antecedência de 30 dias. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	A rescisão do contrato sem justa causa pode ocorrer a qualquer tempo obedecendo as condições de contrato, e a rescisão de contrato com justa causa, pode acontecer caso a parte contrária venha a inadimplir qualquer das obrigações estabelecidas no contrato que não sejam sanados em até 45 dias da notificação recebida e também em caso de não pagamento pelo cliente por mais de 30 dias, onde a rescisão do contrato pode ocorrer mesmo sem a notificação					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	27.186,23	0	5.980,97	Indeterminado	0,000000

Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a BR-ME Negocios SA, onde Laércio José de Lucena Cosentino possui, indiretamente, 22% do capital social através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda
Objeto contrato	Contratos de serviço de software (TOTVS APP - Conector, Cloud e Totvs Transmite). O contrato em vigência do Conector é reajustado anualmente de acordo com a variação do IGP-M/FGV e os contratos de Cloud e Totvs Transmite são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia. Os serviços de Hosting Cloud podem ser cancelados imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software
Posição contratual do emissor	Credor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	19/07/2021	105.672,42	0	105.672,42	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 - Real Estate S.A, onde Laércio José de Lucena Cosentino possui, diretamente, 4% do capital social e, indiretamente, 96% através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e aluguel de Cloud. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IGP-M ou IPCA/ IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GHT4 EMPREENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES SA	19/07/2021	49.043,92	0	12.133,47	24/36 Meses	0,000000

Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GHT4 Empreendimentos Servicos e Participacoes S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 24,74% do capital social.
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção) e contratos de serviços de Cloud Computing. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE e IGP-M. Os contratos foram cancelados em 2024, não restando nada em aberto para 2025
Garantia e seguros	N/A
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.
Natureza e razão para a operação	N/A
Posição contratual do emissor	Credor

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	11/06/2013	56.647.935,19	0	3.013.670,15	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 5,32% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Contrato de distribuição da Plataforma GoodData. O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
GoodData Corporation	15/06/2015	1.979.303,11	0	105.298,93	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a GoodData Corporation, onde a Companhia detém, por meio de sua subsidiária TOTVS, Inc., aproximadamente 5,32% do capital social total da GoodData. A TOTVS, Inc. é parte do Stockholders' Voting Agreement da GoodData, que lhe confere direito de indicação de membros para participação no board da GoodData. Com base nas análises de acordo de acionistas, foi identificado o enquadramento da transação como uma transação entre partes relacionadas, de modo que passamos a divulgar os contratos firmados com esta parte relacionada na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos a transação ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas.					
Objeto contrato	Contrato de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). O fornecedor, após o primeiro ano de contrato, reserva o direito de modificar anualmente os valores para refletir mudanças de preços comercialmente razoáveis. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio sem aplicação de penalidades					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de software e distribuição da Plataforma GoodData.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	53.978.984,35	0	0	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	A Companhia é a principal mantenedora do Instituto da Oportunidade Social (IOS), onde é responsável por mais de 50% do aporte do seu orçamento anual, Considerando a criação de aditivos com as condições da doação do período, sendo que o montante da doação não poderá ser inferior a 95% da doação do ano anterior. Em linha com a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito do Processo Administrativo 19957.001316/2020-08, proferida em 7 de julho de 2020, passamos, ao avaliar a natureza da parceria com o IOS, a divulgar a relação com a referida entidade sem fins lucrativos como uma transação com parte relacionada da Companhia, na apresentação anual deste Formulário de Referência e submetemos as contribuições ao nosso Conselho de Administração, para ratificação dos seus termos, conforme previsto no item 5.5 da nossa Política de Transações entre Partes Relacionadas					
Objeto contrato	Os recursos aportados na IOS se dão através de patrocínios e doações, podendo ser por meio da concessão de recursos financeiros, de bens materiais e do direito de uso de licenças e soluções desenvolvidas e comercializadas pela Companhia. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existent					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	A Companhia, alinhada a sua estratégia social, apoia voluntariamente o IOS desde sua fundação, em 1998, e centraliza seu investimento social anual em projetos desenvolvidos pelo IOS					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	278.743,96	0	80.835,75	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Mendelics Analise Genomica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 29% do capital social da Mendelics Analise Genomica S.A.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de Cloud Computing. Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação positiva do IPCA/IBGE. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existent					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	O cliente pode cancelar os Serviços de Cloud imotivadamente, a qualquer tempo, mediante notificação prévia por escrito de 90 (noventa) dias e pagamento, pelo Cliente a TOTVS, de multa equivalente a 50% do total das mensalidades remanescentes até o término do prazo de vigência					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviço de Cloud Computing					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A.	18/12/2024	167.053,00	44.178,56	48.194,79	30/11/2025	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Mendelics Analise Genomica S.A., onde Laercio José de Lucena Cosentino possui 28,85% do capital social da Mendelics Analise Genomica S.A.					
Objeto contrato	O objeto da presente OF é o fornecimento de testes de triagem neonatais genéticos (teste da bochechinha), em benefício dos colaboradores da COMPRADORA, como item adicional ao kit maternidade, parte do Programa Qualidade de Vida, pela FORNECEDORA à COMPRADORA (os “Produtos”)					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Este Contrato e/ou cada OF poderão ser renunciados por qualquer das Partes, a qualquer tempo e sem imposição de quaisquer ônus ou multas, mediante notificação à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de venda de produtos.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	22/12/2020	9.811.965,59	0	9.811.965,59	36 meses	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato para emissão de cartões de compra sistema Supplier. Renovação automática por prazo indeterminado					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio escrito de 90 dias sem aplicação de penalidades.					
Natureza e razão para a operação	Antecipação de recebíveis de clientes através do cartão de compra sistemas Supplier.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	847.394,88	0	847.394,88	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	625.541,90	0	625.541,90	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A., onde a Supplier Administradora faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contratos de serviços de softwares (licenças, suporte e manutenção). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA e IGP-M. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes pode rescindir o contrato com aviso prévio de 90 dias sem aplicação de penalidades, ou ainda pelo não pagamento por parte do cliente e a não prestação de serviços/acessos pela Companhia.					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TOTVS Techfin S.A.	31/07/2023	25.693.087,18	5.970.578,73	12.846.543,5	30 anos	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto					
Objeto contrato	Contratos de serviços de software (integração de softwares, suporte e monitoramento de ambientes). Os contratos em vigência são reajustados anualmente conforme projeção de aumento ou redução de custos acordada entre as Partes para o próximo ano e pelo IPCA/ IBGE					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	Apenas poderá ser rescindido (i) por mútuo acordo entre as Partes (distrato); (ii) nas hipóteses previstas no Acordo Operacional; (iii) pela TECHFIN, a qualquer tempo e sem imposição de quaisquer ônus ou multas, a seu exclusivo critério, mediante envio de notificação, por escrito, à Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou (iv) pela TOTVS, em caso de descumprimento pela TECHFIN comprovado e imotivado de quaisquer de suas obrigações, que não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias, após envio de notificação, por escrito, pela TOTVS nesse sentido					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	8.164.161,99	0	4.082.081,00	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto.					
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de custos e despesas. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
TOTVS TECHFIN S.A.	01/11/2024	45.879,09	0	22.939,55	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a FEEDZ TECNOLOGIA S.A. e a TOTVS TECHFIN S.A., onde a TOTVS TECHFIN faz parte da transação envolvendo a criação da JV com o Itaú. Em 31 de julho de 2023, após o cumprimento de todas as condições precedentes aplicáveis, ocorreu o fechamento da transação, sendo que a TOTVS e o Itaú passaram a deter, cada um, 50% de participação no capital social da JV, tornando-se uma controlada em conjunto					
Objeto contrato	Contratos de serviços de software (solução para RH que contempla 5 Módulos). Os contratos em vigência são reajustados anualmente de acordo com a variação do IPCA e IGP-M. Considerando que a duração do contrato é indeterminado, não é possível calcular o saldo existente					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	As partes podem rescindir o contrato com aviso prévio de 30 dias sem aplicação de penalidades, ou se deixarem de pertencer ao mesmo grupo societário					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	10.375.656,20	928.438,33	4.095.271,50	31/05/2026	0

Relação com o emissor	Contrato celebrado entre a Companhia e a VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda. (“VIP IV”), Laércio José de Lucena Cosentino detém, indiretamente, 39,47% do capital da VIP IV através da MCLC4 Participações e Empreendimentos Ltda
Objeto contrato	Contrato de Locação Comercial do imóvel localizado na Av. Braz Leme, n.º 1793, São Paulo/SP, para a locação do datacenter da Companhia, com área construída de 422m² e do imóvel localizado na Rua Sóror Angélica, n.º 269, Casa Verde, São Paulo/SP, com área total construída de 1.722 m². O reajuste do contrato é anual de acordo com a variação do IGP-M no período. O contrato é renovado automaticamente a cada 2 anos
Garantia e seguros	N/A quanto à garantia. Obrigação da Companhia de contratar seguro contra incêndio para os imóveis, pelo valor atualizado do imóvel.
Rescisão ou extinção	No caso de infração contratual, multa correspondente ao valor mensal de três aluguéis
Natureza e razão para a operação	Locação do datacenter da Companhia.
Posição contratual do emissor	Devedor

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Devedor:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Instituto da Oportunidade Social	19/02/2018	53.978.984,35	0,00	0	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A TOTVS é a principal mantenedora do IOS e tem por diretriz centralizar as suas ações de investimento social nessa Instituição, a fim de realizar ações impacto social voltadas aos jovens em condição de vulnerabilidade social. Tendo em vista os objetivos da parceria, conclui-se que a transação se estabeleceu em bases comutativas.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
GoodData Corporation	11/06/2013	66.929.137,96	0,00	3.560.630,14	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política, sendo o Contrato de Distribuição e o Contrato de Licenciamento firmados em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
GoodData Corporation	15/06/2015	2.171.528,371	0,00	115.525,31	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política, sendo o Contrato de Distribuição e o Contrato de Licenciamento firmados em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TOTVS | Formulário de Referência 2026

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
VIP IV Empreendimentos e Participações Ltda.	01/06/2019	10.464.488,83	0,00	4.130.333,74	31/05/2026	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando os custos totais envolvidos em comparação com cotação realizada junto a outros players de mercado.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Mendelics Análise Genômica S.A	18/12/2024	250.579,50	0,00	72.668,06	30/11/2025	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo o processo estabelecido em política. O contrato foi firmado em bases comutativas e dentro de condições de mercado.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	01/01/2021	198.773,71	0,00	99.386,86	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, o contexto de integração entre as empresas em função da aquisição da Supplier pela TOTVS.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Supplier Administradora de	22/12/2020	9.811.965,59	0,00	4.905.982,	Indeterminado	Não	-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Cartões de Crédito S.A.				80			
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						

Credor:

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Mendelics Análise Genômica S.A	23/07/2021	278.743,96	0,00	80.835,75	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação é submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nos controles internos e na Política de Transação entre Partes Relacionadas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação segue os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	15/07/2020	10.832.212,69	0,00	5.416.106,35	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TOTVS | Formulário de Referência 2026

o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Biosolvit Soluções em Biotecnologia S/A	28/12/2020	310.777,46	-	62.155,49	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A.	12/08/2024	95.069,80	0,00	47.534,90	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	O processo para avaliação sobre eventuais conflitos de interesse na transação ocorreu seguindo as seguintes etapas: (i) Detalhamento das características da transação pela área proponente, com base nos critérios estabelecidos na Política de Transações entre Partes Relacionadas; (ii) avaliação independente da transação pelas áreas de Compliance e Jurídico, responsáveis por verificar o atendimento aos requisitos da Política e submetê-la à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário (CAE); (iii) Análise e recomendação da transação pelo CAE; e (iv) análise e aprovação da transação pelo Conselho de Administração. Além disso, conforme estabelecido na Política, qualquer pessoa envolvida no processo de aprovação que possa ter um potencial benefício particular ou conflito de interesses com a decisão a ser tomada declara-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e abstendo-se de participar das discussões e deliberações.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	O processo passou pela análise das áreas de Compliance e Jurídico, e todas as informações foram submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração seguindo as atividades estabelecidas em política. A transação foi firmada em bases comutativas e dentro de valores de mercado, considerando ainda, a Supplier como parceira estratégica dentro do desenvolvimento do pilar de Techfin.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
Braincare Desenvolvimento e Inovação Tecnológica S.A.	14/08/2023	52.907,66	0,00	1.693,05	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não						

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TOTVS | Formulário de Referência 2026

	haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GHT4 - REAL ESTATE S.A.	19/07/2021	105.672,42	0,00	105.672,42	Indeterminado	Não	-

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
GTH4 EMPREEENDIMENTOS SERVICOS E PARTICIPACOES SA	19/07/2021	44.714,62	0,00	11.133,94	Indeterminado	Não	-

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (R$)	Saldo existente (R$)	Montante (R$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BR-ME NEGOCIOS SA	28/01/2021	27.186,23	0,00	5.980,97	Indeterminado	Não	-

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

pagamento compensatório adequado							
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
TOTVS TECHFIN S.A.	01/11/2024	45.879,09	0,00	22.939,55	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto às demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no signing da operação.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.						
Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
TOTVS TECHFIN S.A.	31/07/2023	25.693.087,18	1.008.912,52	12.846.543,59	30 anos	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto às demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no signing da operação.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.						

Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
TOTVS TECHFIN S.A.	01/08/2022	12.473.112,63	0,00	6.236.556,32	Indeterminado	Não	-
n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi prevista junto às demais condições do acordo firmado com o Itaú para a criação da Joint Venture da TOTVS TECHFIN, sendo observados os aspectos relacionados a potenciais conflitos de interesses no signing da operação.						
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	Foram observados os parâmetros base para estabelecimento dos custos operacionais envolvidos na prestação de serviços à TOTVS Techfin.						

Parte relacionada	**Data transação**	**Montante envolvido (R$)**	**Saldo existente (R$)**	**Montante (R$)**	**Duração**	**Empréstimo ou outro tipo de dívida**	**Taxa de juros cobrados**
LC12 Participações e Empreendimentos Ltda.	16/01/2015	63.761,66	0	63.748,91	Indeterminado	Não	-

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

TOTVS | Formulário de Referência 2026

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses	A transação foi submetida à aprovação das alçadas comerciais competentes de acordo com o estabelecido nas políticas internas. A área de Compliance é notificada previamente e verifica em seus controles de partes relacionadas a existência de eventual conflito de interesses envolvendo os aprovadores, para assegurar que não haverá aprovação por pessoa vinculada à parte relacionada.
o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado	A transação seguiu os critérios e regras comerciais adotadas em uma venda para uma parte não relacionada, observando, portanto, as condições de mercado.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

11.3 Outras informações relevantes

A Companhia não identificou outras informações relevantes relacionadas a este item.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
04/08/2026	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
579.401.581	0	579.401.581

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
20/04/2021	N/A	4.000.000.000,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
599.401.581	0	599.401.581

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
04/08/2026	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
579.401.581	0	579.401.581

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
04/08/2026	N/A	2.962.584.687,27
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
579.401.581	0	579.401.581

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissora estrangeira.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	19/07/2024
Data de vencimento	19/07/2031
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir de 19 de julho de 2026 (inclusive), ou seja, do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) da Data de Emissão, inclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures a que farão jus os Debenturistas corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, apurada desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 1.500.000.000,00, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 160, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A..
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada das debêntures.
Outras características relevantes	Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,95 % ao ano.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	6ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	29/01/2026
Data de vencimento	29/01/2033
Quantidade	3.000.000
Valor nominal global R$	3.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	3.000.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir de 29 de janeiro de 2028 (inclusive), ou seja, do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) da Data de Emissão, inclusive; realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, apurada desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definida), acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo.
Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 3.000.000.000,00, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 160, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada das debêntures.
Outras características relevantes	Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI Over, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,59 % ao ano.

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures Simples - TOTVS
Data de emissão	02/09/2026
Data de vencimento	02/09/2033
Quantidade	1.500.000
Valor nominal global R$	1.500.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.500.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir de 04 de setembro de 2028 (inclusive), ou seja, do 25º mês (inclusive) da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures. O valor do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures a que farão jus os Debenturistas por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo corresponderá ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, apurada desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios, se aplicável, devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, sem a incidência de qualquer prêmio em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida	Refere-se à 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R$ 1.500.000.000,00, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Resolução CVM nº 160, sendo o agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há repactuação programada das Debêntures.
Outras características relevantes	Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida, exponencialmente de sobretaxa (spread) limitada a 0,59% ao ano.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	110

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações ordinárias da Companhia são admitidas à negociação no Brasil por meio da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (*ticker*) "**TOTS3**", listadas no segmento Novo Mercado, que representa o mais alto nível de governança corporativa da bolsa.

As debêntures emitidas pela Companhia são negociadas no segmento CETIP da B3, sob os códigos de negociação TOTS15 e TOTS16.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Inexistem títulos emitidos no exterior.

12.8 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais

3ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados com a 3ª emissão pública de debêntures foram integralmente utilizados na consecução do Plano Estratégico e do objeto social da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios.

4ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 4ª emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 3ª (terceira) emissão da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas divulgadas.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve desvios.

5ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 5ª emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 4ª (quarta) emissão da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

6ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 6ª emissão foram integralmente utilizados para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. (atual denominação da Linx Participações S.A.), conforme fato relevante divulgado em 23 de julho de 2025, e para a gestão ordinária de seus negócios, incluindo, mas não se limitando, ao reforço de caixa, capital de giro, reperfilamento de passivos financeiros, despesas operacionais e demais atividades relacionadas à condução regular de suas atividades.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

7ª Emissão de Debêntures

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a 7ª emissão serão integralmente utilizados para o resgate antecipado da totalidade das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da 5ª (quinta) emissão da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Não aplicável, uma vez que os fatos que gerarão a utilização dos recursos ainda não ocorreram em sua totalidade.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

5ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na internet (acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Evento de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3, quaisquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado ("Evento de Vencimento Antecipado Automático"):

(i) Não pagamento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;

(ii) Decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade da Escritura de Emissão;

(iii) (a) Decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora, conforme verificado por meio das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora ("Controladas Relevantes"); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Emissora observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; ou (f) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de mediação, conciliação, nos termos do artigo 20-B da Lei de Falências ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos conforme previsto no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei de Falências ou, ainda, qualquer processo similar em outra jurisdição;

(iv) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1;

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

12.9 Outras informações relevantes

(vi) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

(vii) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Cláusula 4 da Escritura de Emissão; e

(viii) Cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), observados os termos previstos no item 7.1.2(viii) da Escritura de Emissão, exceto se (a) não tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1; ou (b) tais operações envolverem a Emissora e Controladas Relevantes da Emissora.

6ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI Over"), acrescida, exponencialmente de sobretaxa (*spread*) equivalente a 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Evento de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3, quaisquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado ("Evento de Vencimento Antecipado Automático"):

(i) Não pagamento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;

(ii) Decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade total ou parcial da Escritura de Emissão;

(iii) (a) Decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora, conforme verificado por meio das

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

demonstrações financeiras mais recentes da Emissora ("Controladas Relevantes"); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Emissora observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; ou (f) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de mediação, conciliação, nos termos do artigo 20-B da Lei de Falências ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos conforme previsto no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei de Falências ou, ainda, qualquer processo similar em outra jurisdição;

(iv) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1;

(vi) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 (cinco) Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

(vii) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Cláusula 4 da Escritura de Emissão; e

(viii) Cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), observados os termos previstos no item 7.1.2(viii) da Escritura de Emissão, exceto se (a) tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1; ou (b) tais operações envolverem a Emissora e Controladas Relevantes da Emissora.

7ª Emissão de Debêntures

Remuneração: Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

12.9 Outras informações relevantes

percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no informativo diário disponível em sua página na internet (www.b3.com.br) ("Taxa DI Over"), acrescida, exponencialmente de sobretaxa (*spread*) de 0,59% (cinquenta e nove centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Garantias: Não há.

Hipóteses de Vencimento Antecipado: Constituem Evento de Vencimento Antecipado que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.3, quaisquer dos seguintes Eventos de Vencimento Antecipado ("Evento de Vencimento Antecipado Automático"):

(i) Não pagamento, pela Emissora, no prazo e na forma previstos nesta Escritura de Emissão, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado da data do respectivo vencimento;

(ii) Decisão em primeira instância prolatada por juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexequibilidade total ou parcial da Escritura de Emissão;

(iii) (a) Decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas que represente 15% (quinze por cento) da receita líquida consolidada da Emissora, conforme verificado por meio das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora ("Controladas Relevantes"); (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou suas Controladas Relevantes; (c) pedido de falência da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou suas Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma reorganização societária envolvendo as Controladas Relevantes da Emissora observado o item (viii) abaixo e que não constitua um Evento de Vencimento Antecipado; ou (f) propositura, pela Emissora e/ou por qualquer de suas Controladas Relevantes de mediação, conciliação, nos termos do artigo 20-B da Lei de Falências ou plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou medidas antecipatórias para quaisquer de tais procedimentos conforme previsto no parágrafo 12º do artigo 6º da Lei de Falências ou, ainda, qualquer processo similar em outra jurisdição;

(iv) Transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(v) Qualquer forma de transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1;

(vi) Não pagamento na data de vencimento, observado o prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora em montante unitário ou agregado superior a R$ 73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas (sendo que este valor deverá ser atualizado mensalmente pelo Índice Geral de Preços-Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") a partir da Data de Emissão), obrigação financeira essa decorrente de captação de recursos realizada pela Emissora no mercado financeiro ou de capitais, no Brasil ou no exterior, salvo se a Emissora comprovar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do não pagamento, ou até o final do período de

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

12.9 Outras informações relevantes

cura aplicável (se o período for superior ao referido prazo de 5 (cinco) Dias Úteis) que referido não pagamento: (i) foi sanado pela Emissora, ou (ii) teve seus efeitos suspensos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

(vii) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da prevista na Cláusula 4 da Escritura de Emissão; e

(viii) Cisão, fusão, incorporação (somente quando a Emissora for incorporada) ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que implique mudança na estrutura de controle (conforme a definição prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), observados os termos previstos no item 7.1.2(viii) da Escritura de Emissão, exceto se (a) tiver sido obtida a anuência prévia dos Debenturistas, observado o quórum estabelecido na Cláusula 10.4.1; ou (b) tais operações envolverem a Emissora e Controladas Relevantes da Emissora.

Cancelamento de Ações

Em 04 de agosto de 2026, a Companhia divulgou ao mercado por meio de Fato Relevante a aprovação, pelo Conselho de Administração, do cancelamento de 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias de emissão da Companhia, recompradas no âmbito do Programa de Recompra de Ações de Emissão da Própria Companhia aprovado em 11 de fevereiro de 2026 e mantidas em tesouraria, representativas de 3,34% do total de ações, sem valor nominal e sem redução do valor do capital social.

Em decorrência do efetivo cancelamento das referidas ações do Programa de Recompra, o capital social da TOTVS passou a ser dividido em 579.401.581 (quinhentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e um mil, quinhentas e oitenta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Como consequência do cancelamento já deliberado, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que versa sobre seu capital social, será ajustado na próxima Assembleia Geral Extraordinária a ser oportunamente convocada.

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
DENNIS HERSZKOWICZ	Diretor Presidente	Registrado	
GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

TOTVS | Formulário de Referência 2026

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

DENNIS HERSZKOWICZ, brasileiro, casado, com formação em Propaganda e Marketing, portador da Cédula de Identidade RG nº. 20.310.061 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 165.783.068-38, na qualidade de Diretor Presidente da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº. 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº. 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº. 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

DENNIS HERSZKOWICZ

Diretor-Presidente

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

TOTVS | Formulário de Referência 2026

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 13.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO, brasileiro, casado, Bacharel em Ciências Contábeis, portador da Cédula de Identidade RG nº. 24.733.092-9 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº. 174.189.288-07, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da TOTVS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Braz Leme, 1000, Casa Verde, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 02511-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("**CNPJ/MF**") sob o nº. 53.113.791/0001-22 ("**Companhia**"), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM nº. 80**"), declarar que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº. 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO

Este documento é propriedade da TOTVS. Todos os direitos reservados. ©

USO PÚBLICO

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.